

ANA MARIA GALDINI RAIMUNDO ODA

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Médicas da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, para obtenção do título de Doutor em Ciências Médicas, Área de Concentração em Saúde Mental do(a) aluno(a) **Ana Maria Galdini Raimundo Oda.**

Campinas, 28 de agosto de 2003.

Prof(a). Dr(a). Paulo Dalgalarondo
Orientador(a)

ALIENAÇÃO MENTAL E RAÇA:

A psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues.

CAMPINAS

2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Doc 400495

ANA MARIA GALDINI RAIMUNDO ODA

ALIENAÇÃO MENTAL E RAÇA:

*A psicopatologia comparada dos negros e mestiços
brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues.*

*Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da
Faculdade de Ciências Médicas da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do Título de
Doutor em Ciências Médicas, área de Saúde Mental.*

Orientador: *Professor Doutor Paulo Dalgalarondo*

CAMPINAS

2003

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
UNICAMP**

Od1a Oda, Ana Maria Galdini Raimundo
Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues / Ana Maria Galdini Raimundo Oda. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador: Paulo Dalgalarrodo.
Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Ciências Médicas.

1. Psiquiatria – Brasil – História. 2. Psiquiatria Comparada.
(600-) 3. Rodrigues, Nina, 1862-1906. I. Paulo Dalgalarrodo.
(A-4) II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	
	UNICAMP
	Od 1a
V	EX
TOMBO BC	56729
PROC.	16/117109
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	19/01/2004
Nº CPD	

CM00192965-6

BIBID. 309601

Banca examinadora da tese de Doutorado

Orientador: PROF. DR. PAULO DALGALARRONDO

Membros:

1. PROF. DR. PAULO DALGALARRONDO – UNICAMP

2. PROF. DR. MANOEL TOSTA BERLINCK – UNICAMP

3. PROF. DR. NAOMAR DE ALMEIDA FILHO – UFBA

4. PROF. DR. OCTAVIO DOMONT DE SERPA JÚNIOR – UFRJ

5. PROFA. DRA. WILMA PERES COSTA – UNICAMP

Curso de pós-graduação em Ciências Médicas da Faculdade de Ciências Médicas
da Universidade Estadual de Campinas.

Data: 28/08/2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

*Livros são papéis pintados com tinta.
Estudar é uma coisa em que está indistinta
A distinção entre nada e coisa nenhuma.*

*Quanto é melhor, quando há bruma,
Esperar por D. Sebastião,
Quer venha ou não!
Fernando Pessoa.*

Aos meus avós queridos:

Benedita Rodrigues Galdini e

*Primo Sebastião Galdini (**in memoriam**).*

À memória caríssima de Fernanda da Conceição Cabral de Melo: Tais trabalhos!

Uma epígrafe-agradecimento

A Paulo Dalgalarondo:

Entre as idéias que proponho sustentar, mais de uma, seguramente, vem diretamente de você. Muitas outras, não saberia decidir em toda a consciência se são suas, minhas, ou de nós ambos. Você aprovará, gabo-me disso, muitas vezes. Em outras me repreenderá. E tudo isto criará, entre nós, um vínculo a mais.

Marc Bloch a Lucien Febvre, 1941.

A FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sou grata pelos quatro anos de auxílios concedidos em forma de bolsa e de recursos de reserva técnica. Ressalto que este não é apenas um agradecimento protocolar: sinto-me privilegiada por ter sido apoiada por esta modelar agência de fomento à pesquisa.

Quero agradecer duas pessoas que compartilham comigo a paixão pela história (com a diferença de serem profissionais do ramo) e generosamente me cederam material colhido durante as suas próprias pesquisas: a Antonio Carlos Galdino, da UNICAMP, pelas notas de jornais paulistas do século XIX, e a Lázara de Azevedo Carvalho, do Rio de Janeiro, pelos muitos artigos de e sobre Juliano Moreira.

Sou grata ao antropólogo Cláudio Luiz Pereira, pela gentileza de me emprestar o raro volume do Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, além de me permitir, criminosamente, copiar seu exemplar já frágil pela ação do tempo; e ainda por me dar dois bons trabalhos de colegas baianos sobre Nina Rodrigues.

Obrigada a Paulo Augusto C. de Moraes, da UNICAMP, que como experiente paulistano me fez uma lista de onde encontrar livros velhos e preciosos na capital, além de ter ido pessoalmente buscar um destes livros para a sua colega interiorana.

A Elaine Marques Zanatta, do Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP, agradeço por ter me recebido no concorrido curso sobre Arquivologia dado pelo AEL, em 1999, o que muito me ajudou em peregrinações posteriores em busca de documentos, além de contribuir para a reflexão sobre com quantos papéis se faz uma história.

E ainda que me recorde que Elaine, parafraseando Umberto Eco, disse que não se deve agradecer os funcionários de bibliotecas por fazerem o seu trabalho, eu não posso deixar de ser grata às muitas pessoas que me ajudaram nos seguintes locais: AEL, Biblioteca do IFCH, Biblioteca Central e Setor de Comutação da Biblioteca da FCM, todos da UNICAMP, Campinas (SP); Biblioteca Nacional, Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde e do Centro Referencial da UFRJ, Rio de Janeiro (RJ); Biblioteca Blanche Knopf da Fundação Joaquim Nabuco, Recife (PE); Bibliotecas do Centro de Estudos Afro-Orientais e do Memorial da Faculdade de Medicina da UFBA, e Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Salvador (BA).

A Pedro Henrique Mendes Amparo, obrigada pelas consultorias rápidas em matéria de cultos afro-brasileiros e pelo empréstimo e indicação de livros sobre o assunto. A ele e a Fernando Tomita agradeço ainda a amizade expressa cotidianamente.

Aos participantes da banca de qualificação, Prof. Dr. Mário Eduardo Costa Pereira, Prof. Dr. Sérgio Sabóia Arruda e Profa. Dra. Wilma Peres Costa agradeço pelas valiosas sugestões, que ajudaram muito no caminho escolhido para finalizar esta tese.

Um adicional e especial agradecimento a Wilma pelas estimulantes conversas eletrônicas e pelas indicações bibliográficas sobre a história das Santas Casas de Misericórdia; além, é claro, por ter fornecido o mapa da mina dos relatórios provinciais na Internet. E me presenteado com um excelente livro no dia da qualificação!

Sou muito grata ao Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck pela leitura atenta e generosa de um (árduo e longo) trabalho de pesquisa feito durante o doutorado, sobre a história da assistência aos alienados no Brasil – os resultados objetivos da pesquisa não foram aqui incluídos, mas os resultados sobre a autora percorrem esta tese como base metodológica.

Agradeço ao amigo, psiquiatra, filósofo e perfeito cavalheiro Cláudio Eduardo M. Banzato, pois sem seu auxílio teria sido quase impossível transpor certos obstáculos da maratona acadêmica que é chegar a defender uma tese.

A Mônica Garcia, secretária da pós do DPMP que, como a santa homônima, coloca no bom caminho futuros doutores desorientados: obrigada pela constante disposição em ajudar.

Aos meus pais e meus irmãos, um agradecimento que não cabe nesta tese, pelo afeto e apoio em todas as horas, mesmo à distância. E um pedido de desculpas pela ausência dos últimos meses, que espero reparar em breve.

Ao meu irmão Rafael, obrigada também pelo providencial auxílio em uma anglo-emergência da tese.

E, enfim, ao meu querido Cezar agradeço por todo apoio direto e indireto à feitura desta tese, desde a digitação de textos até as discussões epistemológicas; suporte que incluiu ainda a aprovação em todos testes a que pode ser submetida a paciência de um consorte de doutoranda.

Memória.

*Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.*

*Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

Carlos Drummond de Andrade.

	<i>PÁG.</i>
RESUMO.....	<i>xxix</i>
ABSTRACT.....	<i>xxxiii</i>
CAPÍTULO I- Introdução.....	37
I.1- Objetivos deste trabalho.....	39
I.2- Pressupostos teóricos e recorte metodológico.....	44
CAPÍTULO II- Teorias raciais no século XIX.....	49
II.1- As raças humanas e a origem do homem.....	51
II.2- As raças, a mestiçagem e a escravidão: registros de estrangeiros sobre o Brasil e os brasileiros (1808-1866).....	70
CAPÍTULO III- Degenerescência, alienação mental e racismo científico.....	125
Sobre os tópicos do Capítulo III.....	127
III.1- Psiquiatria Comparada: alienismo europeu, vida civilizada e raças primitivas.....	127
III.2- Teoria da degenerescência e alienação mental.....	144
III.3- Antropologia criminal: degenerescência e racismo científico.....	167
CAPÍTULO IV- Raimundo Nina Rodrigues versus Juliano Moreira: as causas da degenerescência à moda brasileira.....	179
Parte 1:	
Raimundo Nina Rodrigues, um médico-legista frente à negra esfinge.....	181
IV.1- Nina Rodrigues no debate sobre a mestiçagem e o futuro do Brasil.....	181
IV.2- Biografia e obra de Nina Rodrigues.....	195
IV.3- A psicopatologia comparada de Nina Rodrigues.....	240

Parte 2:

Juliano Moreira, um psiquiatra negro frente ao racismo científico.....	302
Uma explicação necessária.....	302
IV.4- Juliano Moreira na fundação da psiquiatria no Brasil.....	304
IV.5- Juliano Moreira e a psiquiatria comparada.....	313
IV.6- Juliano Moreira e Nina Rodrigues: a nova higiene mental sanitarista <i>versus</i> a higiene social racalista.....	321
CAPÍTULO V- Conclusões.....	337
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS.....	347
FONTES PRIMÁRIAS.....	351
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	371
ANEXOS.....	389
Anexo 1- Esboço de uma história da psicopatologia dos escravos brasileiros.....	391
Tabela Anexo1.1- Suicídios e de tentativas do mesmo na província da Bahia e sua distribuição por condição (escravos / libertos), segundo os registros policiais (1848-1872).....	417
Tabela Anexo1.2- Suicídios e tentativas do mesmo, cometidos por indivíduos de nacionalidade africana, por escravos africanos e por escravos crioulos, na província da Bahia (1848-1861).....	422
Anexo 2- Da mitificação à detração: imagens de Nina Rodrigues.....	429
Figura Anexo2: Um mulato racista na Internet.....	435
Anexo 3- Um parecer médico-legal de Nina Rodrigues.....	441
Anexo 4- Três menores entrevistados por Nina Rodrigues na Penitenciária de Salvador (BA).....	449
Anexo 5- Notas em jornais do século XIX sobre alienados.....	457

	PÁG.
Figura II.1- Escala unilinear das raças humanas e seus parentes inferiores.....	59
Figura II.2- Retrato de Alexandrina.....	93
Figura II.3- Dança dos índios puris.....	105
Figura II.4- Escravas negras de diferentes nações.....	117
Figura II.5- Diferentes nações de negros.....	117
Figura II.6- Máscara de ferro. Visita a uma fazenda (detalhe).....	124
Figura III.1- Degenerescência progressiva numa família cretinizada(1)...	160
Figura III.2- Degenerescência progressiva numa família cretinizada (2)...	160
Figura III.3- Três tipos do povo Dinka.....	173
Figura IV.1- Redenção de Can.....	188
Figura IV.2- Desenhos estilizados de Obatalá/Oxalá.....	261
Figura IV.3- Dança das filhas de Oxalá.....	261
Figura IV.4- Manifestação de um orixá, Eua.....	262
Figura IV.5- Ataque demoníaco histérico.....	262
Figura IV.6- Dança de São Guido.....	290
Figura IV.7- Imagens de Antonio Conselheiro.....	301
Figura IV.8- Fac-símile da folha de rosto da tese de Juliano Moreira.....	306
Figura IV.9- Juliano Moreira e Albert Einstein, em 1925.....	312

	PÁG.
Mapa IV.1- Distribuição dos grupos bantos e sudaneses no continente africano, à época do tráfico de escravos para o Brasil.....	235
Mapa IV.2- Localização geográfica na África dos principais grupos étnicos que forneceram escravos ao Brasil.....	239

	PÁG.
Quadro II.1- Algumas obras de visitantes estrangeiros sobre o Brasil, no século XIX.....	83
Quadro IV.1- Principais denominações dadas aos escravos brasileiros, segundo sua origem africana suposta.....	238
Quadro IV.2- Freqüência do diagnóstico de paranóia em homens e mulheres negros internados, Hospício Nacional, 1894-1901 (Henrique Roxo).....	268
Quadro IV.3- Freqüência do diagnóstico de paranóia em homens e mulheres internados, Hospício Nacional, 1891-1893 (Márcio Nery).....	269
Quadro IV.4 - Freqüência do diagnóstico de paranóia em internos brancos e negros, segundo nacionalidade, Hospício de Alienados de São Paulo, 1895-1901 (Franco da Rocha)...	269



RESUMO

xxix

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Esta tese enfoca um aspecto da história da medicina brasileira, localizado no período inicial da constituição de suas especialidades, entre elas a psiquiatria e a medicina legal. De forma geral, o trabalho analisa as repercussões no Brasil de determinadas teorias médicas que relacionavam os conceitos de **raça, mestiçagem, degenerescência e alienação mental**.

O ponto principal deste trabalho é o estudo da obra do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, que defendia a existência de particularidades nos negros e nos mestiços brasileiros, com relação à sua psicopatologia e à sua imputabilidade penal.

Analisa-se a sua extensa produção científica, publicada no Brasil e no exterior, de 1890 a 1906. Como esta produção divide-se em várias áreas de interesse, a pesquisa privilegiou os seus **estudos de psicopatologia comparada**, em que os conceitos supracitados se articulam e se mostram em ação, na descrição de casos clínicos.

Ainda que a tese se concentre nas idéias expressadas por Nina Rodrigues, destaca também um importante fundador da psiquiatria brasileira, o baiano Juliano Moreira (1873-1933), enfatizando as suas formulações sobre a não-ligação entre raça, degenerescência, neuropatologia e psicopatologia; em síntese, sua contraposição a Nina Rodrigues quanto às crenças na inferioridade mental inata do negro e no efeito negativo da mestiçagem, no caráter físico e mental dos brasileiros.

A fim de contextualizar historicamente o instrumental teórico usado pelos autores citados, em dois capítulos preliminares se apresentam: as teorias raciais no século XIX, enfatizando a construção e a difusão do racismo científico; os desenvolvimentos teóricos dos alienistas europeus em torno das imagens da doença mental em povos ditos primitivos; e a evolução do conceito de degenerescência e suas propostas relações com a etiologia da alienação mental.

Ao traçar a trajetória intelectual de Raimundo Nina Rodrigues e de Juliano Moreira evidencia-se que, a despeito de suas divergências, ambos trabalharam de maneira original as teorias vindas dos países europeus, caracterizando-se por uma postura epistemológica que valorizava a obtenção de conhecimentos a partir de pesquisas realizadas no contexto brasileiro. Os grandes debates internacionais do alienismo e da medicina legal da época, sob a óptica destes dois médicos brasileiros, deixam-se entrever em seus escritos.

E ainda, ambos contribuíram significativamente para a consolidação de duas especialidades médicas no Brasil, a medicina legal e a psiquiatria, tanto na sistematização de seu ensino quanto nas práticas institucionais a elas associadas.



ABSTRACT

This thesis focuses on a specific aspect of the History of Psychiatry in Brazil, encompassing the period of its initial establishment as an autonomous medical discipline. It describes medical theories related to the concepts of **race**, **mestization**, **degeneration** and **mental alienation**.

It is important to stand out that during the the second half of the XIX century the debate on the Brazilian nationality was associated to medical concerns on the supposed harmful consequences of miscegenation for Brazilians' future.

Although the terms *race* and *mestization* were deeply associated to Brazil's image since the Colonial Period, they had reached a new status in the late XIX century. One could say that in the last quarter of the 1800's Brazil was defined by its races. *The problem of the black and the mestizo* reached a scientific status only after the abolition of slavery, when it was examined from the perspective of the degeneration theory and climatic/racial determinisms. Brazilian thinkers were then forced to face new theories coming from overseas, and obligated to discuss further the future of a mestizo people in a tropical climate.

This study explores the work of Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), a professor of Legal Medicine at the Bahia Medicine Faculty that defended the existence of idiosyncrasies in black and mestizo Brazilians regarding criminal imputability and pscopathology. Nina Rodrigues' texts can be divided in four major categories of interest: (i) Tropical Medicine and Public Sanitary Organization; (ii) Legal Medicine and Forensic Psychiatry; (iii) studies of Comparative Pscopathology; and (iv) ethnography of African people in Bahia state.

The results presented herein emphasizes the studies of Comparative Pscopathology. The analysis was built on Nina Rodrigues' expressive scientific production, published in Brazilian and European journals.

In order to examine a theoretical counterpart to Nina Rodrigues, regarding his argument of a negative effect of miscegenation on the physical and mental characteristics of Brazilians, the work of another important founder of Brazilian Psychiatry, Juliano Moreira (1873-1933), was also considered.

Note that the expression *mental alienation* is used through the thesis with the same meanings it had to doctor and to common sense in the Brazilian late XIX century: a condition of individuals whose aberrant behaviors were socially troublesome, or that were regarded as dangerous for themselves or other, and in which it was possible to recognize some feature dissonant from rationality, the madness, at last. In other hand, the word *race* is composed of a particular set of meanings: a race is a section of humanity, biologically defined, whose members are identified by their physical aspect, that are supposed to be related to specific moral and intellectual attributes. In this context, hierarchy, progress and race were non-dissociable words.

In tracing the intellectual trajectory of Raimundo Nina Rodrigues and Juliano Moreira it was made evident that, despite their divergences, both re-worked originally the theories coming from European countries, and both were marked by an epistemological position that valorized knowledge obtained from scientific researches carried out in the Brazilian context.



CAPÍTULO I

Introdução

I.1 – OBJETIVOS DESTE TRABALHO

Embora os termos *raça* e *mestiçagem* sejam indissociáveis da imagem brasileira desde a época colonial, como transparece nos relatos dos viajantes e dos cronistas, eles tomaram contornos bem diferentes no século XIX. É possível dizer que o Brasil, a partir do último quarto daquele século, passou a se definir por suas raças.

No fim do século XIX, teorias deterministas climáticas e raciais estavam em voga na Europa, e logo tais idéias chegariam ao país; e, como tais teorias não nos eram nada favoráveis, os pensadores brasileiros viram-se obrigados a refletir sobre o futuro de um país mestiço num clima tropical, ou seja, duplamente fadado ao insucesso, pelos parâmetros deterministas.

Foi principalmente depois da abolição que **o problema do negro brasileiro** passou também a ser uma questão médico-científica, vista pelos ângulos da teoria da degenerescência e dos referidos determinismos, especialmente o racial.

O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, foi um dos que desejou colaborar “no departamento médico para o trabalho de individuação pátria, a que na esfera de outras manifestações tanto se têm outros dedicado” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.214). Como homem de ciência, colaborar para a construção de um país viável e moderno era, pois, o que ele pretendeu, ao estudar as particularidades físicas e mentais dos negros e dos mestiços brasileiros, ou, mais especificamente, dos baianos.

A **Parte 1** do capítulo principal desta tese, o **Capítulo IV**, se ocupa da caracterização histórica do debate sobre as raças e a mestiçagem no Brasil e da posição de Nina Rodrigues nele; segue-se a sua biografia e uma apresentação geral da sua obra. Como anuncia o título, centralmente aqui são analisados o que chamei de seus **estudos de psicopatologia comparada**, em que os conceitos

médicos de *raça, mestiçagem, degenerescência e alienação mental* se articulam e se mostram em ação, nas suas descrições de casos.

Ainda que a tese se concentre nas idéias expressadas por Nina Rodrigues, destaca também um importante fundador da psiquiatria brasileira, o baiano Juliano Moreira (1873-1933), enfatizando as suas formulações sobre a não-ligação entre raça, degenerescência, neuropatologia e psicopatologia; sublinha-se, em síntese, a contraposição de Moreira a Nina Rodrigues quanto às crenças na inferioridade mental inata do negro e no efeito negativo da mestiçagem na formação do povo brasileiro. Trata-se de Juliano Moreira na **Parte 2** do **Capítulo IV**.

Os dois capítulos anteriores pretendem contextualizar historicamente os temas raciais no Brasil e o instrumental teórico usado pelos autores citados.

No **Capítulo II** se apresentam as teorias raciais no século XIX, assinalando-se a construção e a difusão do racismo científico e do evolucionismo; são mostradas ainda as visões de estrangeiros visitantes sobre as raças e a escravidão no Brasil, antes de 1870.

O **Capítulo III** aborda a exploração psicopatológica comparativa feita por alienistas europeus entre povos ditos primitivos; a seguir, analisa a evolução do conceito de degenerescência e suas propostas relações com a etiologia da alienação mental; o último ponto do capítulo faz uma breve história da antropologia criminal.

Os Anexos são cinco: o Anexo 1 apresenta o esboço de uma história da psicopatologia dos escravos brasileiros no século XIX; o Anexo 2, as imagens atuais de Raimundo Nina Rodrigues, veiculadas pela Internet; o Anexo 3 reproduz um parecer médico-legal deste autor; o Anexo 4, três entrevistas clínicas que ele fez com menores detidos na Penitenciária de Salvador; e no Anexo 5 transcreve-se quatro pequenas notas de jornais do século XIX, que mencionam questões relacionadas a alienados mentais.

Do título da tese: sobre os sentidos de alienação mental, raça e psicopatologia comparada

A expressão **alienação mental** é usada aqui com a conotação usual no Brasil da segunda metade do século XIX, para os médicos, ou ainda no senso comum: a condição de certos indivíduos, cujos comportamentos aberrantes eram socialmente incômodos ou tomados como perigosos para si ou para outrem, e nos quais se reconhecia o caráter estranho aos ditames da razão – a loucura, enfim.¹

No período a que se refere este estudo, o termo genérico **alienado** remetia também ao alheamento que se julgava inerente a todo doente mental frente ao contrato social: sendo incapaz de assumir plenamente seus deveres de cidadão, em função do desarranjo mental, ele deveria ser protegido de si e dos demais, e para tal tinha seus direitos restritos e sua liberdade controlada. Sobre o sentido do termo, dizia Raimundo Nina Rodrigues, em 1901:

Nos povos latinos, a acepção jurídica da expressão **alienação mental** é toda francesa e data da célebre lei de 1838 sobre alienados. O uso do termo no sentido genérico remonta a Pinel e Esquirol, mas só naquela lei a expressão, até então toda médica, recebeu sua consagração jurídica e entrou para o patrimônio da terminologia legal. A lei de 1838 se destinava à proteção e à assistência dos loucos, mas ela abrangeu nos termos alienação mental não só estes como os imbecis e idiotas (NINA RODRIGUES, 1939b, p.27).

¹ Segundo Isaías PESSOTTI (1994, p.30), foi Felix Plater, em sua classificação de 1625, que introduziu o conceito de alienação mental, que se tomaria o eixo da nosografia do século XIX. Plater considerava as doenças mentais como lesões da inteligência (*mens*, composta por três sentidos internos: razão, imaginação e memória – uma divisão platônica). Se a inteligência estivesse deficiente, ocorreria fraqueza ou abolição mental (*mentis imbecillitas* e *mentis consternatio*, respectivamente). E se algum dos sentidos estivesse depravado, surgiriam o esgotamento mental (*mentis defatigatio*) ou a alienação mental (*mentis alienatio*), que era o extravio da inteligência caracterizado pelo delírio.

Como se verá nas observações de Nina Rodrigues, no início do século XX, a alienação mental era sinônima de loucura, ou poderia ter, para os médicos e advogados, uma conotação mais ligada ao estatuto jurídico do louco ou do deficiente mental.

Este autor observava ainda que, no começo do século XX, os psiquiatras franceses tendiam a empregar *folie* “para designar as moléstias mentais propriamente ditas” e a usar *alienation mentale* em sentido mais amplo, quando eram incluídas também as debilidades mentais “que não são em rigor moléstias mentais, mas simples resíduos de moléstias cerebrais do período embrionário, fetal ou infantil”, ou seja, no sentido médico-legal dado pela lei francesa de 1838. Quanto ao Brasil, notava que as expressões *loucura* e *alienação* mental eram correntes como sinônimos de “desarranjo mental mórbido”, entre os médicos e, especialmente, “em linguagem vulgar” (NINA RODRIGUES, 1939b, p.26).²

Por sua vez, o termo **raça** carregava um conjunto de significados peculiar, no período enfocado: uma raça era uma seção da humanidade, separada das demais por certas características hereditárias, definidas biologicamente, cujos membros eram identificáveis pela aparência física, e por certos atributos morais, psicológicos e intelectuais típicos e inatos. Hierarquia, progresso e raça são palavras que nunca se separam, nesta época. Sobre estes significados de *raça* se trata mais detalhadamente no **Capítulo II**.

Vale a pena assinalar, sobre o uso atual dos termos **racial** e **racismo**, algumas observações do sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, a respeito da necessidade de precisar melhor tais termos; este autor aponta que o a utilização dos conceitos de **raça** e **racismo** só faz sentido no âmbito de uma teoria taxonômica denominada **racialismo**, que atribui aos certos sujeitos uma espécie de *essência racial*, hereditária e identificável a partir de marcas físicas e a que se acrescentam valores morais e intelectuais (GUIMARÃES, 1999, p.18).

² Lembrava também Nina Rodrigues que, à época colonial, as *Ordenações do Reino* chamavam os loucos por variados nomes: “desassisados”, “sandeus”, “mentecaptos” ou “furiosos” e que ali havia artigos específicos referentes aos “desmemoriados” (dementes senis?) e aos “pródigos”. Já no Código Criminal do Império (1830), os doentes mentais eram denominados “loucos de todo gênero” (NINA RODRIGUES, 1939b, p.28).

Historicamente, afirma Guimarães, a adesão a teorias racialistas conduziu tanto a racismos extremados que levaram a genocídios, quanto ao que ele chama de um racismo mais brando, e que exemplifica com o racismo, que ele qualifica de condescendente e paternalista, de Raimundo Nina Rodrigues, cujas idéias seriam mais propriamente chamadas de racialistas (GUIMARÃES, 1999, p.59).³

Quanto à última expressão, ***psicopatologia comparada***, no caso de Nina Rodrigues, ela se refere a um método clínico comparativo que buscava analisar as regularidades nas manifestações de sintomas mentais em brancos e negros brasileiros e, adicionalmente cotejava as manifestações psicopatológicas vistas aqui com aquelas descritas na Europa. Além de ancorar-se nos constructos da psicopatologia médica, o autor recorria ainda aos supostos evolucionistas do racismo científico.

³ É evidente que, para a ciência, raça não se refere hoje a nenhuma realidade natural ou biológica, mas práticas racistas continuam atuantes na sociedade brasileira; por este motivo este autor defende o uso de um conceito sociológico de raça, nominalista, que auxilie na compreensão das relações sociais.

I.2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E RECORTE METODOLÓGICO

Problemas de palavras, dirão. É uma infeliz homonímia própria da nossa língua que designa com um mesmo nome a experiência vivida, seu fiel relato, sua ficção mentirosa e sua explicação erudita. Exatamente para perseguir as armadilhas da homonímia, os ingleses distinguem story e history. [...] Estas convenientes referências podem fechar alguns buracos nas exposições metodológicas. Sua virtude pára aí [...]. É necessária a confusão da língua para medir em seu rigor o dilema [...].

Jacques Rancière.⁴

A psicopatologia como linguagem historicamente construída

A história da psicopatologia descritiva, conforme definida por Germam Berrios, se ocupa da linguagem usada pelos alienistas para descrever os sintomas mentais, linguagem esta construída principalmente durante o século XIX. Esta história analisa o discurso que eles produziram sobre aquilo que consideravam doença ou anormalidade da mente humana, utilizando-se de tal língua, com seu vocabulário e sintaxe próprios (BERRIOS, 1998, p.1-3). Um dos objetivos desta abordagem histórica é decodificar as regras que controlam tal discurso, bem como explicitar suas bases, assim como as alterações ocorridas no decorrer do tempo.

Tendo como pressuposto que a observação clínica, que possibilitou tais descrições, nunca foi uma atividade inocente ou neutra, mas completamente comprometida com os contextos históricos, psicológicos e filosóficos em que se inseria o observador, conclui-se que o resultado final da descrição do sintoma

⁴ RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. 1994. p.11.

mental, ou a formulação de um discurso psicopatológico, dizem tanto sobre o seu objeto de pesquisa quanto do pesquisador.⁵

Assim, tomando como exemplo os autores aqui estudados, as descrições clínicas de Raimundo Nina Rodrigues e de Juliano Moreira falam muito dos referenciais teóricos dos autores, sobre seus pressupostos a respeito da doença mental, tanto naquilo que ressaltam quanto no que deixam de lado, na formulação dos casos.

E ainda, deixam entrever a sua visão de mundo e seu posicionamento na sociedade; mas, como este último item é um campo bem arriscado de explorar, em que facilmente se escorrega para generalizações inócuas ou até absurdas, ao empreender a tarefa de recuperar parte da genealogia do conhecimento produzido por estes autores, procurei me remeter ao contexto histórico em que eles viveram, valendo-me daquilo que alguns historiadores produziram sobre a história do Brasil entre 1870 e 1930.

Mas, qual história?

De forma geral, eu acredito que não se deve explicar epígrafes, pois isto costuma ser redundante, já que a escolha das epígrafes é que nos explica. Entretanto, retomando a frase final de Jacques Rancière, a citada polissemia de *história* (em francês e em português) dá a medida da dificuldade na definição dita “científica” da história.

⁵ E isto, é claro, não ocorria apenas com os velhos alienistas, mas creio que acontece ainda que o clínico atual esteja consciente destas contingências, e mesmo que adote uma postura não reducionista, e considere a razoável hipótese que a “descrição final do sintoma”, isto é, aquilo que se apresenta à observação como sintoma ou sinal mental, seja resultado da interação entre sinais biológicos tênues (ou expressões de alterações neurobiológicas) e camadas de códigos psicossociais, co-participantes na formação dos sintomas, como pondera Berrios.

Não pretendo, nem teria fôlego para tal, fazer aqui uma resenha dos extensos debates que se tem travado no campo historiográfico, especialmente nos últimos 30 anos, sobre pontos essenciais, que preocupam os que fazem e os que ensinam história, e que podem ser formulados em questões tais como:

Afinal, o que faz o historiador? Para que e para quem busca o acontecido? A partir de que instrumentos, teorias, valores e concepções recorta seus temas, seleciona seu material documental e produz sua escrita do passado? E, aliás, de que passado se trata? [...] (RAGO, 2001, p.12).

Então, temos aqui que o **passado** não significa o mesmo que **história**. E como história se relacionaria com o passado, hoje? Sobre este ponto, recorro à bem humorada, e muito sensata definição do historiador inglês Keith Jenkins:

A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente [...] que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes / marginais os significados das histórias produzidas (JENKINS, 2001, p.52).

Portanto, toma-se como princípio que o passado existiu (é verdade, hoje um historiador precisa dizer isto...), mas que a história é sempre uma interpretação de uma pequena parte deste pretérito, feita com os instrumentos que o historiador escolheu. E isto remete ao papel ativo que o historiador desempenha na construção de seu objeto, um ponto metodológico importante de salientar.

Afinal, o historiador trabalha (em geral) com documentos, que são apenas vestígios do passado, e que só poderão responder ao que lhes perguntarem, como disse o sábio Marc Bloch (BLOCH, 2001, p.79).⁶

Como aponta outro importante historiador “o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem deste passado, quanto para dizer *a verdade*” (LE GOFF, 1998, p.54, grifo no original). Embora este pressuposto se aplique a qualquer tipo de documento, é especialmente válido para documentos produzidos no âmbito científico, alvos principais da presente tese.

Este estudo privilegiou o uso de fontes primárias, e todas as fontes foram interrogadas com cuidado (seguindo o conselho de March Bloch), com um ceticismo salutar, ou ao menos, com tal intenção. Cada família de documentos aqui usados tem as suas peculiaridades: os livros de estrangeiros sobre o Brasil, os documentos oficiais dos presidentes provinciais, a obra de Nina Rodrigues e de Juliano Moreira – cada uma precisou de um arsenal que auxiliasse a compreensão (mínima que fosse) das condições históricas em que tais documentos foram produzidos e das motivações de seus autores. Isto é claro, também se aplicou às chamadas fontes secundárias, dos livros que contam a história da história.

Há neste trabalho uma proposta de diálogo com os textos, bem mais do que a de fazer uma interpretação fechada deles, seguindo o conselho de experientes historiadores, como Célia Marinho de AZEVEDO (2000), Keith JENKINS (2001) ou Peter BURKE (1992; 2002), entre outros de minha especial simpatia. Procurei ainda não esconder isto, na construção textual, recordando a constatação de Peter Burke:

⁶ “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. Velho medievalista, confesso não conhecer leitura mais atraente que um cartulário. É que sei, aproximadamente, o que lhe perguntar. Uma coleção de inscrições romanas, em contrapartida, me diz pouco. Se com dificuldade consigo lê-las, não sei solicitá-las. Em outros termos, toda a investigação histórica supõe, desde dos seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção” (BLOCH, M. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. 2001. p.79).

É uma pena que a maioria dos historiadores profissionais [...] até aqui tenha se mostrado tão relutante em reconhecer a poética de seu trabalho, as convenções literárias que seguem. Há um sentido em que fica difícil negar que os historiadores constroem os objetos estudados, agrupando eventos em movimentos como a “Revolução Científica” ou “A Guerra dos Trinta Anos”, que são visíveis somente a partir somente de uma percepção tardia dos acontecimentos (BURKE, 2002, p.179).

Encerrando esta introdução, gostaria de repetir o dito de um interessantíssimo alienista-filósofo da primeira metade do século XIX, conforme o citou Germam Berrios, o barão austríaco von Feuchtersleben que, em 1847, escreveu algo assim: “A história da ciência é, ela mesma, a própria ciência” (BERRIOS, 1998, p.8).



CAPÍTULO II

Teorias raciais no século XIX

II.1 – AS RAÇAS HUMANAS E A ORIGEM DO HOMEM

[...] e eu perguntava a mim mesmo o que diriam de nós os gaviões, se Buffon tivesse nascido gavião...

Brás Cubas, o defunto autor.

Embora as noções ligadas à palavra *raça* variem muito, quando se considera a cultura ocidental nos séculos XVIII, XIX ou XX, todas elas podem ser consideradas variações sobre o velho tema das diferenças entre os grupos humanos, sejam elas físicas ou mentais (ou morais ou psicológicas, dependendo da época). E tais diferenças, quase sempre, significam desigualdades, ou seja, resultam numa inevitável hierarquização destes grupos.⁷

Ao se estudar a história das idéias sobre as raças humanas, a primeira observação que se impõe é a impossibilidade de separar este tema de outro que com ele se imbrica, a da origem do ser humano.

A história das teorias sobre a origem da Terra e de seus habitantes é longa e complexa demais para que se pretenda resumi-la em poucas linhas; importa aqui enfatizar que, desde o fim do século XVIII, este discurso deslizará cada vez mais da filosofia, seu lugar de nascimento, para os domínios de uma outra categoria, espécie de filósofos práticos, os naturalistas.

Eram denominados naturalistas os especialistas em história natural, ampla área de estudos que compreendia a botânica, a zoologia, a geologia e a astronomia. Como se vê, todas as repartições que o homem identificava na natureza, em os seus reinos animal, vegetal e mineral.

Os métodos da história natural visavam dar ao observador condições de ver, descrever, catalogar e nomear a natureza de forma sistemática e, mais importante, de maneira reprodutível por outros observadores.

⁷ Especialmente no século XIX, a quantidade de pensadores que trataram de temas raciais é muito grande; escolhi discutir os mais representativos ou os diretamente ligados aos autores brasileiros que serão estudados nesta tese.

Nas palavras de Michel Foucault:

A história natural, na idade clássica, não corresponde à pura e simples descoberta de um novo objeto de curiosidade; recobre uma série de operações complexas que introduzem, num conjunto de representações, a possibilidade de uma ordem constante. Constitui como *descritível* e *ordenável* ao mesmo tempo todo um domínio da empiricidade (FOUCAULT, 1987, p.173, grifos no original).

Na definição de Lineu, o historiador natural (*historiens naturalis*) distinguia pela visão desarmada e depois descrevia e nomeava os corpos naturais, segundo critérios bem estabelecidos; o naturalista era, pois, “o homem do visível estruturado e da denominação característica” (FOUCAULT, 1987, p.176). Linnaeus ou Lineu, nome latino do sueco Carl von Linné (1707-1778), lançou as bases da taxonomia que vigoraria nos séculos seguintes. Com a obra *Systema naturae* (1758) criou a nomenclatura binária, que atribui a cada ser vivo um apelido latino correspondente ao gênero e mais um nome descritivo, que designa a espécie. A classificação de Lineu se destinava, a princípio, às plantas, mas foi depois estendida aos animais e, entre eles, ao homem (STRATHERN, 2001, p.14).

Protótipo dos naturalistas do fim do século XVIII, Lineu era criacionista, monogenista e fixista. O **criacionismo** é a noção basilar, e se refere à crença judaico-cristã na origem do homem a partir das mãos de Deus, como descrito no Gênesis; portanto, toda a humanidade descenderia do primeiro casal. Assim, da crença estrita no criacionismo bíblico decorreria outra convicção, o **monogenismo**, a descendência da humanidade a partir de Adão e Eva (GOULD, 1999, p.26).

Ainda segundo o relato bíblico, o homem e a mulher foram criados, como todas as demais formas vegetais ou animais do planeta, já em sua condição mais perfeita, e imutável, ou seja, para os que defendiam uma leitura literal do Gênesis, outra fé conseqüente era que as criaturas de Deus, perfeitas *ab ovo*, não

teriam mudado desde a criação, o que foi chamado depois de *fixismo* (PRENANT, 1944, p.81).

Ao menos oficialmente, todos os naturalistas até Darwin eram criacionistas. O mesmo não se pode dizer do fixismo, embora predominante; idéias *transformistas*, sobre possíveis mudanças nas espécies, ao longo dos séculos, foram emitidas, mais ou menos timidamente, por alguns naturalistas, desde a segunda metade do século XVIII. A degeneração do seres primitivos perfeitos era invocada para explicar tais mudanças, numa tentativa de não contradizer o texto bíblico (GOULD, 1999, p.26; PRENANT, 1944, p.81).

Já o *poligenismo* esperaria até o século XIX para se manifestar explicitamente, já que era um questionamento direto ao relato bíblico, ao defender que os seres humanos poderiam descender de vários *centros de criação*, surgidos em locais diversos do globo e desenvolvidos isoladamente, dando origem às diferentes raças humanas; mesmo assim, o poligenismo se esforçava por se manter criacionista (GOULD, 1999, p.26).

Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), discordava da sistematização de Lineu, e defendia que as fronteiras entre os gêneros classificatórios fossem mais fluídas. Também criacionista, propunha que as espécies existentes eram as originalmente criadas por Deus, mas algumas haviam mudado porque degeneraram. Para Buffon, a mudança das espécies se associava à degeneração, não ao progresso, e ele não concebia que uma espécie pudesse vir de outra (BENCHIMOL, 1999, p.198).

As descrições de Buffon da natureza americana revelam estas idéias de degeneração ligada ao clima e ao meio, e veicularam uma imagem negativa do Novo Mundo. Este teria espécies animais menores, mais fracas, assim como o homem dos climas tórridos seria mais débil que o habitante dos climas temperados, como o europeu, em todos os sentidos. Na classificação racial de Buffon, a cor da pele determinava a hierarquia: branca, amarela, parda e negra; os não-brancos constituíam desvios do tipo primitivo (LISBOA, 1997, p.139).

A imagem negativa da natureza na América seria radicalizada pelo abade Corneille de Paw, em obra de 1768, onde considerava os naturais destas terras degenerados e sem possibilidade de progresso (LISBOA, 1997, p.79). Buffon nunca esteve na América, tampouco o abade de Paw, mas provavelmente consideravam isto irrelevante.⁸

Contemporâneo de Buffon, o grande filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em nota do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (datado de 1754), aponta a dificuldade do europeu em enxergar o diferente, o outro:

Depois de, por trezentos ou quatrocentos anos, os habitantes da Europa inundarem as outras partes do mundo, e incessantemente publicarem novos repositórios de viagens e de relatos, e estou persuadido de que, quanto aos homens, só reconhecemos os europeus; parece até, devido aos preconceitos ridículos que ainda não se extinguiram entre os letrados, que cada um, sob o título pomposo de estudo do homem, só faz o dos homens do seu país (ROSSEAU, 1978, p.300).

Rousseau pensa o selvagem, homem natural, como perfectível, isto é, tendo todas as condições essenciais para sua máxima realização humana. As diferenças de aparência entre os grupos humanos – “uns são negros, outros brancos e outros vermelhos; uns têm cabelos longos, outros só tem uma lã encarapinhada” – seriam causadas, sobretudo, pelos “efeitos poderosos da diversidade dos climas, do ar, dos alimentos, do modo de viver, dos hábitos em geral” e principalmente, pela “força espantosa dessas mesmas causas, quando agem continuamente sobre muitas gerações seguidas” (ROSSEAU, 1978, p.296).

⁸ Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso* - onde estuda a história de uma “idéia migratória”, a da localização do Éden na América (p. XIX) - diz que as imagens detratoras do Novo Mundo não chegaram a rivalizar, em extensão, com as visões edênicas, muito mais profícuas (HOLANDA, 2000, p. XXV-VI), ao menos até o século XVIII.

A unidade da espécie humana é afirmada pelos iluministas, pois, não de uma perspectiva religiosa, mas filosófica.⁹

Um discípulo de Buffon, Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), no livro **Philosophie zoologique** (1809), procurou mostrar que alguns caracteres da organização humana poderiam ser produzidos em um macaco, por mudança de seus hábitos. Entretanto, não foi muito longe em suas conclusões, e disse prudentemente: “Tais seriam as reflexões que se poderiam fazer se o homem, considerado aqui como a raça preeminente em questão, não fosse distinguido dos animais senão pelos caracteres de sua organização e se sua origem não fosse diferente das deles” (LAMARCK, 1809 *apud* PRENANT, 1944, p.99).

Inconformado com os limites estreitos que o fixismo lhe impunha, Lamarck propôs uma teoria transformista, em que defendia que os animais adquiriam novos caracteres físicos conforme as necessidades de adaptação ao meio (por uso / desuso, desenvolvimento / atrofia de órgãos, etc) e que estes seriam transmitidos à descendência (STRATHERN, 2001, p.15-6).

O maior debatedor de Lamarck foi George Cuvier (1769-1832), que deu continuidade ao trabalho de sistematização de Lineu e era, como este, fixista (PRENANT, 1944, p.82-3). Como bom criacionista, Cuvier defendia a origem única dos homens; entretanto, isto não o impedia de considerar os nativos africanos como “a mais degenerada das raças humanas, cuja forma se aproxima da do animal e cuja inteligência nunca é suficientemente grande para chegar a estabelecer um governo regular” (CUVIER, 1812¹⁰ *apud* GOULD, 1999, p.21-2).

Dentro da perspectiva criacionista, ainda nas últimas décadas do século XVIII, um autor alemão contribuirá com idéias que influenciarão as teorias raciais do século seguinte. Johann Friederich Blumenbach considerava em sua classificação a cor da pele e a localização geográfica, dividindo a humanidade em cinco raças: caucásicos (brancos), mongóis (amarelos), etiópicos (negros). As

⁹ Foi marcante a influência das teses de Rosseau, quanto às relações entre natureza e civilização, no pensamento psicopatológico do século XIX, especialmente nas concepções da chamada psiquiatria comparada ou etnopsiquiatria (DALGALARRONDO, 1996, p.17). Este ponto será discutido adiante, no capítulo sobre alienação mental e raça.

¹⁰ CUVIER, G. *Recherches sur les ossements fossiles*. Paris: Deterville, 1812.

duas últimas seriam desvios da primeira, a raça original; indígenas americanos e malaaios seriam raças transitórias (LISBOA, 1997, p.140).

Alexander von Humboldt (1769-1859) tinha nos entusiasmados relatos de suas longas viagens um argumento poderoso contra a visão pessimista da América do abade de Paw e de Buffon (LISBOA, 1997, p.81-2). Criacionista, monogenista e ardoroso defensor da igualdade entre os homens, von Humboldt questionava a hierarquização baseada em critérios estéticos ou de capacidade mental (GOULD, 1999, p.25)¹¹.

Bem diversamente pensava um contemporâneo seu, o famoso poligenista americano Samuel George Morton, médico e grande coletor de fatos, isto é, de crânios. Morton começou sua coleção de crânios humanos em 1820; deixaria mais de mil deles ao morrer, em 1851. Desta coleção veio sua reputação científica, e ela provocou admiração em todo o mundo científico, de Agassiz a Humboldt, como monumento à objetividade (GOULD, 1999, p.39).

Morton publicou as análises comparativas da capacidade craniana por raça em duas obras, *Crania Americana* (em 1839, sobre os índios americanos) e *Crania Aegyptiaca* (em 1844, sobre crânios encontrados nas catacumbas egípcias). Correlacionando capacidade intelectual com tamanho cerebral, inferido pela capacidade cúbica dos crânios, concluiu que os brancos se encontravam acima dos índios e estes acima dos negros. No caso dos crânios egípcios, dividiu-os em caucasóides e negróides, e os resultados da sua análise foram, previsivelmente, similares aos da amostra anterior.¹²

¹¹ No tópico seguinte se discutirá a influência de von Humboldt na literatura dos naturalistas itinerantes que visitaram o Brasil, especialmente sobre von Martius.

¹² Gould analisou detidamente os dados dos experimentos de Morton, refazendo seus cálculos; encontrou erros grosseiros que favoreciam a superioridade branca. Entretanto, não descobriu vestígios de falsificação voluntária de resultados, mas sim o uso de critérios desiguais e de interpretações tendenciosas (GOULD, 1999, p.39-59). O excelente livro de Stephen Jay Gould, **The Mismeasure of man**, de 1981, é a minha principal referência na discussão dos supostos do racismo científico. A edição brasileira usada aqui é GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. 2. ed. Tradução Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 369 p.

Outro conhecido mestre da craniometria foi o francês Paul Broca (1824-1880) professor de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina que, no mesmo ano da publicação das **Origens das espécies** de Darwin, fundava a Sociedade Antropológica de Paris (1859). Medir cabeças e corpos passaria a ser uma obsessão para os antropologistas, convencidos da utilidade de seus procedimentos: determinar o verdadeiro lugar de cada raça em uma escala unilinear de evolução (GOULD, 1999, p.76).

A influência de Broca e de sua escola antropológica na medicina foi grande, e seus parâmetros de medição passaram a ser referências em todos os laboratórios de antropologia física do mundo, inclusive no Brasil¹³.

Também influente na construção de teorias naturalizadoras das diferenças entre os grupos humanos foi o médico inglês Francis Galton (1822-1911), famoso primo de Charles Darwin, homem de muitos interesses, que iam da exploração geográfica da África à psicologia experimental, além da craniometria e da estatística (MOREL, 1997, p.105-6).

A obra mais conhecida de Galton é **Hereditary Genius**, de 1869, em que defende o caráter hereditário preponderante da inteligência, do caráter, da capacidade de trabalho, etc., a despeito da educação, e que teve grande aceitação nos meios científicos e leigos ingleses. Gould o apelida de “o apóstolo da quantificação”, tal o seu entusiasmo em descobrir e aplicar novos métodos de medição: para Galton, tudo no mundo seria mensurável, e a quantificação era a base de quaisquer procedimentos científicos (GOULD, 1999, p.66-9). Ressalte-se que a postura de Galton é uma espécie de síntese do *Zeitgeist* do século XIX, quando o fascínio pelos números e a crença na hereditariedade das qualidades humanas atingia a muitos dos que se dedicavam a pensar o homem e a natureza.

¹³ Broca também contribuiu para os estudos de localização cerebral, fundamentais para o desenvolvimento da neuropsiquiatria; foi o primeiro a correlacionar uma lesão cerebral no hemisfério esquerdo a um caso de afasia (incapacidade de expressão verbal adquirida) em 1861 (ACKERKNECHT, 1964, p. 50). Quanto aos pressupostos básicos e os métodos da *escola antropológica de Broca*, eles serão discutidos adiante, no capítulo IV, sobre Nina Rodrigues.

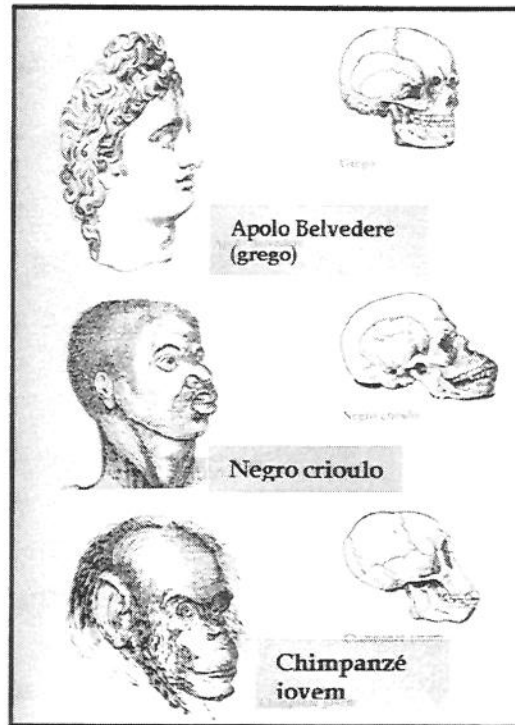
Uma outra contribuição de Galton para o vocabulário do racismo científico é o termo *eugenia*, criado em 1883, ao fundar na Inglaterra uma Sociedade de Eugenia voltada para o melhoramento da espécie; neste sentido, defendeu a regulamentação do casamento e do tamanho das famílias de acordo com o potencial estimado dos pais ou futuros pais¹⁴ (GOULD, 1999, p.67).

Agassiz e Gobineau: dois poligenistas na terra dos mestiços

Como Morton, era criacionista, poligenista e nada igualitário nas idéias o prestigiado zoólogo suíço Jean Louis Rodolph Agassiz (1807-1873), radicado nos Estados Unidos da América desde a década de 1840, professor universitário e fundador do seu Museu de Zoologia Comparada de Cambridge, Massachusetts.

Louis Agassiz contribuiu muito na edificação do que passaria a ser conhecido como a *escola antropológica americana*; ele foi o grande teórico do poligenismo nos Estados Unidos. Defendia que as raças humanas do presente eram na verdade espécies surgidas e desenvolvidas separadamente (GOULD, 1999, p.30). Estas raças/espécies eram dispostas por Agassiz hierarquicamente, em uma escala unilinear de evolução, e não é preciso grande esforço para supor qual delas ocupava o topo. Na página seguinte, a Figura II.1 reproduz uma proposta de escala unilinear das raças humanas.

¹⁴ As propostas eugênicas foram a operacionalização política e social das idéias deterministas, fossem elas raciais, climáticas ou classistas, tendo sido criadas várias sociedades de eugenia na Europa e nos EUA, nas décadas de 1910 e 1920 (SCHWARCZ, 2000, p.60-1).



Extraído e modificado de GOULD, 1999, p.19.

Figura II.1- Escala unilinear das raças humanas e seus parentes inferiores, segundo Nott e Gliddon, 1868.

Note-se nos desenhos a distorção grosseira do crânio do negro, que o torna mais prognático (com a mandíbula mais projetada para frente) do que o macaco, o que insinua a possibilidade dos negros estarem em um degrau mais baixo de desenvolvimento que aquele ocupado pelo nosso parente símio, de acordo com os parâmetros da craniometria.

Originalmente criacionista e monogenista, pois era homem religioso, Agassiz alterou sua idéia sobre a origem comum dos homens quando se mudou da Europa para os Estados Unidos. Stephen Jay Gould, que estudou sua biografia e sua correspondência particular, apresenta algumas explicações para esta conversão, que levou Agassiz a ser heterodoxo em matéria de interpretação bíblica: uma certa pressão de seus colegas de universidade, quase todos

poligenistas e, principalmente, a aversão visceral e profunda que ele sentia pelos negros, manifestada desde que vira um deles pela primeira vez, ao chegar aos EUA (GOULD, 1999, p.32).

No relato da sua viagem de 15 meses pelo Brasil, entre 1865 e 1866, Louis Agassiz não perde oportunidade de explicitar seu horror aos negros e aos mestiços.¹⁵ Com relação aos últimos, acredita que o país lhe oferece ampla comprovação de suas teorias:

O resultado de ininterruptas alianças entre pessoas de sangue misturado é uma classe de indivíduos em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando cruzados que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.374).

A observação dos brasileiros deu a Agassiz a oportunidade de reafirmar suas idéias poligenistas:

Por mim julgo estar demonstrado que, a não ser que se prove que as diferenças existentes entre as raças índia, negra e branca são instáveis e passageiras, não se pode, sem se estar em desacordo com os fatos, afirmar a comunidade de origem para todas as variedades da família humana (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.373).

Além de Agassiz, outro poligenista conhecido teve sua experiência brasileira, o conde francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), no Rio de Janeiro em missão diplomática entre 1869 e 1870.

¹⁵ Mais detalhes sobre o pensamento de Agassiz, no tópico II.2.

Poligenista extremado e determinista racial inflexível, ele foi autor do **Essai sur l'inégalité des races humaines** (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas), publicado de 1853 a 1855, uma obra extensa, erudita, em quatro volumes, em que Gobineau analisa a razão da decadência das civilizações.

Para o conde, as nações mestiças produziram populações desequilibradas e decaídas, que herdariam as piores características dos tipos originais. A raça branca seria a única realmente capaz de civilização, e *naturalmente* empreendedora e conquistadora (SILVEIRA, 1999, p.106-7).

Gobineau condenava o colonialismo europeu porque considerava vãs as tentativas de civilizar os bárbaros, já que as culturas seriam tão diferentes que restariam incomunicáveis (SILVEIRA, 1999, p.113).¹⁶

Como a Agassiz, o Brasil forneceu a Gobineau muitos exemplos corroborantes de suas teorias sobre a degeneração dos mestiços, que relata em sua correspondência particular¹⁷:

Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações de casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto (GOBINEAU, 1869¹⁸, *apud* RAEDERS, 1988, p.90).

Quanto ao futuro da nação, as previsões de Gobineau eram mais sombrias ainda que as de Agassiz; este último, a despeito de observar toda a degeneração que o mestiçamento causara já, em 1866, ainda via uma chance,

¹⁶ Uma detalhada apreciação desta obra de Gobineau pode ser encontrada no artigo de Renato SILVEIRA (1999, p.105-14), onde o autor também apresenta uma abrangente avaliação crítica da produção dos principais teóricos do racismo científico, como Broca, Letorneau, Vacher de Lapouge, Lovelacque, Sighele, Le Bon, etc. Ver SILVEIRA, R. *Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental*. **Afro-Ásia**, 23: 89-15, 1999.

¹⁷ O estilo de Gobineau é sempre enfático, às vezes espirituoso. Amigo do imperador Pedro II, quando este lhe pergunta o que acha dos brasileiros, responde: "Um brasileiro é um homem que sonha em viver em Paris" (GOBINEAU, em carta à esposa, em 7 de junho de 1869, *apud* RAEDERS, 1988, p. 93).

¹⁸ GOBINEAU, G.A.de. *Carta a Caroline de Gobineau*, 19 de abril de 1869.

pois observara nos híbridos “uma tendência constante para voltar aos tipos primitivos”, através da mistura com uma das raças originárias (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.373).

Já o conde acreditava que os mestiços degenerados estariam inevitavelmente fadados ao desaparecimento em alguns séculos; Gobineau calculava, em 1869, que tal fato se daria em cerca de duzentos e setenta anos (RAEDERS, 1988, p.11). Diz ele ao Ministro das Relações Exteriores da França, sobre as variedades mestiças brasileiras: “sem entrar no mérito das qualidades físicas ou morais destas variedades, é impossível desconhecer que elas não são laboriosas, ativas ou fecundas” (GOBINEAU, 1869¹⁹ *apud* RAEDERS, 1988, p.120).

Vê-se que Gobineau e Agassiz partilhavam do núcleo comum das crenças poligenistas de meados do século XIX, muitas vezes expressando-se em termos muito parecidos. Entretanto, a influência de Gobineau permanecerá mais implícita, enquanto o naturalista suíço será mais citado pelos ensaístas brasileiros (SKIDMORE, 1989, p.67), especialmente pela veiculação de sua **Journey in Brazil**.

O ômnibus evolucionista

Assim como as idéias de evolução ou transformação das espécies já existiam antes de Darwin, também aquelas sobre a luta pela existência já circulavam nos meios cultos, inclusive em autores que Darwin afirmou ter lido, como constatou Marcel Prenant ao analisar sua correspondência (PRENANT, 1944, p. 92).

¹⁹ MRE, Paris, France. **Question de l'Esclavage au Brésil, Rapport de Gobineau**. Relatório n. 5, 22 de setembro de 1869. Obs.: Raeders não dá o significado da sigla MRE, mas possivelmente seja Ministério das Relações Exteriores (?).

Com o terreno assim preparado, o inglês Charles Robert Darwin (1809-1882) publicou, em 1859, **A origem das espécies**, obra de muito sucesso²⁰, em que sintetizou as observações que vinha fazendo havia longos anos e apresentou a *teoria da descendência com modificações e a teoria da seleção natural* (DARWIN, 1979, p.157-191).

Para Darwin, a disputa dentro das espécies resultava na sobrevivência do indivíduo mais forte; assim, eram selecionadas as variações intra-espécies mais adaptadas, o que ao longo de muitas gerações daria origem a mudanças significativas, impulsionando as transformações das espécies. Além da seleção natural, a principal, ele admitia outras seleções, como a sexual, por uso e desuso de órgãos ou condicionada por fatores ambientais (DARWIN, 1979, p.83-127). Mas o autor não explicava como se transmitiam tais alterações entre as sucessivas gerações.²¹

Em **A origem das espécies**, o desenvolvimento de espécie alguma foi discutido particularmente; somente depois de se assegurar que um grande número de naturalistas aceitava a doutrina da evolução das espécies é que pareceu conveniente a Darwin trabalhar as notas que possuía e publicar um tratado especial sobre a origem do homem, que seria **A descendência do homem**, de 1871 (PRENANT, 1944, p.100).²² Aliás, é neste livro que Darwin usa pela primeira vez a palavra *evolução*, antes ele preferia *descendência com modificações*, para evitar a associação entre evolução e progresso (GOULD, 2001, p.189-90).

²⁰ A primeira edição, de 1.250 exemplares, fora vendida em um só dia; a segunda, de 3.000 livros, também se esgotou rapidamente; em 1876, haviam sido vendidos 60.000 exemplares. **A Origem das espécies** foi traduzida em quase todas as línguas européias, em tcheco, polonês e russo (PRENANT, 1944, p.73).

²¹ Gregor Mendel publicaria seus trabalhos sobre plantas híbridas em 1865-66, mas eles restariam esquecidos; só seriam redescobertos em 1900. Neles, demonstrava o mecanismo pelo qual certas partículas materiais (depois chamadas genes) transmitiam as características que se auto-reproduzem de geração em geração (GOULD, 2001, p.191).

²² Na verdade, ele só o fez depois de Haeckel publicar a sua **História da criação natural**, em 1868, em que o zoólogo alemão descrevia os ancestrais humanos e afirmava com todas as letras que o homem descendia de uma espécie de primatas (PRENANT, 1944, p.103).

Em 1872, Darwin publicou **A expressão das emoções nos homens e nos animais**, onde ele compara a mímica dos animais com as expressões emocionais humanas mais básicas (dor, alegria, medo, raiva, etc), o que lhe serviu de argumento tanto da origem simiesca do homem como da ancestralidade comum da espécie humana, mais tarde diversificada em raças (DARWIN, 2000, p.341).

Postulando uma espécie ancestral comum aos seres humanos atuais, Darwin colocava-se como claramente monogenista, um termo que adquire novo sentido para os darwinistas, obviamente não associado ao criacionismo e ao mito bíblico; agora, o monogenismo significava a origem do mesmo tronco da árvore evolutiva.

As idéias de evolução gradativa e de seleção natural do darwinismo não significaram uma revolução apenas nas disciplinas biológicas. Um evolucionismo difuso tomou conta de todas as esferas de pensamento na segunda metade do século XIX e passou a ser amplamente aplicado não somente no estudo de indivíduos, mas de sociedades, presentes e passadas.

Observe-se que idéias evolucionistas já eram aplicadas em análises de fenômenos variados, antes de Darwin. Herbert Spencer (1820-1903), filósofo inglês, propusera em 1855, no livro **Princípios de Psicologia**, o progresso evolutivo como explicativo das origens das faculdades mentais e do funcionamento psíquico, baseado em Lamarck (PRENANT, 1944, p.86).²³ Entretanto, é no seio do darwinismo que as teorias spencerianas alcançariam o máximo de desenvolvimento e difusão.

²³ Charles Darwin relacionava-se com Herbert Spencer e leu seus **Ensaio científico** em 1858 (PRENANT, 1944, p.87). Darwin chamou Spencer de "o grande aprofundador da teoria da evolução", em 1872, comentando seus estudos de psicologia (DARWIN, 2000, p.20).

Também a neuropsiquiatria e a psicanálise tiveram seu desenvolvimento marcado pelas idéias pan-evolucionistas spencerianas; John Hughlings Jackson, cujo modelo hierarquizado de funcionamento cerebral influenciou uma ampla gama de teóricos da mente, como Clérambault, Ribot, Janet, Meynert e Freud, enfatizava a herança conceitual recebida de Herbert Spencer (KURCGANT e PEREIRA, 2003).

Quarenta anos depois da publicação do primeiro livro de Darwin, Ernest Haeckel (1834-1919), zoólogo alemão e importante propagandista da teoria darwiniana, disse de Spencer: “ninguém expôs melhor a influência da *nossa concepção do mundo* que o grande pensador inglês”, que pertencia “àquele antigo grupo de filósofos da natureza que, antes de Darwin, havia encontrado na doutrina evolucionista a chave que deveria permitir a *resolução do enigma do universo*” (HAECKEL, 1982, p.44, grifos adicionais).

E. Haeckel também daria a sua contribuição original à doutrina evolucionista e, ao mesmo tempo, ao racismo científico, elaborando “a mais genérica de todas as justificações evolutivas do ordenamento hierárquico dos grupos humanos: o argumento da recapitulação” (GOULD, 1999, p.111), que serviria de teoria geral do determinismo biológico.²⁴

A premissa básica de Haeckel ainda hoje é bem conhecida, “a ontogênese repete a filogênese”, isto é, todo ser humano em crescimento embrionário passaria por fases correspondentes a formas adultas de seus antepassados. Por exemplo, fendas branquiais que são vistas no início da formação do embrião humano eram consideradas como representativas de um peixe ancestral em estado adulto, etc. (GOULD, 1999, p.112).

A idéia de recapitulação, transposta para a antropologia, fazia considerar que o funcionamento mental de um adulto primitivo (negro, por exemplo) seria comparável a de um menino de um grupo superior (ou seja, europeus ou norte-americanos), ou que uma mulher de uma nação “civilizada” (idem) teria traços mentais que a aproximaria dos selvagens. Em suma, o indivíduo adulto, do sexo masculino e da raça branca representaria o ápice do desenvolvimento mental da espécie humana.

²⁴ Haeckel e Spencer foram importantes fontes de Nina Rodrigues, de Sílvio Romero e de outros intelectuais brasileiros, de 1870 em diante, como se verá no capítulo IV.

Mas mesmo entre os brancos haveria diferenças, e alguns estudiosos identificaram como povos brancos inferiores, por exemplo, os habitantes de climas mais quentes, mais ao sul, na Europa e Américas. Nestes casos, a explicação era que os climas cálidos acelerariam o processo de amadurecimento físico e mental de seus habitantes, o que resultaria numa precoce parada do desenvolvimento (GOULD, 1999, p.113). Os adultos destes locais seriam, então, espécies de crianças grandes, ou mais primitivos que aqueles outros, beneficiados da sorte de habitar acima da linha do Equador.

Mudança de foco: da origem ao futuro

Os historiadores do debate racial observam que, depois de 1859, as contendas entre monogenistas e poligenistas tendem a se arrefecer (GOULD, 1999, p.65; CORRÊA, 1998, p.89; SCHWARCZ, 2000, p.54).

A aceitação da teoria da evolução de Darwin, deslocando o criacionismo do centro da discussão, liberou cada tendência para que ampliasse suas idéias sobre as causas das variedades entre os homens, acelerando o processo de naturalização das diferenças humanas. Assim, como diz Gould, monogenistas e poligenistas continuaram hierarquizando linearmente as raças, segundo seus próprios valores estéticos, morais e políticos (GOULD, 1999, p.65).

Mais ao fim do século XIX, definir que os homens tinham a mesma origem não significava, necessariamente, como no século anterior, reafirmar a crença iluminista na intrínseca igualdade humana, como se vê em Rosseau e Humboldt. Tampouco o novo monogenismo evolucionista poderia se ligar ao criacionismo de Buffon ou de Cuvier, defensores da superioridade dos habitantes do Velho Mundo.

Quanto aos poligenistas que vivenciaram a revolução paradigmática darwiniana e a aceitaram, a admissão de um remoto ancestral comum não os impediu de continuar considerando as raças como *variedades*, substancialmente

diferentes quanto aos talentos inatos (embora, a rigor, não pudessem ser mais poligenistas, se fossem darwinistas). A justificativa agora era que os grupos raciais humanos tinham estado separados geograficamente por tempo suficiente para que tal diferença evolutiva ocorresse. Portanto, nada mudava na sua velha hierarquia racial (GOULD, 1999, p.65).

Na verdade, com a aceitação da teoria da evolução por seleção natural e da origem simiesca do homem, perderia o sentido a distinção entre monogenistas e poligenistas, já que os dois grupos passariam a compartilhar a crença na ancestralidade comum. Desta forma, dissolvendo a dicotomia genésica anterior em um monogenismo racista, o evolucionismo pôde servir de justificação para posicionar negros e índios bem mais próximos do macaco que seus congêneres de pele clara.

À medida que o darwinismo se consolidou como fundamento das disciplinas biológicas e a maioria dos cientistas tornou-se evolucionista, não houve mais espaço para teorias poligenistas como as de Agassiz e seus “centros de criação” de diversas raças/espécies. O que não significou que suas idéias sobre a hierarquia das raças humanas fossem abandonadas; apenas a base da escala racial passou a ter um novo ocupante, o macaco.

A escala hierarquizada das raças humanas, proposta pela maioria dos cientistas da segunda metade do século XIX, tem o homem branco europeu em seu ápice, como norma e modelo de perfeição. Tal superioridade é auto-evidente para os formuladores desta teoria, eles próprios ocupantes do melhor lugar na escala evolutiva. Os adjetivos *natural*, *inato* e *biológico* acompanham as definições que o consenso científico fornece, garantindo a primazia branca.

Estas crenças compartilhadas culturalmente, com *status* de paradigma científico, formam um sistema de idéias denominado posteriormente de *racismo científico*, produto típico do século XIX, e resultado destas longas discussões sobre a origem e a igualdade ou desigualdade humanas.

Estabelecido um relativo consenso sobre a origem humana, passará a ocorrer, a partir das últimas duas ou três décadas do século XIX, um deslocamento do foco das preocupações quanto ao homem: o futuro da humanidade é o grande enigma proposto, e doravante respondê-lo mobilizará a maior parte das forças dos sucessores dos velhos naturalistas.

Evolucionistas ou darwinistas? Parêntesis etimológico

Quanto aos destinos dos modelos deterministas raciais europeus no Brasil, Lília M. Schwarcz²⁵ comenta que aqui se teria feito um uso peculiar deles, juntando dois sistemas teóricos originalmente excludentes, que costumam ser chamados, na história da antropologia, de *evolucionismo social* (ou *antropologia cultural*) e de *darwinismo social* (SCHWARCZ, 2000, p.65).

A autora explica que os nomeados evolucionistas ou etnólogos sociais defendiam a unidade da humanidade (eram monogenistas, portanto), acreditando que os grupos humanos se encontravam em posições desiguais na escala que levaria ao progresso, de que todos seriam capazes. Estes pensadores se agruparam nas sociedades de etnologia, eram ligados ao pensamento humanístico liberal e enfocavam a cultura numa ótica evolucionista, basicamente otimista; exemplos são Morgan, Tylor e Frazer (SCHWARCZ, 2000, p.57-62).

Já os batizados de darwinistas sociais ou deterministas raciais radicalizavam a desigualdade e a transformavam em diferença essencial entre as raças, que seriam ontologicamente diversas. Eram poligenistas e se concentravam nas sociedades de antropologia, adotavam modelos biológicos, essencialmente pessimistas quanto à capacidade de civilização das raças inferiores e dos tipos miscigenados, e muitos se associaram a projetos políticos conservadores ou

²⁵ Em **O espetáculo das raças**, de 1993, a autora discute a participação de cientistas e instituições nacionais no debate sobre as raças e o futuro da nação, de 1870 a 1930, num bom livro que se tornou referência obrigatória no tema (SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 284 p.).

francamente autoritários; alguns representantes são Broca, Gobineau, Agassiz e Le Bon (SCHWARCZ, 2000, p.55-65).

Esta é uma classificação muito difundida e parece tão clara aos historiadores e antropólogos que abordam a questão racial no século XIX, que eles muitas vezes se dispensam de maiores explicações ao utilizá-la, ao contrário da cuidadosa autora supracitada. Logicamente, sabe-se que este é apenas um artifício analítico, usado no exame dos fundamentos, das conseqüências políticas, dos usos e dos abusos das idéias de tais autores.

Entretanto, para um alienígena que se aproxime do mundo das ciências humanas, especialmente se tiver formação na área das biológicas, é quase incompreensível que se chamem de “darwinistas” autores criacionistas-fixistas e poligenistas como Gobineau, ou alguns que eram tudo isto e ainda se declararam contra a teoria de Darwin, como Agassiz.

Não é difícil perceber que cada uma destas escolas antagônicas deu relevo ao pedaço que mais lhe convinha da teoria darwiniana aplicada às sociedades: os apelidados *evolucionistas* à origem comum e os tais *darwinistas* à seleção natural através da sobrevivência do mais forte na luta pela existência.

Ressalte-se que ambos os grupos deram à *evolução* um caráter associado de *progresso* que Darwin, na formulação biológica original, cuidadosamente evitara, preferindo usar *descendência com modificações*, insistindo que *melhor adaptado* não significava *superior* (DARWIN, 1979, p.157; GOULD, 2001, p.190).

Entretanto, depois de demonstrar que a natureza não tem nenhum propósito futuro, que a adaptação que seleciona o mais apto é sempre presente e localizada – enfim, que sua teoria da evolução não é teleológica – no final de **A origem das espécies** Darwin escreveu: “como a seleção natural atua apenas para o bem de cada indivíduo, todas as qualidades corporais e intelectuais devem tender a progredir para a perfeição” (DARWIN, 1979, p.458).

Como observa Gould, livros inteiros foram escritos para discutir as idéias de Darwin sobre a noção de progresso na evolução das espécies, tentando encontrar explicações para uma contradição, na opinião de Gould, insolúvel (GOULD, 2001, p.188-202).

Este historiador das ciências resume bem tal contradição insolúvel, não só de Darwin, mas de toda uma época:

Darwin, o radical intelectual, sabia o que sua própria teoria acarretava e implicava; Darwin, o pensador conservador, não poderia solapar o princípio definidor de uma cultura (num momento-chave da história) em relação ao qual ele sentia tanta lealdade, e no qual se abrigava com tanto conforto (GOULD, 2001, p.196).

Então, retornando à etimologia, seriam ambas escolas evolucionistas, ou as duas darwinistas ou nenhuma das anteriores?

Talvez seja melhor, no caso brasileiro, deixar de lado qualquer tentativa de filiação a esta ou aquela escola e descrever simplesmente o referencial teórico e o seu uso. Senti-me autorizada a fazê-lo depois que fui informada que, em termos de pensamento social, o próprio Darwin não seria classificado entre os darwinistas...²⁶

II.2 – AS RAÇAS, A MISTIÇAGEM E A ESCRAVIDÃO: REGISTROS DE ESTRANGEIROS SOBRE O BRASIL E OS BRASILEIROS

Estrangeiros, visitantes, viajantes...

Desde os tempos coloniais ao século XIX, foram principalmente escritores estrangeiros (aí incluídos os portugueses) que colaboraram na tarefa de construir a imagem do Brasil e, numa espécie de fluxo e refluxo (para usar a conhecida expressão de Pierre Verger), alimentaram os pensadores nacionais e por extensão, as idéias correntes no senso comum sobre a identidade nacional.

²⁶ (em) “[...] **A descendência do homem**, Darwin se revelaria explicitamente um evolucionista social” (SCHWARCZ, 2000, p.256, nota 14).

Sem dúvida, é a vinda de D. João VI e da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, que marca uma significativa mudança na vida da colônia, não só em aspectos econômicos, mas igualmente em políticos, culturais e sociais. Estavam dadas as condições para o fim do isolamento, para o início da ilustração brasileira, nas palavras de Antonio Candido, começava a “nossa *Aufklärung*” (CANDIDO, 2000, p.225).

E se os brasileiros cultos queriam se integrar ao mundo ilustrado, tal mundo também desejava conhecer o Brasil, tesouro até então, ciosamente, guardado pelos portugueses. Desde a abertura dos portos, e durante todo o restante do século XIX, muitos estrangeiros foram atraídos pelo nosso país e aqui estiveram com os mais variados propósitos.

Nos relatos deixados por eles está presente a comparação entre a civilização européia (ou norte-americana, com menor freqüência) e a selvageria brasileira. Genericamente, quando falam em grau de *civilização*, os estrangeiros visitantes se referem àquele conceito que “resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior às [...] sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’”, na definição de Norbert Elias, ou seja, no orgulho do “nível de *sua* tecnologia”, da “natureza de *suas* maneiras”, do “desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo”, etc. (ELIAS, 1990, p.23, grifos no original).

Há ainda uma dimensão política muito importante no papel desempenhado pelos visitantes estrangeiros, nas nações novas ou nas que aspiravam tal reconhecimento no cenário internacional, como o Brasil depois de 1816, transformado de colônia em sede do Reino Unido.

O visitante estrangeiro torna-se uma espécie de *auditor*, na feliz imagem usada por Wilma Peres Costa, um enviado internacional que checa se a terra brasileira poderia cumprir as duras condições exigidas para a entrada no seleto clube das nações modernas (COSTA, 2003, p.77).

D. João VI abre o país aos viajantes estrangeiros, em parte para que eles promovam um reconhecimento do território que a Coroa não podia fazer por si. Procura fazê-lo, porém, mediante uma esperta e sutil política de alianças, atraindo as simpatias das nações européias que o auxiliariam a ampliar o apoio continental e a contrabalançar a influência inglesa. Permissões são feitas à Áustria (Spix e Martius, 1817-1820) a partir da aliança dinástica, à França (Saint Hilaire, 1816-1822). Depois da Independência, a estratégia iria se manter, guardando entretanto a conveniência política. [...] A partir da Missão Artística Francesa de 1816 e da viagem de Ferdinand Denis, as relações entre a França e o Reino do Brasil iriam se estreitar de forma intensa durante todo o século XIX, e demarcar de forma especial o nascimento da nova nação. [...] Simultaneamente, as explorações de Auguste Saint Hilaire, seus prognósticos otimistas sobre a superação da crise da Independência [...] e, sobretudo, suas observações tolerantes com relação à escravidão mereceriam a gratidão (e a divulgação) por parte das elites nativas. O próprio Ferdinand Denis [...] se encarregaria de fazer os comentários em torno da importância dos relatos de Saint Hilaire [...] para os que escreviam a história do Brasil (COSTA, 2003, p.77-8).

O perfil de alguns visitantes estrangeiros e de seus relatos

Estes visitantes eram franceses, ingleses e alemães, alguns suíços e americanos do norte, que vinham em expedições científicas, em jornadas de passeio, com interesses comerciais, à procura de restabelecimento de saúde, em missões diplomáticas ou religiosas, imigrando para as incipientes colônias agrícolas, enfim, que aqui aportavam pelos mais diversos motivos, oficiais ou particulares.

Muitos destes visitantes deixaram registros escritos e iconográficos referentes às suas impressões ou a seus estudos sobre a terra e as gentes brasileiras. Publicadas em seus países de origem, de modo geral suas obras

gozaram de boa acolhida por parte do público europeu e norte-americano, ávido por saber novidades de terras exóticas.

Como observa Wilma P. Costa, para os europeus do século XIX, a idéia da viagem se torna, cada vez mais, inseparável da sua posterior narração, ainda que seja quase de praxe que o viajante/autor negue que a publicação fosse uma intenção inicial. E existe ainda uma rede de instituições que se encarregam da difusão destes relatos; além das editoras, as revistas das muitas associações científicas européias (COSTA, 2003, p.69).

Os escritos destes forasteiros, especialmente os dos naturalistas, ecoaram nas primeiras obras românticas brasileiras, escritas contemporaneamente, notadamente no que respeita à posição do observador, sensível e extasiado diante das maravilhas da natureza exuberante (CANDIDO, 2000, p.261).²⁷ Também na Europa, os relatos de viagem se associam ao desenvolvimento de outros gêneros literários, como o romance de formação, a autobiografia ou o romance de viagem – gêneros que têm em comum a intenção do autor em compartilhar suas vivências subjetivas com seus leitores, sejam seus sentimentos íntimos ou sua visão de mundo, ou dos muitos mundos descobertos nas viagens (COSTA, 2003, p.69).

Os principais temas tratados por todos os visitantes, já que pareciam a eles características definidoras do Brasil, foram: as instituições brasileiras (governo, igreja, etc.); a escravidão e as conseqüências sociais, culturais e econômicas dela decorrentes; e a existência da diversidade racial na população e sua miscigenação sem restrições.

²⁷ Depois de 1870, a tarefa de pensar o Brasil cada vez mais seria assumida pela intelectualidade local, como se verá adiante. Mas, aceita ou contestada, repelida ou idolatrada, a visão dos estrangeiros, que ressaltam a nossa exotividade, continuará a ser o referencial principal destas discussões (CÂNDIDO, 2000, p.289, v.2).

Costuma-se chamar tais autores genericamente de “viajantes”; no entanto, esta denominação não se aplica rigorosamente a todos, pois, se alguns foram efetivamente viajeiros, outros seriam mais bem enquadrados em categorias diversas. Têm importantes implicações na análise de cada registro, como se verá adiante, a delimitação dos objetivos da suas viagens e de seus escritos, de seus compromissos oficiais, das suas formações intelectuais e profissionais, além do tempo de permanência e das vinculações afetivas estabelecidas com o país.

Alguns se demoraram pouco tempo, como os prussianos T. von Leithold e seu sobrinho L. von Rango, que estiveram na cidade do Rio de Janeiro por quatro meses, do fim de 1819 ao início de 1820, sendo que o último vinha visitar a mãe, dama da corte, e o primeiro, ex-capitão de hussardos em dificuldades financeiras, chegou com esperanças (baldadas, está visto) de obter do governo auxílio para estabelecer-se como cafeicultor (LEITHOLD, 1966). Logo em 1820, cada um publicou suas impressões brasileiras (não exatamente boas).²⁸

Também teve passagem relativamente rápida, porém intensamente aproveitada, o norte-americano Thomas Ewbank, que permaneceu sete meses no Rio, em 1846, em busca de aventuras na terra exótica de “borboletas e flores”, sem outro compromisso a não ser buscar assuntos “para seu lápis de desenhista e sua pena de escritor” (EWBANK, 1976, p. 17).²⁹

²⁸ **Minha excursão ao Brasil ou viagem de Berlim ao Rio de Janeiro e a volta** é a tradução do título do livro de von Leithold, publicado em Berlim em 1820, inserido em LEITHOLD, T. von e RANGO, L. von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. Tradução e anotação de Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

²⁹ EWBANK, T. **Life in Brazil or a journal of a visit to the land of the cocos and the palm**. Nova Iorque, 1856. A tradução brasileira usada aqui é: **A vida no Brasil** ou diário de uma visita à terra do cacaueiro e da palmeira. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

Outros fixaram residência no país por anos consecutivos e exerceram aqui um ofício ou uma função determinada, tais como os franceses Jean-Baptiste Debret³⁰, pintor, e Jean Ferdinand Denis³¹, homem de letras e secretário do cônsul francês em Salvador; o comerciante inglês John Luccock³² e o também inglês Henry Koster³³, aqui feito agricultor; o pastor metodista norte-americano Daniel Parish Kidder³⁴ e o diplomata suíço Johann J. von Tschudi³⁵.

Uma rápida panorâmica mostra a variedade de seus trajetos. Debret esteve no Rio de Janeiro por quinze anos, a serviço da Corte, de 1816 a 1831, junto ao grupo que seria denominado posteriormente *missão artística francesa* (STRAUMANN, 2001, p.9). Denis morou cinco anos (1817-1821) no país aonde viera ganhar a vida, esteve no Rio e, mais longamente, na Bahia (CANDIDO, 2000, p.303, vol.1). Luccock esteve aqui por dez anos, de 1808 a 1818, negociando manufaturas inglesas nas províncias do Rio de Janeiro, São Pedro do Sul e Minas Gerais (MORAIS, 1975, p.XIII). Koster veio procurar bons ares e melhora da precária saúde de seus pulmões, viajou por Pernambuco e adjacências e arrendou terras perto do Recife, de fins de 1809 a 1819 ou 1820, quando faleceu (CÂMARA CASCUDO, 1978, p.11-24). Kidder permaneceu no país entre 1837 e 1840 e percorreu o Rio, São Paulo e províncias do Norte,

³⁰ DEBRET, J.-B. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**, Paris, 1834-39. A tradução brasileira usada é **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução e notas Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940. 3 vol.

³¹ DENIS, J. F. **Brésil, Colombie et Guyanes**, Paris, 1838. Edição usada: **Brasil**. Tradução de João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. [Tradução de parte da obra publicada originalmente como **Brésil, Colombie et Guyanes**, de DENIS e FAMIN].

³² LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975. [1. ed. Londres, 1820].

³³ KOSTER, H. **Travels in Brazil**. Londres, 1816. Edição usada: **Viagens ao nordeste do Brasil**. Tradução e prefácio de Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

³⁴ KIDDER, D. P. **Sketches of residence and travel in Brazil**. Filadélfia, 1845. Edição usada: **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil** (Rio de Janeiro e província de São Paulo). Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. [A edição de 1845 tinha dois volumes, o primeiro dedicado a Rio de Janeiro e São Paulo e o segundo às províncias do Norte].

³⁵ TSCHUDI, J.J. von. **Reisen durch Süd-Amerika**, 5 tomos, 1866. Edição usada: **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Tradução de Eduardo de Lima Castro, de parte da obra editada em alemão. São Paulo: Martins, 1976.

distribuindo bíblias (MORAIS, 2001, p.15-7). O barão von Tschudi³⁶ residiu na Corte e viajou em missão diplomática pelas províncias do Sul, de 1860 a 1866 (TAUNAY, 1976, p.9-11).

Ainda dentre os que se fizeram moradores temporários, isolado na categoria imigrante-colono, temos o mestre-escola suíço Thomas Davatz, que residiu com sua mulher e filhos na fazenda Ibicaba (Limeira, SP) de 1855 a 1857 e foi um dos líderes da revolta ali ocorrida em 1856, tendo produzido, de volta à terra natal, um manifesto denunciando a exploração cometida pela firma do senador Vergueiro sobre os imigrantes suíços e alemães (DAVATZ, 1972).³⁷

Um grupo diferente é formado pelos naturalistas, que estiveram no país em missões científicas itinerantes (eles, sim, viajantes no sentido mais estrito), determinados a estudar a geografia, a fauna e a flora brasilienses, de preferência obtendo muitas amostras para as suas coleções.

Dentre estes estudiosos itinerantes que nos visitaram destacarei, por sua importância na configuração da imagem do Brasil no mundo científico, o francês Auguste de Saint-Hilaire³⁸, os bávaros Carl Friedrich Philipp von Martius³⁹ e Johann Baptist von Spix⁴⁰, e o suíço Louis Agassiz.⁴¹

A. de Saint-Hilaire (1779-1853), especialista em botânica, esteve no Brasil de 1816 a 1822 e veio integrando a comitiva do duque de Luxemburgo.

³⁶ O barão von Tschudi, citado aqui como diplomata, era também médico e naturalista (zoólogo), e empreendeu longas viagens científicas exploratórias pela América do Sul, cujos resultados publicou em cinco volumes (TAUNAY, 1976, p.9-11).

³⁷ DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins/ EDUSP, 1972. [1. ed. Chur, Suíça, 1858].

³⁸ SAINT-HILAIRE, A. **Voyage dans le district des Diamans et sur le litoral du Brésil**, 2 vol., 1833. Edição usada: **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil** - com um resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro. Tradução de Leonam de Azeredo Pena. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

³⁹ MARTIUS, C.F.P. von. **Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Ueberwohner Brasiliens**, 1844. Edição usada: **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros** (1844). Tradução, prefácio e notas de Pirajá da Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

⁴⁰ SPIX, J. B. von; MARTIUS, C.F.P. von. **Reisen in Brasilien**, 3 vol., 1823-1831. Edição usada: **Viagem pelo Brasil**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Revisão B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. vol. 1.

⁴¹ AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. **A journey in Brazil**. Boston, 1868. Edição usada: **Viagem ao Brasil** (1865 -1866). Tradução e notas de Edgard Sussekind de Mendonça, da edição francesa de 1869. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Neste período, esquadrinhou as províncias que hoje correspondem aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, além de parte do território pertencente hoje ao Uruguai e ao Paraguai (PENA, 1941, p.VII).

Saint-Hilaire observou detalhadamente aspectos geobotânicos das regiões visitadas, coletou muitos espécimes animais e vegetais, destinadas às coleções do *Museum d'histoire naturelle* de Paris, e também anotou os hábitos dos nacionais, tecendo comentários sobre o que viu da sociedade brasileira. Sua obra é extensa, apenas os diários de viagem somam onze volumes, mais cerca de duas dezenas de publicações sobre a flora, a agricultura e a geografia brasileiras (PENA, 1941, p.VII-XI).⁴²

Carl F. P. von Martius (1794-1868), médico e botânico, e J. B. von Spix (1780-1826), formado em medicina e zoólogo, vieram na expedição científica formada pelos governos da Áustria e da Baviera e incluída na comitiva da arquiduquesa Leopoldina, futura esposa de D. Pedro I.

O grupo de Spix e Martius viajou pelo Brasil de 1817 a 1820: desembarcado no Rio de Janeiro, iniciou explorando seus arredores e, então, seguiu em direção de São Paulo e de Minas Gerais, acompanhou o rio São Francisco, atravessou a cavalo o sertão da Bahia, penetrou por Pernambuco e Piauí até o Maranhão. Dali, subiu o rio Amazonas, chegou às fronteiras do Peru e da Colômbia, encerrando a viagem em Belém do Pará, de onde embarcou de volta a Munique (MACEDO, 1938, p. XVIII-XXIII).

Muito vasta é a obra de von Martius; a viagem ao Brasil forneceu-lhe material quase inesgotável para publicações, nos seus quase 50 anos de vida depois da expedição. Como se sabe, von Spix morreu em 1826, durante a edição

⁴² Os diários de viagem de Saint-Hilaire são: *Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil...* (1822); *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais* (1830, 2 vol.); *Voyage dans le district des diamans et sur le litoral du Brésil* (1833, 2 vol.); *Voyage aux sources du Rio S. Francisco et dans le province de Goiaz* (1847-1848, 2 vol.); *Voyage dans le interieur du Brésil* (1850, 2 vol.); *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte Catherine* (1851, 2 vol.); *Voyage à Rio Grande do Sul* (1887, publicação póstuma) (PENA, 1941, p.IX-XI).

do relato da viagem, de forma que sua contribuição científica acabou obscurecida pela extensa produção botânica e etnográfica do longevo von Martius (LISBOA, 1997, p.51)⁴³.

Nas obras dos naturalistas é possível identificar o marcado influxo de Alexander von Humboldt, cuja obra serviu de modelo tanto para a estruturação das viagens exploratórias como para o tipo de narrativa que delas derivava, a partir de **Ansichten der Natur** (Quadros da Natureza), de 1807. Seu programa se lê no prefácio desta obra:

Contemplar o conjunto da natureza, surpreender a ação comum de todas as forças que a animam, renovar o prazer que a vista das regiões tropicais não pode deixar de provocar no homem sensível, tal é o fim a que me proponho (HUMBOLDT, 1807 *apud* MARTINS, 1978, p. 92).

A descrição da natureza em sua totalidade harmônica e a necessidade do naturalista colocar-se em sintonia com a natureza e senti-la para poder descrevê-la, são características da visão humboldtiana, baseada nos pressupostos racionalistas da Ilustração, mas ao mesmo tempo fortemente influenciada pelo movimento romântico alemão (LISBOA, 1997, p.91)⁴⁴.

A influência do estilo apaixonado de Humboldt e de suas interpretações simbólicas da natureza não se restringiu aos cientistas, mas atingiu amplamente os literatos, como o citado Ferdinand Denis, cuja obra principal, **Scènes de la**

⁴³ Algumas obras de C. F. von Martius que tratam do Brasil: **Viagem ao Brasil** (1823-1831); **Genera et species palmarum** (1823-1850); **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros** (1844); **Como se deve escrever a história do Brasil** (1845); **Glossários das línguas indígenas do Brasil** (1863) e **Flora brasiliensis** (1840-1906, continuada após sua morte pelos colaboradores Eichler, Urban e Engler), além de muitos artigos publicados em revistas especializadas (FLEIUSS, 1938, p. XVII). Há também um romance de von Martius, chamado **Frey Apolonio, um romance do Brasil**, manuscrito datado de 1831 e somente publicado em 1992 e ainda um poema épico inspirado na viagem, o **Suitram's Fahrten** ou **Jornadas de Suitram** – anagrana de Martius (LISBOA, 1997, p.59).

⁴⁴ Para uma discussão pormenorizada sobre as referências filosóficas e literárias de von Humboldt, ver Karen M. LISBOA, **A nova Atlântida de Spix e Martius** (1997), especialmente os capítulos II e III. Este livro é um excelente estudo sobre os conceitos de natureza e civilização na obra de Spix e Martius e sistematiza, em estilo claro e elegante, toda a intrincada discussão européia ao redor do tema, nos séculos XVIII e XIX.

Nature sous les tropiques é “desde o título, um livro humboldtiano”, no dizer de Wilson MARTINS (1978, p.134)⁴⁵.

A terceira expedição enfocada aqui ocorreu em momento posterior às de Saint-Hilaire e de Spix-Martius, já na segunda metade do século XIX: Louis Agassiz e sua esposa e assistente Elizabeth Cary Agassiz viajaram pelo Brasil por quinze meses, de 1865 a 1866.

Já vimos que L. Agassiz foi dos mais importantes teóricos do poligenismo nos Estados Unidos, e que o Brasil lhe parecia um campo propício para buscar comprovação de suas teorias. No prefácio de **Viagem pelo Brasil** (1868), este naturalista confessa a sua antiga atração pelo país, surgida desde que, pela morte prematura de von Spix, recebeu do mestre von Martius a incumbência de descrever os peixes coletados na expedição brasileira dos dois bávaros.

Conta-nos Agassiz que, adoentado no inverno de 1865, recebera a sugestão médica de mudar de clima, e logo pensara numa visita aos trópicos; porém, a feliz oportunidade de unir descanso (!) e pesquisa só se concretizou quando recebeu apoio do empresário norte-americano N. Thayer, que financiou largamente as despesas do casal Agassiz e de sua equipe de cientistas. Seu contato anterior com o imperador Pedro II, que já havia enviado espécimes brasileiros para o seu Museu de Zoologia em Cambridge, dera-lhe a certeza que teria todas as facilidades que o governo brasileiro pudesse oferecer, no que não se enganou (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.9-14).

Durante a viagem, a Sra. Agassiz recebia anotações breves do marido sobre os progressos científicos de cada dia, que ela registrava, acrescentando as suas próprias observações sobre os acontecimentos. Logo depois da volta, os Agassiz publicaram **Viagem pelo Brasil**, escrito em forma de diário narrado por Elizabeth, com algumas notas inseridas por Louis.

⁴⁵ Ferdinand Denis tem seu nome associado à história da literatura brasileira, foi o fomentador do incipiente movimento romântico nacional, com **Scènes de la nature sous le tropiques** (1824); ainda em vida, Denis era considerado autoridade em coisas do Brasil, como indicam alguns títulos de sua vasta produção: **Le Brésil** (1821-1822, em colaboração com Hyppolite Taunay); **Resumé de l'histoire du Brésil...** (1825); **Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Resumé de l'histoire littéraire du Brésil** (1826); **Histoire Géographique du Brésil** (1833), etc. (CANDIDO, 2000, p.302, vol.1).

Observe-se, porém, que na época em que visitou o Brasil, o prestígio de L. Agassiz nos meios científicos norte-americano e europeu estava em descenso e poucos discípulos ainda o rodeavam, em razão de sua posição criacionista irredutível. Stephen Jay Gould o aponta como um “devotado criacionista” que “viveu o suficiente para se tornar o único cientista importante a se opor à teoria da evolução”. Mas isto não impediu que as suas idéias políticas de segregação racial continuassem circulantes nos EUA (GOULD, 1999, p.31).

Creio que esta observação de Gould poderia ser estendida, parcialmente, ao incipiente círculo científico brasileiro de fins do século XIX e mesmo das primeiras décadas do XX, pois referências à obra de Agassiz são encontradas em muitos autores deste período, de forma direta ou alusiva. Entretanto, não se encontra crítica aos fundamentos criacionistas ou ao antievolucionismo de Agassiz; parece que parte de suas idéias sobre a hierarquia das raças humanas foi reciclada para o uso no ambiente científico pós Darwin, evolucionista⁴⁶. No Brasil, apenas bem mais tarde teorias semelhantes seriam rejeitadas em bloco, nos seus fundamentos, depois de 1930.⁴⁷

⁴⁶ Citando apenas os mais relevantes exemplos para esta tese, ecos de Agassiz se acham em Raimundo Nina Rodrigues e em Euclides da Cunha. Estes dois autores recortam e usam algumas proposições de Agassiz, particularmente no que se refere às consequências funestas do mestiçamento entre raças muito desiguais. Veremos logo a seguir que, para Agassiz, as raças eram, realmente, espécies separadas; para Nina e Euclides, bons darwinistas, eram agrupamentos da mesma espécie em patamares evolutivos diferentes.

⁴⁷ Assim, com relação a Euclides da Cunha, Roquette-Pinto identificou nos *Sertões* muitas “reminiscências de entusiásticas leituras” do naturalista suíço e criticou em Euclides a “repetição dos conceitos errados de Agassiz” (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938). O trecho citado se encontra em nota de Edgard Sussekind de Mendonça, tradutor brasileiro da obra de Agassiz, que cita Roquette Pinto em *Seixos Rolados*. O parágrafo todo é: “Ao escritor fulgurante dessas heresias antropológicas, que atualmente nem mesmo os mais ferrenhos darwinistas aceitam integralmente, coube a glória, imorredoura, de demonstrar, no mesmo livro monumento, onde se encontram tais reminiscências de entusiásticas leituras de Agassiz, o valor insofismável, esmagador, de mestiços que o solo do Brasil permitiu que se gerassem cobertos pelos céus dos trópicos. Porque Euclides demonstrou que o jagunço é mestiço; e da maneira porque provou o seu valor moral e prático não é preciso dizer, tão brilhante ela perdura ainda na consciência dos que lêem no Brasil. Ora, aquele pessimismo, injustificável numa testemunha ocular da tragédia de Canudos, é a repetição dos conceitos errados de Agassiz, naturalista que saiu do Brasil deixando, atrás de si, a tradição de três erros colossais: os blocos erráticos da Tijuca, as espécies ictiológicas individuais do Amazonas e a mestiçagem da população do país” (ROQUETTE PINTO. In: AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.374-5, nota 145).

Deve-se ressaltar que, em conformidade com o espírito da época, os naturalistas também se ocuparam de aspectos históricos e sociais da terra e os não-naturalistas, com maior ou menor profundidade e extensão e de acordo com seus conhecimentos gerais, fizeram reparos sobre a natureza brasileira, embora o seu maior interesse fosse quanto às instituições e aos usos e costumes locais.

Ainda que todos estes escritores cite fatos que consideravam marcantes na história brasileira, dentre os autores citados aqui, preocuparam-se especialmente com os aspectos históricos Henry Koster, Ferdinand Denis, Daniel Kidder e Auguste de Saint-Hilaire.⁴⁸

Adiante, serão destacadas algumas das idéias registradas sobre as peculiaridades físicas e morais dos brasileiros, relacionadas às considerações sobre as raças aqui existentes e aos mestiços nacionais (especialmente as dos naturalistas) e, ainda, as impressões dos forasteiros sobre os efeitos da escravidão nas relações sociais do país.

É importante frisar que os intelectuais brasileiros do século XIX, reunidos em sociedades sábias, como o Instituto Histórico e Geográfico, empreenderam uma espécie de filtragem, ao selecionar quais relatos seriam divulgados em suas revistas, para o público brasileiro; tais escolhas foram

⁴⁸ Em **Travels in Brazil**, Koster foi pessoalmente auxiliado pelo historiador inglês Robert Southey, o autor de uma famosa **History of the Brasil** (1810-19, 3 volumes), que lhe franqueou sua rica biblioteca brasileira entre 1815 e 1816.

Ferdinand Denis, em **Brasil**, se utiliza amplamente de fontes históricas portuguesas e brasileiras, das obras dos cronistas dos séculos anteriores, das de Spix e Martius, Walsh, Saint-Hilaire, Debret, Koster, etc.

Daniel Parish Kidder informa, no prefácio de **Reminiscências de viagens**, que nas questões históricas consultara a obra de R. Southey, vários relatórios provinciais brasileiros e as publicações do Instituto Histórico e Geográfico, assim como se atualizara através de jomais enviados aos Estados Unidos por amigos brasileiros.

Auguste de Saint-Hilaire acrescentou, a **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil** (1833), um pequeno "resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro", que o autor diz ter submetido à aprovação de "testemunhos oculares os mais informados e os mais imparciais" (SAINT-HILAIRE, 1941, p. XV). Vê-se que Saint-Hilaire também usou R. Southey e os relatos anteriores sobre o Brasil, como referências, no corpo de suas **Viagens...**

pautadas segundo as “boas” ou “más” imagens do Brasil desenhadas pelos relatos estrangeiros (COSTA, 2003, p.81).⁴⁹

Apresenta-se, no Quadro II.1, uma lista das obras citadas aqui, a fim de facilitar a sua localização cronológica, indicar os locais e o idioma da primeira edição, bem como o tempo de permanência e os objetivos ou a função exercida no país pelos autores. Apenas alguns destes foram estudados neste capítulo, pois uma revisão extensa iria além dos objetivos deste trabalho e a idéia principal ao indicá-los é mostrar como o Brasil tornou-se matéria de interesse de pessoas tão várias; outrossim, o rol de estrangeiros escritores poderia ser acrescido de muitos outros nomes.⁵⁰

⁴⁹ O tema é um dos objetos de pesquisa de Wilma Peres Costa. Para uma análise sobre relações entre viajantes, intelectuais brasileiros e construção da identidade nacional, veja-se o seu ensaio: COSTA, W. P. *Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos*. In: BASTOS, E.R. et al. (org.). **Intelectuais: sociedade e política**. 2003. p.57-81.

⁵⁰ De outros visitantes que descreveram o Brasil, no século XIX, os mais conhecidos são: o barão von Eschewege e J. Mawe (ambos geólogos); o cônsul geral da Rússia, alemão naturalizado russo, barão von Langsdorff (médico e naturalista) e o grupo a ele ligado, L. Riedel (naturalista), H. Florence (desenhista), J. M. Rugendas e A. A. Taunay (pintores); os naturalistas alemães Freyeress, F. Sellow e Maximilian von Wied-Neuwied (príncipe Maximiliano); os que vieram no séquito da princesa Leopoldina de Habsburgo: J. Pohl e J. Mikan (naturalistas) e o pintor T. Ender; os ingleses R. Walsh, pastor protestante, e G. Gardner, botânico (OBERACKER, 2001, p.119-131). Há ainda visões de perspectivas mui diversas, como, por exemplo, os relatos dos soldados mercenários alemães Schlichthorst, Bösche, Lienau e Seidler e o da inglesa Maria Graham, preceptora da princesa Maria da Glória e íntima da casa imperial (LISBOA, 1997, p.31).

Quadro II.1- Algumas obras de visitantes estrangeiros sobre o Brasil, no século XIX.

Autor	Atividade exercida no Brasil	Período de permanência	Título da obra em português	Ano e idioma da 1. edição
J. Luccock	comerciante	1808-1818 (10 anos)	<i>Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.</i>	1820, inglês
H. Koster	agricultor (de cana de açúcar)	1809-1819 (10 anos)	<i>Viagens ao nordeste do Brasil.</i>	1816, inglês
A. Saint-Hilaire	naturalista	1816-1822 (6 anos)	<i>Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil.</i>	1833, francês
J. B. Debret	pintor	1816-1831 (15 anos)	<i>Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (3 vol.).</i>	1834-1839, francês
J. F. Denis	secretário particular	1817-1821 (5 anos)	<i>Brasil.</i>	1838, francês
J. B. von Spix	naturalista	1817-1820 (3 anos)	<i>Viagem pelo Brasil. (3 vol. e Atlas, com von Martius).</i>	1823-1831, alemão
C. F. von Martius	naturalista	1817-1820 (3 anos)	<i>Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros.</i>	1844, alemão
C. F. von Martius	idem	idem	<i>Como se deve escrever a história do Brasil.</i>	1845, português
T. von Leithold	viajante a negócios	1819-1820 (4 meses)	<i>Minha excursão ao Brasil ou viagem de Berlim ao Rio de Janeiro e a volta...</i>	1820, alemão
D. P. Kidder	pastor metodista	1837-1840 (3 anos)	<i>Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e província de São Paulo).</i>	1845, inglês
T. Ewbank	viajante a lazer	1846 (7 meses)	<i>A vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacauzeiro e da palmeira.</i>	1856, inglês
T. Davatz	colono agrícola	1855-1857 (2 anos)	<i>Memórias de um colono no Brasil.</i>	1858, alemão
J. J. von Tschudi	diplomata	1860-1866 (6 anos)	<i>Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.</i>	1866, alemão
L. Agassiz e E. C. Agassiz	naturalista e esposa-secretária	1865-1866 (15 meses)	<i>Viagem ao Brasil.</i>	1868, inglês

Raças, mestiçagem e escravidão no Brasil

As raças

Como se deve escrever a história do Brasil é o título da monografia apresentada por C. F. von Martius ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e agraciada por este Instituto com medalha de ouro em 1847. Neste opúsculo, cuja tradução para a língua portuguesa foi publicada em 1845⁵¹, estão sistematizadas as opiniões do naturalista bávaro sobre quais deveriam ser as questões obrigatórias nos estudos históricos sobre o Brasil. Nele, von Martius discute as especificidades brasileiras e faz as suas previsões sobre as consequências da mestiçagem para o futuro nacional.

Nesta monografia se encontra uma proposta de neutralidade científica para a abordagem da história, assim enunciada por Martius:

Apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Criador, e abstraindo da sua cor ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador (Martius, 1845).

Entretanto, em obra anterior, Martius (com Spix, em **Viagem pelo Brasil**, três volumes editados entre 1823 e 1831) colocara a questão em outros termos – a necessidade de estudar o indígena (e, por extensão, o branco e o negro) para o hierarquizar na escala das raças:

Baseando-se nas tradições, histórias ou documentos históricos, resta apenas ao investigador observar esses homens da natureza quanto ao seu físico, seus costumes e, sobretudo, a sua língua, para depois averiguar, pelo lado físico e psíquico, qual a graduação da sua raça entre as demais, e qual a sua cultura geral (SPIX e MARTIUS, 1938, p.352, vol. I).

⁵¹ A edição que uso de *Como se deve escrever a história do Brasil* é a transcrição do texto publicado na **Revista do IHGB**, em janeiro de 1845, digitalizada e disponível *on line*, na *World Wide Web*; o documento não apresenta a paginação original, razão pela qual os trechos são referidos aqui apenas pelo ano de 1845. Ver *Banco de Textos Raros de Literatura Brasileira*. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/martius.htm>>.

Em outra obra, escrita ao mesmo tempo da monografia histórica, **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros**, editada em 1844, von Martius critica os primeiros historiadores da América, “na maioria espanhóis e portugueses” por terem escrito “dominados pelos preconceitos e opiniões reinantes em sua pátria e sem ter como base conceitos isentos das influências antropológicas e sociais de sua raça”; isenção que, obviamente, ele julga ter (MARTIUS, 1939, p.1).

Em *Como se deve escrever*, logo de início, Martius expõe a sua crença na importância das três raças formadoras para as particularidades da história do Brasil:

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular (Martius, 1845).

Vê-se aqui um dos primeiros assinalamentos da composição multirracial como um fator histórico peculiar ao Brasil (MARTINS, 1978, p.285; VENTURA, 2000, p.30)⁵², ponto que sabemos que será repetido muitas vezes e glosado de variadas formas pelos posteriores estudiosos do Brasil e se tornará idéia corrente no senso comum, até os dias atuais.

⁵² Anos depois, Sílvio Romero menoscabaria as observações de Martius nesta monografia, considerando-as banalidades sabidas desde sempre, mas W. Martins considera os comentários de Romero como “palavras de insigne má fé e curta inteligência”, e reafirma o pioneirismo de Martius no tratamento histórico das três raças formadoras (MARTINS, 1978, p.285). Os critérios naturalísticos aplicados à história de von Martius seriam retomados por Francisco Adolfo de Varnhagen, na **História geral do Brasil** (1855) e pelo próprio Romero em **História da literatura brasileira** (1888) (VENTURA, 2000, p.30). E também por Raimundo Nina Rodrigues (os critérios naturalísticos, mas não necessariamente as conclusões deles decorrentes).

Martius atribui, a cada uma das raças “segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular”:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial: e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças (Martius, 1845).

Assim sendo, considera que “o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente [...] se apresenta como o mais poderoso e essencial motor”. Entretanto, adverte, “seria um grande erro [...] se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população” (Martius, 1845).

Martius faz uma comparação entre a mistura das raças no Brasil e na Inglaterra, apontando para o seu caráter positivo:

[...] o gênio da história (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando! (Martius, 1845).

A mestiçagem

Ao Brasil, o autor profetiza um grande papel histórico, favorecido, ao seu ver, pela mistura das raças, e “jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla”. Acrescenta ainda que o sangue português seria um poderoso rio que “deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica” (Martius, 1845)⁵³.

A inclusão das raças inferiores, tal como Martius via se dar no Brasil parecia-lhe prometer um futuro auspicioso para a nação:

E até me inclino a supor que as relações particulares, pelas quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país em preferência de outros estados do novo mundo, onde aquelas duas raças inferiores são excluídas do movimento geral, ou como indignas por causa de seu nascimento ou porque o seu número, em comparação com o dos brancos, é pouco considerável e sem importância (Martius, 1845).

Outros visitantes indicaram a suposta inexistência do preconceito de cor no Brasil, ou previram a sua progressiva extinção, baseados na constatação da miscigenação e na observação da convivência de negros livres e brancos em locais públicos e da ascensão social relativa de negros e mulatos livres (DEBRET, 1940, p.108-9, vol.II; DENIS, 1980, p.124; EWBANK, 1976, p.203; KIDDER, 2001, p.142; KOSTER, 1978, p.378-9, p.382).

Opinião bem diferente sobre a observada mistura das raças no Brasil expressou o casal Agassiz, em seu livro de 1868. Os Agassiz, pela voz de Elizabeth, expuseram seu desagrado diante do que viram:

⁵³ Não fica claro a que “pequenez” Martius se refere já que, ao menos em termos numéricos, não poderia considerar as contribuições “etiópica” e a “americana” apenas como riachos desaguando num grande mar português.

Outra peculiaridade que impressiona o estrangeiro é o aspecto de depauperamento e fraqueza da população. [...]. Já não é que se trate apenas de ver crianças de todas as cores: a variedade da coloração testemunha, em toda sociedade em que impera a escravidão, o amálgama das raças. Mas é que no Brasil esta mistura parece ter tido sobre o desenvolvimento físico uma influência muito mais desfavorável que nos Estados Unidos.

É como se toda a pureza do tipo tivesse sido destruída e resultasse um composto vago, sem caráter e sem expressão (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.365).

Como se ainda restassem dúvidas quanto à sua opinião, Louis Agassiz, em nota inserida no diário, assim declarava:

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados, por uma falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas, deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente que em qualquer outro. Veriam que esta mistura apaga as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo de mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu. Numa época em que o novo estatuto social do negro é, para nossos homens de estado, uma questão vital, seria bom aproveitar a experiência de um país onde a escravidão existe, é verdade, mas onde há mais liberalismo para com o negro do que nunca houve nos Estados Unidos. Que essa dupla lição não fique perdida! (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.366, nota 143).

Agassiz ressalta a teoria poligenista como base da explicação para a decadência que vê nos mestiços. Se as chamadas *raças* nada mais são do que espécies humanas de origem e de evolução diferentes, nada mais certo, por analogia com os outros animais, que os híbridos resultantes do cruzamento de espécies diversas sejam inviáveis ou defeituosos, e permaneçam num tipo de

limbo classificatório, já que não são nem da espécie do pai, nem da mãe: “Cafuzo mameluco e mulato participam dos caracteres de seus autores tanto quanto a mula participa dos do cavalo e da jumenta” (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.371).

Anteriormente, entre 1816 e 1822, também parecera a Saint-Hilaire degenerada a população resultante do cruzamento entre brancos e índios, mas ele a explicara por motivos bem diversos. O naturalista francês procurara fazer uma história sucinta do que chamava a tentativa de “civilização dos índios no Brasil”, e identificara as funestas conseqüências dos primeiros contatos entre portugueses e índios:

(Os portugueses) acostumaram-se facilmente a ser indiferentes às crueldades que os indígenas exerciam contra seus inimigos, e os indígenas não tardaram a tomar parte em toda a corrupção dos europeus. Uma população horrível formou-se dessa mistura de oprimidos e opressores (SAINT-HILAIRE, 1941, p.297).

O resultado desta mistura era uma “população horrível” para Saint-Hilaire, não por ser resultado do cruzamento entre raças diferentes, mas porque as “barbarias” dos gentios se juntaram àquelas dos portugueses. E estes últimos, sendo a raça superior, é que teriam o poder (e o dever) de elevar o nível civilizatório dos selvagens, mas não o fizeram.

Comentando sobre a população que viu em Cabo Frio (RJ), ele diz:

Ficou dito que em 1618 existiam apenas algumas dúzias de brancos e uma aldeia de índios em Cabo Frio; mestiçagens então alteraram nossa raça e não serão os reforços que ela recebeu posteriormente que poderão retorná-la à sua verdadeira dignidade. [...] Notei nos colonos de Cabo Frio essa frieza, essa indolência, essa estupidez que eu havia observado desde o Rio de Janeiro nos colonos do litoral (SAINT-HILAIRE, 1941, p.331).

O naturalista acreditava que essa indolência da população litorânea era, em parte, resultado de herança recebida dos seus ascendentes brancos. Na opinião de Saint-Hilaire, nos idos de 1600, enquanto os aventureiros que penetravam no interior do país seriam homens de alguma educação e teriam certamente “alma forte e perseverança”, os que se deixaram ficar no inóspito litoral de Cabo Frio “não podiam ser senão desertores ou criminosos banidos da pátria”, destituídos de coragem e de honradez (SAINT-HILAIRE, 1941, p.331).

A estes defeitos iniciais dos ancestrais brancos se acrescentariam outros fatores degenerativos, de origem climática: “Esses homens terão ainda sido enervados pelo calor do clima e pelo ar dos pântanos; e uma parte de seus defeitos deve necessariamente ter sido transmitida aos pósteros”.

Em **Viagem pelo Brasil** Spix e Martius apresentam o mesmo raciocínio, ao descrever a degradação da raça primitiva no contato com o branco, como se verá adiante. Como Saint-Hilaire, partem da hipótese da “inferioridade do íncola” e da necessidade de tutela para esses “homens-criança” (SAINT-HILAIRE, 1941, p.299).

Acreditavam estes três naturalistas na origem única do homem, vindo de Adão e Eva, segundo a descrição bíblica. Desta forma, sendo todos os humanos descendentes dos mesmos seres criados por Deus, eles não colocariam a mistura de raças, a produção de mestiços, como um fator isolado de degeneração. Pelo contrário, a mistura do elemento branco aos demais, desde que este fosse de alta qualidade, seria capaz de elevar gradualmente o nível civilizatório das nações em formação.

Descrição física e moral dos tipos brasileiros

Nos relatos analisados, vê-se que a descrição circunstanciada da aparência dos índios, negros, brancos e dos típicos mestiços brasileiros é considerada muito relevante; seus autores crêem sinceramente na sua

objetividade, e que apenas expõem fatos da natureza. Entretanto, a descrição revela sempre os padrões estéticos e os preconceitos de cor dos observadores, mesmo à sua revelia.

Tipicamente, nestes registros, certos valores morais, negativos ou positivos, passam a corresponder aos caracteres físicos – quanto mais a aparência se distancia do padrão dito caucasóide, mais negativos se tornam os atributos morais dos sujeitos observados e, obviamente, menos belos fisicamente parecem ao olhar europeu.

Cafuzos e mamelucos

SPIX e MARTIUS (1938), percorrendo caminhos próximos a Mogi das Cruzes (SP), descrevem os “estranhos” habitantes do local:

Nesta região notamos diversas famílias dos chamados *cafuzos*, que são bastardos de negros e índios. O seu aspecto é dos mais estranhos que um europeu possa encontrar. São homens de estatura alta, corpulenta, e de forte musculatura; o peito e os músculos do braço, sobretudo, são muito desenvolvidos; ao contrário, têm os pés relativamente mais finos. Os traços da fisionomia fazem em geral lembrar mais a raça etiópica do que a americana. A cor da pele é de cobre escuro ou pardo café. É oval o rosto, as maçãs são muito salientes, porém menos largas e separadas do que nos índios; o nariz é largo e chato, sem ser arrebicado nem muito recurvado, a boca larga tem lábios grossos, iguais e, assim como o queixo, pouco salientes. Os olhos negros são de olhar mais franco do que nos índios, entretanto ainda um tanto oblíquos, embora não tão fortemente juntos como nestes [...] (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 198, vol.I).

A maior singularidade é descrita a seguir, a cabeleira:

O que, porém, dá a esses cafuzos muito singular aspecto, é a cabeleira extremamente comprida, e que a meio se encrespa nas pontas; no meio da testa eleva-se até pé e meio de altura quase a prumo, formando um monstruoso, horrendo topete. Essa forma de cabeleira, que à primeira vista parece mais artificial que natural e quase faz lembrar o coque polonês, não é doença, porém consequência exclusivamente do cruzamento das raças [...] (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 198, vol.I).

Tentando facilitar a compreensão da feiúra extravagante da cabeleira cafuza pelos leitores europeus, os autores tentam uma comparação com outro ser primitivo: “Com tal trunfa, parecem-se esses cafuzos com os papuas da Nova Guiné” (idem, p.198, vol.I).

E o exotismo da cabeleira dos cafuzos continuava a chamar a atenção dos estrangeiros, quase cinquenta anos depois. E. Agassiz, no trecho seguinte, começa por descrever a sua desafortunada criada Alexandrina⁵⁴, portadora da tal cabeleira monstruosa, e encerra ligando as qualidades capilares às morais, no que não parece ser apenas uma analogia simbólica:

Retrato de Alexandrina – Intercalo aqui um retrato em traços rápidos da minha criadinha Alexandrina. Uma mistura de sangue índio e sangue preto, que corre em suas veias, faz dela um curioso exemplo dos cruzamentos de raça que aqui se dão. Ela consentiu ontem, depois de muito rogada, que se fizesse o seu retrato. Agassiz desejava possuí-lo por causa do arranjo extraordinário da cabeleira dessa rapariga. Seus cabelos perderam as ondulações finas e cerradas próprias dos negros, adquiriu alguma coisa mesmo da longura e do aspecto de uma cabeleira de índia, mas lhe ficou, apesar de tudo, um espécie de elasticidade metálica. A pobre menina faz

⁵⁴ O retrato de Alexandrina inserido no livro foi feito pelo jovem William James, integrante voluntário da comitiva de Agassiz, e que se tornaria conhecido posteriormente por suas contribuições à psicologia e à filosofia.

tudo para penteá-los; eles ficam em pé em sua cabeça e se eriçam em todas as direções, como se estivessem eletrizados. Em todos os mestiços índio-negros que vimos, o tipo africano é o primeiro a ceder, como se a adaptabilidade maior do negro, tão oposta à inalterável tenacidade do índio, se verificasse nos caracteres físicos tão bem como nos mentais (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p. 306).

Abaixo, a Figura II.2 reproduz o retrato da criadinha de Elizabeth Agassiz.



Extraído de AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.238

Figura II.2- Retrato de Alexandrina (cafuza), desenho de William James

Às vezes, os mestiços mamelucos são quase brancos, mas observadores atentos como Spix e Martius não se deixam enganar. Observaram eles nas andanças pela província de São Paulo que:

Os índios, filhos de mestiços, *mamelucos*, conforme o grau de mistura têm a pele cor de café ou amarela clara, ou quase branca. Fica, porém, no rosto largo, redondo, com maçãs salientes, nos olhos negros não grandes, e numa incerteza do olhar, mais ou menos, a revelação do cruzamento com o índio (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 206, vol. I).

A avaliação que os naturalistas bávaros fazem do “gênio” dos paulistas, segundo eles uma mistura de bravos caucasianos de ascendência ibérica com um pouco de bom sangue indígena, revela suas crenças na transmissão intergeracional dos caracteres morais e na determinação climática do temperamento:

Esse espírito de aventuras, herança dos antepassados, permanece imperioso neles. Pode-se em geral descrever o paulista como melancólico e de um gênio um tanto forte. De certo modo indica a sua constituição moral a zona em que habita; pois, quanto mais próximo do equador, tanto mais pronunciado se encontra o gênio susceptível de cólera (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 207, vol.I).

Temperamentos melancólicos ou coléricos, no caso, se referem à teoria humoral vinda de Hipócrates e reinterpretada por Galeno, ainda preponderante nas escolas médicas da Europa no início do século XIX (PIRAJÁ DA SILVA, 1939, p.52). Ao primeiro temperamento, melancólico, se atribuía a predominância da bÍlis negra e, ao colérico, da bÍlis amarela.⁵⁵

O paulista típico, com suas “feições fortemente acentuadas, que indicam franqueza e desembaraço” e seus olhos pardos “cheios de vivacidade e enérgicos”, parece a Spix e Martius merecer a fama de “mais forte, saudável e enérgico habitante do Brasil”, assim como as paulistas seriam “as mais belas mulheres do Brasil” (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 206-7, vol.I).

⁵⁵ Um esquema de correlação entre os elementos ligados aos humores, suas qualidades, suas sedes (locais de produção) e os temperamentos, segunda a patologia de Hipócrates e Galeno:

Elementos	Humores	Qualidades	Sedes	Temperamentos
água	fleuma ou pituita branca	fria e úmida	cérebro	fleumático
fogo	bÍlis amarela	quente e seca	figado	bilioso ou colérico
terra	atrabilis ou bilis negra	fria e seca	baço	melancólico
todos	sangue	quente e úmido	coração	sangüíneo

Baseado em ACKERKNECHT (1962, p.14) e em BEAUCHESNE (1989, p.10).

Também não desagradou a Saint-Hilaire a aparência dos mamelucos que viu na Aldeia de São Pedro (RJ), um local onde lhe pareceu os índios estarem relativamente a salvo da degradação imposta pelos brancos:

As crianças oriundas dessa mestiçagem têm a cabeça mais arredondada que os índios e os portugueses e a cor mais clara [...]. Esses mestiços, aos quais se dá o nome de *mamelucos*, têm um ar de doçura muito agradável, sobretudo as mulheres, algumas das quais são muito bonitas. Os mamelucos gozam na aldeia de todos os privilégios concedidos aos índios e, bem diferentes dos mulatos, não somente não se envergonham de não pertencer inteiramente à raça européia, mas ainda se mostram orgulhosos [...] (SAINT-HILAIRE, 1941, p.309-10).

Henry Koster descreve os mamelucos, que prefere grafar *mamalucos*, como “mais bem feitos que os mulatos e as mulheres dessa raça sobrepassam, particularmente em beleza, todas as outras do país. Têm a cor escura dos mulatos mas seu rosto é menos chato e os cabelos não são crespos” (KOSTER, 1978, p.380).

Sobre o caráter dos mamelucos do interior pernambucano, o inglês observa uma particularidade:

Não creio que os homens dessa casta possuam mais coragem que os mulatos, mas, seja pelo conhecimento que têm de descender de homens livres, de ambos os lados, seja pelas suas moradias no interior onde o governo é menos exigente, eles parecem ter mais independência de caráter e mostrar menos deferência pelos brancos que os mulatos (KOSTER, 1978, p. 380).

Mulatos

Sobre os que eram denominados mulatos no país, Henry Koster fez uma observação sagaz, repetida com o devido crédito por Ferdinand Denis, em 1838: “a qualificação de mulato pertence, no Brasil, muito mais à legislação que à fisiologia” (DENIS, 1980, p.158). Ambos referiam-se às leis coloniais que concediam o título de “branco”, a despeito da cor da pele, para os que ocupavam cargos importantes já que aos mestiços seria vedado o acesso a muitas destas posições.

Tal arranjo lhes parecia tipicamente brasileiro. Koster conta, em seu livro de 1816, uma anedota que exemplifica bem esta transformação cromática por força de lei, ocorrida em Pernambuco na primeira década do século XIX:

Conversando numa ocasião com um homem de cor que estava ao meu serviço, perguntei-lhe se certo capitão-mor era mulato. Respondeu-me: *Era, porém já não é!* E como eu lhe pedisse uma explicação, concluiu: – *Pois, senhor, um capitão-mor pode ser mulato?* (KOSTER, 1978, p. 377).

O mesmo autor pensa que o sentimento de inferioridade que existiria nos mulatos, com relação aos brancos, devia-se ao fato de muitos de sua cor serem escravos, e talvez fosse “mais produzida pela pobreza que pela sua pele” (KOSTER, 1978, p.377).

Denis exprime uma visão positiva do mulato, que teria “uma constituição física essencialmente forte e que o torna apto a resistir ao ardor do clima”; também atribui a eles uma influência efetiva nas atividades políticas brasileiras, pois “sua mobilidade e sua inteligência fazem dele um ente bem apropriado para participar de revoluções e talvez mesmo para suscitá-las” (DENIS, 1980, p.158).

Observe-se que as posturas de Koster e Denis diferem bastante daquelas que embasavam a descrição “dura” feita pelos naturalistas; ambos moradores temporários por alguns anos, homens de boa cultura geral, sem

vínculos institucionais, eles procuraram, sobretudo, entender as diferenças entre os brasileiros e europeus, mais do que julgá-las ou encaixá-las em esquemas explicativos científicos (embora fosse inevitável que o fizessem algumas vezes).

Debret, no segundo volume de sua **Viagem pitoresca e histórica**, considera que o mulato “dito homem de cor, mestiço de negra com branco” seria “dono de um temperamento em harmonia com o clima, resiste ao grande calor”:

Ele tem mais energia do que o negro e a parcela de inteligência que lhe vem da raça branca serve-lhe para orientar mais racionalmente as vantagens físicas e morais que o colocam acima do negro. É naturalmente presunçoso e libidinoso, e também irascível e rancoroso, oprimido por causa da cor pela raça branca que o despreza e pela negra que detesta a superioridade de que ele se prevalece (DEBRET, 1940, p.108, vol.II).

O mulato, estando “muito acima dos negros pelas suas possibilidades naturais” e sendo “mais ou menos civilizado, tende sempre a libertar-se da posição indecisa que o branco lhe assinala na ordem social”. Como Denis, no trecho há pouco citado, Debret está comentando aqui a animosidade reinante entre mulatos livres e brancos de origem portuguesa, nos “movimentos revolucionários que precederam a abdicação de D. Pedro I” (DEBRET, 1940, p.108, vol.II).

O pintor francês pensa que tal disputa será resolvida pela marcha do processo civilizatório, que inexoravelmente ocorrerá no país: “materialmente, pela mistura mais freqüente dos dois sangues e, moralmente, pelo progresso da educação que retifica a opinião pública e a induz a respeitar o verdadeiro mérito onde quer que ele se encontre” (DEBRET, 1940, p.108, vol.II).

Opinião semelhante expressará Martius na monografia de 1845, quanto à crença no papel que a civilização poderia ter na diminuição das diferenças culturais e sociais encontradas entre brancos, índios e negros, “elevando” os dois últimos até os primeiros.

Índios

Para Saint-Hilaire, os índios eram uma raça bárbara e inferior, à época do descobrimento, e o contato com ao que chama de barbaria portuguesa os tornou mais selvagens ainda. Ele vê, em sua passagem pelo litoral brasileiro, “tristes restos de uma civilização que em breve terá desaparecido com a infeliz raça a que pertence” (SAINT-HILAIRE, 1941, p.296).

A inferioridade dos índios é, para ele, resultado de seu “caráter defeituoso”, no sentido de não desenvolvido, infantil (SAINT-HILAIRE, 1941, p.307); a raça americana seria, portanto, passível de certo grau de evolução, se devidamente amparada e dirigida pelos brancos civilizadores. Na história da colonização brasileira, parece-lhe que apenas a abordagem dada pelos jesuítas ao problema teria sido acertada:

Durante dois séculos os jesuítas governaram os índios do Brasil, tornando-os em homens úteis e felizes. Mas, se sua administração teve tão bons resultados e merece grandes elogios é porque ela se adaptava perfeitamente ao caráter dos indígenas; porque supria a inferioridade do íncola e era para esses homens-criança uma benemérita tutela (SAINT-HILAIRE, 1941, p.299).

O naturalista francês julga, a seguir, que deva enfatizar a sua crença na alma humana dos índios, e declara seu credo, a origem única de todos os homens e a sua criação divina:

Que me seja permitido repetir aqui o que já disse alhures sobre a inferioridade dos indígenas do Brasil: 'Os índios, homens como nós, tendo conosco uma origem comum, são igualmente animados do sopro divino...' (SAINT-HILAIRE, 1941, p.299).

Embora deixe claro que não tivesse especial simpatia pelos padres jesuítas, Saint-Hilaire lamenta a sua expulsão do Brasil, e critica os regulamentos editados pelo Marques de Pombal, por irrealismo:

O europeu que ler o conjunto desses regulamentos poderá aplaudi-los; muita coisa parecerá absurda, contraditória e inaplicável a aquele que conhece a América e os índios. Pombal partia de um princípio falso; acreditava os índios susceptíveis da mesma civilização que nós, e por estranho desprezo acusava a inferioridade dos indígenas do Brasil como resultado do régimen jesuítico, que tendia principalmente a suprir essa inferioridade (SAINT-HILAIRE, 1941, p.300).

Durante um relato de suas viagens por Minas Gerais, Saint-Hilaire vai contando a seu leitor a ilustrativa história de Firmiano, índio botocudo que se agregara ao grupo do naturalista. Pedagogicamente, as afirmações do naturalista sobre o caráter dos índios vão sendo demonstradas na sua relação com o botocudo. A princípio, relata que tudo parecia bem:

Esse rapaz continuava alegre e contente. Eu temia torná-lo infeliz, tirando-o das florestas, mas até então esse temor não se justificara. Alheio a todos os nossos costumes, Firmiano não era atormentado pela cupidez, nem pela ambição; seus desejos não iam além das primeiras necessidades da vida e eu podia satisfazê-los todos [...]. Gozando o dia de hoje e entregue à sua imprevidência, ele não considerava o futuro senão como a continuação da felicidade que usufruía. [...] Nunca tendo sido maltratado, não tendo sido mesmo contrariado sem razão, havia conservado todas as suas graças selvagens [...] (SAINT-HILAIRE, 1941, p.98-9).

Entretanto, o naturalista logo informa que algo diferente ocorrerá ao bom selvagem Firmiano, mas apenas nos adianta as conseqüências, não os fatos, e obriga os curiosos a seguir a narrativa:

Mas, é preciso confessar, os índios acabam sempre por adquirir alguns defeitos, pela aproximação dos homens da nossa raça. Para que permanecesse como era então, seria preciso que Firmiano nunca se separasse de mim e de meu criado. Após a morte deste último, o pobre selvagem teve quase sempre sob os olhos exemplos detestáveis; sendo naturalmente imitador, perdeu-se e nunca mais foi feliz (SAINT-HILAIRE, 1941, p.98-9).

O que saberemos muitas páginas adiante, é que Firmiano desapareceu, em determinada altura da viagem, perto de São João del Rei (MG), fugindo e deixando seu patrão muito preocupado.

Quando Firmiano finalmente é recuperado, o benevolente Saint-Hilaire o perdoa, pois verifica que o “pobre selvagem havia fugido como uma criança travessa se esconde quando se ralha. Os índios agem quase sempre irrefletidamente, por instinto, não calculando as conseqüências de seus atos” (SAINT-HILAIRE, 1941, p.173).⁵⁶

⁵⁶ Eis mais detalhes da história da fuga de Firmiano e das inquietações de Saint-Hilaire: “Esse acontecimento causou-me grande contrariedade, porquanto eu não esperava que tal sucedesse. Sempre tratara Firmiano como um filho [...] sendo-me impossível atinar com o motivo de sua fuga. Está claro que, desgostando do trabalho e já habituado a algumas doçuras da vida civilizada, ele seria muito infeliz em uma região onde há grande prevenção contra os homens de sua raça. Ele iria errar de fazenda em fazenda, sem recursos e findaria por cair nas mãos de algum homem rude que, para aproveitar-se de seu trabalho, retê-lo-ia pelo terror. Eu me recriminava, a mim mesmo, por ter causado a infelicidade deste rapaz, tirando-o de suas florestas, e tomei a resolução de tudo fazer para encontrá-lo” (SAINT-HILAIRE, 1941, p.172).

Quando disse que faria tudo para encontrar o botocudo, o naturalista francês estava falando sério, pois lançou mão de todos os recursos disponíveis: mandou vasculhar as redondezas, ofereceu recompensa a quem encontrasse o seu jovem selvagem, fez contatos com o chefe dos capitães do mato em Vila Rica e pediu que procurassem e prendessem Firmiano, etc.

Quando o botocudo aparece numa fazenda, os escravos avisam o proprietário e este retém Firmiano até a chegada de Saint-Hilaire. Concluindo a cena romanesca do reencontro, o patrão o admoesta e o índio chora, não sabendo explicar muito bem as razões da fuga.

Spix e Martius se expressam de modo semelhante, quanto à necessidade que o índio teria de tutela, e sobre os nefastos efeitos ocorridos desde o seu contato com os portugueses.

Visitando uma missão indígena, a Aldeia da Escada, ao sul de Jacareí (SP), lamentam “a ordem régia que aboliu todo o constrangimento sobre os índios e lhes concede direitos iguais aos outros habitantes livres”, decreto que consideram “de efeito desastroso por toda parte onde existem índios sob a vigilância ou tutela dos portugueses, pois eles se retiram, sempre em maior número, para o interior das matas” (SPIX e MARTIUS, 1938, p.196, vol.I).

A constatação de que a convivência dos índios com os brancos, longe de melhorar seu grau de civilização, degradou-os, parece-lhes surpreendente:

[...] esta lenta decadência do corpo e do semblante, do que havia sido a raça primitiva, chegando até a deformidade e a fealdade que atualmente apresentam, em consequência dos poucos séculos de convívio com os brancos, vem a ser muito curioso fenômeno. Custa a crer como essa nação vigorosa e guerreira pudesse ter sofrido, em curto espaço de tempo, tão grande redução em número e haver degenerado a tal degradação e insignificância, que se tornam objeto mais de compaixão do que de interesse histórico (SPIX e MARTIUS, 1938, p.197, vol.I).

Mais tarde, entretanto, em *Como se deve escrever a história do Brasil* Martius afirmará que crê totalmente na perfectibilidade de todos os habitantes da terra brasileira, já que aqui “se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga” (MARTIUS, 1845).

Não é tal posição, contudo, que von Martius deixa transparecer na maioria dos seus outros escritos⁵⁷, como observou Karen LISBOA (1997, p.205); mesmo na monografia de 1845, mostra uma pessimista hipótese, decadentista, sobre a trajetória dos índios brasileiros, como se eles estivessem percorrendo uma espécie de contramão da história:

Ainda não há muito tempo, que era opinião geralmente adotada que os indígenas da América foram homens diretamente emanados da mão do Criador. Consideravam-se os aborígenes do Brasil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda de suas necessidades e inclinações físicas unicamente por sua razão instintiva. Enfeitado com as cores de uma filantropia e filosofia enganadora, consideravam este estado como primitivo do homem; procuravam explicá-lo, e dele derivavam os mais singulares princípios para o direito público, a religião e a história. Investigações mais aprofundadas, porém, provaram ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o atual indígena brasileiro, não é senão o *residuum* de uma muito antiga, posto que perdida história (Martius, 1845).

Sobre o caráter dos índios, encontram-se pontos comuns nas observações de Agassiz e de Spix e Martius, como a declarada impassibilidade do índio e a sua incapacidade de enrubescer. Elizabeth Agassiz anotou:

Olharam para tudo isso com o mesmo ar calmo e impassível como homens que estão acima, talvez fosse melhor dizer abaixo, de qualquer emoção de surpresa. E, com efeito, a

⁵⁷ Aqui, como em toda parte, devemos perguntar não só quem escreve, mas ainda para quem escreve, a fim de apreciar devidamente o conteúdo deste discurso de von Martius. Tal ressalva não implica, absolutamente, em duvidar da honestidade intelectual do autor, mas apenas sublinha que a especificidade do público a que se dirigia deve ter influído na construção do seu discurso. No caso dessa monografia, dirigida aos leitores brasileiros do IHGB, há uma visível atenuação do seu pessimismo quanto à capacidade civilizatória dos índios, expresso bem mais duramente em *Reisen in Brasilien*, escrito originalmente para o público alemão.

sensibilidade pronta em relação às impressões novas, a surpresa, o prazer, a emoção, esses dons preciosos concedidos à raça branca, não diferem tanto da impassibilidade do índio como da mobilidade dos traços daquela raça difere da fisionomia de bronze que não pode nem corar nem empalidecer? (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.389).

Quase meio século antes, os dois naturalistas bávaros registravam igualmente: “O índio, propriamente, não pode corar [...]. Só depois de longa convivência com os brancos e depois de civilizados, pode-se notar entre os índios a mudança de cor, como sinal de emoção” (SPIX e MARTIUS, 1938, p.346, vol. I).

Na mesma obra, eles detalharam o temperamento dos índios, que acreditavam poder “ser qualificado de fleumático”:

Todas as potências da alma, mesmo a própria sensualidade, parecem achar-se em estado de entorpecimento. Sem refletirem sobre a criação universal, sobre as causas e íntima relação dos seres, vivem com o pensamento preocupado só com a própria manutenção. [...] Estranhos a todo o sentimento de deferência, gratidão, amizade, humildade, ambição e, sobretudo, a todas as emoções delicadas e nobres, que elevam a sociedade humana; insensíveis, taciturnos, imersos no mais absoluto indiferentismo para tudo, os índios de nada precisam a não ser da sua astúcia e sua infalível memória, dos sentidos aguçados pela natureza; guerra ou caçada, eis suas ocupações. Frio e indolente, mesmo nas relações familiares, ele mais se deixa levar pelos instintos animais do que pela ternura de inclinações; o amor pela mulher exprime-se somente pelo mais bárbaro ciúme, que, além do espírito de vingança, é a única paixão que se pode arrancar a sua alma apática da morna indiferença em que jaz (SPIX e MARTIUS, 1938, p.347-8, vol. I).

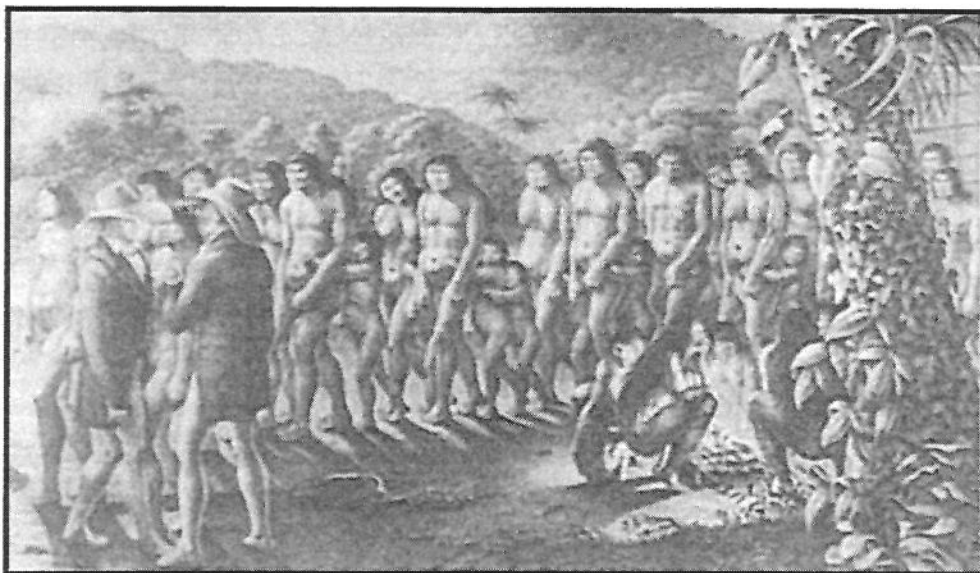
Ferdinand Denis apresenta os índios botocudos, que encontra em Porto Seguro (BA), por volta de 1820, como sendo conhecidos como “a nação mais selvagem dessas regiões”. A primeira vez que vê um deles, “em sua sombria indolência, num repouso estúpido, que parecia excluir toda a faculdade de pensar”, admite que precisou se esforçar para considerá-lo humano, pois lhe parecia mais uma “fera fulva”, completamente nu e pintado de tinta alaranjada (DENIS, 1980, p.221).

Porém, mais tarde perceberá que o botocudo não era menos inteligente que os demais índios e que sua apatia aparente escondia sentimentos intensos, amor e ódio “fechados num envelope grosseiro”; mais adiante, observará que os avanços no conhecimento da língua dos botocudos estavam levando os que a estudavam a reconsiderar o grau de inteligência concedido a esses indígenas (DENIS, 1980, p.221).

A convivência mais prolongada com os índios e sua vida selvagem causa mal estar aos estrangeiros, um sentimento de aflição difícil de definir. Spix e Martius, depois de algum tempo entre os índios coroados, em Minas Gerais, sentem-se incomodados:

Apesar de termos conseguido em pouco tempo a confiança dos coroados, e de podermos demorar-nos, sem medo, entre eles, tornava-se cada dia mais vivo o nosso desejo de deixar aquelas sombrias paragens, onde nos sentíamos como no meio de dementes (SPIX e MARTIUS, 1938, p.359, vol.I).

Pouco antes, na mesma região, a visão do que lhes parecia o triste canto e a monótona dança dos índios purís evocara acentuada melancolia nos dois naturalistas: “A idéia que nos ocorria, diante deste quadro melancólico, era de saudade de um paraíso perdido” (idem, p.345). A litografia mostrando *A dança dos índios puris* é reproduzida na Figura II.3, na página seguinte.



Litografia, desenho de Van del Velden, no **Atlas zur Reise in Brasilien von Dr. von Spix und Dr. von Martius** (Atlas da viagem de Spix e Martius pelo Brasil).

Extraído de LISBOA, 1997, p.151.

Figura II.3- Dança dos índios puris (*Tanz der Puris*)

Também Elizabeth Agassiz, quando sua expedição vinha descendo o Amazonas, de volta ao Pará, confessaria:

Nunca poderei exprimir satisfatoriamente a impressão um tanto melancólica que causou em mim essa região, no entanto tão atraente da primeira vez que a vi. [...] Talvez tal impressão provenha do aspecto geral de decadência e inacabamento, de falta de energia e iniciativa que fazem com que a natureza distribua em vão os dons de sua prodigalidade (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.458).

Ainda quanto à observação das raças humanas, as cercanias do Rio de Janeiro, em 1817, ofereciam aos visitantes a inesperada oportunidade de examinar espécimes de mais uma delas, os chineses. A comparação entre os aspectos físicos e morais destes e os dos índios brasileiros foi inevitável e parece ter animado os cientistas, como uma grande descoberta. Diz Saint-Hilaire:

Encontrei na venda três chineses que vinham de mascatear em Cabo Frio e seus arredores. Eram alegres, delicados e, logo que desci do cavalo vieram me convidar para com eles almoçar. [...] Podia então, fazer à minha vontade a comparação entre os chineses e os índios e achei a sua semelhança notável. A face dos chineses é na verdade mais chata e mais larga que a dos índios; mas seus olhos são igualmente divergentes, seu nariz achatado, o osso da face igualmente proeminente, enfim, uns e outros são geralmente imberbes. A raça americana é, sem dúvida, como já disse e como tendem a provar as tradições indígenas, uma modificação da raça mongólica; modificação devida ao clima e misturada, ao menos nas sub-raças, com alguns ramos menos nobres da raça caucásica (SAINT-HILAIRE, 1941, p.294).

Spix e Martius observam que os colonos chineses, vindos anos antes para uma experiência malograda de cultivo de chá, na maioria se haviam tornado vendedores ambulantes e que “doenças e saudades da terra já haviam arrebatado a muitos; desgostos haviam liquidado outros chins das redondezas”, e:

A fisionomia dos chins imigrados foi-nos de especial interesse, e com o tempo ainda de maior espanto, pois julgamos descobrir neles o tipo básico que também se observa nos índios. Na verdade, a estatura do chim é um tanto mais esbelta, a testa mais larga, os seus lábios são mais finos e simétricos, os traços, sobretudo, mais delicados e suaves que os dos americanos criados nas selvas; contudo, são comuns à fisionomia de ambas as raças o formato pequeno, não oblongo, mais anguloso e arredondado da cabeça, um tanto pontuda, a largura da face, bossas frontais proeminentes, a testa estreita, as maçãs do rosto fortemente salientes, a posição oblíqua dos olhos pequenos estreitamente fendidos, o nariz obtuso, pequeno, igualmente esborrachado, a falta de cabelo basto no queixo e no resto do corpo, o cabelo da cabeça negro escorrido, comprido, a cor amarela ou avermelhada da pele: traços claramente idênticos das duas raças (SPIX e MARTIUS, 1938, p.173, vol.I).

Os dois naturalistas não se limitam à descrição física dos chins, pois podem ver claramente as suas qualidades morais, similares às dos americanos:

Também o caráter desconfiado, pérfido, como se assegura, não raramente inclinado ao furto, e a expressão de mesquinhez e compreensão mecânica aparecem em ambas as raças de modo semelhante (SPIX e MARTIUS, 1938, p.173, vol.I).

A conclusão de Spix e Martius sobre a origem mongólica dos índios americanos é semelhante àquela que Saint-Hilaire registrou (ou vice-versa, já que as obras são contemporâneas):

Pela comparação da fisionomia mongólica com a americana, tem o observador bastante ocasião de encontrar vestígios condutores para a série de desenvolvimentos pelos quais devem ter passado os asiáticos orientais, sob o influxo de outro clima e, finalmente, para se transformarem em americanos (SPIX e MARTIUS, 1938, p.173, vol.I).

O entusiasmado Saint-Hilaire pensa ter percebido ainda mais uma semelhança entre mongóis e indígenas:

[...] descobri mais uma relação entre as raças mongólica e americana. Um chinês cantava ao meu lado e eu acreditei ouvir o canto dos botocudos, amenizado e aperfeiçoado. Como esses últimos [...] o chinês de que falo arrancava com esforço os sons; sua entonação era nasal ele produzia estrépitos na voz que não eram menos bruscos que os do canto dos botocudos, sem todavia ser tão ruidoso (SAINT-HILAIRE, 1941, p.295).

Branços

A crença etnocêntrica, ou melhor, eurocêntrica, na superioridade física e moral dos homens de raça caucasóide é um ponto de concordância absoluta entre os nossos visitantes naturalistas. Segundo Spix e Martius:

[...] o europeu é superior aos homens de cor pela intensidade do fluido nervoso, e domina de modo tanto somático como psíquico as demais raças. Já foi observado por diversos autores judiciosos que algumas raças, embora igualmente organizadas, são, entretanto, qualificadas de mais ou menos perfeitas em diferentes sentidos, e que o europeu equilibra as faculdades interiores com a superioridade intelectual e física.

Se, por exemplo, um homem da raça caucásica é inferior ao negro em mobilidade e proliferação, ao indígena americano em constituição robusta e vigorosa, em força muscular, resistência e longevidade, a este, como ao mongólico, em agudeza dos sentidos, todavia ele supera a todos em beleza do corpo, em precisão simétrica das proporções na atitude e no desenvolvimento da moralidade, do espírito livre, independente, capaz de generalizar (SPIX e MARTIUS, 1938, p.242-3, vol. I).

A chave da perfeição estaria na harmonia entre as qualidades físicas e intelectuais e no controle exercido por estas últimas sobre a esfera instintiva, inferior:

A bela harmonia de todas as diferentes forças, produzida pelo domínio das faculdades mais nobres no homem, é que determina melhor a sua dignidade do que a formação predominante, e talvez também excessiva, dos órgãos inferiores. O resultado dessa bem constituída e perfeita unidade das forças humanas é que se pode considerar a verdadeira humanidade, inseparável da idéia de liberdade (SPIX e MARTIUS, 1938, p.242-3, vol. I).

A exaltação que os dois bávaros fazem do branco europeu é longa, mas vale a pena ser transcrita na íntegra, pois é um dos trechos em que se revela de forma mais cristalina a colaboração do argumento racista na justificativa naturalizada da expansão colonial européia:

A liberdade, fundamentada na viva consciência moral e desenvolvida pelo esplendor da religião e da autêntica ciência, imprimiu nos europeus o cunho de dignidade e grandeza, que até aqui o tem guiado quase instintivamente por todas as partes do mundo, sempre vitorioso; mesmo no meio dos rudes silvícolas, isso o protege, lá onde a desenfreada audácia substitui a primitiva simplicidade, e por toda a parte infunde respeito. Também tivemos ocasião, quando nos demoramos mais tempo entre os índios, de experimentar a preponderância que a natureza do branco exerce sobre eles. Essa raça demonstra, assim como também a etiópica e os mestiços de ambas, secreta timidez diante do branco, de sorte que basta um simples olhar deste, mesmo a sua simples presença, para os amedrontar, e um branco governa tacitamente centenas deles. Maior ainda atua essa ascendência sobre o negro, que rápido ataca, porém, não sendo dotado de verdadeira, firme coragem, por isso, diante da inata superioridade do branco, deixa-se submeter e subjugar psiquicamente pela vontade firme deste (SPIX e MARTIUS, 1938, p.242-3, vol. I).

Igualmente sobre a razão que manteria os negros subjugados aos brancos, mesmo os primeiros sendo mais numerosos, o colono suíço Thomas Davatz, em 1858, expressava singelamente uma crença que devia ser corrente entre as camadas populares européias: era natural que os negros fossem escravos dos brancos, posto que eram descendentes de Cão (também grafado Cã, Cam ou Can), e apenas repetiam a sina dos filhos do filho amaldiçoado de Noé (DAVATZ, 1972, p.26).⁵⁸

Mais tarde, ainda sobre a milenar e auto-evidente superioridade branca, o europeu Agassiz, radicado nos Estados Unidos América, pensará de forma análoga a Spix e Martius, mas estenderá um pouco mais a base territorial dela:

Reconheço nos brasileiros a impressionabilidade pelos movimentos elevados e pelas emoções generosas, o amor teórico da liberdade, a generosidade natural, a aptidão para aprender, a eloquência fácil. Se não encontrei neles algo da energia e da tenacidade das raças do Norte, não esqueço que esta é uma distinção tão antiga quanto a que guardam entre si as próprias zonas temperada e tórrida (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.611).

⁵⁸ Davatz não menciona, pois seu leitor já sabe, que o Antigo Testamento conta que o velho Noé, furioso com o comportamento desrespeitoso do filho mais novo, lançou sobre o seu neto Canaã, filho de Can, a seguinte maldição: que ele fosse “o último dos escravos” de seus tios Jafet e Sem (Gênesis, 9, 22-27); condenando, portanto, a descendência de Can à escravidão. O Gênesis (10, 32) diz ainda que os filhos de Noé repovoaram a Terra depois do dilúvio, dividindo-se pelo mundo.

Não a Bíblia, mas a tradição secular indicava que a Can e a seus filhos coubera ocupar as terras africanas, e os habitantes do norte da África foram chamados camitas (etíopes, líbios, egípcios). Em obra do século XVII, **Diálogos das grandezas do Brasil** (1618), diz Brandônio: “os descendentes do perverso Cã e seu filho Chanão vieram a povoar pela costa africana nesta chamada zona tórrida...” (BRANDÃO, 1997, p.57).

Mas, mesmo entre os brancos, haveria alguns, digamos, mais alvos de mente e corpo, o que levará Louis Agassiz a ponderar que os portugueses, diversamente dos ingleses e norte-americanos, pareciam muito propensos a sofrer influências das raças inferiores com as quais conviviam. Ele observara na Amazônia que:

Não somente a população branca é muito escassa para suprir a tarefa que tem diante de si, como essa população não é menos pobre em qualidade do que reduzida em quantidade. Ela apresenta o singular fenômeno de uma raça superior recebendo o cunho de uma raça inferior, duma classe civilizada adotando hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens. Nas povoações do Solimões, as pessoas que são consideradas a aristocracia local, a aristocracia branca, exploram a ignorância do índio, ludibriam-no e embrutecem-no, mas tomam não obstante os seus hábitos e, como ele, sentam-se no chão e comem com as mãos.

[...] Os norte-americanos e os ingleses poderão ser bastante sórdidos em suas transações com os naturais do país; [...] mas não se quereriam degradar ao nível dos índios como fazem os portugueses; não se abaixariam a adotar-lhes os costumes (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.308-9).

A influência negativa do clima tropical sobre brancos pouco civilizados foi enfatizada por Saint-Hilaire, bem como a relação entre “inteligência e elevação do solo”, que observou na circunvizinhança da capital do império:

Os brancos de que falo aqui têm o cuidado de saudar a todos que encontram; mas é talvez apenas a isso que se limita sua polidez; eles parecem tristes, frios, indiferentes a tudo, indolentes e estúpidos. [...] A vizinhança de uma capital onde as classes inferiores apenas adquiriram um fraquíssimo grau de civilização, explica bem a grosseria de costumes reinantes nos habitantes dos campos dos arredores; e sua apatia e estupidez têm por causa o clima excessivamente quente e úmido.

[...] acredito ter notado que em geral a inteligência dos habitantes estava em correlação com a elevação do solo, e o Sr. Humboldt fez uma observação semelhante para as partes da América que ele visitou (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 269-70).

Negros

Na monografia apresentada ao IHGB, Martius mostra-se reticente no seu posicionamento quanto à qualidade da contribuição dos negros para a formação do povo brasileiro:

Não há dúvida de que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população (Martius, 1845).

Apesar de serem todos pretos, a estatura, as feições, as vestimentas e enfeites usados, algumas marcas corporais, bem como certos atributos morais ou mentais próprios, revelam ao visitante a variedade étnica dos escravos, e eles procuram descrever os diferentes grupos de negros, quase sempre os colocando numa escala hierárquica. Sobre os negros da capital do império, observa Elizabeth Agassiz:

[...] esses negros atléticos, de traços corretos e tipo mais nobre que os negros dos Estados Unidos, são os *minas*, originários da província de Mina na África ocidental. É uma raça possante, e as mulheres em particular têm as formas muito belas e um porte quase nobre. [...] Dizem que há, no caráter dessa tribo, um elemento de independência indomável que não permite empregá-la nas funções domésticas. [...] Os homens dessa raça são maometanos e conservam, segundo se diz, a crença no profeta, no meio das práticas da igreja

católica. Não me parecem tão afáveis e comunicativos como os negros *congos*; são, pelo contrário, bastante altivos (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.119).

Sobre os negros crioulos, isto é, nascidos no Brasil, Henry Koster opinava que eram uma versão aperfeiçoada de seus ancestrais, ramo da árvore africana que fora “transplantada, cultivada e melhorada em sua mudança para o novo mundo” (KOSTER, 1978, p.380). Ele assinalava ainda o forte senso de identidade comum entre os negros crioulos que nasciam livres e sua relação com a própria cor, em seu livro de 1816:

São homens elegantes, ousados e bravos, obedientes aos brancos, procurando agradá-los, mas facilmente irritáveis, e a menor alusão à sua cor, feita por pessoa mais clara, enraivece-os no mais alto grau. E dizem, algumas vezes:

– *Negro sim, porém direito!* (KOSTER, 1978, p.381).

Este inglês-pernambucano lembra ainda que eram todos negros crioulos ou mulatos os que exerciam o ofício de “capitão do campo” (capitão do mato) que conhecera, homens livres encarregados de perseguir e prender os escravos fugidos.

Quanto aos africanos vindos como escravos a Pernambuco e províncias próximas, nas primeiras duas décadas do século XIX, informa que eram chamados, conforme sua origem, de angolas, congos, rebolos, angicos, gabões e moçambiques, sendo estes dois últimos grupos menores.

Cada grupo teria diferentes características físicas e qualidades de caráter; assim Koster diz que:

Os negros de Angola são os melhores escravos [...] comumente dóceis, e se podem encarregar dos serviços da casa e do estábulo sem que dêem muito cuidado, e alguns demonstram grande dedicação, fidelidade e honestidade. [...] são os que mais se esforçam para obter a sua liberdade (KOSTER, 1978, p.397).

Os chamados congos seriam parecidos aos angolas, mas menos ágeis de corpo e de mente, “especialmente próprios para as tarefas regulares do trabalho no campo” e aprendiam rápido o português. Os rebolos pareciam ter parentesco com os dois grupos antes citados, eram “baixos, robustos, tendo a pele negra, mas não luzente” e “mais obstinados e mais sujeitos ao desespero que os demais” (KOSTER, 1978, p. 397-8).

Os angicos formavam um agrupamento de traços dessemelhantes. Eles tinham por peculiar “três cicatrizes de forma circular, em cada face, indo da orelha ao canto da boca” e eram “altos e bem feitos, com a pele retinta e reluzente, olhos expressivos”, sendo que seus modos “denotam plenamente que não é por vontade que continuam na escravidão”. Eles suportavam “o jugo com impaciência”, e só sob bom tratamento, mas direção severa, davam bons escravos (KOSTER, 1978, p. 398).

Outro conjunto de negros, denominados gabões, havia sido introduzido no Brasil nos primeiros anos do século XIX, mas já tinham seu caráter bem conhecido dos compradores à época de Koster, e por isso eram vendidos a baixo preço. São descritos como de aspecto “mais selvagem que as demais nações”, havendo a suspeita de que eles fossem antropófagos e, além de tudo, eram “muito sujeitos ao desânimo e ao suicídio subsequente” (KOSTER, 1978, p.398).

Pelas informações de Koster, comprar escravos gabões deveria ser um péssimo negócio: “Sucedem que há exemplo de dez ou vinte desses negros, adquiridos juntos, em pouco tempo todos morreram de desgosto, ou puderam encontrar um fim para suas vidas, de maneira mais sumária” (KOSTER, 1978, p.398). Ocasionalmente, era possível tornar mais bem humorados estes pretos altos e fortes, que só então se revelavam razoavelmente espertos, fato a partir do qual o arguto Koster concluiu que eles, muitas vezes, se mostravam obtusos propositalmente, recusando-se a aprender a língua e as tarefas.

Ainda mais desvalorizados que os gabões, no mercado escravo da época, diz o escritor inglês serem os negros chamados de moçambiques, que na avaliação dos que os experimentavam tinham “as más qualidades do gabão, sem que possuam seu vigor”; Koster os descreve como uma “pobre e feia raça de seres lânguidos, preguiçosos e propensos à melancolia” (KOSTER, 1978, p.399).

Jean-Baptiste Debret, mais ou menos à mesma época de Koster, preocupou-se em descrever, com palavras e, acima de tudo, com suas expressivas ilustrações, os negros e negras de diferentes “nações” presentes no Rio de Janeiro, em suas muitas ocupações, entre 1816-1831.

Observe-se que a colaboração do pintor francês torna-se singular na construção da imagem do Brasil, ao associar imagens e textos, o que corresponde ao *pitoresco* (relativo à pintura) e ao *histórico* do título de seu livro (ALENCASTRO, 2001, p.135).

Na introdução à conhecida prancha em que mostra “uma coleção de negras de raças e de condições variadas” (prancha 22 do volume II, reproduzida adiante na Figura II.4), Debret dá pormenores sobre o tráfico de escravos no Brasil, e lista as denominações mais freqüentes dos negros da capital da corte: benguelas, minas, ganguelas, banguelas, minas nagôs, minas mahijos, rebolos, caçanjes, minas calavas, cabindas de água doce, cabindas mossudas, congos e moçambiques (DEBRET, 1940, p. 186, vol. II).

Observa ele que as negras monjolas seriam as “mais particularmente revoltadas, mas compartilham da alegria, da faceirice e principalmente da sensualidade que caracterizam os congos, os rebolos e os benguelas” (DEBRET, 1940, p.187, vol. II).

Não só a Debret e a Koster, mas para a maioria dos que escreveram sobre o Brasil no século XIX, pareceu importante apontar as várias origens dos africanos trazidos como escravos. Os seus registros tornaram-se fontes de informações preciosas, mas controversas, para os historiadores do futuro.

Primeiramente, porque o nome atribuído à “nação” de origem era, muitas vezes, apenas o do porto de embarque na África, para onde convergiam escravos vindos de várias partes do continente africano ou designava vastas regiões geográficas; depois, a origem dos escravos variou muito entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul brasileiras (KARASCH, 2000, p.42-3).

As pesquisas sobre a origem dos africanos escravizados constituem um tema relevante para historiografia do século XX, no sentido de esclarecer as relações sociais estabelecidas entre escravos, libertos e senhores, bem como resgatar suas contribuições para a formação cultural brasileira.

O primeiro a apontar a importância do assunto parece ter sido Martius:

[...] mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias a sua raça em geral, etc., etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil (Martius, 1845).

Veremos que este é um programa de pesquisa bem próximo daquele que Raimundo Nina Rodrigues apresentaria nos últimos anos do século XIX, especialmente nos seus artigos escritos entre 1900 e 1905, e que foram reunidos postumamente em **Os africanos no Brasil**.⁵⁹

As Figuras II.4 e II.5, apresentadas na página seguinte, reproduzem algumas das belas imagens das nações africanas, deixadas por Debret.

⁵⁹ Nesta obra, é justamente dialogando com Martius que Nina Rodrigues começará sua discussão sobre a procedência dos africanos escravizados no Brasil, na polêmica sobre o predomínio de bantos ou sudaneses. O médico maranhense se espanta que o tema tivesse sido negligenciado, até então, pelos estudiosos brasileiros, e afirma a sua primazia nestes estudos (NINA RODRIGUES, 1982, p.16) – afirmação que, se não é modesta, parece correta.



Extraído de DEBRET, 2001, p.21.

Figura II.4- Escravas negras de diferentes nações. Jean-Baptiste Debret



Extraído de DEBRET, 2001, p.72, (aspecto parcial da prancha).

Figura II.5- Diferentes nações de negros (cabeças). Jean-Baptiste Debret

A escravidão

O desembarque no Rio de Janeiro dificilmente deixaria de impressionar o viajante que aportava na capital do Império. A visão das belezas naturais da baía, o Corcovado, o Pão de Açúcar e a Gávea, o intenso movimento de navios e barcos, a larga praça, e a residência imperial em frente ao cais e, sobretudo, “a barulhenta turba de pretos e mulatos seminus que ofereciam os seus serviços” na chegada a terra (SPIX e MARTIUS, 1938, vol. I, p.89), são referências comuns.

Assim, a belíssima paisagem e a agitadíssima presença de muitos negros escravos são as primeiras marcas que deixa o Brasil no viajante que chega, um quadro superlativo “que espanta à primeira vista, como a revelação de um mundo desconhecido, do qual mil nuances há de estudar” (DENIS, 1980, p.125).

Nem sempre, porém, a primeira impressão era de tão positiva, como se vê no relato de Spix e Martius sobre o desembarque no Rio de Janeiro:

Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro feição européia. O que, entretanto, logo lembra o viajante que ele está numa parte estranha do mundo é, sobretudo, a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de espanto que de agrado (SPIX e MARTIUS, 1938, vol. I, p.90).

A turba negra desagrada porque destoa dos padrões civilizados próprios da terra de origem dos dois naturalistas e a “natureza inferior, bruta, desses homens insistentes, meio nus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de suas pátrias” (SPIX e MARTIUS, 1938, vol. I, p.90).

A visão de escravos dançando a luz de uma fogueira parecerá a Elizabeth Agassiz um quadro exótico e algo poético, mas que despertará nela sérias preocupações:

E os negros continuavam a dançar ao clarão de uma grande fogueira. De tempos em tempos, quando a sua excitação atingia o mais alto grau, eles ataçavam as chamas que projetavam estranhos e vivos clarões sobre o grupo selvagem. Não se podem contemplar esses corpos robustos, nus pela metade, essas fisionomias desinteligentes, sem se formular uma pergunta, a mesma que inevitavelmente se faz toda a vez que a gente se encontra em presença da raça negra: 'Que farão essas criaturas do dom precioso da liberdade?' (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.73).

O comércio de escravos é outro aspecto brasileiro peculiar que marcava a sensibilidade dos visitantes; todos os aqui citados expressaram sua posição contrária à instituição escravista, mas os que se demoraram no país viram-se obrigados à experiência concreta de possuir escravos, dada a escassez de trabalhadores livres.

Spix e Martius, declaradamente contrários à escravidão, não deixam de encontrar nela um aspecto positivo: a convivência com os brancos parece civilizar, paulatinamente, os negros; entretanto, não podem concordar com o tráfico negreiro:

Despertam-se no observador dois sentimentos inteiramente diversos à vista dos filhos da África, transplantados ao nobre trato da civilização européia: isto é, notam-se de um lado, com regozijo, os traços de humanidade que se desenvolvem no negro, a pouco e pouco, no convívio do branco; por outro lado, deve-se lamentar que uma instituição tão bárbara e violadora dos direitos do homem, como é o tráfico de escravos, não cuide de dar a primeira escola para civilizar, mesmo no seu próprio país, essa raça aviltada. Os mesmos sentimentos tornaram-se mais pungentes, quando tivemos que escolher

um negro moço para comprar (SPIX e MARTIUS, 1938, vol. I, p.112-3).⁶⁰

Igualmente, a J. B. Debret incomodava a vista do mercado de negros, na corte imperial, onde os cativos eram “examinados, regateados, selecionados como gado; examinam-lhe a cor da tez, a consistência das gengivas, etc., para saber seu estado de saúde; em seguida fazem-nos saltar, gritar, levantar pesos, a fim de apreciar o valor de suas forças e agilidade”. Já as mulheres negras, diz ele, eram “avaliadas de acordo com a idade e os encantos” (DEBRET, 1940, vol. II, p.186).

Quanto à probabilidade dos negros se elevarem ao contato com os brancos, os Agassiz serão bem menos otimistas que os dois naturalistas bávaros; eles serão contrários à escravidão, justamente, por favorecer o contato íntimo entre negros e brancos, o que lhes parecerá um fator de desmoralização dos últimos: “Pense-se o que quiser dos negros e da escravidão, sua perniciosa influência sobre os senhores não pode deixar dúvidas em ninguém” (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.73).

Contemplando os negros no mercado da capital, os dois bávaros pensavam que, a despeito de todo o horror do comércio humano, afinal estes escravos adaptavam-se logo e bem ao Brasil, em consequência de “seu temperamento leviano, assim como a semelhança do clima com o de sua pátria, e a brandura com que eles são tratados no Brasil” (SPIX e MARTIUS, 1938, vol. I, p.113).

Mais ou menos à mesma época, Henry Koster, decididamente inimigo da escravidão, observara muitas vezes, penalizado, o movimento do mercado de escravos de Recife e tinha uma outra interpretação para a aparente indiferença ou

⁶⁰ Mais adiante, rumo a Vila Rica, Spix e Martius completarão sua experiência como senhores de escravo com a fuga, a busca pelos capitães do mato e a restituição do moço que compraram no mercado do Valongo; apesar de saberem que a fuga entre escravos novos, *brutos*, era coisa costumeira, ficaram algo incomodados, pois lhes parecera que o jovem preto não tinha sabido “apreciar o nosso humano tratamento” (SPIX e MARTIUS, 1938, vol. I, p.277-8).

“leviandade” dos africanos recém-chegados, com relação à separação dos companheiros de infortúnio e à sorte futura.

Primeiramente, dizia ele, eles chegavam tão debilitados fisicamente e as condições em que eram armazenados e expostos eram tão penosas, que eles preferiam qualquer destino a continuarem na expectativa da sua compra pelas ruas da cidade e, em segundo lugar, o medo da punição poderia bem justificar que escondessem seus sentimentos, em “silenciosa angústia” (KOSTER, 1978, p. 396).

Além disto, ele observava que o sentimento de fraternidade era valorizado entre os companheiros de navio negreiro, que se chamavam reciprocamente de *malungos*, e tinha “muito valor esse nome entre eles”, e que os escravos se dedicavam à família, quando a tinham, respeitavam os idosos e possuíam o sentimento de pudor, embora isso não fosse percebido pelos brancos (KOSTER, 1978, p.397, p. 405 e p.413).⁶¹

Bem diversa será a impressão dos Agassiz sobre o caráter dos negros, julgados incapazes de entender os elevados preceitos morais dos brancos; a natureza viciosa negra parecia contagiosa, aos olhos da senhora Agassiz, que lamentará mais de uma vez a cegueira das mães e pais brasileiros quanto a este efeito colateral da escravidão:

Que a baixeza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não efeito da escravidão, o certo é que existem; e é estranhável se verem pessoas, aliás cuidadosas e escrupulosas em tudo que se refere aos filhos, deixá-los constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços. Isso prova o quanto o hábito nos torna cegos mesmo para os mais evidentes perigos; um estrangeiro vê logo os perniciosos resultados desse contato com a grosseria e o vício; os pais, entretanto, não se apercebem disso (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.571).

⁶¹ Dos muitos estrangeiros que vieram depois de Koster, poucos demonstrariam a sua compaixão ao tratar dos sofrimentos e das relações afetivas dos africanos escravizados: “Não é preciso que o negro exiba sua sensibilidade para que um assistente possa compreender que ela exista” (KOSTER, 1978, p. 417, nota 17).

Um último item a apontar diz respeito aquilo que os estrangeiros deixaram registrado, em palavras ou imagens, sobre um aspecto central nas relações entre senhores e escravos, a violência inerente a este sistema, concretizada nos castigos físicos e nas muitas ações de repressão aplicadas aos escravos.

Koster e Denis afirmavam que a vida do escravo brasileiro era menos penosa que de seus equivalentes em territórios sob domínio da França e da Inglaterra. Entretanto, é difícil imaginar penas mais duras que as que eles e outros visitantes estrangeiros descreveram, como os açoites, o tronco, o acorrentamento, a reclusão e outras torturas.

Embora atribuísse o excesso de tirania a perversidades individuais, o antiescravista Koster apontava a inevitabilidade da violência, em um sistema que se fundava no domínio absoluto de um homem sobre o outro. Afinal, o escravo tinha que seguir “a linha da vida que o seu amo lhe designou” e qualquer manifestação de desejo contrário implicava fatalmente em punição (KOSTER, 1978, p. 389; p.391).

Golpes de palmatória, ou férula, instrumento portátil de tortura, eram castigos corriqueiros, para faltas leves, incorporados à vida doméstica. Tanto que as sinhás e sinhôs não parecem se aperceber do incômodo que causavam aos forasteiros: “Nada é mais doloroso, para um estrangeiro, que ver, sem cessar, renovar-se este castigo doméstico que as próprias mulheres não temem em infligir a seus escravos” (DENIS, 1980, p.154).

Um moço inglês, naturalista iniciante, que esteve no Brasil por cerca de quatro meses em 1832, deixou registradas suas impressões de convicto antiescravista⁶², durante a estada numa fazenda do Rio de Janeiro:

⁶² Charles Darwin era do partido dos *wighs*, que representava os liberais e antiescravistas, formado por capitalistas industriais e comerciais; os adversários *tories* eram conservadores, representantes proprietários de terras (PRENANT, 1944, p.20; p.43).

Durante minha permanência nessa propriedade, por pouco não me tornei testemunha ocular de um daqueles atos de atrocidade que só podem acontecer em um país escravocrata. Devido a uma briga [...] o proprietário estava prestes a tirar todas as mulheres e as crianças da companhia dos homens e vendê-las separadamente em um leilão público no Rio [...].

De fato, não creio que tivesse sequer ocorrido ao proprietário a idéia da desumanidade de separar trinta famílias [...]. Pode-se dizer que não há limite para a cegueira advinda do interesse e de hábitos egoístas (DARWIN, 1996, p.21).

Mas essa não seria a única experiência que um inglês polido chamaria de desagradável, pela qual passaria Darwin no Brasil. Ao tentar se comunicar com um negro “incrivelmente estúpido”, ele gritava na tentativa de ser entendido, quando o negro fez um gesto amedrontado, pensando que ia apanhar:

Nunca esquecerei do meu sentimento de surpresa, desagrado e vergonha, ao ver um homem grande e forte com medo até mesmo de desviar-se de um golpe [...]. Esse homem havia sido treinado para suportar a degradação mais abjeta do que a escravidão do animal mais indefeso (DARWIN, 1996, p.22).

O caráter pedagógico dos castigos não escapou aos observadores, como o “cruel distintivo” que marcava os escravos fugidos, o colar de ferro com uma ou mais pontas para cima (KIDDER, 2001, p.91), hastes que serviam “não só para tornar-se ostensivo, mas para ser agarrado” (DEBRET, 2001, p.70), a gargalheira, que Ewbank viu exposta numa “casa especializada”, junto a algemas, correntes, cadeias, grilhões e máscaras de ferro, que o norte-americano desenhou após exame metódico, para informação de seus leitores (EWBANK, 1976, p. 323-4). A Figura II.6 mostra uma escrava com a famosa máscara de ferro.



Extraído de DEBRET, 2001, p.191.

Figura II.6- Máscara de ferro. Visita a uma fazenda (detalhe).
Jean-Baptiste Debret.

É notável que este variado aparato de tortura, apesar de seu horror evidente aos olhos dos estrangeiros da época (e também para nós, espécie de estrangeiros no tempo) aparece totalmente banalizado pelos nacionais, incorporado ao cotidiano brasileiro do século XIX.

Finalizando o breve *tour* sobre as obras dos estrangeiros, visitantes, viajantes, poderiam ser balizadas ainda muitas outras observações recorrentes, elucidativas das particularidades da sociedade brasileira no século XIX, mas isto estenderia demais os limites desta tese; assim, as mais relevantes estão indicadas na nota que se segue.⁶³

⁶³ Entre elas, unânime é a observação da desvalorização do trabalho manual pela gente livre, como consequência do escravismo (DAVATZ, 1972, p.26; DENIS, 1980, p.134; EWBANK, 1976, p.301; LUCCOCK, 1975, p.72-3; SAINT-HILAIRE, 1941, p.58). Aos olhos forasteiros, destacou-se também a importante presença da igreja católica romana no cotidiano dos brasileiros, manifestada em pomposos ritos, procissões e missas (DENIS, 1980, p.140, p.144-7; KIDDER, 2001, p.127-37; EWBANK, 1976, p.159-61), na intensidade das devoções aos santos católicos, que aqui ganharam novas e múltiplas atribuições (KIDDER, 2001, p.286-7; EWBANK, 1976, p.56, p.58, p.139-143, p.185) e no culto de santos católicos negros (KIDDER, 2001, p.132; EWBANK, p.219-20). Não deixam de apontar, também, o despreparo e a imoralidade do clero (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.590; EWBANK, 1976, p.110-1; DAVATZ, 1972, p.26; KIDDER, 2001, p.18; LUCCOCK, 1975, p.69-70). Outro ponto ressaltado é o confinamento das mulheres ao lar, sua parca educação e a ociosidade das ricas e remediadas (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.567-9; DEBRET, 1940, vol. III, p.16-7; KOSTER, 1978, p.375; LUCCOCK, 1975, p.75-7).



CAPÍTULO III
***Degenerescência, alienação mental e
racismo científico***

Sobre os tópicos do capítulo III

Na primeira parte deste capítulo (tópico III.1), enfoca-se a história inicial da *psiquiatria comparada*, de meados do século XIX ao começo do XX. Esta disciplina buscava verificar a validade e a universalidade dos quadros psicopatológicos descritos na Europa, procurando suas recorrências em culturas ditas primitivas. Além de ancorar-se nas doutrinas psiquiátricas vigentes, a psiquiatria comparada recorria frequentemente aos supostos evolucionistas do racismo científico.⁶⁴

Os intuitos da segunda parte são discutir as relações que se estabeleceram, da segunda metade do século XIX ao início do século XX, entre a chamada *teoria da degenerescência* e as postulações sobre a etiologia da alienação mental (III.2); e também descrever o resultado da conjunção das noções de degenerescência e dos pressupostos do racismo científico aplicados à criminologia, no último quarto do século XIX, na criação da *antropologia criminal* (III.3).⁶⁵

III.1 – PSIQUIATRIA COMPARADA: ALIENISMO EUROPEU, VIDA CIVILIZADA E RAÇAS PRIMITIVAS

O alienismo europeu, no século XIX, constituiu um corpo de conhecimentos baseado, principalmente, na observação de sujeitos internados por longos períodos em seus asilos. Sabe-se que tal corpo de conhecimentos expandiu-se por todos os cantos do mundo onde a cultura ocidental se fazia presente.

⁶⁴ A redação do tópico III.1 é completamente devedora das referências e análises de Paulo DALGALARRONDO em *Civilização e Loucura: uma introdução à História da Etnopsiquiatria* (1996), livro original na abordagem deste tema, e que apresenta traduções de textos fundamentais de dois importantes alienistas, Jacques-Joseph Moreau (de Tours) e Emil Kraepelin. Obviamente, estou dispensada de referir a importância da cuidadosa orientação feita pessoalmente pelo autor, que incluiu a tradução de textos em alemão.

⁶⁵ Nos tópicos III.2 e III.3, as brevíssimas histórias da teoria da degenerescência e da antropologia criminal visam apenas preparar a discussão do tema central desta tese, as idéias de Raimundo Nina Rodrigues (capítulo IV). Estão bem longe, portanto, da pretensão de oferecer uma análise exhaustiva destes temas.

Quanto ao Brasil, as duas primeiras Faculdades de Medicina, em Salvador e no Rio de Janeiro, surgiram em 1832⁶⁶; nelas, a partir da segunda metade do século XIX, paulatinamente desenvolve-se o ensino teórico da medicina mental, pautado sobretudo pelos textos dos principais alienistas franceses.⁶⁷

É particularmente relevante para a esta tese destacar que, durante todo o século XIX e até o início do século XX, um número considerável de médicos europeus produziu observações clínicas e registros estatísticos, assim como elaboradas discussões teóricas, entrecruzando a alienação mental, suas manifestações em diferentes raças e as vicissitudes da vida civilizada moderna.

Neste tópico, são apresentadas algumas das idéias destes alienistas, alguns dos mais influentes no século XIX. Para isto, entretanto, alguns antecedentes devem ser inicialmente apresentados.

No século XVIII, a Europa passou por transformações sociais, filosóficas e políticas marcantes, consubstanciadas na Revolução Francesa e no Iluminismo. Nesse período, o programa político burguês articulou-se, entre outras coisas, com a doutrina de Locke, a da “tábula rasa”. Nesta perspectiva, as diferenças entre os homens dependeriam, em boa medida, de influências transformadoras vindas do ambiente natural e da educação. Como mencionado em capítulo anterior (II), naquele século dominava a teoria da origem monogênica do homem, acorde aos cânones bíblicos – assim, na explicação das diferenças entre os seres humanos, a influência ambiental foi destacada por vários autores

⁶⁶ Em 1808, foram criadas duas Escolas de Cirurgia, em Salvador e no Rio de Janeiro, transformadas em Academias Médico-Cirúrgicas em 1813 (Rio) e 1815 (Salvador). Em 1832, as Academias foram transformadas em Faculdades de Medicina (SANTOS FILHO, 2001, p.148). Apenas no fim do século XIX começaram a se estruturar várias especialidades da medicina, como a psiquiatria, cujo ensino foi introduzido oficialmente nas duas Faculdades em fins de 1882 (MOREIRA, 1905, p.97).

⁶⁷ Para verificar como o alienismo europeu, principalmente o francês, comparecia no discurso dos jovens médicos brasileiros do século XIX, em suas teses de formatura, e nos textos de alguns de seus mestres, ver a dissertação de mestrado de Carlos Francisco Almeida de OLIVEIRA, **Evolução das classificações psiquiátricas no Brasil: um esboço histórico**. UNICAMP, 2003.

(HARRIS, 1968), pois tal reconhecimento, a princípio, não se chocava com a crença no mito bíblico da Criação.

Um dos mais prestigiosos pensadores desse período foi, certamente, Jean- Jacques Rousseau, com suas teses relativas ao “bom selvagem”⁶⁸. A filosofia de Rousseau irá entranhar-se no pensamento de médicos e alienistas do século XIX; estes se utilizarão recorrentemente da fórmula rousseauniana: ao viver fora da civilização, em formas de sociedades mais próximas da natureza, o homem não enlouqueceria, e mesmo permaneceria imune às diferentes formas de alienação mental.

O contexto sócio-político do alienismo europeu no século XIX

Ao se considerar o contexto histórico no qual surgiram as primeiras teorias que relacionavam *alienação mental*, *raça* e *grau de civilização*, na idade contemporânea, deve-se lembrar que, embora as primeiras décadas do século XIX tenham sido marcadas por um certo retraimento do colonialismo, com a independência da maioria dos países-colônias americanos, de meados desse século em diante houve uma notável expansão das nações européias e norte-americanas sobre os territórios africanos e asiáticos, principalmente.

Assim, constata-se que, em princípios do século XIX, estava sob domínio europeu cerca de 55% da superfície da Terra; em 1878, 67% dela; e, em 1914, os grandes impérios dominavam 84% da superfície dos continentes. As principais razões de tal crescimento neocolonial, apontadas por diversos historiadores, foram: a necessidade de expansão do mercado industrial capitalista e de controle das fontes de matérias primas, a modernização da tecnologia naval

⁶⁸ Para Rousseau, o homem no estado natural se basta, é auto-suficiente, é um indivíduo independente que, através do “amor a si mesmo”, e impulsionado pelas necessidades naturais, trataria de se manter e de se cuidar. A causa da desigualdade entre os homens seria a substituição do amor a si mesmo pelo “amor próprio”, isto é, o desejo de dominação em relação aos outros homens. Através deste processo, teriam surgido a propriedade privada, o poder, a inveja e, finalmente, a guerra (ROUSSEAU, 1978 [1755]).

e a ideologia nacionalista crescente na Europa. Portanto, razões de ordem econômica e sócio-política alavancaram mais um ciclo de colonialismo, reconfigurando a questão das relações entre branco/não branco, civilizado/selvagem, cristão/não cristão, numa nova perspectiva de percepção e elaboração teórica (DALGALARRONDO, 1996, p.18-9).⁶⁹

Não se pode deixar de mencionar também que, além da expansão neocolonial, a abolição da escravidão nas Américas fez emergir o elemento negro no convívio social, de um modo qualitativamente novo. Desta maneira, na maior parte das novas nações americanas, o negro não seria mais o escravo, instrumento da produção excluído da cidadania e separado, por definição, da classe dos senhores. Nestas diversas nações em construção, ele passaria, ao menos em tese, a ser um elemento constitutivo do corpo de cidadãos de cada sociedade.⁷⁰

Além dos negros libertos, havia também, em muitos países da América, uma considerável população indígena, que por vezes constituía o elemento majoritário em relação ao de origem européia. No final do século XIX, somou-se aos negros e indígenas, o crescente contingente de imigrantes europeus, asiáticos, árabes e judeus, que aportavam nas Américas, contribuindo assim para a formação do conhecido *melting-pot* americano, composição *sui generis* de populações européias, africanas, asiáticas e indígenas (GEISS, 1988).

Essa profunda transformação demográfica obrigaria à reflexão sobre a convivência entre as raças e os povos diversos em uma mesma nação, e ainda entre as velhas e novas nações, tornando central a questão das semelhanças e diferenças entre os homens. Em poucas palavras, processos econômicos, políticos e sociais do século XIX colocaram o personagem branco europeu, produtor hegemônico do conhecimento médico e sociológico, em contato com o indígena americano, o negro africano, o árabe, o hindu, o mongol, o chinês, enfim,

⁶⁹ FIELDHOUSE, D. K. *Die Kolonialreiche seit dem 18 Jahrhundert*. Frankfurt: Fischer Bücherei KG, 1965.

⁷⁰ Confrontar com a discussão sobre as vicissitudes da formação da identidade nacional brasileira, abordada nesta tese no capítulo II (tópico II.2) e, adiante, logo no início do capítulo IV (tópico IV.1).

com povos e grupos étnicos que, de um modo ou de outro, lhe eram estranhos (DALGALARRONDO, 1996, p.19).

Emergem, portanto, nesse contexto, com um vigor considerável, muitas questões sobre a natureza e as formas das doenças mentais nos diversos grupos humanos. Ressalte-se ainda que tal processo foi contemporâneo ao nascimento das concepções modernas da medicina mental, fato que não seria sem consequências para o futuro da disciplina psiquiátrica (BERRIOS, 1984, p.303).

As relações entre o progresso da civilização e a alienação

A noção que a alienação mental seria rara entre povos ditos primitivos e que aumentaria à medida que o processo civilizatório progredisse foi uma das teses mais repetitivas do alienismo europeu do século XIX; é difícil não ver aqui o prolongado alcance das teses rousseauianas, no pensamento médico e social deste período.

Rosseau, em seu **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**, de 1755, afirmara que corroíam as almas certos hábitos da civilização, como o excesso de trabalho, a facilidade de excitar e de satisfazer os apetites e a sensualidade, os alimentos rebuscados dos ricos e a má alimentação dos pobres, além das vigílias, dos transportes imoderados das paixões, das fadigas e tristezas sem número, enfim, dos excessos de toda sorte. Para ele, evitar-se-ia toda esta corrupção da alma se o homem conservasse a *maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza* (ROUSSEAU, 1978, p.233-320).

Alguns dos mais influentes alienistas europeus do século XIX, tais como Esquirol, Moreau de Tours, Morel, Griesinger, Krafft-Ebing e Tuke, propuseram a existência de uma forte correlação entre o progresso da civilização e a alienação mental. Também repisavam a tese que a loucura estava aumentando a níveis

alarmantes nas grandes cidades européias⁷¹, e afirmavam, com convicção, que a alienação mental deveria ser muito rara entre os povos primitivos, especialmente até o último terço do século XIX.

Um dos fundadores do alienismo francês, Jean-Étienne Esquirol, valendo-se de relatos de viagem de Alexander von Humboldt⁷², sustentou várias hipóteses etnopsicopatológicas que se tornaram paradigmáticas no meio médico. Alexander von Humboldt, em sua viagem às regiões equinociais da América, ficara muito impressionado com a ausência de doentes mentais entre os nativos, o que registrou em sua obra de 1816 (DALGALARRONDO, 1996, p.20).⁷³

Em 1838, Esquirol afirmava que os excessos trazidos pela civilização, caracterizados pelo abuso das bebidas alcoólicas, pela vida desordenada e pelo excesso de casamentos consanguíneos (observados, segundo ele, principalmente na Inglaterra), seriam as causas mais prováveis da alta frequência de alienados observada nas grandes cidades européias. Ele também formulava a hipótese que em países onde a civilização moderna ainda não tinha ainda se desenvolvido plenamente, como por exemplo, na China, na Turquia, na Espanha ou no México, a alienação seria muito mais rara do que na França – que, como sabiam todos, sediava o ápice da cultura ocidental (DALGALARRONDO, 1996, p.20).⁷⁴

⁷¹ Anos mais tarde, também Sigmund Freud, em texto de 1908, mostraria sua adesão à noção dominante que a civilização exerceria uma pressão constante e perturbadora sobre a saúde mental dos indivíduos. Em *A moral sexual "civilizada" e a doença nervosa moderna*, ele afirmou: "[...] os indivíduos vitimados por doenças nervosas são, com frequência, justamente os filhos de casais procedentes de rudes e vigorosas famílias camponesas, que viviam em condições simples e saudáveis e que, fixando-se em cidades, num curto espaço de tempo elevaram seus filhos a um alto nível cultural. Os próprios neurologistas (*Nervenärzte*) asseveraram enfaticamente que existe uma relação entre 'a alta incidência da doença nervosa' e a moderna vida civilizada" (FREUD, 1976, p.188).

⁷² Sobre von Humboldt, já se mencionou, no capítulo II, a sua influência na construção da imagem paradisíaca das Américas, bem como no estilo da literatura dos viajantes que lhe sucederam.

⁷³ HUMBOLDT, A. von. *Die Wiederentdeckung der Neuen Welt*. München: Carl Hanser Verlag, 1992. [1. ed. 1816].

⁷⁴ ESQUIROL, J.E.D. *Die Geisteskrankheiten in Beziehung zur Medizin und Staatsarzneikunde* [*Des Maladies Mentales, considérées sous les rapports medical, hygiénique et médico-légale*] Berlin: Verlag der Voss'schen Buchhandlung, 1838.

É interessante notar que havia em Esquirol uma mescla de reformismo social e catolicismo fervoroso, conservadorismo e progressismo (mistura, aliás, muito comum entre alienistas, de modo geral). Assim, ele associava o aumento das doenças mentais a períodos de revoluções, de convulsão social e de mudanças abruptas de hábitos, costumes e valores. Também especulava que as doenças mentais seriam mais comuns nas cidades do que no campo, onde a população tenderia ao conservadorismo moral e político (DALGALARRONDO, 1996, p.21).

Discípulo de Esquirol, Jacques-Joseph Moreau (dito *de Tours*), empreendeu a primeira das expedições etnopsiquiátricas, em que visitou a ilha de Malta, o Cairo, Esmirna e Constantinopla; das viagens resultaram um estudo detalhado sobre a alienação mental em *povos exóticos do Oriente*, publicado em 1843, o artigo *Recherches sur les aliénés en orient* (Investigações sobre os alienados no Oriente).

Influenciado por postulações paralelistas, Moreau pensava que, em relação às suas doenças e às suas culturas, os países do Oriente de meados do século XIX eram uma espécie de reedição da Europa medieval. Ele notou, com perspicácia, que os árabes e turcos só levavam para os asilos aqueles alienados mais agressivos ou perigosos. No Oriente, a maioria dos alienados permaneceria em suas casas, guardados por seus familiares, ou vagariam pelas ruas e campos. Considerada uma doença especial na Europa, a alienação mental no Oriente seria, segundo Moreau, um *mal sagrado*, noção mais bem religiosa do que médica. Mesmo considerando que a religiosidade poderia mascarar a verdadeira alienação, Moreau postulava que, de fato, a alienação seria mais rara no Oriente. Assim, ele revalidava as teses de Esquirol, seu mentor e protetor (MOREAU, 1996, p.59-82).⁷⁵

⁷⁵ MOREAU de Tours, J. J. *Investigações sobre os alienados no Oriente: notas sobre os estabelecimentos que lhes são consagrados em Malta (Ilha de), no Cairo, em Esmirna (Ásia Menor) e em Constantinopla (Turquia)*. In: DALGALARRONDO, P. **Civilização e Loucura: uma introdução à História da Etnopsiquiatria**. 1996. p.59-82. [*Recherches sur les aliénés en orient: Notes sur les établissements qui leur sont consacrés a Malte (Ile de), au Caire (Égypte), a Smyrne (Asie-Mineure), a Constantinople (Turquie)*. *Annales Médico-Psychologiques* 1:103-32, 1843].

Seguindo as pistas de Esquirol e de Moreau de Tours, a maior parte dos alienistas europeus do século XIX permanecerá fiel às noções que o progresso, a vida civilizada, a agitação social urbana, as mudanças de hábitos e o aumento dos casos de alienação mental se correlacionavam diretamente.

As idéias destes autores ecoaram no Brasil – conforme mencionado, país ligado tradicionalmente ao ensino médico francês. Aquela que é considerada a primeira das teses de graduação em medicina⁷⁶ a tratar da alienação mental, foi escrita por Antonio Luiz da Silva Peixoto e apresentada à Faculdade do Rio de Janeiro, em 1837, sob o título **Considerações gerais sobre a alienação mental**. O jovem Dr. Peixoto mostra-se um fiel adepto das doutrinas de Esquirol, tanto no uso de sua nosologia quanto na afirmação da relação entre o grau de civilização (leia-se de urbanização e industrialização) e o aumento do risco de alienação mental (e ainda, parece compartilhar do leve *chauvinisme* expresso pelo mestre francês). Diz Peixoto:

O aumento da civilização também concorre para aumentar o número de loucos; não porque os costumes sejam mais depravados, como crêem alguns autores, mas sim porque a atividade da vida intelectual e os revezes da fortuna são tão freqüentes no meio dos movimentos rápidos de uma civilização avançada, quanto são raros nas sociedades novas ainda, e pouco industriosas, nas quais os homens, tendo satisfeito suas necessidades físicas, tranqüilo, como qualquer outro animal, dorme no sono profundo da indiferença [...]. Daí vem que nos campos há menos loucos que nas grandes cidades [...]. É por isso que na Inglaterra, diz Mr. Esquirol, onde se acham reunidos todos os caprichos, onde as transações comerciais se aumentam progressivamente, e se arriscam em especulações longínquas, a alienação é tão freqüente (PEIXOTO, 1837, p.5).

⁷⁶ Desde 1832, nas duas recém-criadas Faculdades de Medicina brasileiras, o título de *doutor em medicina* era obtido pelo aluno que concluísse os seis anos do curso, e depois de apresentar publicamente uma tese, escrita em português ou em latim (SANTOS FILHO, 2002, p.467), monografia cujo tema era por ele escolhido ou, às vezes, indicado pelos professores.

Um outro bom exemplo do interesse despertado pelo tema civilização-loucura é a tese de Cid Emiliano de Olinda Cardozo, **Influência da civilização sobre o desenvolvimento das afecções nervosas**, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 1857. O autor inicia criticando duramente o “blasfemo João Jacques Rousseau” por ter dito que a civilização seria um mal, pois, para o catolicíssimo Cardozo, o progresso civilizatório era um encargo que o homem recebera das mãos de Deus, a fim de aperfeiçoar a criação divina (embora Cardozo não cite sua fonte filosófica, encontraremos esta idéia em Buchez e em Morel, logo adiante). Ele concorda com o mestre Esquirol que a marcha do progresso teria aumentado as taxas de alienação, mas atribui isto à degeneração moral e dos costumes, que vinha acompanhando os tempos modernos, não à civilização em si, tese que vai desenvolver nas páginas seguintes (CARDOZO, 1857, p.4-5).⁷⁷

Não seria possível, no contexto desta tese, detalhar todas as contribuições relevantes para a construção das bases teóricas da psiquiatria comparada. Citarei apenas alguns dos nomes de maior destaque no cenário mundial.

Quanto ao alienismo inglês, H. Maudsley, em seu tratado **The Pathology of Mind** (de 1879)⁷⁸, tornado um clássico, afirmava que o suposto aumento do número de alienados entre as populações civilizadas deveria ser atribuído às idéias e práticas modernas, que conduziriam os homens à lassidão, à auto-indulgência, aos excessos sexuais e à falta de renúncia e de sacrifício. Tais fatores aumentariam a degeneração das populações européias, alimentando

⁷⁷ Observe-se que estas teses de medicina eram trabalhos de conclusão de curso, de estudantes preocupados principalmente em receber o grau de doutor, em geral sendo meras compilações dos tratados franceses e ingleses. Era o que apontava Nina Rodrigues, no comentário ao artigo *Como se faz uma tese. Como se devia fazer*. (*Gazeta Médica da Bahia*, 22:372, 1890).

Elas interessam, entretanto, porque refletem o ensino ministrado nas duas Faculdades e as escolhas teóricas dos docentes de medicina. Claro que há exceções, obras de originalidade e qualidade, e que comentam a realidade brasileira, como, por exemplo, as teses do próprio Nina Rodrigues (1888) e de Juliano Moreira (1891), entre outras.

⁷⁸ MAUDSLEY, H. **The Pathology of Mind**: A study of its distempers, deformities and disorders. London: Julian Friedmann Publishers, 1979. [1. ed. 1879].

assim as taxas crescentes da alienação mental e do crime (MAUDSLEY, 1979). Outro médico inglês importante, Hack Tuke, editor-chefe do respeitado periódico **The Journal of Mental Science**, via como causas do aumento da alienação na Irlanda o crescente uso de bebidas alcoólicas e do chá, o aumento da pobreza e da má nutrição.⁷⁹

Entre os alemães, o mestre W. Griesinger sustentava, igualmente, que o exagero dos prazeres físicos e mentais, conduzindo a paixões desvairadas, o abandono dos costumes simples e da religião tradicional, além do aumento do número de crianças ilegítimas, seriam as causas fundamentais da maior incidência da alienação nos povos civilizados (DALGALARRONDO, 1996, p.21-2).⁸⁰

Alienista da geração seguinte à de Griesinger, R. von Krafft-Ebing elaborou uma tese que seria incorporada ao discurso de muitos outros alienistas seus contemporâneos, em todo o mundo ocidental.⁸¹ Para ele, as sociedades européias, formadas pelos *povos culturais ou civilizados* (**Kulturvölker**), exigiriam de seus membros um grau de organização mental muito maior do que aquele solicitado pelas sociedades dos *povos naturais* (**Naturvölker**). Assim, a luta pela sobrevivência nas sociedades modernas se associaria a um funcionamento mental altamente esgotador, o que causaria a alienação mental, certos adoecimentos físicos e mesmo o aumento da criminalidade, fenômenos a que estavam mais sujeitos os indivíduos constitucionalmente vulneráveis. Nas sociedades *sem cultura e sem ética*, por outro lado, muito pouco seria exigido do homem do ponto de vista mental, o que o protegeria da alienação (DALGALARRONDO, 1996, p.22).⁸²

⁷⁹ Tuke ainda apontava a perda de um grande contingente de homens sãos no fluxo migratório para a América e os casamentos consanguíneos, como causas do aumento da alienação na Irlanda (TUKÉ, 1894, p.549-61).

⁸⁰ GRIESINGER W. **Die Pathologie und Therapie der psychischen Krankheiten für Ärzte und Studierende**. Amsterdam: Bonset, 1964. [1. ed. 1867].

⁸¹ Encontraremos Krafft-Ebing como referência de Raimundo Nina Rodrigues, especialmente em assuntos médico-legais, no capítulo IV.

⁸² KRAFFT-EBING R. von. **Lehrbuch der Psychiatrie auf klinischer Grundlage für practische Ärzte und Studierende**. Stuttgart: Verlag von Ferdinand Enke, 1879.

Como representante das Américas neste debate sobre civilização e loucura, é preciso citar George Beard, o criador da categoria *neurastenia*, talvez o constructo mais original do alienismo norte-americano do século XIX. Ele defendeu em seu artigo *American nervousness, its causes and consequences* (A nervosidade americana, suas causas e conseqüências), publicado em 1881, que o tipo de vida moderno seria a principal causa da grande frequência da alienação nos Estados Unidos. Os estados neurastênicos, de esgotamento físico e mental permanentes e progressivos, derivariam do novo estilo de vida, acelerado e competitivo, trazido pelo progresso material da sociedade americana, com o uso da máquina a vapor, da imprensa, do telégrafo, com o rápido desenvolvimento das ciências e a exigência de maior atividade mental das mulheres (BEARD, 2002, p.176-85).⁸³

Finalizando esta sucinta revisão histórica, é necessário apontar que os alienistas, em seus discursos que relacionavam o aumento da alienação mental às condições de vida nas grandes cidades, refletiam as preocupações, as tensões e os conflitos sociais gerados numa fase crítica do capitalismo industrial europeu. Especificamente, a deterioração física e moral vista nas classes pobres era por eles associada ao abuso do álcool, ao contágio da sífilis, às duras exigências do cotidiano, às más condições de trabalho, de alimentação e de moradia dos operários.

Entretanto, deste reconhecimento das péssimas condições de vida dos pobres não resultaria nenhum questionamento quanto aos fatores estruturais, geradores destas condições de miséria. O alienismo europeu, numa perspectiva ideológica *sui generis*, parece ter optado por condenar o despreparo dos mais fracos na luta pela sobrevivência, a vulnerabilidade intrínseca a certos grupos nacionais ou raciais, e a decadência moral devida aos hábitos modernos, concentrando aí as especulações sobre as origens do sofrimento físico e mental das classes miseráveis.

⁸³ Este importante artigo foi republicado recentemente, em português: BEARD, G. *A nervosidade americana*. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, V (1):176-85, 2002.

Os alienismos europeu e norte-americano e a loucura nas raças primitivas

Como citado, seguindo as proposições de Esquirol e de Moreau de Tours, que sublinhavam o peso da vida civilizada na geração da alienação mental, os principais autores do alienismo europeu, em meados do século XIX, consideravam que os povos primitivos estariam isentos, ou quase, do flagelo da loucura; ou, na verdade, muitos acreditavam que o selvagem seria incapaz de se tornar um verdadeiro alienado.

Quanto às causas da alienação mental entre os povos primitivos, Moreau de Tours afirmara que, tomando-se o exemplo dos povos mulçumanos, uma das mais expressivas seria a sua religiosidade exagerada, fanatizante e manifestada de forma emocionalmente exaltada, como nos tranSES, que ele pensava serem desorganizadores da mente. Uma década depois da publicação de Moreau sobre os alienados no Oriente, outro alienista defenderá proposições semelhantes, quanto aos habitantes da Índia. Winslow, em um artigo em que resume as observações feitas pelo Dr. Thomas Wise, superintendente de um hospício de alienados de Bengala, informa que a loucura entre os hindus seria causada, principalmente, pelos seus excessos místicos, a que se acresceriam certas particularidades meteorológicas, devidas ao clima quente e aos efeitos da lua (DALGALARRONDO, 1996, p.28).⁸⁴

Na década de 1840, nos Estados Unidos da América do Norte, no recém-criado **American Journal of Insanity** foram publicadas várias cartas e relatos de viajantes, missionários e médicos, que afirmavam a ausência da alienação mental entre diversos povos primitivos visitados. Comentados pelo editor do **American Journal**, o atuante alienista Amariah Brigham, tais depoimentos repetiam insistentemente a observação da não existência, ou da extrema raridade, da alienação mental entre os povos não civilizados, por

⁸⁴ WINSLOW, F. Insanity in India. *The Journal of Psychological Medicine and Mental Pathology*, VI: 356-67, 1853.

exemplo, entre os nativos do Pacífico Sul e os chineses, etc. (DALGALARRONDO, 1996, p.27).⁸⁵

Olhando para dentro, para os indígenas nativos, os alienistas norte-americanos alegavam que, igualmente, quase não haveria alienação mental entre eles. O Dr. Lillybridge, responsável de 1827 a 1829 pela remoção de índios Cherokees para reservas indígenas, relatou ter observado mais de 20 mil índios e que, espantosamente, nunca teria visto pessoalmente um só caso de alienação mental verdadeira entre os Cherokees, nem soubera de algum relato sobre tal. O mesmo afirmou o Dr. Butler, médico e missionário que convivera longamente com estes índios (LILLYBRIDGE e BUTLER, 1845, p.287-8).

Entretanto, em concomitância à expansão colonial inglesa, francesa e holandesa, mais ao fim do século XIX, incrementar-se-ia o interesse dos médicos pela especificidade das formas de alienação nas áreas colonizadas, como se pode inferir pelo aumento de publicações sobre o tema. Quadros clínicos exóticos passariam a ser descritos em detalhades, como nos artigos de Ellis (1893 e 1897) e de Van Brero (1895) sobre o *Amok* e o *Latah* entre os nativos de Java; no de Van Brero (1897) sobre o *Koro* em chineses de Java; no de Tokarski a respeito do *Myriath* da Sibéria (1890) e no de Brill o *Piblokto* entre os esquimós (1913). Uma *psicopatologia exótica* passou então a ganhar evidência entre os alienistas (DALGALARRONDO, 1996, p.29).⁸⁶

⁸⁵ WILKES, Capt. Exemption of the South Sea Islanders from Insanity (Letter to Dr. Brigham). **The American Journal of Insanity**, II: 285, 1845.

WILLIAMS, Rev. Letter to Dr. Brigham about insanity in China. **The American Journal of Insanity**, IV: 74-5, 1847.

⁸⁶ ELLIS, G. The Amok of the Malays. **The Journal of Mental Science**, XXXIX: 325-38, 1893. ELLIS, G. Latah: A mental malady of the Malays. **The Journal of Mental Science**, XLIII: 32-40, 1897.

VAN BRERO, P.C.J. Latah. **The Journal of Mental Sciences**, XLI: 537-8, 1895.

VAN BRERO, P.C.J. Koro, eine eigenthümliche Zwangsvorstellung. **Allgemeine Zeitschrift für Psychiatrie und psychisch-gerichtliche Medicin**, 1024:569-73, 1897.

TOKARSKI, A. Meriatschenje und maladie des tics convulsifs. **Neurologisches Centralblatt**, 21:662-3, 1890.

BRILL, A. A. Piblokto or hysteria among Peary's eskimos. **The Journal of Nervous and Mental Disease**, 40: 514-20, 1913.

A “validação transcultural” das síndromes psicopatológicas europeias

Deste modo, da crença dominante na raridade da alienação mental entre os primitivos, majoritária na metade do século XIX, gradativamente os alienistas passaram a se interessar pelo detalhamento clínico dos casos de *loucura exótica* entre os selvagens.

Neste momento, alguns dos mais importantes representantes do alienismo europeu buscaram ratificar, externamente, a validade universal de suas categorias nosológicas e do saber psiquiátrico moderno em construção. Essa espécie de *validação transcultural* era considerada como prova da cientificidade neste novo tipo de medicina. Exemplares deste tipo de atitude foram os estudos etnopsiquiátricos desenvolvidos pelo francês Gilles de la Tourette (1885) e pelo célebre professor de Munique, Emil Kraepelin (1904). Ambos estavam vivamente interessados em “provar”, empiricamente, que as formas clássicas da alienação mental descritas por eles – a *Síndrome de incoordenação motora* de Gilles de la Tourette⁸⁷ e a *Dementia praecox* de Kraepelin⁸⁸ – eram fenômenos universais, doenças mentais que não se restringiriam geograficamente ao Velho Mundo.

Kraepelin empreendeu uma viagem de estudos ao sudeste asiático, entre 1903 e 1904, e estudou os pacientes de um hospício de alienados da ilha de Java. Ali, observou clinicamente 100 internos javaneses e 25 chineses, que comparou a 100 doentes europeus internados no Hospício de Buitenzorg (KRAEPELIN, 1996b, p.101).

⁸⁷ TOURETTE, G. de la. Étude sur une affection nerveuse caractérisée par de l'incoordination motrice accompagnée d'écholalie et de coprolalie: Jumping, Latah, Myriachit. **Archives de Neurologie** VIII:158-200; IX:19-42; IX:68-74, 1884.

⁸⁸ KRAEPELIN, E. Psiquiatria Comparada. In: DALGALARRONDO, P. *Op. cit.* 1996a. p.95-100. [Vergleichende Psychiatrie. **Centralblatt für Nervenheilkunde und Psychiatrie**, XV: 433-7, 1904]. KRAEPELIN, E. Notas psiquiátricas de Java. In: DALGALARRONDO, P. *Op. cit.* 1996b. p.101-3 [Psychiatrisches aus Java. **Allgemeine Zeitschrift für Psychiatrie**, 61:882-4, 1904].

O alienista alemão relatou que notara uma frequência similar, àquela vista na Europa, dos casos de *dementia praecox*⁸⁹ entre os nativos javaneses, sendo que a apresentação clínica desta psicose, em comparação aos doentes europeus, seria um pouco diferente, assumindo uma conformação variada, “apesar da concordância geral dos aspectos básicos”, como ressaltava. Ela era marcada por menor ocorrência de alucinações auditivas ou visuais, por delírios mais pobres e não sistematizados e pela raridade dos sintomas catatônicos. Outra categoria central de sua nosografia, a *loucura maníaco-depressiva*, foi diagnosticada em poucos nativos por Kraepelin e ele notou que:

Entre os indivíduos com loucura maníaco-depressiva prevalecem claramente os quadros de agitação; depressões profundas e duradouras parecem faltar totalmente. Idéias de pecado eram desconhecidas.[...] Também a evolução clínica da loucura maníaco-depressiva, uma forma de adoecimento seguramente baseada na degeneração, parece ser entre nós claramente mais rica que entre eles (KRAEPELIN, 1996b, p.102-3).

Kraepelin ensaiava algumas explicações para as diferenças de apresentação, nos javaneses, das entidades nosológicas que reputava universais:

Essa diferença deve ser, provavelmente, consequência de uma forma diversa de tipo de reação do cérebro adoentado. A insignificância dos quadros delirantes poderia ser explicada especialmente pelo baixo nível de evolução anímica, e a raridade dos distúrbios auditivos poderia ser devida ao fato que a linguagem, num tipo de mentalidade na qual as representações sensoriais prevalecem, não tem o mesmo significado que entre nós (KRAEPELIN, 1996a, p.98).⁹⁰

⁸⁹ *Dementia praecox*, demência precoce, entidade central da nosografia de Kraepelin, mais tarde chamada por Bleuler de esquizofrenia.

⁹⁰ Não consta, porém, que Kraepelin fosse *O Homem que sabia Javanês*. Aliás, no conto de Lima Barreto (publicado em 1911), o malandro Castelo, o tal homem do título, ao consultar o verbete *Java* na *Encyclopédie* fica sabendo que a língua da ilha de Java “[...] possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu”. In: LIMA BARRETO, A.H. *Clara dos Anjos e outras histórias*. São Paulo, Publifolha, 1997. p.205-14.

As investigações psicopatológicas comparativas e sistemáticas, no modelo desenvolvido por Kraepelin, pautavam-se em dois conceitos centrais da sua psicopatologia, as noções de *patogenia* e *patoplastia*. Esta contraposição entre uma *forma* imutável ou essencial da doença (patogenia) e seu *conteúdo* ou apresentações variáveis (patoplastia), no caso das doenças mentais, parece ter sido introduzida por Karl Kahlbaum (BERRIOS e HAUSER, 1988, p.813). Observe-se, entretanto, que a díade conceitual forma-conteúdo está profundamente gravada na tradição filosófica ocidental (DALGALARRONDO, 1996, p.8).

Tanto o método comparativo sistemático de Kraepelin, quanto suas ideias sobre a maior simplicidade dos quadros psicopatológicos em povos pouco civilizados ou em raças inferiores – vimos que a associação civilização-loucura já tinha uma longa tradição no alienismo – firmaram-se solidamente na psiquiatria da última década do século XIX e das primeiras do XX.

A patoplastia da loucura e os cérebros primitivos

Como Kraepelin, muitos alienistas europeus repetiram que entre as raças primitivas, como os negros sul-africanos (GREENLEES, 1895), os nativos sul-americanos, (GRIEVE, 1880), ou os aborígenes australianos (TUCE, 1890), etc., seriam mais comuns as formas de alienação com agitação intensa, de caráter maníaco ou histeriforme, geralmente de duração curta.⁹¹

Tal observação clínica articulava-se com a noção, havia muito difundida, que as raças primitivas seriam mais lábeis emocionalmente do que aquelas civilizadas, expressando-se preferencialmente através da impulsividade, do descontrole afetivo e da agressividade. O negro africano, por exemplo, era

⁹¹ GREENLEES, D. Insanity among the natives of South Africa. *The Journal of Mental Science*, XLI: 71-8, 1895.

GRIEVE, R. Insanity in British Guiana. *The Journal of Mental Science*, XXVI: 370-4, 1880.

TUCE, H. Insanity in Australian aborigines, with a brief analysis of thirty-two cases. *The Journal of Mental Sciences*, XXXVI: 276-8, 1890.

sempre descrito como instável, tendente à sugestionabilidade, à impulsividade, às reações motoras excitadas, incapaz de desenvolver delírios complexos, etc, etc..

Nos EUA, Jarvis é um dos muitos autores que procuram demonstrar houvera um aumento nos casos de alienação mental entre os negros, depois da abolição da escravidão naquele país, resultante, em sua opinião, de seu despreparo em assumir o papel de homens livres numa sociedade civilizada, de cultura superior (DALGALARRONDO, 1986, p.32).⁹²

Esta visão médica derivava das teorias que postulavam a inferioridade cerebral dos indivíduos de raças primitivas (já sabemos quais eram); seus cérebros seriam mais grosseiros anatomicamente e menos desenvolvidos funcionalmente, em comparação aos cérebros dos europeus, principalmente os dos europeus do norte, de sexo masculino e adultos. Enfim, todas as hipóteses do racismo científico, conforme descritas no capítulo II desta tese.

Na América do Norte, na virada do século, os trabalhos do anatomista Bean foram modelares nessa linha. Segundo ele afirmava ter verificado, os afro-americanos tinham o cérebro com os lobos frontais reduzidos, o que justificaria o fato de certas faculdades mentais inferiores serem neles mais desenvolvidas, como o olfato, a visão, as habilidades manuais, os sentidos corporal e melódico. Em contraposição, os brancos apresentavam mais evoluídas as faculdades mentais superiores, como o sentido ético e estético, o auto-controle, a ambição e a razão (BEAN, 1906, p.353-415).

Do Brasil, a partir de estatísticas do Hospital de Alienados de São Paulo, o atuante e modernizador alienista Francisco Franco da Rocha informava aos colegas alemães, em 1898, que a forma de alienação mais freqüente entre os negros brasileiros eram os quadros de mania aguda e que neles os delírios elaborados eram raros, e a melancolia pouco comum; pois, era sabido, à

⁹² JARVIS, E. Insanity among the colored population of the free states I. **The American Journal of Medical Science**, VII:71-83, 1844.

JARVIS, E. Insanity among the colored population of the free states II. **The American Journal of Insanity**, VIII: 268-82, 1852.

semelhança da criança, o negro tenderia a manifestar a sua alienação com expressões motoras, e estava mais sujeito à demência, revelando assim a sua reconhecível organização cerebral primitiva (FRANCO DA ROCHA, 1898, p.133-50).⁹³

Entretanto, como se verá no capítulo seguinte, nem todos os alienistas brasileiros pensavam assim. Ainda que totalmente imerso no universo teórico do racismo científico, como filiado à antropologia criminal de Lombroso, o maranhense Raimundo Nina Rodrigues procuraria mostrar que o negro brasileiro poderia, sim, sob determinadas condições, tecer psicopatologias complexas, isto é, semelhantes ao padrão branco de adoecimento mental.

De orientação teórica diversa, o baiano e kraepeliniano Juliano Moreira diria a seus colegas europeus e brasileiros que aqui, abaixo da linha do Equador, não existiam somente os mesmos pecados do hemisfério Norte, mas ainda as mesmas doenças mentais, sob quaisquer pigmentos epidérmicos.

III.2 – TEORIA DA DEGENERESCÊNCIA E ALIENAÇÃO MENTAL

A degenerescência foi uma explicação etiológica onipresente e teve uma forte influência no desenvolvimento da psiquiatria em todo o mundo, através das principais escolas do período, a francesa, a alemã e a italiana. Embora de definição imprecisa e cambiante, as idéias relacionadas à degenerescência parecem ter respondido satisfatoriamente, por um espaço de tempo relativamente longo, às inquietantes dúvidas sobre as causas da loucura.

Os alienistas franceses Bénédict-Augustin Morel e Valentin Magnan foram os responsáveis pela sistematização das idéias de degenerescência aplicadas à psiquiatria, em duas versões conectáveis, mas não idênticas, que serão sucintamente analisadas a seguir.

⁹³ FRANCO DA ROCHA, F. Bemerkungen über das Vorkommen des Irreseins bei den Negeren. *Allgemeine Zeitschrift für Psychiatrie und psychiatrische-gerichtliche Medizin*, 55:133-50, 1898.

Teoria da degenerescência: uma etiologia para a loucura

Quem consultar os textos dos alienistas franceses ou brasileiros, da segunda metade do século XIX até perto de 1930, encontrará quase sempre a associação de certos tipos de loucura a causas reputadas como devidas à degenerescência ou degeneração da espécie humana; verá ainda que estes dois termos eram usados indistintamente.

Atualmente, os dicionários registram *degeneração* e *degenerescência* como sinônimos, ambos os termos significando: “perda ou alteração (nos seres vivos) de qualidades de sua espécie, abastardamento, mudança para um estado pior, decaimento, declínio; (em sentido figurado) estado de depravação”, sendo que degenerescência adicionalmente significa “tendência a degenerar”.

O Dicionário Houaiss informa que das palavras *degenerar*, *degenerado* e *degeneração* são encontrados registros em português desde o século XV ou XVI, e que sua etimologia vem do latim, conexa a “*genus*, *generis*: família, raça, raiz, tronco, origem, sangue”, mais o prefixo latino “*de*”, no sentido de privação ou negação – negação da raça, abastardamento, na acepção literal.

Já *degenerescência* parece ser termo de incorporação mais recente ao léxico nacional; ele é dado como vindo do francês *dégénérescence*, no século XIX.⁹⁴ Portanto, como diriam os puristas da língua pátria, *degenerescência* é um galicismo, palavra importada da França para concorrer com velha e boa luso-brasileira *degeneração* (e este pode ser um fato lingüístico indiciador).

⁹⁴ A datação aproximada da palavra *dégénérescence* seria do fim do século XVIII, sendo que o primeiro registro da forma aportuguesada se encontrou no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Candido de Figueiredo, Lisboa, 1899. (HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Verbetes: degeneração, degenerado, degenerar, degenerescência. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001).

Houaiss registra ainda o sentido atual de degeneração ou degenerescência aplicado à física quântica. O Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda traz, adicionalmente, a acepção atual restrita à área de Patologia: “processo geralmente irreversível em que [...] há deterioração celular e conseqüente perturbação funcional, podendo, muitas vezes, evoluir no sentido da necrose”. (DICIONÁRIO AURÉLIO sec. XXI. [versão eletrônica, s/d]. Verbetes: degeneração).

Da mesma forma que as equivalentes brasileiras, também na sua terra de origem, no século XIX, as palavras *dégénérescence* e *dégénération* eram usadas no meio médico sem distinção de significado e de acordo com a preferência do autor, segundo informa SERPA JÚNIOR (1998, p.30).

Como já se mencionou, entre os alienistas havia muita concordância que a degenerescência fosse uma importante causa da alienação mental; mas, quanto aos motivos causadores desta degeneração, as opiniões se multiplicavam.⁹⁵

Assim, em termos gerais, ainda que, por definição, todo degenerado fosse um desequilibrado mental, nem todo louco era degenerado. Tais degenerescências poderiam ser herdadas ou adquiridas, manifestando-se em sinais, chamados estigmas, que seriam físicos, intelectuais, afetivos, morais e comportamentais.⁹⁶

Embora a teoria da degenerescência seja referida amiúde como a *teoria de Morel-Magnan*, esta justaposição não parece muito adequada, como se verá a seguir. Mais correto seria dizer que houve *duas teorias* sobre as degenerescências humanas, pois os supostos e as conseqüências de cada uma eram diferentes e, em muitos sentidos, contraditórios, ainda que Magnan tenha reconhecido seu débito com Morel, e dele partido em sua formulação teórica.

⁹⁵ Usando um exemplo que nos interessa diretamente: a mistura inter-racial, a procriação de mestiços, poderia ser considerada relevante, ou não, neste processo degenerativo; tal ponto será detalhado no capítulo IV.

⁹⁶ São três as principais referências utilizadas sobre a teoria da degenerescência, todos estudos históricos altamente recomendáveis pela qualidade analítica e pelo cuidadoso tratamento das fontes:

1- o abrangente ensaio de Rafael Huertas, usadas aqui especialmente as partes I e III (HUERTAS, R. *Madness and degeneration: I- From de 'fallen angel' to mentally ill; II- Alcoholism and degeneration; III- Degeneration and criminality; IV- The man of genius. History of Psychiatry*

3 (4):391-411, 1992; 4 (1):1-21, 1993a; 4 (2):141-58, 1993b; 4 (3):301-19, 1993c);

2- o primeiro capítulo – *Loucura, hereditariedade e queda: a teoria da degenerescência* – do ótimo livro de Octavio Domont de Serpa Júnior (SERPA JÚNIOR, O. D. **Mal-estar na natureza: estudo crítico sobre o reducionismo biológico em psiquiatria**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1998. p.27-164).

3- os capítulos 7 (Morel) e 11 (Magnan) do indispensável livro de Paul Bercherie (BERCHERIE, P. **Os Fundamentos da Clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989. p.107-21; p.149-60).

No tópico sobre a antropologia criminal, além de Serpa e Huertas, usei ainda as didáticas explicações de Stephen Jay Gould em GOULD, S.J. **A falsa medida do homem**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.p.111-46.

Sinteticamente, pode-se dizer que enquanto a teoria de Morel tinha os referenciais pré-darwinistas de seu mui cristão autor, ortodoxamente criacionista e fixista (ainda que admitindo um incipiente “transformismo” à maneira de Buffon), a teoria da degenerescência reformulada por Magnan era claramente evolucionista, nos sentidos dados ao termo depois de Darwin e **A origem das espécies**.

Neste estágio pré-mendeliano de construção de teorias sobre a *hereditarietà* – esta última, uma idéia associada solidamente à degenerescência – pode-se identificar dois movimentos paralelos: um foi a descrição sistemática de entidades mórbidas que pareciam ligadas à transmissão intergeracional, pela visível recorrência familiar; outro, a postulação de teorias explicativas sobre as causas destas supostas doenças hereditárias, onde se encaixariam, segundo Rafael Huertas, a teoria da degenerescência de Morel e a de Magnan (HUERTAS, 1992, p.403).

As idéias de Morel

Bénédict-Augustin Morel (1809-1873), publicou em 1857 o **Tratado das degenerescências físicas, intelectuais e morais da espécie humana, e das causas que produzem estas variedades mórbidas** (MOREL, 1857-Atlas)⁹⁷ em que a degenerescência era definida como desvio de um tipo primitivo perfeito (o homem criado por Deus), desvio este transmissível hereditariamente.

Degenerescência e hereditarietà são conceitos centrais para Morel, como se verá adiante.

⁹⁷ MOREL, B. A. **Traité des Dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine**, et des causes qui produisent ces variétés malades. Atlas de XII planches. Paris: Baillière, 1857.

Notar que “MOREL, 1857-Atlas” se refere à obra supracitada, que consultei diretamente, e “MOREL, 1857” e “MOREL, 1860” à citação via outros autores; já “MOREL, 1997” diz respeito ao livro de Pierre Morel: MOREL, P. **Dicionário biográfico PSI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Nas idéias de Morel observa-se a influência de Buffon⁹⁸ (e de seus comentadores), em seus postulados sobre a diferenciação entre as variedades naturais e as variedades mórbidas nas espécies, e ainda sobre a fluidez dos limites que separariam as várias espécies entre si. Para estes criacionistas, variações do tipo humano edênico seriam sempre consideradas como desvios. (HUERTAS, 1992, p.394).

Entretanto, ainda que filiado filosoficamente a Buffon, Morel não repetia simplesmente a sua idéia de *degeneração*; segundo Serpa Júnior, havia diferenças sutis entre a *degeneração* de Buffon e a *degenerescência* de Morel. Para este último, haveria desvios que produziriam seres somente um pouco menos perfeitos com relação ao tipo original, como os causados pelos diversos climas ou pelo tipo de alimentação e que teriam produzido as diferentes raças humanas, enquanto outras variações seriam claramente anormais, as degenerescências na espécie humana; nem sempre, porém, reconhecia Morel, seria fácil diferenciar o desvio normal do desvio patológico (SERPA JÚNIOR, 1998, p.43-4).

Foi também importante à teoria de Morel o conceito buffoniano de *determinação natural*, isto é, que cada espécie teria seu território nativo, o mais apropriado para seu desenvolvimento. Ainda, é identificável na teoria de Morel a noção de Rousseau que a degradação do homem resultaria do desequilíbrio ou do confronto entre as instituições sociais e o homem natural (HUERTAS, 1992, p.394-6).

⁹⁸ Morel tanto citava Buffon diretamente quanto a partir de Flourens, autor de **Buffon: histoire de ses travaux et ses idées**, de 1844, obra que teria como foco principal a demonstração da invariabilidade das espécies (uma reafirmação da posição criacionista-fixista), retomando ali as idéias de Buffon e acrescentando as de Cuvier, de acordo com Rafael HUERTAS (1992, p.395). Octavio D. de Serpa Jr. assinala igualmente as influências de Buffon, Cuvier e Flourens, e informa ainda que este último marcou Morel pelas suas pesquisas sobre as funções do sistema nervoso e sobre a geração e a embriologia (SERPA JÚNIOR, 1998, p.40).

Obviamente, como criacionista ortodoxo, Morel insistia na origem comum dos seres humanos, a despeito das diferenças observadas nos variados grupos raciais. Dizia ele, na introdução ao **Atlas** de ilustrações que acompanha o **Traité des Dégénérescences**:

A coloração da pele e a natureza dos cabelos, a diferença do ângulo facial, da estatura e, sobretudo, da forma da cabeça, estabelecem os caracteres que distinguem umas das outras as raças naturais, sem que seja, por isso, necessário rejeitar a teoria da comunidade de origem das diferentes variedades da espécie humana (MOREL, 1857-Atlas, p.5).

Para ele, a inferioridade intelectual que se atribuía aos povos selvagens (embora a considerasse verdadeira em muitos casos) não era sinal necessário de degeneração, já que haveria possibilidade de modificação pela educação civilizatória, e então os seus descendentes poderiam vir a ser tipos mais perfeitos. Coisa que não seria possível, enfatiza ele, ao degenerado idiota ou imbecil, ainda que fosse um europeu nascido na mais avançada civilização (HUERTAS, 1992, p.396).

As idéias que Morel formulou sobre as degenerescências entre os povos não-civilizados e entre os europeus seus colonizadores são similares às de alguns naturalistas que estiveram no Brasil no começo do século XIX, como Saint-Hilaire e von Spix e von Martius. Isto é, a degenerescência dos habitantes nas colônias não seria fruto da inferioridade dos nativos nem da mistura entre as raças, mas, sobretudo, resultado da degradação moral trazida pelos dominadores aos nativos.⁹⁹

Sobre este ponto, Octavio Domont de Serpa Jr. refere que o alienista francês considerava as misturas inter-raciais como potencialmente benéficas ao melhoramento da espécie, mas também observara os efeitos funestos do contato entre o colonizador insensível e somente ávido por explorar as riquezas das terras novas e os nativos desprotegidos. Outro aspecto assinalado por ele seria o

⁹⁹ Consultar o capítulo II desta tese, no tópico sobre os viajantes (II.2).

definhamento físico e moral dos brancos europeus nos trópicos (SERPA JÚNIOR, 1998, p.155). Sobre esta última observação, afirmou Morel:

Os viajantes que visitaram o Brasil não deixaram de se espantar com o contraste que lhes oferece este magnífico país. Ao lado da natureza grandiosa que espanta e encanta os olhos do estrangeiro pela exuberância dos mais admiráveis produtos, o homem da raça européia acometido por uma espécie de definhamento (MOREL, 1857¹⁰⁰ *apud* SERPA JÚNIOR, 1998, p.155).

Delineadas, ainda que sumariamente, as ferramentas conceituais usadas por Morel na construção da sua noção de *degeneração* ou *degenerescência*, passemos ao seu conceito de *hereditariedade*, ou melhor, da transmissão hereditária das características degenerativas.

É sabido que o conceito de hereditariedade patológica teve uma grande influência no pensamento do século XIX, para além da medicina e da psiquiatria. Junto ao evolucionismo, será um dos conceitos-chave nas construções teóricas daquele século, fossem científicas ou culturais – como a literatura naturalista, por exemplo (HUERTAS, 1992, p.403).

A maior autoridade da época no assunto hereditariedade, como reconheceram Morel e muitos outros médicos e cientistas, era o alienista francês Prosper Lucas, que publicara em 1847 e 1850 os dois volumes de seu influente *Traité de l'Hérédité Naturelle* (Tratado da hereditariedade natural). Neste erudito Tratado, Lucas resumizou os conhecimentos produzidos sobre o tema até então, e se propôs a estudá-lo de uma nova perspectiva, racional e sistematicamente (SERPA JÚNIOR, 1998, p.65; HUERTAS, 1992, p.397).

Vale a pena ressaltar os pontos fundamentais da proposta teórica de Lucas, uma vez que sua influência se dilatou longamente no tempo, estendendo-se a Magnan, o próximo autor a ser estudado aqui.¹⁰¹ Nesta difícil

¹⁰⁰ *Traité des dégénérescences*, 1857. p.419.

¹⁰¹ E a muitos outros importantes pensadores, como Ribot e Darwin, até as duas primeiras décadas do século XX (SERPA JÚNIOR, 1998, p.63). E também ao brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, através de Magnan e de muitas outras referências francesas, italianas e inglesas.

tarefa de síntese, me valerei novamente dos esclarecedores estudos de SERPA JÚNIOR (1998, p.63-71) e de HUERTAS (1992, p.397-9), especialmente do primeiro.

Para Lucas, haveria duas formas básicas de hereditariedade, a *hereditariedade plástica da vida* e a *hereditariedade dinâmica da vida*. A primeira se referia à transmissão das formas corporais e todos os seus componentes; a segunda, à transmissão das faculdades afetivas, volitivas e intelectuais. Portanto, ele considera a hereditariedade na transmissão dos caracteres físicos e morais, conjuntamente.

O autor formulou duas leis gerais que presidiriam a *criação*: a *lei de invenção* e a *lei de imitação*. Através da *lei de imaginação ou de invenção* a natureza criaria, improvisaria; pela *lei de imitação ou de memória*, a natureza se repetiria. Especificamente quanto à reprodução sexuada dos seres vivos (ou *procriação*, na expressão de Lucas), as duas leis fundamentais se dividiriam em duas outras leis derivadas. A *lei de imaginação* se expressaria na *lei do inatismo*, que governaria a produção de diferenças entre as gerações, ou seja, a hereditariedade *dessemelhante*; já a *lei de imitação* tornar-se-ia a *lei da hereditariedade*, a responsável pela reprodução das semelhanças entre progenitores e prole (SERPA JÚNIOR, 1998, p.66).

A hereditariedade poderia se dar de quatro formas: *hereditariedade direta* (de pais a filhos); *hereditariedade indireta* (de colaterais, como primos, tios, etc.) *hereditariedade em retorno* ou *em retrocesso* (de ascendentes dos pais) e *hereditariedade de influência* (o conjunto das anteriores, ou ainda aquela oriunda de pessoas sem laços de sangue, mas de convivência íntima) (SERPA JÚNIOR, 1998, p.66-7; HUERTAS, 1992, p.398).

Quanto às doenças em geral, Lucas considerava que a hereditariedade mórbida poderia ser de similitude, isto é, predispor o indivíduo às mesmas patologias de seus ascendentes, ou de diversidade, quando as doenças familiares

se transmitiriam sob formas metamorfoseadas aos descendentes (SERPA JÚNIOR, 1998, p.158).

Na alienação mental, afirmava Lucas, a herança mórbida poderia se dar de todas as formas acima descritas; ele considerava ainda a hereditariedade a causa mais comum da alienação mental, que não suprimiria mas se juntaria às demais causas da loucura (HUERTAS, 1992, p.398).

Morel considerava que a herança mórbida transmitida de geração a geração iria progressivamente se agravando, até culminar na esterilidade e extinção da linhagem doentia. Ponto essencial na edificação da teoria da degenerescência, a idéia da progressividade do mal transmitido foi retirada das teorias do médico, ativista político e historiador-filósofo Philippe Buchez, amigo e protetor de Morel.

P. Buchez, como Morel fortemente marcado pelo pensamento católico francês, na sua vertente mais liberal e democrática, pensava que o homem estava destinado por Deus a cumprir um papel sobre a Terra, no sentido de aperfeiçoamento do trabalho da criação divina, promovendo seu progresso:

Assim, se o progresso é pensado como um objetivo inelutável, divinamente fixado, a ser atingido pela humanidade, aqueles dentre os homens que demonstram não serem capazes de colaborar com esta missão, só podem ser pensados como vítimas de uma segunda Queda, como elementos que se distanciam do tipo primitivo normal da humanidade. O degenerado o é porque tornou-se incapaz de exercer a função do homem sobre a Terra, ou seja, ele é pensado com referência a um progresso que deveria se produzir (SERPA JÚNIOR, 1998, p.88).

As observações de Morel sobre as causas e os sinais das degenerescências

Morel ocupou em sua carreira de alienista os lugares de médico-chefe nos asilos franceses de Maréville e de Saint-Yon; no primeiro estabeleceu um curso teórico e clínico sobre doenças mentais, em 1851, a partir do qual publicou os dois volumes de seus **Estudos clínicos** (1852-53); da experiência clínica anterior e das observações feitas no asilo de Saint-Yon (onde permaneceu de 1856 até sua morte, em 1873) e nas regiões circunvizinhas, surgiram outras duas importantes obras: o referido **Tratado das degenerescências** e o **Tratado das doenças mentais**, de 1860 (MOREL, 1997, p.178-9).¹⁰²

A partir de sua prática clínica, e baseado também nas observações e estatísticas de outros alienistas europeus, Morel afirmava que vinha ocorrendo um claro aumento dos casos de alienação mental, dentro e fora dos hospícios de alienados. Além da alienação propriamente dita, sua atenção fora despertada pela existência crescente na população de outros estados anormais, nos âmbitos físico, intelectual e moral, tais como a maior tendência ao suicídio e a elevação dos registros de crimes cometidos contra a propriedade e contra a pessoa. Isto lhe parecia indicar um abastardamento da *raça* (no sentido de *povo francês*), em que os indivíduos cada vez mais se tornavam inferiores, ou menos perfeitos que seus progenitores, física, moral e intelectualmente (HUERTAS, 1992, p.392-3).

Nas duas regiões da França onde residiu como alienista, estudou as condições de vida e de saúde da população local. Em uma localidade perto da cidade de Nancy, impressionou-se com a frequência do bócio endêmico; na região manufatureira de Rouen constatou os variados problemas decorrentes do processo de crescimento fabril, desde alterações ambientais e ocorrência de intoxicações nos operários, até a desagregação familiar provocada pelas exigências deste regime de trabalho (MOREL, 1997, p.179).

¹⁰² Pierre MOREL, 1997, *Op. cit.*

A maior parte dos pacientes de Morel no Asilo de Saint-Yon vinha das classes trabalhadoras de Rouen ou eram moradores de localidades rurais empobrecidas da região. Portanto, Morel falava da preocupante degenerescência vista entre as camadas mais pobres da população, operários e lavradores, e eram voltadas a eles as suas propostas de regeneração educativa e moral (HUERTAS, 1992, p.402).

As causas das degenerescências apontadas por Morel poderiam ser adquiridas, idiopáticas ou hereditárias:

- 1- Intoxicações: em sentido lato, como intoxicações alimentares, pelo álcool ou pelo ópio, por impaludismo ou outras doenças epidêmicas, pela constituição geológica do solo (no cretinismo, por exemplo), violação das leis de higiene, etc.
- 2- Meio social: consideradas aqui as profissões insalubres (mineiros, industriários) e as condições de miséria.
- 3- Afecção mórbida anterior ou temperamento malévolo ou doentio (causas idiopáticas).
- 4- Imoralidade de costumes (como causa hereditária), defeitos na educação moral das crianças e dos adolescentes.
- 5- Doenças congênitas ou adquiridas na infância, doenças cerebrais ou sistêmicas (causas simpáticas).
- 6- Influências hereditárias: indivíduos que resumem em si as influências deletérias de sua ascendência.

(BERCHERIE, 1989, p.113; HUERTAS, 1992, p.399-400; SERPA JÚNIOR, 1998, p.47-8).

Os sinais verificáveis e típicos das degenerescências eram divididos por Morel em três categorias principais: deformações físicas e paradas do desenvolvimento; perversão das funções do organismo; e perturbação ou ausência das faculdades intelectuais e afetivas (MOREL, 1857-Atlas, p.6).

Entre as deformações físicas estariam as conformações anormais do crânio, assimetrias a que Morel dava muita ênfase: microcefalia, cabeça dos raquíticos (protuberância das bossas frontais e aumento do diâmetro bi-parietal), achatamento posterior da cabeça, achatamentos laterais, etc. As assimetrias e irregularidades dos pavilhões auriculares também eram consideradas típicas dos degenerados: implantação viciosa das orelhas e alterações de proporções ou falta de uma das suas partes. O mesmo com relação à implantação irregular dos dentes ou sua ausência. Ainda nas deformidades físicas, Morel enumera a existência de “monstruosidades” como o bócio, a existência de hérnias e a baixa estatura e falta de desenvolvimento corporal (MOREL, 1857-Atlas, p.6).

Na categoria das perversões das funções orgânicas, ele destacava a ausência ou incompletude do desenvolvimento pubertário. Nas perturbações das faculdades intelectuais e afetivas, Morel enfatizava as perversões de ordem moral, os instintos depravados ou cruéis, etc. (MOREL, 1857-Atlas, p.6).

A classificação de Morel das doenças mentais e das loucuras hereditárias

O **Tratado das doenças mentais** (*Traité des Maladies Mentales*) representou a parte aplicada da ampla concepção antropológico-psiquiátrica exposta no livro anterior, sobre as degenerescências (BERCHERIE, 1989, p.109).

Sua classificação era essencialmente etiológica e não sintomatológica, e este é um ponto importante a ressaltar. Morel teria procurado construir uma grande síntese, partindo das análises de seu mestre Jean-Pierre Falret, mas seguindo um caminho diferente deste, julgando encontrar na unidade do quadro clínico, da evolução e da causa, a resposta para o problema das entidades naturais, colocado por Falret (BERCHERIE, 1989, p.107-9).

Vale observar que a nosografia de Morel colocava as formas de loucura como aparentadas (BERCHERIE, 1989, p.113), ou seja, ele tinha uma visão unitária das doenças mentais (SERPA JÚNIOR, 1998, p.115), o que, observe-se, parece condizente com a idéia buffoniana de limites fluidos entre as classificações das espécies naturais.

As moléstias mentais foram classificadas em seis grandes grupos, dos quais o primeiro é o das perturbações ou loucuras hereditárias. A descrição das entidades mórbidas da nosografia de Morel, a seguir, foi sintetizada das referências de BERCHERIE (1989, p.115) e de HUERTAS (1992, p.404). As doenças mentais eram assim distribuídas:

- 1- *Loucuras hereditárias.*
- 2- Loucuras por intoxicação.
- 3- Loucuras por transformação das neuroses (entendidas como afecções cerebrais) histérica, epilética e hipocondríaca.
- 4- Loucuras simpáticas.
- 5- Loucuras idiopáticas.
- 6- Demência.

O grupo das *loucuras hereditárias* foi dividido em quatro classes, em que a gravidade dos males físicos e morais degenerativos aumenta progressivamente:

- 1- Insanidades hereditárias devidas ao simples exagero do temperamento nervoso.
- 2- Insanidades hereditárias em que o desequilíbrio mental era manifesto; ações marcadas pela excentricidade, incoerência, irregularidade, imoralidade. Mesmo nos episódios delirantes,

haveria preservação intelectual. Poderiam ter estigmas físicos e ser estéreis. Primeiro tipo de degenerescência intelectual, física e moral na espécie humana.

- 3- Insanidades hereditárias com limitação intelectual desde a infância e depravação das tendências morais; os sinais físicos seriam mais marcantes. Propensão para o roubo, incêndios criminosos e vagabundagem. Segundo tipo de degenerescência.
- 4- Insanidades hereditárias em que a inteligência era totalmente limitada, os idiotas e imbecis. Os sinais físicos e morais da degeneração se expressariam em grau máximo, seriam estéreis. Terceiro tipo de degenerescência.

A degenerescência progressiva era assim exemplificada por Morel:

Na primeira geração observa-se apenas, ao que suponho, a predominância do temperamento nervoso, a tendência às congestões cerebrais, com suas conseqüências naturais: irritabilidade, violência, exaltação do caráter. Na segunda geração, será possível constatar um recrudescimento dessas disposições maléficas do sistema nervoso. Assinalam-se então hemorragias cerebrais, afecções idiopáticas do cérebro ou, pelo menos, algumas das neuroses capitais que se ligam, com muito mais freqüência do que acreditamos, às disposições anteriores dos ascendentes: epilepsia, histeria, hipocondria. Continuemos essa progressão, pois estamos supondo que não se faça nenhuma tentativa de deter o encadeamento sucessivo e irreversível dos fenômenos. Na geração seguinte, as disposições para a loucura serão, por assim dizer, inatas; as tendências serão instintivas e de natureza ruim. Resumir-se-ão em atos excêntricos, desordenados e perigosos. Terão o caráter especial que nos permitirá fixar para esses seres infelizes o lugar que lhes convém na hierarquia das inteligências decaídas em conseqüência de predisposições hereditárias de natureza

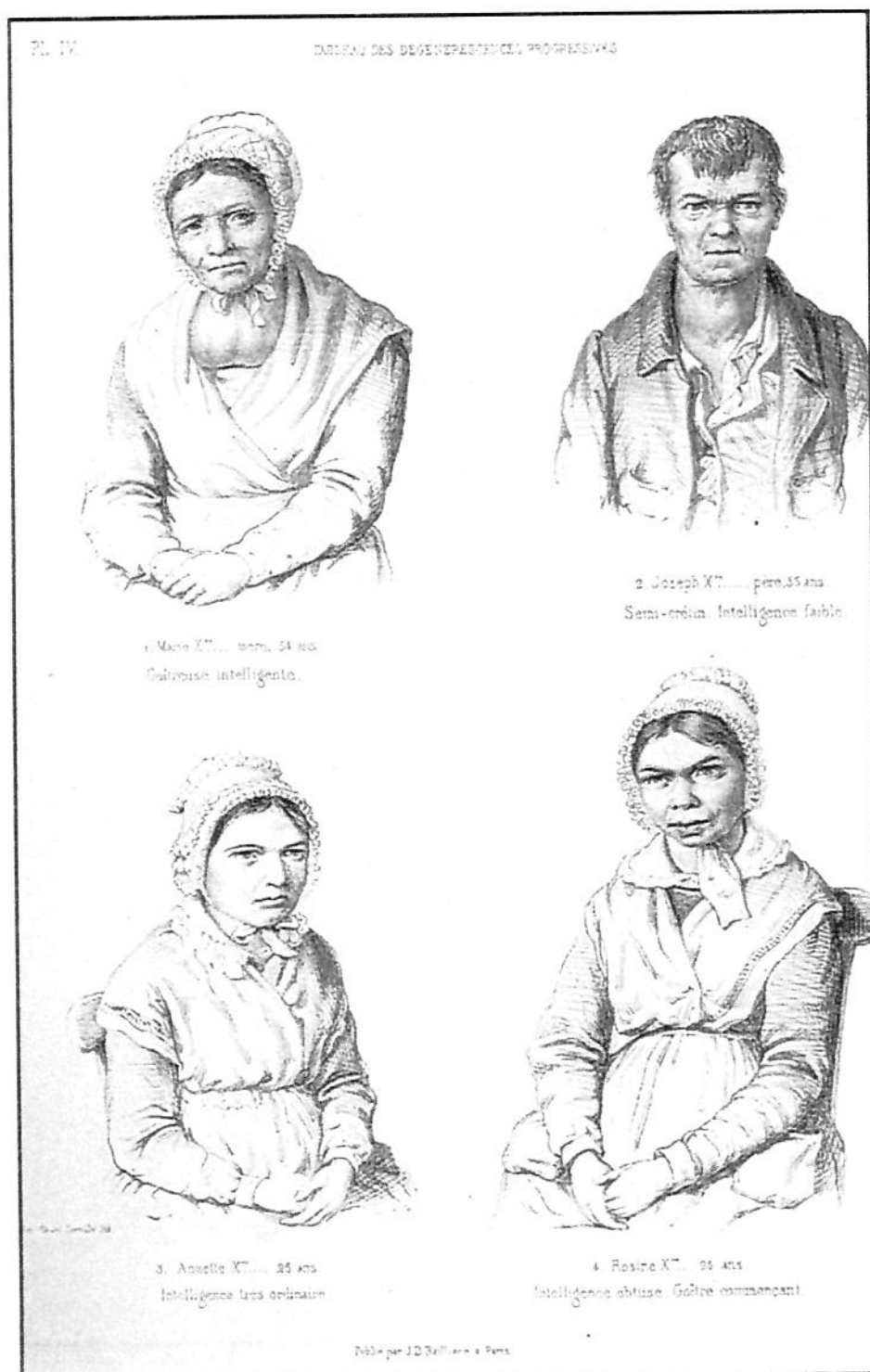
maléfica. Por último, indo numa progressão sempre crescente, ser-nos-á possível a sucessão e o encadeamento dos fatos de transmissão hereditária até suas últimas ramificações patológicas, tanto do ponto de vista das degenerescências de ordem intelectual e moral quanto das degenerescências de ordem fisiológicas: surdo-mudez, debilidade congênita das faculdades, demência precoce; ou então uma existência limitada da vida intelectual, esterilidade ou, pelo menos, viabilidade diminuída dos filhos, imbecilidade, idiotia e, finalmente, degenerescência cretina (MOREL, 1860¹⁰³ *apud* BERCHERIE, 1989, p.113-4, grifos adicionais).

Diante deste sombrio quadro, Morel propunha ações profiláticas e curativas para as degenerações, como o aconselhamento matrimonial, a educação moral, a luta contra o alcoolismo, a sífilis, etc.

Na expressão do historiador das ciências Rafael Huertas, para Morel a degenerescência se referia à degradação do homem decorrente do pecado original, do “anjo decaído” do princípio dos tempos ao ser mentalmente doente ou desequilibrado do século XIX. A tarefa dos médicos seria, então, “pia e política”, não só diagnosticar os degenerados, mas ainda auxiliar sua redenção, guiando a sociedade neste sentido – um projeto de medicina social, portanto (HUERTAS, 1992, p.402-3).

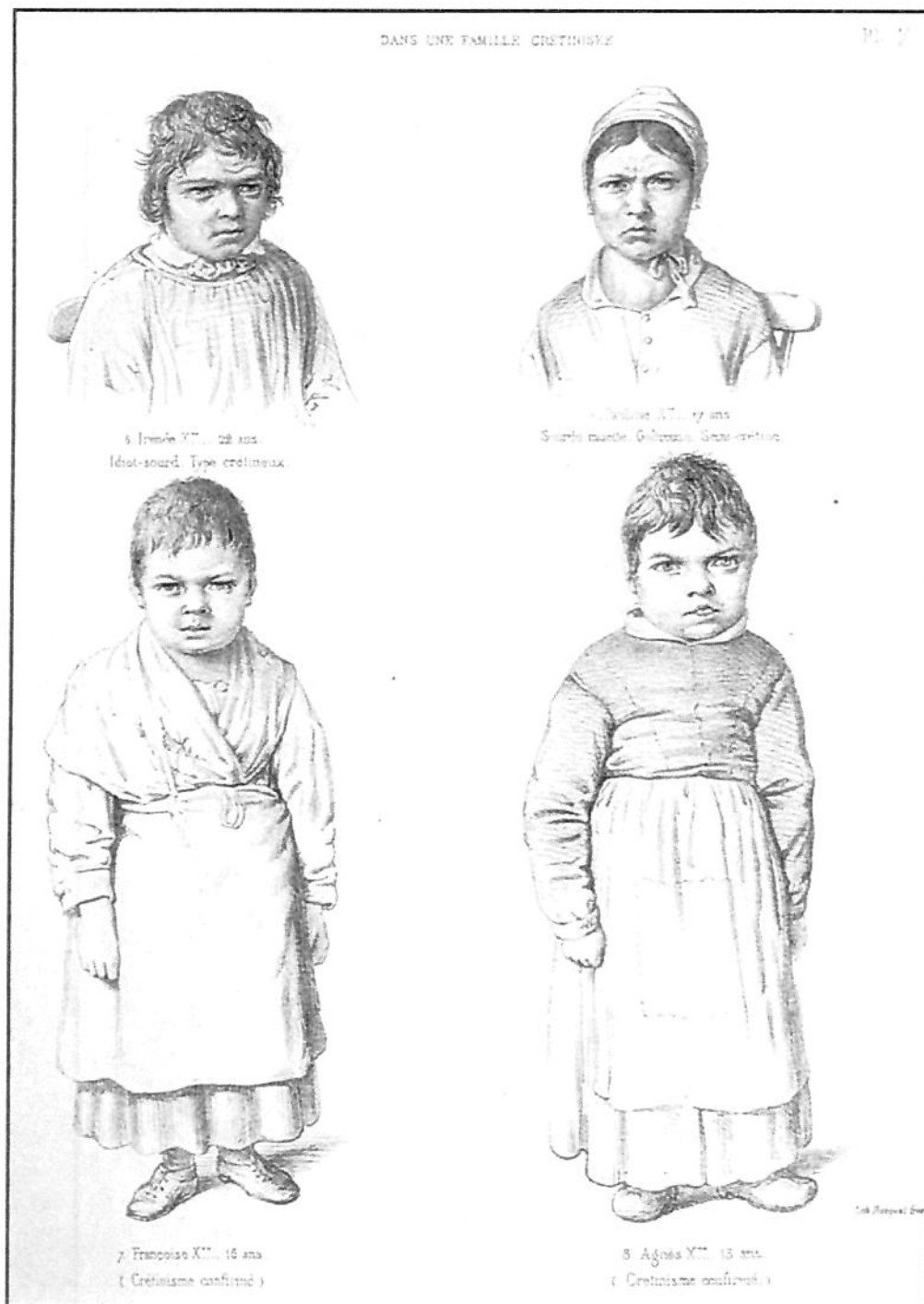
Nas duas páginas seguintes, são reproduzidas pranchas do **Atlas** que acompanha o **Tratado das degenerescências** de Morel; as pranchas IV e V são articuladas e representam oito tipos degenerados de uma mesma família, ilustrando a progressividade e a variabilidade de formas do mal degenerativo, vindo dos progenitores (e quiçá de ascendentes mais remotos).

¹⁰³ **Traité des Maladies Mentales**, 1860. p.515.



Reproduzido de MOREL, 1857-Atlas. Prancha IV.

Figura III.1- Degenerescência progressiva numa família cretinizada (1)



Reproduzido de MOREL, 1857-Atlas. Prancha V.

Figura III.2- Degenerescência progressiva numa família cretinizada (2)

As idéias de Magnan

A partir de 1860, a teoria de Morel conheceria larga repercussão na França, sendo adotada e desenvolvida por muitos autores, como Trélat, Foville, Moreau de Tours, etc. (HUERTAS, 1992, p.405), e ainda nos países ligados à tradição médica francesa, como o Brasil. Caberia a outro influente alienista, a partir da década de 1880, reformular a teoria de Morel e transformá-la segundo os novos moldes evolucionistas, tornando ainda mais onipresentes na medicina as idéias de degenerescência e de hereditariedade mórbida.

O alienista francês Jacques-Joseph-Valentin Magnan (1835-1916), foi aluno de Prosper Lucas no Hospital de Bicêtre e de Jean-Pierre Falret na Salpêtrière; e tais mestres devem ser lembrados na compreensão da sua teoria. Ele defendeu, em 1866, a tese "Da lesão anatômica da paralisia geral". Desde 1867, trabalhou no Hospital Sainte-Anne (Paris), onde foi médico-chefe e fez toda a sua brilhante carreira de clínico e de professor, até sua aposentadoria em 1912 (MOREL, 1997, p.162).

O problema do alcoolismo preocupou Magnan sempre, e ele julgava ser esta toxicomania a maior fornecedora de pacientes para os hospícios; em 1864, estudou os acidentes determinados pelo abuso do licor de absinto, então muito em voga, e em 1874 publicou o tratado **Do alcoolismo** (MOREL, 1997, p.162). A partir do estudo da degeneração no alcoolismo, Magnan avançou na sua construção teórica sobre a degenerescência (ACKERKNECHT, 1964, p.39).

Embora houvesse trabalhado o tema nos seus muitos escritos anteriores, desde a década de 1880, a exposição sistemática da teoria da degenerescência de Magnan surgiu no livro **Les dégénérés**, publicado em 1895, em parceria com seu aluno Legrain (HUERTAS, 1992, p.406).

Uma importante influência no pensamento de Magnan foi a de seu contemporâneo e amigo Charcot, de quem ele teria tomado o exemplo do método da construção de *tipos clínicos* completos, usado nos estudos sobre a histeria;

para Charcot, os casos típicos conviviam com certos quadros incompletos correlacionados, que seriam as *formas frustras* e ainda com associações que formariam os *quadros mistos*; toda esta tipologia vinda de Charcot seria usada por Magnan em sua nosografia, além das noções de *estigmas* da doença e de *temperamentos mórbidos* (BERCHERIE, 1989, p.149).

Além das referências internas à neuropsiquiatria, é muito importante ressaltar a mudança no tom geral do pensamento francês, desde 1870-80, no que diz respeito à assimilação dos princípios evolucionistas, veiculados principalmente pelas obras de Herbert Spencer, introduzidas na França por Taine e por Ribot (SERPA JÚNIOR, 1998, p.137-8).

Como se viu no capítulo II desta tese, Spencer foi definido por Haeckel como o grande divulgador da “nossa concepção do mundo” (HAECKEL, 1982, p.44), ou seja, defensor de um evolucionismo naturalizador aplicado a todas as esferas do conhecimento e da vivência humanos – recordando: hierarquização, luta pela vida, seleção natural e progresso eram as idéias centrais da visão de mundo evolucionista.

A degenerescência passaria a ser, à luz do evolucionismo inspirado em Spencer, um estado patológico, em que os desequilíbrios físico e mental dos indivíduos degenerados interromperiam o progresso natural da espécie humana e levariam, no extremo, à extinção da variedade deficiente:

A degenerescência é o estado patológico do ser que, em comparação com seus geradores mais imediatos, é constitucionalmente diminuído na sua resistência psicofísica e só realiza incompletamente as condições biológicas da luta hereditária pela vida. Esta diminuição, que se traduz por estigmas permanentes, é essencialmente progressiva, salvo regeneração intercorrente; quando esta não acontece, culmina mais ou menos rapidamente na aniquilação da espécie (MAGNAN e LEGRAIN, 1895¹⁰⁴ *apud* SERPA JÚNIOR, 1998, p.139).

¹⁰⁴ MAGNAN, V.; LEGRAIN, P.M. *Les dégénérés* (État Mental et Syndromes Épisodiques). Paris, 1895. p.79.

Com Magnan, será deixada de lado a visão da degenerescência como fenômeno genérico, como na versão de Morel, e se passará a focar o *indivíduo degenerado*, ser anormal identificável por seus estigmas, marcas visíveis do seu processo de degradação (SERPA JÚNIOR, 1998, p.163).

O degenerados de Magnan

Magnan e Legrain, em **Les dégénérés – État Mental et Syndromes Épisodiques** (Os degenerados – Estado mental e Síndromes Episódicas) ainda que declarassem revisar e melhorar o trabalho de Morel, reconheciam a importância de sua sistematização, e destacavam o seu mérito por ter assinalado o papel da hereditariedade patológica na degenerescência e nas alienações mentais (SERPA JÚNIOR, 1998, p.164).

Neste livro, os autores apresentavam os quatro pontos essenciais na caracterização dos degenerados e seus estados psicopatológicos (HUERTAS, 1992, p.406-7):

- 1- Predisposição: o estado inicial da degeneração latente, que poderia vir a se manifestar ou não em sintomas.
- 2- *Stigmata*: estigmas eram marcas visíveis da degeneração; estigmas morais seriam retardamento afetivo ou intelectual, desajustes sociais, etc.; estigmas físicos se apresentariam como atrofias, hipertrofias e distrofias.
- 3- Desequilíbrio: característica central nos degenerados, falta de harmonia entre as diferentes funções orgânicas e mentais.
- 4- Síndromes episódicas: ligadas ao desequilíbrio do substrato mental dos degenerados: impulsos e acessos delirantes, obsessões, fobias, etc.

Quanto aos estigmas degenerativos, Magnan e Legrain citavam exemplos não muito diversos dos de Morel: os físicos seriam as variadas malformações do crânio, da face, da implantação dos dentes, o estrabismo, a anorquidia ou a criptorquidia, etc.; os morais se manifestariam por um funcionamento inadequado ou desequilibrado do que Magnan chamava de “centros psíquicos, sensitivos e espinhais” (SERPA JÚNIOR, 1998, p.164). Este seu modelo de funcionamento cerebral hierarquizado evolutivamente é muito semelhante ao desenvolvido por J. H. Jackson, como observa ACKERKNECHT (1964, p.39).

As causas da degenerescência poderiam ser, como para Morel, hereditárias ou adquiridas. Entre as primeiras, a acumulação das taras diversas, vindas de outras gerações, como o alcoolismo, o impaludismo, a tuberculose, a loucura, etc; entre as causas adquiridas, doenças infecciosas, traumatismos, etc.

Magnan e Legrain frisavam que as causas degenerativas seriam variáveis, na verdade, toda ação enérgica e duradoura sobre o homem que pudesse retardar ou deter o processo evolutivo natural da espécie poderia ser considerada *causa degenerativa* (HUERTAS, 1992, p.409).

Apesar das semelhanças entre as descrições dos estigmas e das causas degenerativas de Morel e as de Magnan-Legrain, na afirmação supracitada se ressalta a diferença essencial entre as duas teorias; para Magnan, a perfeição era um objetivo a ser alcançado pela humanidade, no futuro; o degenerado é um anormal pela impossibilidade de dar prosseguimento à evolução da espécie – o que parece bem diverso do ser originalmente perfeito que degenerou, de Morel.

Finalmente, a classificação das doenças mentais apresentada por Magnan e Legrain, na obra de 1895, procurava ser etiológica e sintomatológica. Inicialmente, a alienação era dividida em dois grandes grupos, 1- *alienações nos hereditários ou predispostos* e 2- *alienações acidentais em indivíduos normais*.

No segundo grupo, as alienações acidentais nos sujeitos normais (de cérebro normal), as manifestações de loucura eram devidas a fatores etiológicos adquiridos ou a lesões cerebrais localizáveis (SERPA JÚNIOR, 1998, p.141).

O primeiro grupo, dos alienados hereditários ou predispostos, se subdividia em dois: os *predispostos simples* e os *predispostos com degenerescência*. Os *predispostos simples* aparentavam normalidade até a eclosão da doença mental, que poderia nunca ocorrer; nesta categoria se manifestariam formas de loucura sem alteração de inteligência, como a mania e a melancolia, os delírios alucinatórios agudos, a loucura intermitente e o delírio crônico de evolução sistemática.¹⁰⁵ Na outra categoria, dos *predispostos com degenerescência*, ou degenerados, cuja predisposição poderia ser hereditária ou adquirida, se abrigavam seres visivelmente desequilibrados quanto aos instintos, afetos, inteligência, etc., além de portadores de estigmas identificadores; as doenças mentais neste grupo seriam delírios pouco sistematizados, polimorfos, que muitas vezes levariam à demência, fenômenos de obsessão e impulsão, etc. (SERPA JÚNIOR, 1998, p.142).

Ainda com relação aos degenerados, Magnan os classificava em quatro classes sutilmente contínuas: *degenerados superiores*, *débeis mentais*, *imbecis* e *idiotas*. As duas primeiras classes, os *degenerados superiores* e os *débeis mentais* seriam sujeitas às loucuras degenerativas. Independentemente do grau de inteligência, todos os degenerados teriam por características a instabilidade e a fragilidade emocional, a versatilidade, a extravagância e a sensibilidade excessiva (BERCHERIE, 1989, p.154).

Na França, o auge da teoria da degenerescência teria se dado de 1885 a 1895, este justamente o ano da publicação da sistematização de Magnan-Legrain. Mas, apesar das críticas, a teoria de Magnan prosseguia dominando a nosologia psiquiátrica: a histeria, a neurastenia, as obsessões,

¹⁰⁵ O delírio crônico de evolução sistemática é uma categoria central na nosologia de Magnan, e será descrito no capítulo IV, no tópico sobre a psicopatologia de Nina Rodrigues (IV.3).

formas atípicas de psicoses, etc. vão se incorporar ao espectro degenerativo (SERPA JÚNIOR, 1998, p.147).

Como já mencionado, foi longa a vida destas idéias sobre a etiologia da loucura, desde 1860 até as primeiras duas décadas do século XX, na França, na Alemanha, na Itália e nos países europeus ou americanos onde estas escolas psiquiátricas tinham adeptos. Certamente, apesar das noções centrais serem comuns, havia diferenças significativas no uso das idéias sobre a degenerescência na Alemanha, nas obras de Griesenger, Schüle, Krafft-Ebing ou Kraepelin; e na Itália, com Tanzi, Morselli, etc.; entretanto, não cabe fazer aqui tal detalhamento.¹⁰⁶

Um epitáfio para a teoria da degenerescência?

No início do século XX, avolumavam-se cada vez mais as reprovações à teoria da degenerescência na França; em 1913, surgiu o importante estudo histórico de G. Genil-Perrin, **Histoire des origines et de l'évolution de l'idée de dégénérescence en médecine mentale** (História das origens e da evolução da idéia de degenerescência em medicina mental), em que o autor fez uma sólida análise crítica à imprecisão das idéias de degenerescência e de hereditariedade:

De todas as expressões do vocabulário psiquiátrico, degenerescência mental retorna mais freqüentemente do que as outras sob a pena dos alienistas deste último meio século. De todas as palavras de nossa linguagem especial, talvez não exista outra que tenha obtido tanto sucesso junto ao público. Mas a maior divulgação não é garantia de maior precisão, e se ela é a mais usual das palavras da nossa língua, o termo degenerescência é certamente um dos mais vagos (GENIL-PERRIN, 1913¹⁰⁷ *apud* SERPA JÚNIOR, 1998, p.151).

¹⁰⁶ Para uma análise aprofundada, ver BERCHERIE, 1989. *Op. cit.* p.133-79.

¹⁰⁷ GENIL-PERRIN, G. **Histoire des origines et de l'évolution de l'idée de dégénérescence en médecine mentale**. Paris: Alfred Leclerc, 1913. p.9.

Na expressão enfática de Ackerknecht, o livro de Genil-Perrin teria sido o “epitáfio da teoria da degenerescência” (ACKERKNECHT, 1964, p.40).

Porém, eu e o leitor sabemos que as idéias, diversamente dos homens modernos, não costumam ter registro de nascimento ou atestado de óbito. Especialmente aquelas que conheceram a glória nas palavras e nas mentes humanas, estas têm o impertinente hábito de permanecer circulando no mundo dos vivos, mesmo depois de declaradas mortas ou a despeito de quantos epitáfios se lhes escrevam. É fato que um dia certas idéias falecem (dizem que algumas são imortais, mas isto é mistério), mas bem antes da sua hora fatal elas estão apenas escondidas: mudam de endereço, das avenidas centrais do discurso científico às ruas suburbanas do senso comum, até que chegam às ruelas escuras do preconceito e muito tempo depois, finalmente, exalam a contragosto o último suspiro, quando ninguém mais as solicita.

III.3 – ANTROPOLOGIA CRIMINAL: DEGENERESCÊNCIA E RACISMO CIENTÍFICO

A antropologia criminal de Cesare Lombroso

O médico italiano Cesare Ezechio Marco Lombroso (1836-1909) construiu uma disciplina que batizou de *antropologia criminal*, que relacionava antropometria, degeneração, atavismo, criminalidade e loucura, e que foi muito popular no último quarto do século XIX (ACKERKNECHT, 1964, p.40).¹⁰⁸

Ele nasceu em Verona e estudou medicina em Pávia, Viena e Pádua, onde se formou em 1858, com a tese “O cretinismo na Lombardia”. De 1859 a 1866, serviu como oficial do corpo de saúde do exército. Em 1866, assumiu o serviço de alienados do Hospital Civil de Pávia, e de 1871-74 dirigiu o asilo de

¹⁰⁸ O historiador da psiquiatria E. Ackerknecht diz ironicamente a respeito do uso de tantos referenciais por Lombroso: “Raras vezes se fez tão célebre um psiquiatra à custa de idéias alheias” (ACKERKNECHT, 1964, p.40).

Pesaro. Foi professor na Universidade de Turim, primeiramente de higiene pública e medicina legal, desde 1876, e ainda de psiquiatria, depois de 1896. Em Turim se fixou definitivamente, e ali se elegeu vereador pelo partido socialista (MOREL, 1997, p.157).

Militante socialista, de postura anticlerical, Lombroso defendia uma reforma agrária radical e era partidário de reformas liberais no sistema penal italiano (SILVEIRA, 1999, p.129). Vale frisar as condições históricas em que viveu Lombroso, ou seja, a situação social e política do momento pós-unificação nacional italiana, o que estaria ligado à sua preocupação em caracterizar etnicamente o povo italiano, em seus estudos antropométricos (SERPA JÚNIOR, 1998, p.129).¹⁰⁹

Lombroso combinou de forma muito particular uma versão evolucionista de degenerescência, a idéia de *atavismo*, ao corpo teórico do racismo científico e, utilizando a antropometria como meio comprobatório de suas hipóteses, formulou a teoria do *criminoso nato*, base de seu sistema de idéias. Ele procurava, sobretudo, responder às questões que, como médico legista, lhe colocava a chamada *escola positiva de direito*, a que se filiava.¹¹⁰

Cesare Lombroso era um polemista brilhante e um escritor prolífico, e as suas idéias sobre a origem biológica do crime tiveram grande impacto no *fin de siècle* europeu, tanto entre especialistas das áreas médica, jurídica e antropológica, quanto nos conceitos correntes na cultura, especialmente na literatura¹¹¹, e na sociedade em geral, na Itália e no exterior (GOULD, 1999, p.123, HUERTAS, 1993b, p.142).

¹⁰⁹ Situação que apresenta um interessante paralelo com a de Nina Rodrigues, no novo Brasil republicano da década de 1890, como se verá no capítulo IV. Também são similares os interesses de ambos pelas questões de higiene pública, de medicina legal e de psiquiatria.

¹¹⁰ Para a chamada *escola clássica ou metafísica* de direito penal, o crime seria uma infração cometida por um sujeito responsável por sua vontade, dono de livre arbítrio; já a *nova escola positiva* congregava juristas, sociólogos e médicos que consideravam o crime como um ato anti-social, determinado por fatores externos à vontade humana (PEIXOTO, 1938a, p.18). Mais detalhes no capítulo IV.

¹¹¹ Gould cita um exemplo retirado do romance *Drácula*, de Bram Stoker (1897), em que a descrição do maléfico conde corresponde, ponto por ponto, ao do criminoso nato de Lombroso (GOULD, 1999, p.121-2).

A teoria do criminoso nato foi exposta no seu livro **L'uomo delinquente** (O homem delinqüente), editado pela primeira vez em 1876. A tese central da obra é que o criminoso “civilizado” da época atual seria comparável a um selvagem ou a um ser pré-histórico, no sentido de ter nascido biologicamente marcado pelo atavismo, uma revivescência individual de etapas anteriores do funcionamento mental da humanidade, e que levaria o *homem delinqüente* a agir como um primitivo, que seria “normal” em seu contexto arcaico, mas anormal na sociedade presente. Huertas aponta que a hipótese inicial de Lombroso seria de cunho mais sociológico que médico; sob influência dos italianos R. Garófalo (jurista) e E. Ferri (sociólogo) e do inglês H. Spencer, sua teoria, a princípio, pretendia ter uma aplicação judicial e sociológica, só posteriormente se estendendo à medicina e à psiquiatria (HUERTAS, 1993b, p.142).

A noção de atavismo¹¹² construída por Lombroso se referia a um retorno de formas primitivas dos antepassados humanos segundo a teoria de Haeckel (“a ontogenia repete a filogenia”). Na expressão de S. J. Gould, se a teoria da recapitulação de Haeckel lembrava a possibilidade do “macaco em todos nós”, a aplicação que lhe deu Lombroso enfatizava como identificar “o macaco em alguns de nós”. Lombroso aproximou o criminoso do selvagem e o selvagem do animal, ou do macaco nosso ancestral, o que o levou a procurar sinais simiescos nos criminosos, os seus famosos estigmas, e ainda semelhanças entre os ditos selvagens e os criminosos (GOULD, 1999, p.121).

Os estigmas de Lombroso, embora pudessem ocasionalmente coincidir com os estigmas degenerativos descritos por Morel ou por Magnan, tinham um sentido diferente. Eles eram sinais simiescos, atávicos, resíduos da morfologia animal ancestral, reativada em alguns infelizes indivíduos assim nascidos, e não sinais de decadência de um tipo humano perfeito (Morel) ou da degeneração que retardava o progresso da espécie humana (Magnan).

¹¹² A definição e um exemplo de atavismo, no sentido atual, segundo Gould: o surgimento num indivíduo de “um traço ancestral descontínuo e de causas genéticas, por exemplo, quando um cavalo nasce com os dedos laterais funcionais” (GOULD, 1999, p.127).

Deve-se ainda assinalar uma característica diferencial entre a teoria do atavismo no criminoso nato e os fenômenos degenerativos na espécie humana descritos por Morel, por Magnan e seguidores: a pouca ênfase dada por Lombroso à hereditariedade no surgimento da anomalia que resultaria no criminoso nato, assim como uma certa reticência deste quanto ao uso amplo da degeneração como fator etiológico (SERPA JÚNIOR, 1998, p.135).

Entre os estigmas físicos do criminoso nato, Lombroso destacava: a maior espessura do crânio, o grande tamanho da mandíbula, a proeminência da face sobre o crânio, os braços excessivamente longos, as orelhas grandes e pontiagudas, o excesso de pelos corporais, a maior acuidade visual, e a incapacidade de enrubescer.¹¹³ Entre os estigmas comportamentais, ele frisava o uso de gírias ou de neologismos, numa relação com a linguagem que Lombroso aproximava das crianças e dos selvagens, e o gosto pela tatuagem, o que refletiria tanto o senso estético extravagante quanto a maior insensibilidade e resistência à dor, o que, sabidamente, eram características dos selvagens (GOULD, 1999, p.127; p.130).

L'antropologia dei Dinka

Em 1896, Cesare Lombroso publicou, em parceria com Mario Carrara, um estudo denominado *Contributo all'antropologia dei Dinka*, na prestigiosa revista que fundara em 1880 (com Garófalo e Ferri), o **Archivio di Psichiatria, Antropologia Criminale ed Scienze Penali** (LOMBROSO e CARRARA, 1896, p.349-63).

¹¹³ Neste ponto, veja-se a semelhança das descrições dos nativos brasileiros, já citadas no capítulo II desta tese. De Spix e Martius, em 1823: "O índio, propriamente, não pode corar [...]. Só depois de longa convivência com os brancos e depois de civilizados, pode-se notar entre os índios a mudança de cor, como sinal de emoção" (SPIX e MARTIUS, 1938, p.346, vol. I). E de Elizabeth Agassiz em 1868, sobre a diferença entre o sensível europeu e o indígena de "fisionomia de bronze que não pode nem corar nem empalidecer" (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.389).

Neste artigo, pode-se ver Lombroso colocando sua teoria em ação. Quase todas as características supracitadas, que aproximam o selvagem do criminoso, (ou vice-versa), são descritas nos examinados, assim como se explicitam os minuciosos métodos antropométricos usados pela antropologia criminal.

Os autores relatam o estudo realizado em indivíduos de uma comitiva vinda da África central, do povo nilótico Dinka. A avaliação inicia-se por uma exaustiva verificação de “caracteres antropológicos”: cor da pele e distribuição da pigmentação; tipo de cabelo; peso; estatura; relação estatura-abertura de braços; os comprimentos das pernas, dos braços, das mãos e dos pés; a forma do crânio e a capacidade craniana presumida; o tipo de nariz e de face, etc. São vinte e cinco adultos e mais algumas crianças e adolescentes.

Os profusos comentários de Lombroso e Carrara podem ser resumidos da seguinte forma: os examinados, embora pertençam a três tribos diferentes, têm características similares; eles são muito altos, suas pernas e braços muito longos, são magros, as crianças são também altas e parecem crescer muito rapidamente, seus pés são grandes e grosseiros, geralmente achatados (“pés chatos”) e assimétricos (um maior que outro), há uma tendência ao *mancinismo* (o predomínio do uso do lado esquerdo do corpo, ou canhotismo), eles são hiperdolicocéfalos, a capacidade craniana média é baixa, alguns homens apresentam características femininas, como ginecomastia e falta de barba e a fisionomia das mulheres é parecida à dos homens, embora elas sejam um pouco mais baixas e de feições menos grosseiras.

Acrescentam eles ainda que a maioria tem os dentes incisivos quebrados, devido a um costume tribal, e muitos apresentam tatuagens no rosto e nos braços.

Estas últimas observações os levam a supor que os Dinka têm alta resistência à dor, ou uma sensibilidade dolorosa anormal; o que se comprovará nos exames de sensibilidade tátil e dolorosa a que os submetem; ressaltam os

autores que alguns sujeitos mostram notável mancinismo sensório (isto é, maior sensibilidade do lado esquerdo do corpo). O teste de acuidade visual mostra que eles possuem um campo de visão excelente, bem amplo para os padrões normais (provavelmente, uma adaptação “quase darwiniana” à vida nas vastas planícies africanas, dizem os autores).

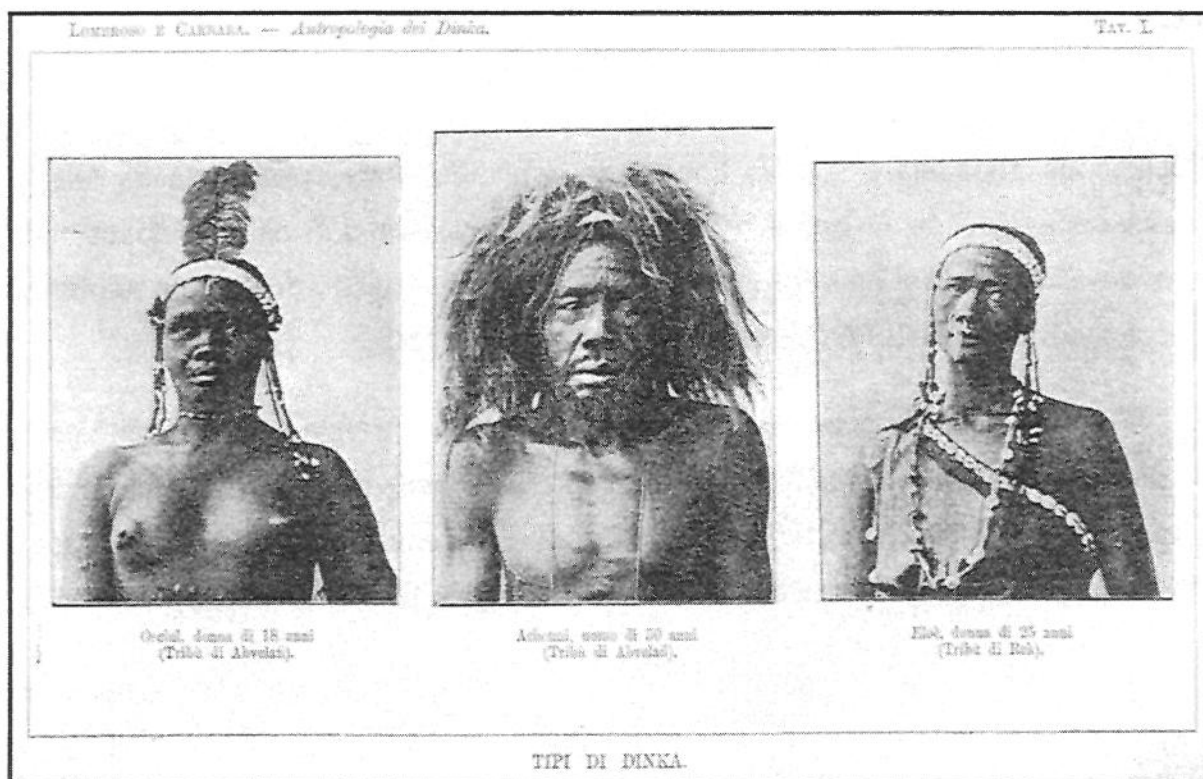
No cômputo geral da avaliação física, os autores encontram vários “caracteres degenerativos” nos examinados que seriam igualmente comuns entre os delinqüentes: os pés chatos e assimétricos, o mancinismo, a insensibilidade à dor, a longuidão dos braços, a baixa capacidade craniana e o gosto pelas tatuagens.

Na avaliação das manifestações culturais, eles indicam que o seu senso estético é primitivo e a sua música é apenas bater contínuo e surdo, como fazem as crianças, comparam Lombroso e Carrara.

A análise psicológica, feita pela observação durante a convivência com o grupo, mostrou que os Dinka eram, em geral, apáticos e indiferentes ao meio, e pouco afeitos ao movimento. Mas esta indiferença aparente mostrara, às vezes, esconder uma grande ferocidade, manifestada impulsivamente em certas ocasiões em que explodiu a cólera de alguns deles.

Disto, concluem Lombroso e Carrara que o funcionamento psicológico dos Dinka era bem similar ao dos criminosos natos: em ambos os tipos, a ferocidade não costuma se manifestar de forma contínua, mas está dissimulada sob uma aparente passividade, e pode tornar-se mais perigosa porque inesperada. A apatia e a inércia habituais do povo Dinka demonstrariam, em sua opinião, uma falta de capacidade de perseverança, como ocorria com os criminosos natos – eles não teriam aquela firme disposição ao trabalho contínuo e profícuo, que formaria a base da atividade do homem honesto e civilizado (LOMBROSO e CARRARA, 1896, p.349-63).

A Figura III.3, na página seguinte, reproduz o quadro com três fotografias de nativos Dinka, que acompanha o artigo de Lombroso e Carrara.



Extraído de LOMBROSO e CARRARA, 1896.

Na primeira legenda: *Osciol*, mulher de 18 anos (Tribo de Abvelan); na do meio: *Acheuini*, homem de 50 anos (Tribo de Abvelan); na terceira: *Eloè*, mulher de 25 anos (Tribo de Rek).

Figura III.3- Três tipos do povo Dinka, estudados por Lombroso e Carrara

A assimilação do criminoso nato ao epiléptico e ao louco moral

As proposições de Lombroso causaram acalorados debates nos meios médicos e jurídicos, por bastante tempo, e ele as modificou conforme as críticas recrudesciam. Por exemplo, ele não pretendia que todos os criminosos fossem natos, uma parcela seria de *criminosos de hábito*, aqueles em que certas condições pessoais e sociais tinham determinado a desobediência às leis; na primeira edição de **O homem delinqüente**, calculava que os criminosos natos seriam 95% do total de contraventores, já na quarta edição do livro, o percentual estava em torno de 33% (SERPA JÚNIOR, 1998, p.130).

A importância do debate pode ser inferida pelos concorridos *Congressos Internacionais de Antropologia Criminal*, que a cada quatro anos reuniam notáveis juristas, médicos, cientistas e representantes de governos, e que foram regulares até a Primeira Guerra Mundial (GOULD, 1999, p.135).

Vale ressaltar que Lombroso, sendo alienista, em suas constantes reformulações da teoria do criminoso nato, também se valeria das idéias degeneracionistas francesas, de Morel e de Magnan, mas faria um uso muito próprio delas (HUERTAS, 1993b, p. 142).

Por sua vez, muitos alienistas franceses reagiam desfavoravelmente à idéia do criminoso nato. Valentin Magnan, que também se dedicou a estudos médico-legais, fazia muitas ressalvas à teoria de Lombroso. Segundo Rafael Huertas, ele pensava que a criminalidade não poderia ser sempre associada à degeneração ou à alienação; em **Les dégénérés**, ele e Legrain questionavam se a criminalidade poderia ser considerada um indicador da degeneração da espécie, ou um estigma degenerativo, e concluíam que não. Quanto ao criminoso nato, afirmavam que ou ele não existia ou, se existisse, seria um doente (HUERTAS, 1993b, p.152).

Com o passar do tempo, haveria uma ampliação das fronteiras da categoria do criminoso nato, que iria abranger os epilépticos e os chamados loucos morais, até a sua identificação completa:

O louco moral não tem nada em comum com o alienado; ele não é um doente, é um cretino do sentido moral. Além disto [...] demonstrei que, além dos caracteres verdadeiramente atávicos, existem outros adquiridos e de fato patológicos. [...] Assim, pude associar o louco moral e o criminoso nato ao ramo dos epileptóides (LOMBROSO, 1887¹¹⁴ *apud* SERPA JÚNIOR, 1998, p.131, grifo no original).

Os sujeitos *cretinos do sentido moral* de Lombroso poderiam ser aproximados a alguns dos *degenerados superiores* de Magnan, homens desequilibrados mentalmente, pois sendo inteligentes e instruídos “carecem completamente de senso moral; gênios, por vezes, do ponto de vista intelectual, são idiotas do ponto de vista moral” (MAGNAN, 1897¹¹⁵ *apud* BERCHERIE, 1989, p.154).

Porém, se no trecho supracitado, de 1887, Lombroso afirmara que o criminoso nato ou o louco moral não eram verdadeiros alienados, em texto de 1902, ele se referirá aos *crimes patológicos*, isto é, aos delitos cometidos por sujeitos ao mesmo tempo doentes mentais (hereditários ou não) e criminosos, como poderiam se tornar os alcoólatras e os sífilíticos, aturdidos pelos estímulos do progresso civilizatório:

O progresso civilizatório expande de forma incomensurável as necessidades e desejos, de forma que o aumento do bem estar hiperestimula os sentidos, induzindo os alcoólatras e os paralíticos (sífilis cerebral) ao crime patológico, ao crime contra a propriedade e contra os costumes. Isso tem aumentando enormemente o número de pessoas nas casas corretivas (LOMBROSO, 1902¹¹⁶ *apud* DALGALARRONDO, 1996, p.23).

¹¹⁴ LOMBROSO, C. *L'Homme Criminel. Criminel-né, Fou Moral, Épiletique. Étude Anthropologique et Médico-Légale*. Paris, 1887. p.XV.

¹¹⁵ MAGNAN, V. *Leçons cliniques sur les Délires Systématisés*, 1897. p.40-1.

¹¹⁶ LOMBROSO, C. *Die Ursachen und Bekämpfung des Verbrechens*. Berlin: Hugo Bermühler Verlag, 1902.

Portanto, também para Lombroso, a vida moderna implicava em maior risco de alienação mental, ou pelos efeitos maléficos de certos hábitos causadores de degeneração física e moral (alcoolismo e sífilis) ou por desencadear a manifestação psicopatológica em sujeitos enfraquecidos mentalmente e predispostos; estas suas formulações, note-se, são muito semelhantes às de Morel, quando citava o alarmante aumento de casos de alienação entre as classes pobres das cidades européias.¹¹⁷

Assim, vê-se que a defesa da sua criação original, o criminoso nato como ser vitimado pelo atavismo degenerativo, em que o selvagem antepassado ressurgia indomável, não impediu Lombroso de pensar também a degenerescência em moldes mais tradicionais, à moda dos alienistas franceses.

Neste sentido, é preciso ainda mencionar, mesmo que brevemente, uma outra extensão feita por Lombroso da idéia de degeneração, agora a respeito da relação entre genialidade e desequilíbrio mental, iniciada na sua breve obra inicial **Genio ed folia** (Gênio e loucura), de 1864, e posteriormente desenvolvida em **L'uomo di genio** (O homem de gênio), livro publicado em 1888 e que desencadeou uma onda de interesse, em psiquiatras e criminologistas, pelo estudo destes supostos degenerados geniais, especialmente escritores como Honoré de Balzac, Eugène Sue, Émile Zola, etc. (HUERTAS, 1993c, p.307-9). Diferentemente do criminoso nato, quanto à gênese do *homem de gênio*, Lombroso ressaltava a importância da degenerescência e da hereditariedade (SERPA JÚNIOR, 1998, p.135).

Na verdade, Lombroso retomou, nesta obra, (pre) conceitos correntes entre muitos alienistas europeus, especialmente partindo de Moreau de Tours e sua teoria do artista ou do gênio como sofredor de uma exaltação das faculdades mentais, de uma neurose hereditária (no sentido de doença cerebral) que os predisporia a ter a mente agitada constantemente, num febril ebulir de idéias criativas. Huertas observa que Magnan, opositor de Lombroso na teoria do

¹¹⁷ Comparar também com as posições idênticas sobre a relação civilização-loucura, citadas no tópico III.1, de alienistas mais antigos como Esquirol e Moreau de Tours.

criminoso nato, ignorou sistematicamente a produção de Lombroso sobre o *homem de gênio*, aliás freqüentemente superposto ao *degenerado hereditário superior* da classificação do francês (HUERTAS, 1993c, p.305-7).

Finalizando, lembro que procurei apresentar apenas os mais significativos conjuntos de idéias, as mais famosas variações sobre o tema da degenerescência no pensamento médico do século XIX, no sentido de esclarecer o uso que deles se faria no Brasil. No capítulo seguinte (enfim!) veremos como a teoria da degenerescência, na vertente de Magnan e seguidores, mais a antropologia criminal de Lombroso e discípulos, aportaram em terras brasileiras, através da análise do pensamento de Raimundo Nina Rodrigues.



CAPÍTULO IV

***Raimundo Nina Rodrigues versus
Juliano Moreira: as causas da
degenerescência à moda brasileira***

Parte 1: Raimundo Nina Rodrigues, um médico-legista frente à negra esfinge

IV.1 – NINA RODRIGUES NO DEBATE SOBRE A MISTIÇAGEM E O FUTURO DO BRASIL

O contexto histórico

Os termos *raça* e *mestiçagem* vêm seguindo indissociáveis da imagem brasileira, presentes desde a época colonial. Mas tomarão outros contornos no século XIX; é possível dizer que o Brasil, a partir do último quarto daquele século, se define por suas raças.

Depois da década de 1870, ocorreram significativas mudanças naquilo que depois seria chamado pensamento social brasileiro, ou as idéias sobre as especificidades da nação e do povo. Classicamente, considera-se que o intervalo histórico que vai 1870 a 1930 se caracteriza pelas produções intelectuais em torno da denominada questão racial, vista como determinante para o entendimento da sociedade (SKIDMORE, 1989, p.11; SCHWARCZ, 2000, p.14).

Este período pode, mais exatamente, ser dividido em dois momentos históricos. No primeiro, de 1870 a 1910 ocorre o que Thomas Skidmore chama de “a formação do Brasil moderno” (SKIDMORE, 1998, p.97 e seg.); é neste momento que vive, trabalha e pensa Raimundo Nina Rodrigues, o principal personagem enfocado nesta tese.¹¹⁸

¹¹⁸ Em termos brevíssimos, um segundo momento pode ser delimitado entre 1910 e 1930, ainda em termos de caracterização do pensamento social brasileiro: entre 1910-20, a emergência do novo pensamento nacionalista, o início de uma reação mais forte contra o determinismo racial, a influência questionadora da Primeira Guerra Mundial e entre 1920-30, a iconoclastia do movimento modernista, o abandono gradativo dos preceitos do racismo científico, ao mesmo tempo em que Oliveira Vianna formulava uma nova teoria social otimista quanto ao branqueamento do povo brasileiro, etc. A partir de 1930, com Gilberto Freyre e outros, a *cultura* tomará o lugar da *raça*, e o mestiçamento adquirirá um tom positivo (SKIDMORE, 1989, p.163 e seg.). Este segundo momento (1910-30) será retomado no tópico sobre Juliano Moreira.

A interpretação da sociedade brasileira passa, a partir do final do século XIX, a ser fortemente marcada pelo cientificismo¹¹⁹, e teorias importantes para a construção de pensamento típico do período são introduzidas: o positivismo de Auguste Comte e os evolucionismos, o biológico de Charles Darwin e o social, de Herbert Spencer (SKIDMORE, 1989, p.26). “Um bando de idéias novas” vojavam sobre as mentes da elite pensante, na inevitável, ainda que um tanto gasta, expressão de Sílvia Romero.

São mudanças culturais e acontecimentos políticos que se retroalimentam: a circulação destas idéias novas, o fortalecimento do movimento abolicionista, os desdobramentos da crise na instituição monárquica provocada pela Guerra do Paraguai (1864-1870), a fundação do partido Republicano (1870), a Lei do Ventre Livre (1871), etc. (FAUSTO, 2001, p.217-8).

Politicamente, são as “marés convergentes do abolicionismo, do anticlericalismo e do movimento republicano”, na expressão de Thomas SKIDMORE (1989, p.25), que na década de 1880 determinam o sentido das mudanças buscadas por certos intelectuais, pouco numerosos a princípio, mas muito atuantes. Nos restritos cursos de educação superior, o espírito antimetafísico e antiteológico do positivismo passa a influenciar a formação de militares, de engenheiros, de advogados e de médicos.

Mais adiante, grandes mudanças de concretude indiscutível agitam a vida nacional: a abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889), os primórdios da industrialização, as crises nas exportações de café e borracha, etc. (SKIDMORE, 1998, p.97).

¹¹⁹ O cientificismo é a crença que os métodos das ciências naturais devem ser estendidos a todos os domínios do humano, inclusive a política e a moral; o positivismo de A. Comte foi uma de suas explicitações mais claras (SKIDMORE, 1998, p.98). Para Sérgio Buarque de Holanda, a magnitude da influência do positivismo no Brasil se deve muito mais ao “estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo”, do que propriamente a uma adesão ortodoxa às doutrinas de Comte (HOLANDA, 1997, p. 289).

É principalmente depois da abolição que o *problema do negro e do mestiço brasileiro* passa a ser especificamente uma questão científica, vista pelos ângulos da teoria da degenerescência e dos determinismos climático e racial. Diante destas teorias que vinham do exterior, os pensadores brasileiros viram-se obrigados a refletir sobre o futuro de um país mestiço num clima tropical.

Esta seria uma época “de escritores combativos, de polemistas irados, de bacharéis em luta” (VENTURA, 2000, p.13), todos compenetrados na difícil tarefa de discutir as conseqüências das teorias deterministas que adotavam, especialmente as de tom evolucionista, para o futuro da sociedade e da cultura brasileiras.

Muitos viam, como Silvio Romero (1851-1914), o mais irado dos bacharéis, a esperança de salvação da raça na idéia do branqueamento progressivo dos brasileiros, diluindo-se o sangue negro nas futuras gerações.¹²⁰ O sergipano Romero, formado pela Faculdade de Direito do Recife, abolicionista e republicano, polemista aguerrido¹²¹, foi um dos responsáveis pela veiculação de teorias constituintes do sistema de idéias posteriormente alcunhado de racismo científico.

Por exemplo, a teoria do determinismo climático de H. Buckle¹²², que ele apresentou em artigos editados em 1879-80, na **Revista Brasileira**, e na sua obra mais conhecida, a **História da literatura brasileira**, de 1888. As observações de Buckle sobre as conseqüências catastróficas do clima no Brasil,

¹²⁰ Vale notar que, depois de 1900, a posição de Silvio Romero mudará gradualmente, e ele passará a duvidar da viabilidade do branqueamento e a condenar a mestiçagem, adotando posturas antiliberais na defesa da superioridade “ariana” (VENTURA, 2000, p.64). O Silvio Romero a que Nina Rodrigues se refere é ainda o defensor da mestiçagem como forma de branqueamento e deste como saída nacional.

¹²¹ Para uma análise dos principais referenciais de Silvio Romero e Tobias Barreto, ver Wilson MARTINS (1979, p.34-42).

¹²² Henry Thomas Buckle (1821-1862), em sua **História da civilização na Inglaterra** (1857-1861), dedicou oito páginas ao Brasil e aos problemas insolúveis gerados por seu clima tropical: indolência do homem sufocado pela exuberância da natureza, incapacidade de civilização resultante, etc. (SKIDMORE, 1989, p.54). Romero concordava com Buckle quanto à influência nefasta do clima, mas discordava do seu determinismo absoluto e da preponderância do meio sobre o homem (VENTURA, 2000, p.51).

na avaliação de um brasilianista, renderiam pelo menos mais uns sessenta anos de influência sobre o pensamento social brasileiro (SKIDMORE, 1989, p.45).

Além de Buckle, uma análise dos principais referenciais citados pelos ensaístas brasileiros do período, na discussão da questão racial, mostra as presenças do inglês Herbert Spencer, dos franceses Gustave Le Bon¹²³ e Georges Vacher de Lapouge¹²⁴ e do argentino José Ingenieros¹²⁵ (SKIDMORE, 1989, p.47).

O ideal do branqueamento progressivo dos mestiços brasileiros surge, entre os pensadores brasileiros, da necessidade de minimizar o pessimismo do determinismo racial e climático das teorias européias quanto ao futuro das nações mestiças. Os pressupostos que caucionavam a suposta superioridade do branco, ou a inferioridade do negro e do índio, não seriam questionados por eles, apenas seriam repensadas quais as conseqüências da miscigenação para a realidade nacional¹²⁶ (VENTURA, 2000, p.51).

¹²³ Gustave Le Bon editou em 1895 a obra *La psychologie des foules* (A psicologia das multidões), na avaliação de Renato Silveira, uma sistematização das idéias de Gobineau, Tarde, Taine e Sighele, mais “uma pitada de linguagem científica para completar sua receita totalitária”; este analista aponta o caráter pragmático das teorias de Le Bon, que seria a razão de seu imenso sucesso, especialmente entre os militares dos países colonizadores (SILVEIRA, 1999, p.141). Le Bon foi uma referência importante para Nina Rodrigues (ODA, 2000, p.141) e para S. Romero (VENTURA, 2000, p.58).

¹²⁴ Georges Vacher de Lapouge, professor de antropologia e de ciência política, publicou em 1899 o livro *L'aryen – son rôle social* (O ariano – seu papel social), em que definia papel dominante da raça “ariana”, suas tarefas históricas e os inimigos a serem combatidos; embora francês, elegeu a Alemanha como provável nação hegemônica, dada sua alta taxa de arianos ou “dólico-louros”. Lapouge defendia posições abertamente antidemocráticas e intervencionistas (SILVEIRA, 1999, p.136-40). Do Brasil, disse ser “um imenso país negro que retorna à barbárie” (SKIDMORE, 1989, p.265).

¹²⁵ José Ingenieros (1877-1925), argentino que influenciou o pensamento da elite brasileira, defendia a inferioridade dos não brancos (SKIDMORE, 1989, p.47); era editor da revista **Archivos de criminologia, medicina legal e psiquiatria** de Buenos Aires, onde Nina Rodrigues publicou artigos e da qual teria sido também um dos editores (CORRÊA, 1998, p.331). O termo *criminologia*, segundo Afranio Peixoto, foi cunhado por Garófalo e adotado por J. Ingenieros, que nele condensa todo o programa de estudos da criminalidade: “das causas que atuam sobre os criminosos e na determinação dos crimes e os estudos dos meios para evitar estas causas [...] para a segurança e a defesa da sociedade” (PEIXOTO, 1938a, p.17).

¹²⁶ Embora o racismo científico dominasse o pensamento nacional, é preciso indicar a existência de autores que mantiveram posturas críticas diante desta verdadeira avalanche ideológica, como Tristão de Alencar Araripe Júnior e Manoel Bomfim, que questionaram tanto a base científica como o uso destas teorias pelo expansionismo neocolonialista (LEITE, 1969, p.251; VENTURA, 2000, p.61).

Na verdade, a defesa ou o desejo do branqueamento necessário revela, naqueles que os sustentam, um profundo preconceito contra os não-brancos, julgados incapazes de construir uma nação moderna, política e culturalmente. Isto, a despeito de posições políticas que, em tese, suporiam princípios igualitários, como o abolicionismo e republicanismo de Romero ou o abolicionismo de Nabuco.

Mas a igualdade é uma ficção, como explica Romero em 1895, pois existiriam “na humanidade duas grandes desigualdades: as *classes* e as *raças*, filhas aquelas da história e filhas estas da natureza. A extinção geral das primeiras, acrescentamos, pertence ao ascendente geral da democracia por toda a parte” (ROMERO, 2001, p.78, grifos no original).

Porém, afirma o otimista Romero, se um movimento histórico, mais ou menos inexorável, de democratização geral deveria, em breve, extinguir as classes sociais, com relação às raças as coisas se complicariam um pouco mais:

A distinção e a desigualdade das raças humanas é um fato primordial e irredutível, que todas as cegueiras e todos os sofismas dos interessados não têm força de apagar.

É uma formação entroncada na biologia e que só ela pode modificar (ROMERO, 2001, p.74).

Desta maneira, tanto quanto de alimentar a democracia que nivelaria as classes, também o Brasil deveria cuidar de continuar o mestiçamento, que igualizaria os homens (ROMERO, 2001, p.72). É desnecessário indicar qual era, para Romero, a raça que vinha dirigindo este processo, que ele via já em curso secularmente.

Mas, se aceitava a distinção “irredutível” entre as raças, exatamente como Agassiz e Gobineau, o crítico literário sergipano rejeitava suas idéias sobre a decadência dos híbridos, assim como adotava com ressalvas os postulados de H. Spencer sobre a evolução das sociedades. Na análise de Roberto Ventura, a incorporação seletiva destas teorias estrangeiras implicava na construção de um

conceito de mestiçagem como fator positivo de diferenciação brasileira, e não seria apenas uma miscelânea acrítica destas teorias (VENTURA, 2000, p.50-1).

Para Joaquim Nabuco (1849 -1910), assim como para muitos militantes abolicionistas, não havia incompatibilidade entre uma crítica feroz, dos pontos de vista ético e econômico, à escravidão dos negros, e o temor do seu predomínio na sociedade. Por isso, a entusiástica defesa da imigração européia que, além de compensar a imediata falta do braço escravo na agricultura, serviria como remédio purificador da população futura. Diz ele na conclusão do manifesto político **O Abolicionismo** (1883), sobre o país desejado:

[...] um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza de nossas instituições e pela liberdade do nosso regímen, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo [...]; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul (NABUCO, 2000, p.170).

Embora tenha sublinhado anteriormente que o mal do Brasil não era a mestiçagem de negros e brancos, mas as condições degradantes em que ela foi feita, na escravidão, aqui Nabuco explicita que não basta que todos sejam livres: para que a nação brasileira prospere é necessário que os brancos predominem.

Ainda mais clara fica esta postura racista quando Nabuco se posiciona contra uma possível imigração chinesa, proposta antiga reativada por alguns agricultores; se já não era possível evitar o mal feito pela mistura com o negro, admoestava ele, que ao menos isto não fosse piorado por uma “onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e a corromper ainda mais a nossa raça” (NABUCO, 2000, p.170).¹²⁷

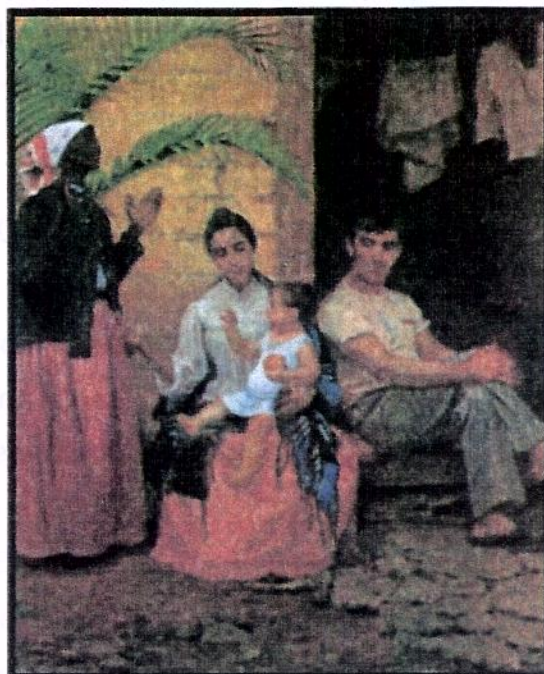
¹²⁷ Sobre o histórico do preconceito contra os chineses no Brasil, ver as observações de Spix e Martius e de Saint-Hilaire, no capítulo II, no item sobre os índios. As referências são SPIX e MARTIUS, 1938, vol. I, p.173; e SAINT-HILAIRE, 1941, p.294.

Outros abolicionistas, como o combativo jornalista José do Patrocínio, preferiam fórmulas mais eufemísticas, aludindo a uma natural fusão das diversas raças, decorrente da falta de preconceito de cor, na qual, também naturalmente, prevaleceriam os brancos (SKIDMORE, 1989, p.40).

O avanço do racismo científico, no fim do século XIX, é apontado por Hebe Maria Mattos como um entrave a que abolicionistas de origem negra, como o citado José do Patrocínio ou o engenheiro André Rebouças, encarassem abertamente o problema da discriminação racial. Contrariamente, em período anterior, tiveram posturas abertamente antidiscriminatórias o pai de André, Conselheiro Antonio Rebouças (1798-1880), e sobretudo o ex-escravo, poeta e ardoroso advogado abolicionista Luiz Gama (1830-1882). Esta autora observa ainda como a absorção do conceito negativo de “raça” apagou da memória social brasileira as trajetórias dos afro-descendentes que lutaram contra a discriminação racial no período monárquico (MATTOS, 2000, p.60).

Outro personagem influente na defesa da tese do branqueamento, devido a seu destacado papel no Museu Nacional, foi o médico e antropólogo João Batista de Lacerda¹²⁸, que acreditava que a mistura racial entre brancos e negros seria a saída para garantir um bom futuro ao Brasil. No ensaio *Sur les métis au Brésil*, apresentado no I Congresso Internacional das Raças (Londres, 1911), o diretor do Museu defendeu a idéia que o país seria branco em um século; ilustrava seu ensaio o expressivo quadro de Modesto Brocos (SCHWARCZ, 2000, p.11), reproduzido na Figura IV.1.

¹²⁸ João Batista de Lacerda (1846-1915) foi diretor do Museu Nacional de 1895 a 1915. Neste local, desde 1876, desenvolveu três linhas de pesquisa, a antropologia das raças indígenas brasileiras, o estudo de plantas tóxicas, e a fisiologia dos venenos ofídicos e do curare. Discutiu também a etiologia da febre amarela e neste debate se posicionou como antifixista. Segundo Jaime Benchimol, Lacerda “teve atuação marcante nas duas vertentes do antifixismo, aquela que dissolvia as fronteiras taxionômicas no mundo microscópico, e aquela que sopesava os efeitos da interação das raças no mundo macroscópico” (BENCHIMOL, 1999, p.169-221).



Redenção de Can (1895).

Óleo sobre tela de Modesto Brocos y Gómez.

Coleção Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

(Extraído de MAIO e SANTOS, 1996).

Figura IV.1- Redenção de Can. Modesto Brocos y Gómez, 1895

Como se vê no quadro, de avó negra, mãe mulata, e pai branco surgiria o protótipo do cidadão brasileiro do futuro, branco na terceira geração.

A origem da idéia que a força da raça branca era tal que seu “sangue” prevaleceria sobre as raças mais fracas, a negra e a indígena, pode ser encontrada na formulação de Agassiz, de 1865, segundo a qual os mestiços teriam “uma tendência constante para voltar aos tipos primitivos”, seguindo uma propensão natural que os faria se misturarem “mais voluntariamente com uma das raças originárias que uns com os outros” (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.373).

Com uma nova roupagem evolucionista, substituindo a *força do sangue* do branco pela sua *superioridade evolutiva na luta entre as raças*, teremos a explicação dos defensores do rumo branqueador inevitável, no processo de mestiçagem da população brasileira.

Antes de Lacerda, Sílvio Romero, um pouco mais cauteloso, previra o resultado final do branqueamento para três ou quatro séculos adiante (VENTURA, 2000, p.51).

Nina Rodrigues no debate nacional

O médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) destoa da corrente otimista dos crentes na regeneração racial pelo branqueamento, como Romero, Nabuco e Lacerda. Faz-lhe companhia na desconfortável posição de vaticinador pessimista o engenheiro militar e jornalista Euclides da Cunha (1866-1909), com certas ressalvas.

É claro que quando se compara Euclides da Cunha e Nina Rodrigues quanto à questão racial executa-se um recorte que poderia dar margem a simplificações excessivas. Certamente, não se pretende resumir a grande obra literária que é **Os Sertões** a este aspecto; o livro de 1902 tem muitos outros significados, que os especialistas tem explorado com grande proveito.

Interessa aqui apenas apontar algumas noções-chave circulantes e suas interpretações pelos diversos autores contemporâneos de Nina Rodrigues. E, no caso de Euclides da Cunha, os supostos básicos sobre a formação do tipo nacional são os mesmos do médico maranhense.¹²⁹ Assim, em **Os Sertões** encontra-se:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e os cruzamentos, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 1963, p.90).

Entretanto, logo adiante Euclides tentará demonstrar que algo escapara ao roteiro secular da evolução racial, no sertão brasileiro. Talvez pelo seu isolamento geográfico, teoriza ele, o híbrido sertanejo “mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente” (CUNHA, 1963, p.91).

A verificação desta “fixidez nos caracteres fisiológicos” era tudo que o escritor precisava para justificar, do ponto de vista científico, as qualidades épicas que descobrira naquele tipo que chamara em 1897 de “tabaréu fanático” (CUNHA, 2000, p.51), transformando-o no “Hércules-Quasímodo” de 1902 (CUNHA, 1963, p.94):

¹²⁹ Euclides cita nominalmente Nina Rodrigues em **Os Sertões**, ao falar do elemento negro na formação nacional: “Somente nos últimos tempos um investigador tenaz, Nina Rodrigues, subordinou a uma análise cuidadosa a sua religião original e interessante” (CUNHA, 1963, p.58). A análise do artigo de Nina Rodrigues sobre Canudos (*A loucura epidêmica de Canudos*, 1897) será feita adiante.

O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente [...].

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral (CUNHA, 1963, p.92; p.94).

Não é novidade apontar que a vivência do massacre de Canudos colocou em cheque os conceitos euclidianos de civilização e de progresso, adquiridos na sua formação em ciências naturais, na Escola Militar.

Segundo Walnice Nogueira Galvão, tudo o que aconteceu em Canudos deixou Euclides tão perplexo que após o fim dos combates ele passou a estudar desesperadamente, procurando nos trabalhos científicos brasileiros e europeus uma explicação do ocorrido (GALVÃO, 1997, p.290), de onde a panorâmica exposição das teorias raciais feita no livro.

Mesmo Nina Rodrigues, que se acredita ter conhecido o sertão e a Guerra de Canudos apenas pelos jornais, diante dos acontecimentos obrigara-se a reconhecer a especificidade do mestiço sertanejo, escrevendo em 1897:

Pelo lado etnológico, não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão, que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização elementar dos centros que habita. Muito diferente é o mestiço do litoral, que a aguardente, o ambiente das cidades, [...] enfraqueceram, abastardaram, acentuando a nota degenerativa [...] e criando [...] esses tipos imprestáveis e sem virilidade... (NINA RODRIGUES, 1939a, p.151-2).

Entretanto, enquanto Nina Rodrigues não transigiu no que concernia às consequências lógicas de seus supostos teóricos sobre a mistura entre as raças humanas, Euclides da Cunha, usando exatamente os mesmos princípios, achou

uma brecha para romper parcialmente o determinismo racial, com relação aos jagunços.

E é a descoberta desta fenda que dará ensejo à grande colaboração do autor de **Os Sertões** para o pensamento nacional, a identificação de valores originalmente brasileiros no distante interior nordestino, em contraposição ao litoral influenciado pela cultura européia (VENTURA, 2000, p.55).

É bem conhecida a frase em que Euclides da Cunha ironiza os médicos-antropólogos que adotavam “fantasias psíquico-geométricas que hoje se exageram num materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços” (CUNHA, 1963, p.93); porém, excetuando a craniometria, ele não deixaria de se valer de muitos dos ensinamentos do autor de *A loucura epidêmica de Canudos*.

Interlocutores, afetos e desafetos

Os estudos antropométricos e etnográficos dos mestiços seriam, considera N. Rodrigues, em 1890, a sua contribuição “no departamento médico para o trabalho de individuação pátria, a que na esfera de outras manifestações tanto se têm outros dedicado, salientando-se na literatura os esforços do Sr. Silvio Romero” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.214).

Romero é o interlocutor preferencial a que se dirige Nina Rodrigues em toda a sua obra, embora não se encontrem respostas diretas nos escritos do bacharel sergipano. Na análise de Mariza Corrêa, isto ocorreria:

talvez porque não lhe agradassem as conclusões que o médico maranhense tirava de suas investigações empíricas sobre o presente da miscigenação, quando ele preferia pôr o acento numa futura população brasileira já branqueada, talvez porque desde 1894 Nina Rodrigues se mostrasse em frontal desacordo com ele (CORRÊA, 1998, p.60).

Não obstante “render o devido e merecido preito” ao trabalho de Romero, o frontal desacordo de Nina refere-se à futurologia daquele quanto ao processo de branqueamento como inevitável e saneador, e às suas previsões da “futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país” (NINA RODRIGUES, 1938, p.126).

Além de tais discordâncias, Mariza Corrêa pensa que, possivelmente, desagradasse ao vaidoso Romero o destaque que dava o médico maranhense aos argumentos do crítico literário José Veríssimo, seu inimigo¹³⁰ (CÔRREA, 1998, p.60).

Já com relação a uma outra notabilidade contemporânea, João Batista de Lacerda, Nina Rodrigues não mostra tanta deferência.¹³¹ Nas poucas vezes que cita suas diferenças com o pesquisador e diretor do Museu Nacional, o faz em tom irônico e algo ríspido, como em 1894: “o Sr. Dr. Batista de Lacerda, como uma admiração um tanto ingênua, supôs ter descoberto...” e “deixarei em paz as conjeturas hipotéticas do Dr. Lacerda...”; ou em 1896/1900: “nada posso dizer sobre o que viu o Sr. Dr. Lacerda...” e “se o Sr. Dr. Lacerda deseja observar [...] não tem mais do que vir à Bahia” (NINA RODRIGUES, 1935, p.130; 1938, p.184).

Sabemos já que na questão fundamental, o esperado predomínio dos brancos no resultado final do processo de mestiçagem nacional, Lacerda se alinhava às idéias de Romero (o da fase de defesa da mestiçagem). Havia ainda, pelo menos, mais uma divergência entre ele e Nina Rodrigues, no terreno da

¹³⁰ Realmente, Nina Rodrigues considerava José Veríssimo “um observador tão sagaz quanto competente” (1938, p.173) e lhe dava destaque similar ao dedicado às referências de Romero, desde o seu primeiro livro, em 1894; Veríssimo era a autoridade sempre consultada por Nina em assuntos indígenas e amazônicos. Porém, é difícil saber se esse seria um dos motivos do silêncio ostensivo de Romero sobre a obra do médico maranhense. Como informa Roberto Ventura, embora ambos tivessem diferenças na crítica literária (e a opinião sobre Machado de Assis é uma das mais significativas) a violenta polêmica Veríssimo – Romero aconteceu de 1906 a 1909 (depois da morte de Nina Rodrigues, portanto). O desacerto entre ambos foi motivado por algumas observações críticas que Veríssimo fizera sobre a obra de Romero, em 1902, ao saudar a segunda edição de *História da literatura brasileira*, do último (VENTURA, 2000, p.108-11).

¹³¹ Mariza Corrêa observa que a ausência de dados biográficos consistentes permite apenas supor que algumas simpatias e antipatias de Nina Rodrigues, como por Lacerda, possam ter se formado à época em que esteve no Rio de Janeiro, em 1885 e 1887, assim como seu bom relacionamento com os editores das revistas cariocas onde publicava regularmente (CORRÊA, 1998, p.87).

psicopatologia comparada, quanto à existência da histeria nos negros (que Lacerda negava), e de que se tratará no item sobre a psicopatologia de Nina Rodrigues.

Os domínios da medicina de Nina Rodrigues

No decorrer deste capítulo, o pensamento de Nina Rodrigues será estudado de forma detalhada, no que se refere ao seu posicionamento na questão racial, ou melhor, em definição própria, na sua contribuição “no departamento médico para o trabalho de individuação pátria”. E para entender os domínios incluídos pelo autor na singela expressão “departamento médico”, nada melhor que suas próprias palavras, possivelmente escritas entre 1904 e 1905¹³² – uma espécie de testamento involuntário, portanto:

Bem arredio do meu espírito andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clínica sobre as imunidades mórbidas das raças brasileiras e, mais tarde, prosseguidos nas suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal, viesse colocar-me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro – o problema “o negro” no Brasil. Mas a ampliação do quadro não fez ao médico perder de vista o seu objetivo. Ao contrário, foi este que, como fio condutor, o levou a sentir e a tocar [...] possíveis germes de precoce decadência que mereciam ser sabidos e estudados, em busca de recuperação e profilaxia. Ao restrito e primitivo intuito do perito, forrava agora uma transcendente questão de higiene social (NINA RODRIGUES, 1982, p.1, aspas no original, grifo adicional).

¹³² O parágrafo transcrito é o primeiro de **Os africanos no Brasil**, obra de publicação póstuma (1932). Segundo seu organizador e editor, Homero Pires, o livro estaria numa tipografia baiana, quase todo impresso, em 1906, por ocasião da morte do autor (PIRES, 1982, p.X). Na introdução do livro, constam referências dos trabalhos publicados até 1903 (NINA RODRIGUES, 1982, p.10), razões pelas quais supomos a data de escritura do referido parágrafo entre 1904-1905.

E, para Nina Rodrigues, esta “transcendente questão de higiene social” só poderia ser respondida através da pesquisa científica; reconhecia que era um tema espinhoso, cuja abordagem empírica poderia constranger, indignar ou “ferir suscetibilidades respeitáveis”, em se tratando de uma sociedade altamente miscigenada, como a baiana (NINA RODRIGUES, 1982, p.1).

Mas, advertia ele, “a ciência, que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo” (NINA RODRIGUES, 1982, p.4).

Portanto, dele pode-se dizer, como daquele outro médico antigo que se postara igualmente diante de uma esfinge, a da loucura: “homem de Ciência, e só de Ciência, nada o consternava fora da Ciência”.¹³³

IV.2 – BIOGRAFIA E OBRA DE NINA RODRIGUES

Apesar da sua reconhecida importância na vida intelectual brasileira, não existe uma biografia completa de Nina Rodrigues, ausência apontada pelos estudiosos que se debruçaram sobre o seu trabalho, como Lamartine Andrade LIMA (1979 e 1980), Mariza CORRÊA (1998) e Marcos Augusto Pessoa RIBEIRO (1995).

O médico legista Lamartine Lima, em 1980, conta que vinha colhendo dados biobibliográficos de Nina Rodrigues desde a sua época de estudante de medicina, na década de 1960. O percurso de pesquisa que descreve é longo, nos arquivos e bibliotecas do Brasil, da Itália e até da África; além de entrevistas visando reconstruir a vida pessoal do médico. Entretanto, de toda esta massa de informações colhidas o autor registrou apenas uma espécie de nota prévia, resumo mais descritivo que analítico, primeiramente no opúsculo **Em busca de Nina Rodrigues** (LIMA, 1979) e, a seguir, em versão pouco modificada deste, o

¹³³ MACHADO DE ASSIS, J. M. **O alienista**. 1961. p.189. [1882].

Roteiro de Nina Rodrigues (LIMA, 1980), ambos editados pelo CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

Mais recentemente, em 1995, o médico e ensaísta Marcos A. P. Ribeiro apresentou os resultados parciais de sua pesquisa biográfica, no artigo *A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões*. Este autor indicou a dificuldade em localizar documentos particulares do médico maranhense, como sua correspondência pessoal ou suas anotações de campo, que talvez tenham sido guardados, bem demais, por seus discípulos antigos. Descreveu ainda a luta da viúva para preservar e divulgar os escritos de Nina Rodrigues (RIBEIRO, 1995).

Além destes autores contemporâneos, pode-se obter informações biográficas de Nina nos prefácios ou apêndices biográficos acrescentados às reedições de suas obras, escritos por Homero Pires e Fernando Sales em **Os africanos no Brasil** (1932); por Artur Ramos em **O animismo fetichista dos negros baianos** (1935) e em **As coletividades anormais** (1939) e por Afranio Peixoto em **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** (1938b). Também na homenagem de Edison Carneiro, durante o **2º Congresso Afro-Brasileiro da Bahia** (1937) e na recordação de Afranio Peixoto no **Livro de Horas**, de 1947.¹³⁴

Análises críticas e contextualizadas de suas contribuições são igualmente escassas; o excelente estudo da antropóloga Mariza Corrêa, **As Ilusões da Liberdade**, publicado em 1998 (escrito como tese em 1982), analisa a produção intelectual e a atuação política de Nina Rodrigues e de mais alguns médicos da sua “escola” e permanece obra de referência obrigatória, guia para os que se aproximam deste objeto de estudo.

Há citações críticas do médico maranhense nos livros sobre a história intelectual brasileira, como os de Dante Moreira Leite (1969) e de Wilson Martins (1978), entre outros. Encontra-se ainda Nina Rodrigues, discutido sob variados enfoques e ocupando espaços de diferentes dimensões, nos livros de Roberto

¹³⁴ As referências das edições aqui usadas são: PIRES, 1982, p.IX-XIII; SALES, 1982, p.277-83; RAMOS, 1935, p.7-11; RAMOS, 1939, p.5-21; PEIXOTO, 1938b, p.11-33; PEIXOTO, 1947, p.230-2; CARNEIRO, 1940, p.331-9.

Ventura (1991), Lillian Schwarcz (1993), José Augusto Bastos (1995), Marcos Augusto Ribeiro (1997) e José Leopoldo Antunes (1999). Quanto aos artigos em periódicos, citarei Roberto Motta (1978), Renato Silveira (1988), Iraneidson Costa (1994), Marcos C. Maio (1995), Ronaldo Jacobina e Fernando Carvalho (2001).¹³⁵

Resumo biobibliográfico

Começando pelos dados biográficos básicos: Francisco Solano Rodrigues, seu pai, era proprietário rural, senhor de cerca de sessenta escravos, na zona algodoeira maranhense. Refere Lamartine Lima que seus pais seriam primos, descendentes de judeus sefarditas¹³⁶ que teriam emigrado da península

¹³⁵ Roberto VENTURA inclui Nina entre os interlocutores de Sílvia Romero, figura principal de *Estilo tropical* (1991/2000), onde dá amplas informações sobre o ambiente político e cultural do fim do século XIX.

Em *O espetáculo das raças* (1993/2000) Lilia Moritz SCHWARCZ insere Nina na discussão sobre a participação de cientistas e instituições nacionais no debate sobre as raças e o futuro da nação, de 1870 a 1930.

José Augusto Cabral Barretto BASTOS, em *Incompreensível e bárbaro inimigo* (1995) reflete sobre a “guerra simbólica contra Canudos” contrapondo os discursos dos grandes intelectuais Nina Rodrigues e Euclides da Cunha àqueles dos chamados intelectuais tradicionais, na perspectiva analítica de Gramsci.

Marcos A. P. RIBEIRO, no livro *A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas* (1997), descreve sua atuação entre os professores daquela instituição.

Em *Medicina, leis e moral* (1999) José Leopoldo Ferreira ANTUNES discute a consolidação da medicina legal no Brasil e as relações entre pensamento médico e sociedade, incluindo uma análise detalhada da obra de Nina Rodrigues neste campo.

No artigo *De Nina Rodrigues a Gilberto Freyre* (1978) Roberto MOTTA indica as influências teóricas de Nina Rodrigues no estudo dos cultos afro-brasileiros e o coteja com Gilberto Freyre.

Renato SILVEIRA, em *Pragmatismo e milagres da fé no extremo ocidente* (In: REIS, J. J. (org.) *Escravidão e invenção da liberdade*, 1988) discute o processo de consolidação dos cultos afro-brasileiros em Salvador e enfoca o papel de Nina Rodrigues no contexto pós-abolição.

Iraneidson Santos COSTA, no artigo *Se o diabo nasceu foi na Bahia* (1994), procura as origens da etnopsiquiatria na contribuição do médico maranhense.

O artigo de Marcos Chor MAIO, *A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica* (1995) examina a carreira institucional do fundador da medicina legal, a partir das noções de campo científico e estratégia de sucessão, de Pierre Bourdieu.

Ronaldo Ribeiro JACOBINA e Fernando Martins CARVALHO, no artigo *Nina Rodrigues, epidemiologista* (2001) analisam o estudo sobre os surtos de beribéri no Asilo São João de Deus, publicado por Nina em 1905, contextualizando-o na história da epidemiologia brasileira.

¹³⁶ Os sefarditas e os asquenazitas são os dois grandes ramos do judaísmo, desenvolvidos na Europa durante a Idade Média. Os sefarditas, fixados na Península Ibérica, falavam o idioma ladino, mistura de hebraico e espanhol; foram expulsos da Espanha em 1492 e de Portugal em 1497. Muitos vieram para as colônias americanas. Já os asquenazitas, radicados na França e Alemanha, falavam iídiche, mistura de hebraico e de línguas balcânicas (JUDAISMO, <<http://www.brazilsite.com.br/religião/judaismo/jud01.htm>>).

ibérica para o Maranhão, fugindo de perseguições religiosas (LIMA, 1980, p.2). Mariza Corrêa, que como Lima foi ao Maranhão e entrevistou descendentes de Nina Rodrigues, dá a sua possível ascendência sefardita apenas pelo lado da mãe, em solteira Luiza Rosa Nina (CORRÊA, 1998, p.319).

Nascido no município maranhense de Vargem Grande, em 4 de dezembro de 1862, o jovem Raimundo fez seus estudos secundários na capital, São Luis, até os 20 anos (1882), quando se matriculou na Faculdade de Medicina da Bahia (LIMA, 1980, p.3).

Nesta Faculdade cursou até o início do quarto ano (1885), quando se transferiu para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde terminou o quarto ano. Em 1886, voltou a Salvador para fazer o quinto ano e publicou seu primeiro artigo, *A morfêia em Anajatuba*. Retornou ainda uma vez ao Rio, para cursar o sexto ano e doutorar-se, em fins de 1887, com a tese *Das amiotrofias de origem periférica* (CORRÊA, 1998, p.320-1; NINA RODRIGUES, 1887).

Passou cerca de um ano clinicando no Maranhão, onde publicou um estudo crítico sobre a alimentação local e outro sobre a morfêia, o *Estudo sobre o régimen alimentário no Norte e Contribuição para o estudo da lepra na província do Maranhão*, ambos em 1888, sendo o último terminado em 1890 (CORRÊA, 1998, p.321).

Voltou à Bahia em 1889 e, por concurso, obteve o cargo de professor adjunto da segunda cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina (LIMA, 1980, p.3). O titular desta cadeira, o Conselheiro José Luiz de Almeida Couto, viria em breve a ser seu sogro.¹³⁷ No mesmo ano passou a fazer parte da redação da **Gazeta Medica da Bahia** (LIMA, 1980, p.3), uma das mais importantes publicações médicas do país, junto ao **Brazil-Medico** e aos **Annais Brasilienses de Medicina**, ambos do Rio de Janeiro.

¹³⁷ O político republicano e abolicionista José Luiz de Almeida Couto (1833-1895) foi várias vezes deputado e presidente provincial (de São Paulo e da Bahia); já na República, foi senador e intendente de Salvador (CORRÊA, 1998, p. 322).

Em 1890 publicou dois artigos de especial interesse para esta tese: *Os mestiços brasileiros*, onde sistematizou uma classificação racial da população brasileira (NINA RODRIGUES, 1939a, p.195-215), o que já havia esboçado no artigo de 1888 sobre a lepra no Maranhão (CORRÊA, 1998, p.322), e também *Abasia coreiforme epidêmica no Norte do Brasil*, originalmente uma comunicação ao 3º Congresso Médico Brasileiro, acontecido em Salvador naquele ano (NINA RODRIGUES, 1939a, p.23-49).

Na cadeira de Clínica, era adjunto de Patologia Geral quando, em 1891, com a reforma do ensino médico¹³⁸, foi transferido para a cadeira de Medicina Pública¹³⁹, como professor substituto da disciplina de Medicina Legal (LIMA, 1980, p.4).

Escritor prolífero, ele produziu muitos artigos científicos, sendo aqui indicados apenas os títulos mais relevantes para uma visão geral de sua obra.¹⁴⁰

Entre 1890 e 1892, publicou artigos sobre o beribéri, sobre uma epidemia de influenza, sobre a lepra na Bahia, sobre a febre amarela e sobre as repartições de higiene pública e de vacinação da Bahia. São de 1892 *Estudos de craniometria: o crânio do salteador Lucas da Feira e Exercício da Medicina Pública*, considerado seu primeiro trabalho de medicina legal (CORRÊA, 1998, p.338-9).

¹³⁸ A reforma do ensino de Benjamin Constant autorizou o ensino prático de medicina legal nas delegacias e criou essa disciplina nas Faculdades de Direito (CORRÊA, 1998, p.323).

¹³⁹ A cadeira de Medicina Pública incluía as disciplinas de Patologia Geral, História da Medicina, Higiene, Mesologia e Medicina Legal (LIMA, 1980, p.4).

¹⁴⁰ Os interessados podem consultar o livro de Mariza Corrêa, que tornou facilmente acessível a cuidadosa compilação da bibliografia de Nina Rodrigues, realizada pela autora em sua tese de 1982. Ver CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. p.469-77. Algumas contribuições foram feitas ao levantamento de M. Corrêa por José L. F. Antunes, que lhe acrescentou mais alguns artigos na área de medicina legal. Ver ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p.295-6.

Vale observar que não consta da revisão de Mariza Corrêa o importante artigo *La paranoia chez les nègres*, publicado em 1903 e usado nesta tese; ele foi localizado pela Biblioteca do Instituto de Saúde Mental (ZISG) de Mannheim, Alemanha. A referência é NINA RODRIGUES, Raimundo. *La paranoia chez les nègres. Archives d'Anthropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique*. 18 (118):609-55; 18 (119):689-713, 1903.

Publicou seu primeiro livro em 1894, **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**, um estudo destinado a sistematizar suas lições na disciplina de Medicina Legal (NINA RODRIGUES, 1938, p.41).

Em 1895, assumiu como titular a cadeira de Medicina Legal, substituindo Virgílio Damásio.¹⁴¹ No mesmo ano, com Juliano Moreira¹⁴² e Alfredo Britto¹⁴³, entre outros, fundou a Sociedade de Medicina Legal da Bahia (da qual foi eleito presidente) e criou a **Revista Médico-Legal da Bahia**; também em 1895, foi aceito como membro da *Medico Legal Society* de Nova Iorque (LIMA, 1980, p.5).

O importante artigo *A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços* foi publicado em fins de 1897, originalmente na **Revista Brasileira**, aparecendo no ano seguinte em francês, nos **Annales Médico-Psychologiques** de Paris (RAMOS, 1939, p.9).

Ainda no ano de 1897, apresentou à Congregação da Faculdade uma avaliação do ensino médico em 1896, pois fora incumbido de escrever a *Memória Histórica* deste ano (NINA RODRIGUES, 1976); em razão às duras críticas feitas pelo autor, especialmente quanto à ausência de ensino prático e o baixo aproveitamento dos alunos, o relatório foi rejeitado e permaneceu inédito até 1976 (RIBEIRO, 1997, p.72)¹⁴⁴.

¹⁴¹ O professor de Medicina Legal Virgílio Damásio (1838-1913) foi também o primeiro governador da Bahia na República (CORRÊA, 1998, p.323).

¹⁴² Graduado em 1891, Juliano Moreira estava contratado, desde 1894, como preparador de Anatomia, e era professor substituto (voluntário) da cátedra de Clínica Psiquiátrica e Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina da Bahia. Apenas em 1896 ele faria o concurso que lhe daria a nomeação como professor adjunto efetivo dessa cadeira (PASSOS, 1976, p.10).

¹⁴³ Alfredo Tomé de Britto era casado com a irmã da esposa de Nina Rodrigues, seu concunhado, portanto. Era professor de Clínica Médica e foi diretor da Faculdade a partir de 1902 (CORRÊA, 1998, p.334).

¹⁴⁴ No livro **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas**, Marcos A. Ribeiro mostra como estas *Memórias*, escritas anualmente por um membro da Congregação escolhido para tal, são importantes fontes de reconstrução da história do ensino médico na Bahia. Além da *Memória* de Nina Rodrigues, foram rejeitadas apenas mais duas, do total de 62 escritas de 1854 a 1915 (RIBEIRO, 1997, p.19).

Em 1898 publicou, somente em francês, *Des conditions psychologiques du dépeçage criminel* (As condições psicológicas do esquartejamento criminoso), na revista **Archives d'Antropologie Criminelle**, de Lyon (LIMA, 1980, p.6).

Em 1899, editou o artigo *O regicida Marcelino Bispo*, em que analisou o autor do atentado sofrido pelo presidente Prudente de Moraes em novembro de 1897 (NINA RODRIGUES, 1939a, p.165-94).

Em 1900, saiu seu segundo livro, em francês, **L'Animisme fétichiste des nègres de Bahia**, cuja primeira versão já havia sido publicada em capítulos, em português, na **Revista Brasileira**, entre 1896-97. Era dedicado à *Société Médico-Psychologique de Paris*, da qual Nina Rodrigues era sócio (RAMOS, 1935, p.8).

Ainda em 1900, no **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro publicou *Os negros maometanos no Brasil*, o primeiro da série de artigos seus que mais tarde comporiam o livro **Os africanos no Brasil**, editado postumamente (CORRÊA, 1998, p.474).

Seus terceiro e quarto livros foram publicado em 1901, **O Alienado no direito civil brasileiro** e **Manual de autópsia médico-legal** (SALES, 1982, p.281). Neste mesmo ano saiu, apenas em francês, *La folie des foules* (A loucura das multidões), nos **Annales Médico-Psychologiques** (RAMOS, 1939, p.9).

Em 1902, editou uma série de artigos sobre a história da medicina legal no Brasil do século XIX. No ano seguinte, visitou a cidade de São Paulo, onde foi homenageado por juristas e médicos como Cândido Mota, Alcântara Machado, Emílio Ribas, Vital Brasil, Franco da Rocha, entre outros (LIMA, 1980, p.7).

Neste ano de 1903, publicou artigos sobre questões periciais variadas, como a ruptura do hímen nas quedas e a putrefação gasosa no pulmão dos natimortos, além de uma polêmica sobre o esquartejamento criminoso, mantida com legistas parisienses (CORRÊA, 1998, p.474-5).

Ainda neste ano, nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, apresentou um longo e relevante artigo, *La paranoia chez les nègres* (A paranóia nos negros – sem versão em português), onde se situou no debate brasileiro e internacional sobre questões de psicopatologia comparada (NINA RODRIGUES, 1903).

Em 1904, fez parte de uma comissão que estudou o ensino da disciplina de psiquiatria na Faculdade de Medicina, bem como a organização assistencial do Asilo de Alienados São João de Deus e as condições de saúde dos internos, que sofriam um surto de beribéri (CORRÊA, 1998, p.334).

Embora o exato teor das relações entre Nina Rodrigues e os terreiros de candomblé de Salvador não esteja bem esclarecido (CORRÊA, 1998, p.82), Lamartine Lima informa que, perto de 1905, o médico teria sido feito *ogan* do Terreiro do Alto do Gantois (LIMA, 1980, p.7). Ogan¹⁴⁵ é um título honorífico que os cultos afro-brasileiros dão a protetores do candomblé, e Nina Rodrigues o teria recebido em reconhecimento ao seu posicionamento firme contra a repressão policial que sofriam os terreiros¹⁴⁶, assim como faziam outros ogans brancos (SILVEIRA, 1988, p.183).

¹⁴⁵ Na definição de Reginaldo Prandi, que grafa *ogã*: “na África, alguém que ocupa um cargo superior, mestre; no Brasil, cargo sacerdotal masculino do candomblé, incluindo o tocador, o sacrificador, e homens de prestígio ligados afetivamente aos grupos de culto” (PRANDI, 2001, p.567-8) – os ogans nunca caem em estado de santo. O próprio Nina Rodrigues, comentando as funções do ogan, apontou a relação de troca entre este e os terreiros de candomblé; dizia que os ogans “ou acreditam na feitiçaria ou têm um interesse qualquer nos candomblés”, entre os quais ele citava o interesse político eleitoral (NINA RODRIGUES, 1935, p.70-1). Embora não tenha declarado ser ogan, parece que ele, ao menos, se comportava como tal (ver nota seguinte).

¹⁴⁶ Há registros destas defesas em *Os Africanos no Brasil* (p.238-52); falando sobre a grande vitalidade e resistência dos cultos afro-brasileiros, a despeito da repressão que vinham sofrendo desde sempre, Nina Rodrigues comenta indignado tanto a ação da polícia quanto a posição da imprensa local, sensacionalista e parcial. Boçais e estúpidos são os qualificativos que dá aos soldados e comandantes da polícia: “É para notar que as medidas empregadas na Bahia contra os cultos africanos, consoante com as idéias falsas que deles têm tanto os que as reclamam como os que as executam, não têm a forma de uma intervenção moderada, lícita e, sobretudo convincente. São todas atos violentos, arbitrários e ilegais” e “Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia, na abusiva violação dos templos ou terreiros africanos, na destruição de seus ídolos e imagens e na prisão, sem formalidades legais, dos pais-de-terreiro e diretores de candomblés?” (NINA RODRIGUES, 1982, p.246-7).

Em 1905, um incêndio destruiu o laboratório de medicina legal e, na ocasião, perderam-se algumas de suas coleções de ossos, inclusive os crânios de Antonio Conselheiro e de Lucas da Feira, ali conservados pelo legista, e muitas anotações suas (LIMA, 1980, p.8).

Em maio de 1906, embarcou com a esposa e a filha para a Europa, como delegado do IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, a ocorrer em Milão. Doente já havia meses, desembarcou em Lisboa debilitado, com crises de hemoptise (RIBEIRO, 1997, p.56).

Ainda assim, de Portugal seguiu para a Itália e depois para a França, tentando cumprir alguns dos objetivos da viagem, visitar seus colegas legistas (Lombroso, Lacassagne e Brouardel) e comprar instrumental para o novo laboratório de Medicina Legal da Faculdade (LIMA, 1980, p.8).

Porém, sua saúde se deteriorava rapidamente e, cerca de um mês depois da chegada a Paris, faleceu de causa incerta¹⁴⁷, em 17 de julho de 1906, aos 43 anos. Foi embalsamado e o corpo voltou de navio à Bahia, sendo sepultado em 12 de agosto no cemitério do Campo Santo, na capital baiana (RIBEIRO, 1997, p.57-61).

Algumas fontes do pensamento de Nina Rodrigues

São muitos os autores em quem se apoiava Nina Rodrigues, geralmente transcrevendo longas citações de seus preferidos. Dependendo do assunto abordado, ele recorrerá à literatura especializada contemporânea, nacional e estrangeira (medicina legal, psicopatologia, antropologia criminal, sociologia, direito, etnologia, lingüística africana, etc.) ou a relatos históricos e a documentos antigos brasileiros.

¹⁴⁷ Marcos A. Ribeiro enumera os diagnósticos dados alternadamente pelos médicos portugueses e parisienses: tuberculose pulmonar, tuberculose das serosas (pleura, pericárdio e diafragma), dilatação cardíaca e aórtica, cancro no fígado ou abscesso no fígado (RIBEIRO, 1995, p.57).

Quanto ao primeiro tipo de obras, deve-se ressaltar que Herbert Spencer é uma espécie de eixo referencial básico, sendo usado tanto nas discussões sobre as características físicas, mentais e morais das diversas raças humanas, como na análise evolutiva da história, da organização social e cultural da humanidade. O maior número de citações diretas de Spencer encontra-se no seu livro inaugural, **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** (1894), em que ele as traduções francesas: **Les premiers principes, Principes de sociologie** e **Essais scientifiques** (NINA RODRIGUES, 1938, p.69, p.172-3, p.185-9, p.192, p.208, p.233-6). Dos demais especialistas aos quais recorreu Nina Rodrigues se falará oportunamente, nos tópicos seguintes.

Além dos especialistas seus contemporâneos, outro tipo de literatura parece ter alimentado o pensamento de Nina Rodrigues sobre o Brasil, os relatos de naturalistas e visitantes estrangeiros, alguns dos quais descritos no capítulo II.

Por exemplo, a sua censura ao mestiçamento, vinda da crença que a mistura entre espécies muito diferentes nunca resultava em boa coisa, remete a Louis Agassiz. De fato, Nina Rodrigues o cita em **As raças humanas...** quando discute as causas da degradação física e moral que ele enxergava na população amazônica, e onde transcreve um trecho de **A journey in Brazil** que aborda o tema¹⁴⁸ (NINA RODRIGUES, 1938, p.178).

Outros estrangeiros visitantes aparecem em **Os africanos no Brasil**, na discussão sobre o tráfico negreiro e a origem dos escravos: Spix e Martius, citados no original em alemão **Reisen in Brasilien** (NINA RODRIGUES, 1982, p.19, p.115); Jean-Baptiste Debret, citado na primeira edição francesa (1835) da

¹⁴⁸ O trecho se encontra em português; Nina Rodrigues não menciona, entretanto, se a tradução é sua, ou de qual edição do livro a retirou. Há três possibilidades: ele pode ter lido a primeira edição, em inglês, (Boston, 1868), ou a tradução francesa **Voyage au Brésil** (Paris, 1869), ou ainda uma tradução francesa resumida de 1874, ou também um excerto da obra dos Agassiz, em português, intitulado **Impressões do Prof. Agassiz sobre o Brasil**, publicado em Londres, em 1871, "por um brasileiro" não identificado.

As informações sobre as edições de **A journey in Brazil** foram retiradas do apêndice acrescentado à primeira edição brasileira, pelo tradutor Edgard Sussekind de Mendonça, em **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p.511-2. Na edição brasileira de 1938, o trecho citado por Nina encontra-se na página 374, e está transcrito no capítulo II desta tese, no tópico **Agassiz e Gobineau: dois poligenistas na terra dos mestiços**.

Voyage pittoresque... (idem, p.35) e Ferdinand Denis, sem referência a uma obra específica (idem, p.75 e p.91).

Sobre a história das rebeliões escravas no país, Nina Rodrigues usa várias fontes transcritas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, dos anos de 1841, 1859 e 1876 (NINA RODRIGUES, 1982, p.81 e p.91) e o *Diário de viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645*, publicado na **Revista do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**, em 1902 (idem, p.73).

Quanto aos cronistas e historiadores (que, por sua vez, utilizaram muitas vezes os relatos dos estrangeiros) são diretamente referidos Ayres Casal em **Corografia brasileira**, na edição de 1845 (idem, p.75 e p.91); Robert Southey, em **História do Brasil**, tradução para o português de 1862 (idem, p.95); Perdigão Malheiro, em **A escravidão no Brasil**, de 1867 (idem, p.14); Melo Moraes Filho, em **Festas e tradições populares do Brasil** (idem, p.68, p.174, p.182) e Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, em **História do Brasil** (idem, p.16, p.20, p.85, p.104).

Sobre esta última fonte de Nina Rodrigues, o historiador Varnhagem, vale observar que se trata de uma referência obrigatória para os intelectuais da segunda metade do século XIX, através de sua **História Geral do Brasil** (1855), em que ele retoma as idéias de von Martius (de *Como se deve escrever a história do Brasil*) sobre a influência do meio e das raças sobre a história do país. Também Sílvio Romero recuperou, em **História da literatura brasileira**, de 1888, os critérios orientadores de von Martius e de Varnhagen (VENTURA, 2000, p.30).

Assim, a formulação de von Martius sobre os papéis das três raças formadoras da nacionalidade brasileira chega a Nina Rodrigues através dos escritos originais do naturalista alemão e das elaborações feitas por Varnhagen e por Sílvio Romero – este, como já citado, o interlocutor preferido de Nina Rodrigues.

O polígrafo Nina Rodrigues

Viu-se já que sua produção escrita chama a atenção tanto pela quantidade de publicações como pela diversidade de temas. Entretanto, para Nina Rodrigues, tais assuntos eram proximamente relacionados.

Como disse Mariza Corrêa, “para Nina Rodrigues pareceria impensável destacar a sua criminologia, da sua antropologia ou da sua psicologia” (CORRÊA, 1998, p.133). Pois, a nortear a escolha de seus variados objetos de estudo, a saúde pública, as doenças endêmicas, a cultura negra, a alienação mental, o crime ou as loucuras coletivas, estava a tentativa de definição da identidade nacional brasileira, a maior preocupação de Nina Rodrigues.

Portanto, uma classificação de sua obra feita de acordo com parâmetros atuais, que dividem o conhecimento em disciplinas bem delimitadas, é certamente arbitrária e anacrônica. Ainda assim, preferi fazê-la, tentando uma sistematização que facilitasse o entendimento da correlação entre os vários temas abordados pelo autor.

Trata-se de um estudo de partes que não podem ser entendidas sem referência ao todo; para usar uma imagem que lhe seria cara, sua obra e sua atuação serão dissecadas dividindo-as em quatro planos temáticos:

- 1- Medicina tropical e organização sanitária pública.
- 2- Medicina legal, psiquiatria forense e antropologia física.
 - 2.1- Consolidação da medicina legal.
 - 2.2- Estudos de antropologia física.
- 3- Estudos de psicopatologia comparada.
- 4- Etnografia dos povos africanos da Bahia.

Para cada um destes itens há na obra de Nina Rodrigues exemplos de formulações teóricas e de pesquisas empíricas ou clínicas. Apenas para o primeiro campo pode ser apontado um limite temporal, os demais se sobrepõem durante os seus quase vinte anos de produção acadêmica.

Como se anuncia no título desta tese, ela se centraliza no item ***Estudos de psicopatologia comparada***; entretanto, sempre que possível, as articulações dos estudos psicopatológicos com as demais facetas de sua obra serão lembradas.

1- Medicina tropical e organização sanitária pública

Tais estudos ocupam o primeiro terço de sua vida acadêmica, desde seu primeiro trabalho sobre a lepra no Maranhão, em 1886, ainda aluno de medicina, até pouco antes de 1895, ano em que assume o posto de professor titular de Medicina Legal.

Aqui se incluem trabalhos sobre as doenças tropicais ou, como eram designadas na época, *intertropicais*, como o beribéri, a lepra, a febre amarela, a malária, e debates sobre questões de saúde pública a elas relacionadas. Estes estudos ainda analisam os “serviços de higiene pública” baianos e nacionais, isto é, aqueles que cuidavam da fiscalização sanitária portuária, comercial e de espaços públicos, do controle das doenças epidêmicas e da vacinação.

Em 1891, publicou no **Brazil-Medico** o estudo *Organização do serviço sanitário no Brasil*; em 1892, *A classe médica e a organização sanitária no Brasil e nos Estados Unidos*, *Os serviços de higiene pública nos estados brasileiros* e *A organização dos serviços de higiene pública no estado da Bahia*, todos na **Gazeta Medica da Bahia** (CORRÊA, 1998, p.471).

Mas a sua preocupação com o tema da saúde pública não era apenas teórica. Em 1893, fez parte do Conselho Geral de Saúde Pública da Bahia, com os médicos Eduardo Gordilho Costa e Eduardo Araújo; o grupo trabalhou numa proposta de criação de um serviço sanitário e demográfico estadual; o resultado

do trabalho foi publicado em 1894, *Serviço demográfico-sanitário no estado da Bahia* (CORRÊA, 1998, p.470-1). O trabalho deste grupo daria os fundamentos do novo Serviço de estatística demográfico-sanitária da Inspetoria de Higiene da Bahia (FONSECA, 1995).

Esta série de publicações reflete a grande atividade de Nina Rodrigues no debate sobre a reorganização dos serviços sanitários promovida pelo novo governo republicano. Ele defendeu enfaticamente a sua proposta de uma administração centralizada estadual e a uniformização da legislação sanitária no país, assim como a reformulação de serviços estatísticos de registro de morbidade e mortalidade, que auxiliassem no planejamento das ações de higiene pública (FONSECA, 1995).

Quanto aos aspectos clínicos das doenças mais prevalentes, em *Fragmentos de patologia intertropical* (1892), separata da **Gazeta Medica da Bahia**, reuniu seus artigos sobre o beribéri e sobre as afecções cardíacas e renais mais comuns na Bahia (LIMA, 1980, p.4).

Por esta pauta de assuntos, vê-se que Nina Rodrigues pode ser considerado, no início de sua carreira, filiado a uma certa tradição médica, que seria depois chamada *escola tropicalista baiana*.

Na verdade, esta não foi uma escola formalmente constituída, antes um estilo de pensamento médico que valorizava a pesquisa clínica e laboratorial das doenças da terra baiana.

A revista **Gazeta Medica da Bahia**, criada em 1866, foi decorrência do interesse de um grupo de médicos, muito atentos e conectados à nova medicina experimental européia, em publicar seus estudos. Vale ressaltar que, neste momento inicial, nenhum dos fundadores da **Gazeta** não pertencia aos quadros da Faculdade de Medicina da Bahia (CORRÊA, 1998, p.98).

Este grupo, que desde 1865 vinha se reunindo para discussão de casos clínicos, era formado inicialmente pelos doutores José Francisco da Silva Lima, John L. Paterson e Otto Edward H. Wucherer, três médicos de origem estrangeira,

que exerciam a clínica privada nos seus consultórios e ainda a atenção filantrópica na Santa Casa de Salvador (SANTOS FILHO, 2001, 477-9).

José Francisco da Silva Lima (1826-1910), português, doutorado em 1851, pela Faculdade de Medicina da Bahia, publicou na **Gazeta** uma série de comunicações intituladas *Contribuição para a história de uma moléstia que reina atualmente na Bahia, sob a forma epidêmica, e caracterizada por paralisia, edema e fraqueza geral*, de 1866 a 1868. Em 1872, essas comunicações foram publicadas em forma de livro, com o título **Ensaio sobre o beribéri no Brasil** (FALCÃO, 1976, p.7) ¹⁴⁹.

Significativa também foi a contribuição de Otto Wucherer (1820-1875), alemão nascido em Portugal, que além da clínica se dedicava a estudos de microscópio e a necropsias. Ele identificou, em 1866, o parasita *Ancylostoma duodenale* ao examinar o intestino de pacientes que haviam morrido de uma moléstia muito comum e não raras vezes fatal, chamada *opilação* ou *cansaço*, e fez a correlação anatomoclínica que evidenciou a causa da opilação, conhecida na época por hipoemia (anemia) intertropical. O escocês John L. Paterson (1820-1882), com Wucherer, diagnosticou as epidemias de febre amarela (1849) e de cólera (1855), em Salvador (FALCÃO, 1976, p.5).

O diferencial destes profissionais, com relação à prática médica predominante na época no Brasil, foi o esforço para integrar investigações clínicas detalhadas aos achados microscópicos e da anatomopatologia, nos moldes da nova prática européia, e a procura de fatores ambientais (ou “higiênicos”) relacionados às doenças endêmicas e epidêmicas locais. O estilo dominante até então era marcado pelo saber livresco e pelo apreço às teorias médicas francesas, mas não a seus correlatos experimentais (SANTOS FILHO, 1991, p.12).

¹⁴⁹ Silva Lima também foi responsável pela primeira descrição, na literatura médica, de uma doença conhecida por ainhum, caracterizada pelo estrangulamento progressivo dos dedos mínimos dos pés, causando às vezes amputação espontânea, e que só se via em africanos; publicou também estudos clínicos sobre o maculo e a boubá, outras doenças que atingiam com frequência os escravos, africanos ou crioulos (SANTOS FILHO, 2001, p.477). Juliano Moreira retomaria o estudo do ainhum (MOREIRA e AUSTREGÉSILO, 1908).

Membro da geração seguinte à dos fundadores da **Gazeta Medica**, Nina Rodrigues foi seu editor por alguns anos, e mesmo depois de deixar a pesquisa sistemática dos objetos clássicos da patologia intertropical, manteria a estima pelas suas linhas mestras.

Tal apreço pela pesquisa empírica ele vinha manifestando desde a sua tese de doutoramento em medicina, *As amiotrofias de origem periférica*, onde, além de fazer a convencional revisão da literatura internacional, descreveu em detalhes três casos clínicos de miopatia atrófica progressiva que acompanhara, numa mesma família, residente em Niterói (RJ) (NINA RODRIGUES, 1887).

2- Medicina legal e psiquiatria forense

2.1- Consolidação da medicina legal

Este pode ser considerado o eixo principal da atuação científica e institucional de Nina Rodrigues, e abarca suas discussões sobre a legislação civil e penal brasileira e seu esforço pela organização de serviços médico-legais interligados ao ensino de medicina legal da Faculdade. Dentro da prática pericial médica, cujos limites ele lutou para alargar, o professor de medicina-legal destacará a avaliação de responsabilidade civil ou penal dos alienados, a partir da discussão de seu estatuto legal.

Quando publicou, em 1894, **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**, Nina Rodrigues disse que este era “um simples ensaio de psicologia criminal brasileira, destinado a ser profundamente retocado”. Mais do que isto, a publicação seria uma forma de afirmar seu domínio de uma área em que iniciava a docência, como ele mesmo dá a entender (NINA RODRIGUES, 1938, p. 42).

A dedicatória do livro parece não querer deixar dúvidas quanto ao alinhamento teórico do autor:

Aos chefes da nova escola criminalista, Srs. Professores Cesare Lombroso (de Turim), Enrico Ferri (de Pisa) e R. Garófalo (de Nápolis)

Ao chefe da nova escola médico-legal francesa, Sr. Professor Alexandre Lacassagne (de Lyon)

Ao Sr. Dr. Corre (de Brest), o médico-legista dos climas quentes (NINA RODRIGUES, 1938, p.37).

Tal homenagem era, esclarece ainda na dedicatória, um agradecimento prévio aos “relevantes serviços” que os trabalhos dos citados legistas estariam “destinados a prestar à medicina legal brasileira, atualmente simples aspiração ainda” (NINA RODRIGUES, 1938, p.37).

Afranio Peixoto, em seu livro **Psicopatologia Forense** (1ª edição de 1911), explica que, para a chamada *escola clássica* de direito penal, o crime seria uma infração cometida por um sujeito responsável por sua vontade, dono de livre arbítrio; já a *escola positiva* de criminologia congregava juristas, sociólogos e médicos que consideravam o crime como um ato anti-social, determinado por fatores externos à vontade humana.

A *nova escola criminalista*, também chamada *nuova scuola* ou *escola antropológica* era uma das vertentes da escola positiva, que acentuava o papel da degeneração física e psíquica do criminoso e dava ao meio social um peso menor na gênese do crime. Para Peixoto, os representantes principais desta linha seriam o médico Cesare Lombroso, o sociólogo Enrico Ferri, o jurista R. Garófalo e o médico Corre e, entre os brasileiros, o jurista Viveiros de Castro e o próprio Nina Rodrigues. Como subgrupo, se encontrariam aí os psicopatólogos, Maudsley, Krafft-Ebing, Magnan, Garnier e Ingenieros, entre outros (PEIXOTO, 1938a, p.18-9).

Ao contrário da *nuova scuola*, a outra corrente positiva, conhecida como *escola eclética*, *escola crítica* ou *terza scuola*, colocava ênfase nas condições sociais defeituosas como determinantes do crime; estes determinantes atuavam

mais intensamente nos degenerados ou susceptíveis. Entre os seus partidários estariam Lacassagne (médico), Tarde (sociólogo), Topinard (médico), Havelock Ellis (escritor, cientista e estudioso da sexualidade), von Liszt (médico); entre os brasileiros, o jurista Clóvis Bevilacqua (PEIXOTO, 1938a, p.19).

Na verdade, tais diferenças seriam mais nominais que de essência, como teria dito José Ingenieros (PEIXOTO, 1938a, p.20). Isto realmente se pode notar pelo uso não excludente, mas complementar, que Nina Rodrigues faz das idéias destes autores, e do qual a citada dedicatória é síntese exemplar.

Explicitadas suas referências, o professor enfatiza, logo na abertura do livro, que seu objetivo maior era imprimir “ao ensino da medicina legal nesta faculdade esse cunho fecundíssimo de aplicações práticas”, já oficialmente traçadas para a escola baiana, mas ainda não praticadas (NINA RODRIGUES, 1938, p.42).

Nos doze anos seguintes, a aspiração do jovem professor se concretizaria de tal forma que, quando de sua precoce morte, em 1906, o campo da medicina legal já estava constituído na Bahia, pronto a se espalhar pelo país, através de seus alunos que se deslocariam ao Rio de Janeiro e a São Paulo (Afrânio Peixoto e Oscar Freire, entre outros).

Na análise de Marcos Chor MAIO (1995), a trajetória científica de Nina Rodrigues, pelas posições institucionais que este ocupou, fez dele um agente competente na consolidação da sua especialidade médica, transformando a prática médico-legal, de “simples aspiração” em 1894, em campo científico demarcado e, mais ainda, legitimado por uma estratégia de sucessão¹⁵⁰ eficaz, que garantiu a preservação das conquistas da área, depois de sua morte.

¹⁵⁰ Marcos C. Maio utiliza o conceito de *campo científico* de Pierre Bourdieu, considerando que “o campo médico é um espaço de confrontos estruturalmente determinado pelos embates passados, onde os médicos buscam monopolizar a autoridade/competência científica” (MAIO, 1995, p.236). Avalia que a trajetória de Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina na Bahia foi exemplar do processo de especialização pela qual passava a medicina brasileira, ao estabelecer sua autoridade científica dialogando com os pares e disputando posições dentro e fora de sua instituição; como resultado, conseguiu fazer da medicina legal uma área de conhecimento dotada de autonomia e reconhecimento (MAIO, 1995, p.226-37).

A discussão de **As raças humanas** gira em torno da imputabilidade penal “à luz da evolução social e mental”; o autor procura demonstrar como os supostos evolucionistas aplicados ao desenvolvimento mental das raças entravam em franca contradição com a doutrina do livre arbítrio¹⁵¹, da *escola clássica*, em que se baseava o sistema penal brasileiro.

Há no livro uma crítica direta ao Código Penal de 1890, e uma sistemática refutação das teses do jurista Tobias Barreto¹⁵² sobre a responsabilidade criminal, especialmente da sua avaliação do Código de 1830, em **Menores e loucos**, de 1884.

Na opinião de Nina Rodrigues, Barreto havia estacado diante das conseqüências lógicas da aplicação de seus postulados evolucionistas, tentando uma conciliação impossível entre o determinismo e o livre arbítrio, e caíra nas mesmas armadilhas do direito clássico que pretendia revolucionar (NINA RODRIGUES, 1938, p.74-94).

Para o médico maranhense, a evolução mental tinha regras bem estabelecidas e haveria “nas diversas fases do desenvolvimento de uma raça, uma capacidade cultural muito diferente, embora de perfectibilidade crescente”; as fases não podiam ser aceleradas, sendo impossível que um povo ou um grupo racial passasse para uma fase muito superior no curso de algumas gerações (NINA RODRIGUES, 1938, p.46).

¹⁵¹ José Leopoldo Antunes refere um projeto contemporâneo ao de Nina Rodrigues, igualmente calcado nos princípios evolucionistas: o Dr. Rodrigues Dória, lente de Medicina Pública da Faculdade Livre de Direito da Bahia, propunha a atenuação da imputabilidade criminal das mulheres, especialmente na gravidez, puerpério, menstruação e menopausa. Ele “concluía, com Spencer, que a mulher podia, até certo ponto, ser considerada como um homem não de todo desenvolvido” (ANTUNES, 1999, p.123-7).

¹⁵² Tobias Barreto, professor da Faculdade de Direito do Recife, liderou o grupo de jovens intelectuais que iniciou um movimento crítico, estudando a filosofia materialista alemã e os autores evolucionistas, a partir de 1870, do qual Sílvio Romero também fazia parte, e a que batizou depois de *Escola do Recife* (SKIDMORE, 1989, p.25). Romero o considerava o maior autor brasileiro, e era seu “condiscípulo e compadre” (VENTURA, 1997, p.71).

No livro **Machado de Assis** ele se dedica a mostrar porque o ensaísta e poeta Tobias Barreto era infinitamente superior à Machado (ROMERO, S. **Machado de Assis**: estudo comparativo de literatura brasileira. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. 320p.).

Apoiando-se na autoridade dos autores estrangeiros que discutiam o tema, especialmente em Herbert Spencer, Charles Letourneau¹⁵³ e Abel Havelacque¹⁵⁴, ele expõe longamente os princípios da evolução mental e social da humanidade e fala dos conceitos de moral e de justiça associados.

Herbert Spencer, como bom darwinista, defendia a origem única da espécie humana e acreditava na evolução por seleção natural, princípios que aplicava não só ao campo das ciências biológicas como estendia à história e à cultura: o atraso ou o progresso na corrida evolutiva teria dado aos diferentes povos seus lugares na atualidade. O progresso civilizatório, que incluía a organização social e econômica, as técnicas materiais, a moral, a religião, etc., teria seus patamares sucessivos bem estabelecidos, obrigatórios para todos os grupos humanos (VENTURA, 2001, p.51).

Seguindo Spencer, Nina Rodrigues acredita que afirmar a inferioridade do negro não deveria soar como um insulto à raça, pois seria apenas “um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções” e (citando Abel Havelacque) diz ele que os negros não seriam “nem melhores nem piores que os brancos”, mas eles apenas estariam “em outra fase de desenvolvimento moral e intelectual” (NINA RODRIGUES, 1982, p.5) – eis o progresso ou o atraso nas etapas obrigatórias da corrida evolutiva da espécie.

¹⁵³ Charles Letourneau foi aluno de Broca e respeitável membro da Sociedade Antropológica de Paris e defendia a possibilidade de aperfeiçoamento das raças segundo as leis da evolução. Os negros africanos eram, para ele, supersticiosos, ignorantes, cruéis e, sobretudo, infantis durante toda a vida. Segundo R. Silveira, Letourneau nunca fez pesquisas de campo na África (SILVEIRA, 1999, p.120-2). Nina Rodrigues cita *L'évolution juridique dans les diverses races humaines e Sociologie*.

¹⁵⁴ Abel Havelacque, antropólogo francês, militante político crítico do capitalismo, defendia que eram resíduos arcaicos dos estados selvagens, presentes nas sociedades modernas, os responsáveis pelas desigualdades sociais, pelo clericalismo, pelo militarismo, etc. Como Letourneau, pensava que os negros eram infantis, promíscuos, supersticiosos e instáveis; duvidava da capacidade de civilização das raças inferiores (SILVEIRA, 1999, p.123-5). Nina Rodrigues cita *Les nègres de l'Afrique sous-équatoriale*, de 1889, relato de campo de Havelacque.

É claro que, como o processo evolutivo levaria milênios e o progresso tecnológico acelerado do século XIX parecia ampliar a cada dia os abismos entre as raças desenvolvidas e as primitivas, alguns teóricos raciais delineavam para estas últimas um futuro que não parecia dos melhores – eis a seleção natural favorecendo o mais forte.

Conclui Nina Rodrigues que a cada fase da evolução social de um povo corresponderia um tipo de criminalidade própria, de acordo com o grau de desenvolvimento intelectual e moral; que haveria uma impossibilidade orgânica que impediria a passagem brusca de indivíduos representantes de fases inferiores aos níveis mais elevados; que, enfim, o postulado da vontade livre como base da responsabilidade legal só se aplicaria a populações muito homogêneas do ponto de vista da “cultura mental” (NINA RODRIGUES, 1938, p.71).

Aplicando estes princípios ao caso brasileiro, Nina acredita que os crimes cometidos por negros ou mestiços deveriam ser analisados de um ponto de vista racial, isto é, considerando os valores morais vigentes no grupo de origem do indivíduo e sua noção de justiça, bem como a sua real capacidade de assimilação dos conceitos de um grupo evolutivamente superior – propunha a existência de uma *ética étnica*, portanto.

Argumenta ele que alguns comportamentos, que seriam justamente julgados anti-sociais ou criminosos se cometidos por brasileiros civilizados (brancos, certos mestiços e alguns “negros superiores”), deveriam receber outra interpretação se seus autores pertencessem às raças inferiores, negros e índios, ou fossem fruto da mistura racial. Como exemplos, ele usa o assassinato por vingança ou a aplicação da lei de talião, que seriam socialmente aceitos em culturas primitivas (NINA RODRIGUES, 1938, p.100).

Assim, continua Nina Rodrigues, negros e índios, “de todo irresponsáveis em estado selvagem, têm direitos incontestáveis a uma responsabilidade atenuada”, na situação de civilização (NINA RODRIGUES, 1938, p.169).

Quanto aos mestiços em situação civilizada, diz ele, as coisas se complicariam mais. A princípio, ele acreditava, como dissera Spencer, que “[...] a mistura entre raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero algum de vida” (SPENCER, 1879¹⁵⁵ *apud* NINA RODRIGUES, 1938, p.173).

Entretanto, a experiência lhe mostrara que tal afirmação deveria ser relativizada, pois haveria de se considerar que a escala dos híbridos iria do “[...] produto inteiramente inaproveitável e degenerado ao produto válido e capaz de superior manifestação da atividade mental” e que, portanto, “a mesma escala deverá percorrer a responsabilidade moral e penal, desde a sua negação em um extremo, até a afirmação plena no extremo oposto” (NINA RODRIGUES, 1938, p.182-3).

E quem poderia avaliar, medir, mensurar, graduar o grau de imputabilidade destes seres híbridos? Quem possuiria os conhecimentos científicos e os meios para fazê-lo? Na luta pela demarcação das prerrogativas da especialidade, Nina Rodrigues deveria lutar com os advogados e juizes, mostrando a especificidade da contribuição médica na avaliação da imputabilidade criminal¹⁵⁶.

Coerentemente, de acordo com sua crença na diversidade do grau de evolução (para ele, sempre física e cultural) da população nas várias regiões brasileiras, faz uma proposta audaciosa: que além do Código Penal nacional, cada estado pudesse ter suas próprias leis criminais, de acordo “com suas condições étnicas e climatológicas” (NINA RODRIGUES, 1938, p.266).

¹⁵⁵ SPENCER, H. **Essais scientifiques**, Paris, 1879.

¹⁵⁶ Para uma história do pensamento médico sobre questões de moral e de comportamento, no Brasil de 1870 a 1930, especificamente sobre o crime, o sexo e a morte, ver o estudo cuidadoso e bem documentado de José Leopoldo F. Antunes, **Medicina, leis e moral** (1999).

Embora enfoque apenas de imputabilidade penal, é claro que a distinção proposta por Nina Rodrigues implicaria também na relativização da capacidade civil, isto é, da cidadania no sentido amplo. Sabemos hoje que suas propostas de radical diferenciação de imputabilidade segundo critérios raciais não encontrariam eco entre os legisladores brasileiros – felizmente, vale dizer. Ou talvez não tenha sido exatamente assim, se considerados os *silvícolas*, que o Código Civil de 2003 manteve ainda, em redação elíptica, sujeitos a tutela¹⁵⁷.

A defesa da qualificação profissional

Além de enfrentar os juristas, também teria o médico maranhense que disputar com outros colegas a primazia do conhecimento médico-legal e mostrar a excelência da qualificação profissional que ele pretendia oferecer na Faculdade baiana. É o que demonstra um artigo de 1894, estudo sobre o caso do barão de Itapuã, médico baiano que se suicidara em 1892, e cuja perícia fora feita por Nina Rodrigues.

O artigo tem um longo título que quase dispensa explicações adicionais: *Feridas cortantes na região anterior do pescoço. Caracteres diferenciais no suicídio e no homicídio. Aplicações ao caso do barão de Itapuã – reabilitação de sua memória* (LIMA, 1980, p.4).

Publicado no **Brazil-Médico**, periódico de circulação nacional, o artigo é uma resposta aos questionamentos levantados por outros médicos, que tentaram impugnar os resultados do laudo pericial, duvidando da hipótese de suicídio. Nele, Nina Rodrigues discorre sobre todos os pontos obrigatórios numa moderna avaliação pericial: a caracterização do ferimento encontrado no cadáver e da arma usada, as circunstâncias do local, as informações sobre o comportamento do

¹⁵⁷ No novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), em vigor desde 11 de janeiro de 2003, lê-se quanto aos relativamente incapazes, no artigo 4º, parágrafo único: “A capacidade dos índios será regulada por legislação especial”. No Código Civil anterior (1916), a redação era: “os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar [...] o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País”. Em: <<http://www.planalto.gov.br/legisla/htm>>.

falecido, a reconstituição dos motivos suicidas e a avaliação da sua presumível capacidade mental e responsabilidade no momento do ato suicida (ANTUNES, 1999, p.46-8).

Fazendo isto com perfeito domínio técnico, citando a literatura especializada e casos clínicos afins, o médico maranhense afirmava a sua merecida autoridade na matéria.

Psiquiatria forense e estatuto legal dos alienados

Sempre opinando nos acontecimentos polêmicos da época, em 1897 Nina Rodrigues dirige uma moção à Sociedade Médico-Legal da Bahia, publicada na **Revista Médico-Legal**, onde critica a perícia de um caso de homicídio ocorrido no Rio de Janeiro, no ano anterior, e muito comentado pela imprensa, conhecido como processo Custódio Serrão (ANTUNES, 1999, p.36).

O caso era de um jovem que matara seu tutor com um tiro, depois de uma discussão e, fugindo da cena do crime, logo se entregara à polícia e confessara a culpa. A promotoria pública pediu exame de sanidade mental, e Serrão foi enviado ao Hospício Nacional para avaliação. Os médicos que primeiro o examinaram concluíram que ele agira em pleno uso das faculdades mentais, sendo imputável penalmente, ainda que o considerassem instável, um degenerado com perversão moral (ANTUNES, 1999, p.36-8)

Durante sua estada no Hospício, em geral manteve-se calmo e dentro da ordem, exceto quando executava suas tentativas de fuga habilmente planejadas, que punham em polvorosa médicos, enfermeiros, pacientes e a população da cidade do Rio¹⁵⁸. O caso obrigava os especialistas a se posicionarem sobre as relações entre crime e loucura, e Nina Rodrigues criticou

¹⁵⁸ “O cálculo, o raciocínio, a arte com que procederam os conspiradores da fuga, foram de tal ordem, que diminuiu em grande parte a vantagem de ter juízo. O ajuste foi perfeito. A manha de dar pontapés nas portas para abafar o rumor que fazia Serrão arrombando a janela do seu cubículo, é uma obra prima; não apresenta só a combinação de ações para o fim comum, revela a consciência de que, estando ali por doidos, os guardas os deixariam bater à vontade, e a obra da fuga iria ao cabo, sem a menor suspeita. Francamente, tenho lido, ouvido e suportado cousas muito menos lúcidas”. Crônica de 31 de maio de 1896 (MACHADO DE ASSIS, 1994, p.123).

duramente tanto a avaliação dos peritos cariocas como ao diretor do Hospício Nacional e da Assistência aos Alienados da capital federal, Dr. João Carlos Teixeira Brandão¹⁵⁹, acusando-o de negligenciar questões de segurança, relativas aos loucos perigosos. No final do entretanto, a perícia foi revista e Serrão declarado inimputável (ANTUNES, 1999, p.39).

Professor metódico, em 1901, Nina Rodrigues reúne as lições que dera na Faculdade sobre aspectos médico-legais da legislação civil brasileira, e publica **O Alienado no direito civil brasileiro**, nas palavras de seu autor, o primeiro estudo sistemático de psiquiatria forense do direito civil editado no país (NINA RODRIGUES, 1939b, p.18).

A discussão se estrutura sobre a crítica ao projeto de Código Civil do jurista Clóvis Bevilacqua, da segunda geração da “Escola do Recife”, quanto a questões dos direitos civis dos alienados (NINA RODRIGUES, 1939b, p.13).

Nina Rodrigues revisa a legislação cível de outras nações e as coteja com o projeto brasileiro: ao longo do livro, são citadas leis de Alemanha, Japão, Espanha, Holanda, Áustria, México, Argentina, Venezuela, França, Portugal, Itália e Peru (NINA RODRIGUES, 1939b).

Discute ali minuciosamente os conceitos de insanidade mental relacionada às incapacidades civis e o que chama de “proteção legal dos alienados”, problemas referentes a internações involuntárias e interdições.

Questões polêmicas na medicina legal e no direito, à época, são levantadas: o significado e a adequação das expressões *loucos de todo gênero*, *alienação mental* e *insanidade mental*; a existência de *intervalos lúcidos* na loucura; a diferenciação entre *insanidade definitiva e temporária*; como considerar

¹⁵⁹ João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921), foi o primeiro professor titular de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – a disciplina fora criada em 1882 e ele assumiu em 1883 (ARRUDA, 1995, p.34). Acumulou o cargo de diretor do Hospício Nacional de 1887 a 1897 (MEDEIROS, 1977, p.15). Depois de 1897, Teixeira Brandão passou a se dedicar exclusivamente à política, como deputado federal.

O caso Serrão desgastou mais ainda a já não muito boa imagem do Hospício Nacional, que só começaria a ser restaurada com a chegada de Juliano Moreira, chamado da Bahia para solucionar a crise, em 1903.

os bêbados e jogadores habituais, os pródigos, os surdo-mudos e os afásicos; se a *sugestão hipnótica* poderia servir ao crime, etc.

Estas discussões ocupam os dois primeiros dos quatro capítulos do livro e são apoiadas em muitíssimas citações de leis e de autores estrangeiros; quanto a estes últimos, o preferido de Nina Rodrigues é o alemão Krafft-Ebing¹⁶⁰, que usa na tradução italiana **Trattato di medicina legale** (1889) e na francesa **Médecine légale des aliénés** (1900), seguido de Legrand du Saulle¹⁶¹, e outros ilustres franceses e italianos.

De todas as suas sugestões, a que resume melhor sua postura geral é a dada quando critica a noção de intervalo lúcido e a exclusão da capacidade, a priori, dos alienados como testemunhas judiciais. A recomendação de Nina Rodrigues é que o Código “evite formular em lei a recusa desta capacidade. Um silêncio prudente deixará que os juízes ou tribunais se pronunciem em cada caso concreto” (NINA RODRIGUES, 1939b, p.145).

No terceiro capítulo de **Os Alienados...**, o autor submete a igual exame a proposta de interdição civil dos alienados de Bevilacqua, que critica por equiparar todos os estados que podem modificar a capacidade civil, tornando totalmente incapazes os *alienados de qualquer espécie*, e colocando assim

[...] no mesmo plano, ao lado do simples fraco de espírito, ou imbecil, o maníaco ou o demente paralítico terminal; a par da simples fraqueza mental senil, a confusão mental declarada; juntamente com as loucuras crônicas e incuráveis, os episódios, mais ou menos efêmeros, dos degenerados (NINA RODRIGUES, 1939b, p.117).

¹⁶⁰ Richard von Krafft-Ebing (1840-1902), alienista alemão e professor de psiquiatria em Viena, trabalhou as idéias de Morel sobre a degenerescência e propôs uma classificação que dividia as doenças mentais em dois grupos, aquelas que afetavam o cérebro sadio e outras que atingiam o cérebro já predisposto, ou tarado (BERCEHRIE, 1989, p.141). Sua obra mais conhecida é **Psychopathia Sexualis**, de 1886 (ALEXANDER e SELESNICK, 1980, p.235).

¹⁶¹ Henri Legrand du Saulle (1830-1886), alienista francês, foi médico perito do judiciário e da polícia. Deixou vasta obra médico-legal e sobre o tratamento da epilepsia (MOREL, 1997, p.151). Nina Rodrigues usa as obras **Étude médico-légale sur l'interdiction des aliénés et sur le conseil judiciaire**, de 1881 e **Étude médico-légale sur les testaments contestés pour cause de folie**, de 1879.

Portanto, o médico legista defende que o grau de interdição civil se ajuste ao grau de incapacidade causado pela doença mental.

Em síntese, Nina Rodrigues critica as definições usadas por Bevilacqua como atrasadas com relação aos avanços da psiquiatria, e sugere que a lei se valha dos conhecimentos técnicos do médico legista para graduar a capacidade civil. Esta defesa do *médico perito* será incluída no capítulo final, que trata da proteção legal dos alienados e da inspeção de sua curatela pelo Estado.

Nina Rodrigues advoga a necessidade de uma legislação federal de proteção aos alienados que garanta a sua assistência médica e proteja os seus direitos; indica ainda que o Código Civil deveria garantir que só se internasse o louco previamente interditado, e que os hospícios fossem fiscalizados quanto ao cumprimento das leis de curatela (NINA RODRIGUES, 1939b, p.196-8).

Concluindo que o “complemento natural de todas as providências jurídicas sobre a alienação mental é a verificação científica destes estados mórbidos” (NINA RODRIGUES, 1939b, p.214), Nina passa às suas propostas de inclusão efetiva do médico perito na instituição judiciária pública, pago pelo Estado, assim como o eram os promotores e juizes.

E se “não valeria que se consumisse tempo e espaço com a velha pretensão de conferir o direito de examinar alienados a psicólogos, como queria Kant, a simples pessoas de bom senso ou aos magistrados”, igualmente não seria todo médico que teria competência em examinar alienados, já que “a psiquiatria, de ordinário, não é cultivada pelos médicos que se dedicam à clínica geral” (NINA RODRIGUES, 1939b, p.214; p.218).

Nina Rodrigues argumenta que, além dos poucos especialistas com título legal de especialistas em psiquiatria no país, praticamente só os professores das cadeiras de psiquiatria das duas faculdades, mais alguns diretores de asilos de alienados, seria natural que a perícia psiquiátrica fosse também realizada pelo legista, desde que nomeado médico-perito.

Neste ponto, percebe-se como o já experiente docente de medicina legal valoriza o estudo da psiquiatria; na sua concepção, a formação do legista deveria começar pelo estudo da matéria, e considera que “a psiquiatria forense é a pedra angular da perícia médica e a exigência da freniatria na instrução do médico perito, a condição de sua capacidade para compreensão do serviço que dele exige a justiça”; todo o resto, diz ele, vem depois (NINA RODRIGUES, 1939b, p.226).

Assistência psiquiátrica: Nina Rodrigues e os alienados do Asilo São João de Deus

Em 1874, a **Gazeta Medica da Bahia** saudou com entusiasmo a inauguração do Asilo de Alienados São João de Deus; transcreveu, inclusive, os discursos das muitas autoridades presentes à festa, entre eles, o Dr. Demétrio Cyriaco Tourinho¹⁶², seu primeiro diretor, e o Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas¹⁶³, provedor da Santa Casa, ambos destacados defensores do Asilo (GMB, 1874).¹⁶⁴

Todos trocaram elogios recíprocos e se parabenizaram pela conclusão da grandiosa obra, fruto de um contrato entre o governo provincial, que comprara o prédio da Boa Vista, e a Santa Casa, que reformara o edifício com recursos próprios e da província, de doações, loterias, etc., num arranjo típico do período em que se construíram os primeiros hospícios brasileiros.¹⁶⁵

¹⁶² “Professor de Patologia Interna na Faculdade de Medicina. Comendador da Ordem de Cristo. Membro correspondente da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor de língua grega no Liceu desta cidade. Sócio efetivo da Sociedade médico-farmacêutica de Beneficência” (GMB, 1874), conforme consta nas folhas de rosto da **Gazeta Medica da Bahia**, da qual foi diretor a partir de 1871, sucedendo a Antonio Pacífico Pereira e a Virgílio Damásio.

¹⁶³ Além de provedor da Santa Casa de Salvador, o Conselheiro Dantas já era um político influente, em 1874; presidente de província, deputado, senador e ministro, presidiria o gabinete ministerial de junho de 1884 a maio de 1885 (FLEIUSS, 1925, p.361).

¹⁶⁴ **Gazeta Medica da Bahia**, VII (167-168): 366-81, 15 e 31 de julho de 1874.

¹⁶⁵ Este arranjo típico é descrito por Ana Maria G. R. Oda e Paulo Dalgalarondo em estudo sobre o surgimento da institucionalização dos alienados no Brasil, feito a partir da análise de relatórios dos presidentes de província do Segundo Reinado (1841-1889), das províncias de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pernambuco (não publicado até a presente data).

O Dr. Tourinho estava confiante no benefício que ali teriam os doidos, e supunha dar voz aos internos, ao dizer:

Ei-los ali, senhores, os infelizes, para quem acabais de estender a generosa mão: ei-los ali com o coração transbordando de alegria, e querendo agradecer-vos tão subido favor. Ei-los arrancados das frias e escuras células do hospital, dos tristes e tenebrosos cárceres da correção [...] (GMB, VII:375, 1874).

Entretanto, logo o Asilo baiano iria seguir um roteiro semelhante às instituições congêneres no resto do país: excesso de internos, falta de médicos, péssimas condições de acomodação e de alimentação, altas taxas de mortalidade, surtos epidêmicos, etc, etc...

Desentendendo-se com a mesa administrativa da Santa Casa, Demétrio Tourinho demitiu-se em 1877. A disputa de poder entre a diretoria médica e a Irmandade levou a Santa Casa, em 1882, a afastar definitivamente os médicos da direção do estabelecimento e a instituir uma direção leiga. As condições de vida pioravam cada vez mais no Asilo e a década de 1880 foi marcada pela elevada incidência de casos de malária e de beribéri (BASTOS, 1985, p.21-68).

Os professores da Faculdade de Medicina freqüentavam o Asilo, com seus alunos, para aulas práticas, e constatavam a sua triste situação. Também Nina Rodrigues conhecia de perto a realidade dos alienados internados, e sistematicamente criticava a sua situação. Porém, havia doentes em piores condições ainda, como denunciou, em 1901:

Na Bahia [...] dada a insuficiência do edifício do Asilo São João de Deus, os alienados pobres são mandados recolher, neste estado, na Casa de Correção [...]. O que é a *Casa de Correção* para os pobres doidos ali recolhidos, se pode inferir do cognome *Matadouro* [...]. E sabe Deus quantos não terão morrido desta situação, num verdadeiro assassinato, à fome... (NINA RODRIGUES, 1939b, p.200, grifos no original).

Em 1904, a precariedade da situação do Asilo de Alienados São João de Deus tornou-se ainda mais escandalosa, quando um novo surto de beribéri atingiu a sua população, causando grande mortalidade. Na ocasião, Nina Rodrigues publicou uma série de artigos em jornal, denunciando a falta de assistência aos doentes.

As denúncias levaram o governador do estado a transferir os internos restantes para outras cidades e a fazer um acordo com a Faculdade, para a elaboração de um plano assistencial aos alienados. Desta comissão de planejamento, faziam parte Nina Rodrigues (professor de Medicina Legal), Alfredo Brito (diretor), João Tillemont Fontes (professor de Clínica Psiquiátrica) e Antonio Pacífico Pereira (professor da Faculdade e inspetor da Higiene Estadual) (CORREIA, 1998, p.384).

Na ocasião, Nina Rodrigues estudou detalhadamente as condições de vida, de morbidade e de mortalidade neste Asilo, e produziu um diagnóstico epidemiológico de alta qualidade. Ele compilou os dados estatísticos do Asilo de 1897 a 1904, demonstrando o imenso crescimento tanto das taxas de mortalidade geral quanto das taxas de mortalidade por beribéri, indicando a correlação entre o aumento da população internada e o aumento da mortalidade¹⁶⁶.

Enquanto em 1897 a taxa de mortalidade fora de 22% e a mortalidade por beribéri de 2,6%, em 1904 a mortalidade geral chegou a quase 48% e a por beribéri a 32% (JACOBINA e CARVALHO, 2001, p.125).

¹⁶⁶ Na época, a origem carencial do beribéri era desconhecida. Nina Rodrigues levantou possíveis etiologias da doença, pela análise epidemiológica associada à observação de fatores internos e externos ao Asilo, que pudessem estar relacionados. Argutamente, descartou uma causação externa, localizando o problema no interior do asilo; concluiu ainda que não se tratava de moléstia contagiosa, mas de algo relacionado às condições de higiene, à aglomeração ou à alimentação dos internos. Ronaldo Jacobina e Fernando Carvalho, professores do departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da UFBa, apresentam os dados originais coletados por Nina Rodrigues e reconstroem sua investigação epidemiológica, em um bonito artigo publicado em 2001 (JACOBINA e CARVALHO, 2001).

Baseado nestes dados, ele conduziu uma campanha em favor da melhoria dos cuidados aos internos deste hospício, e em prol da construção de um novo hospital de alienados, obtendo a assinatura de um convênio entre o governo do estado e a Faculdade para tal fim (CORRÊA, 1998, p.157-8).

Dos trabalhos da comissão de planejamento, da qual Nina Rodrigues foi o relator e o principal colaborador, resultou um relatório apresentado à Faculdade e dois artigos articulados, *A assistência médico-legal aos alienados no estado da Bahia*, em 1905, publicado na **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia** e *A assistência a alienados nos estados brasileiros*, em 1906, editado no **Brazil-Medico** (CORRÊA, 1998, 476-7).

Nina Rodrigues propunha que assistência psiquiátrica fosse assumida pelo governo estadual, que deveria criar um asilo-hospital na capital, o mesmo serviço capaz de exercer várias funções, de acordo com o perfil dos pacientes e com a realidade local. Assim, preconizava: “o hospital para os casos agudos; a colônia para os crônicos capazes de trabalhar e o hospício para os alienados incorrigíveis, inválidos, etc.” (NINA RODRIGUES, 1905 apud CORRÊA, 1998). O asilo-hospital também serviria ao ensino de psiquiatria e como modelo para futuros estabelecimentos no estado.

Estes trabalhos deixaram registrados, além do grande interesse acadêmico de Nina Rodrigues pelo tema da alienação mental, a sua mobilização política a favor daqueles seres que julgava duplamente desfavorecidos, pela pobreza e pelo desamparo em que os lançava a enfermidade mental.

2.2- Estudos de antropologia física

Os termos etnografia, etnologia e antropologia, no fim do século XIX, são usados pelos autores brasileiros de forma indiscriminada, significando todos mais ou menos o mesmo: o estudo dos povos não civilizados, negros e índios, tanto em aspectos materiais como culturais, com forte ênfase em aspectos físicos.

Os três termos se referem ao campo de estudo da questão racial; tanto Sílvia Romero como Nina Rodrigues tendem a usar antropologia para a abordagem física e etnografia para a cultural, mas isto não é sistemático (CORRÊA, 1998, p.49-53).

Nina Rodrigues chama de *antropologia patológica* ou de *etnologia patológica* o estudo das relações entre patologias e raças, em 1890 (NINA RODRIGUES, 1982, p.1); também se refere a *grupo e evolução etnológicos*, no sentido de raciais (NINA RODRIGUES, 1939a, p.196); em 1895, se refere às “três raças antropológicas que aqui se acham misturadas”, no sentido da diferença física entre elas (NINA RODRIGUES, 1939a, p.153); em 1896/1900, usa a expressão *estudos etnográficos*, referido-se à necessidade de uma “observação documentada, minuciosa e severa” sobre as crenças religiosas no Brasil (NINA RODRIGUES, 1935, p.14); e na introdução de **Os africanos no Brasil** (1904?, 1905?) chama o próprio trabalho sobre os “negros colonizadores” de *estudos etnográficos* (NINA RODRIGUES, 1982, p.10).

No início de sua carreira, Nina estava preocupado em estudar as “aptidões mórbidas” de cada raça, isto é, comparar o adoecimento, de forma geral, entre elas. Um dos problemas apontados por ele, para uma adequada avaliação destas características, era justamente a precariedade dos critérios definidores de raça no Brasil, falha que pretendia sanar em suas pesquisas antropológicas (NINA RODRIGUES, 1939a, p.193).

Definidas cientificamente as raças brasileiras, seria mais fácil identificar como as três raças fundamentais, negros, índios e brancos, transmitiriam “aos produtos de seus cruzamentos caracteres patológicos diferenciais de valor” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.203).

Enveredando pela medicina legal, os métodos da antropologia física – a classificação racial de acordo com a craniometria e a antropometria – serão os seus instrumentos de avaliação na prática pericial.

As medidas craniométricas usadas por Nina Rodrigues se referem ao sistema classificatório da chamada escola antropológica de Broca, cujos principais critérios informativos eram: o peso do cérebro (obviamente, só dos mortos) ou sua estimativa pela capacidade craniana; as medidas cranianas, ou seja, os diâmetros ântero-posterior, transversal, vertical, frontal, occipital, etc; medidas da face, largura bizigomática, comprimento e largura do nariz, etc.; e medidas do maxilar e da mandíbula (NINA RODRIGUES, 1938, p.259, p.264; 1939a, p.132-3).

Para os craniometristas, estas e muitas outras medidas deveriam ser cuidadosamente registradas e delas se retiravam dois índices principais: o *índice craniano*, ou proporção entre a largura e o comprimento do crânio, que classifica os indivíduos em *braquicéfalos*, com predomínio da largura, e *dolicocéfalos*, em que predomina a altura; a medida do *ângulo facial*, ou grau de projeção anterior do rosto e da mandíbula, o que classifica os *ortognatas* e os *prognatas*, ou os que têm a mandíbula projetada para frente (GOULD, 1999, p.75-95).

Paul Broca e seguidores utilizavam ainda, na sua classificação racial, características físicas mais óbvias, como a cor da pele, cor e tipo de cabelos e cor dos olhos. Ensinava Broca:

Um rosto prognático, a cor da pele mais ou menos negra, o cabelo crespo e a inferioridade intelectual estão freqüentemente associados, enquanto a pele mais ou menos branca, o cabelo liso e o rosto ortognático constituem os atributos normais nos grupos mais elevados na escala humana (BROCA, 1866¹⁶⁷ *apud* GOULD, 1999, p.76).

Com relação ao tamanho do cérebro, Broca considerava que ele seria diretamente ligado ao grau de inteligência; ele partia da suposição que o cérebro sempre seria maior nos adultos que nos velhos, no homem que na mulher, nos homens eminentes que nos medíocres e, claro, nas raças superiores se comparadas às inferiores (GOULD, 1999, p.76).

¹⁶⁷ BROCA, P. Anthropologie. In: DECHAMBRE, A. (org.). *Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales*. Paris: Masson, 1866. p.276-300. (GOULD, 1999, p.362).

Com estas coordenadas, a craniometria procurava estabelecer o valor de cada raça na escala evolutiva humana. Já sabemos que, acoplada à teoria da degenerescência de Valentin Magnan, com Cesare Lombroso surgiria um importante uso derivado da craniometria, acrescida de muitas outras medidas corporais que buscavam sinais simiescos remanescentes no homem: a sua aplicação na busca da identificação dos degenerados, criminosos, desequilibrados mentais, loucos ou supostos candidatos a tal.

Portanto, entende-se porque para Nina Rodrigues é tão importante uma classificação racial correta dos tipos puros e dos mestiços¹⁶⁸. Os tipos puros teriam certas características inatas praticamente fixas (ou antes, de evolução lentíssima), mas os mestiços, se vindos de progenitores racialmente muito desiguais, quase sempre apresentariam algum desequilíbrio físico e mental com relação ao padrão dos ascendentes diretos.

Em síntese, a antropologia patológica de Nina Rodrigues opera com as seguintes noções, mais ou menos comuns a todos os *médicos criminalistas*:

- 1- O cruzamento de raças muito diferentes implica sempre em algum grau de degeneração física e/ou mental dos descendentes;
- 2- Os mestiços são produtos híbridos tanto fisicamente quanto em suas manifestações intelectuais e culturais;
- 3- A degeneração é uma parada no desenvolvimento evolutivo da espécie em algum patamar anterior ao atual, com todos os seus comemorativos;

¹⁶⁸ Os grupos raciais da classificação proposta por Nina Rodrigues são sete. Os três primeiros são compostos por representantes das raças originais, não cruzadas: *branca*, *negra* e *vermelha* ou indígena. Os *mestiços* se acomodariam nas quatro seguintes: *mulatos*, *mamelucos* ou *caboclos*, *cafuzos* e *pardos* (estes últimos, categoria residual, destinada a mestiços das três raças).

Para classificar os mestiços, ele propõe divisões onde se possam distribuir, com certa aproximação, os mestiços resultantes dos vários cruzamentos possíveis, a partir de caracteres morfológicos determinados. Cada classe compreenderia os típicos “mestiços de primeiro sangue” (por exemplo, mulato típico, filho de branco e negra) e todos os que dele mais se aproximarem, morfológicamente (NINA RODRIGUES, 1938, p.118-21).

- 4- A degeneração pode se acentuar por influências externas, do ambiente social (excessiva exigência intelectual ou moral, por exemplo) e pelos hábitos dos degenerados, como uso de álcool e promiscuidade sexual, ou por doenças, como a sífilis;
- 5- Estas alterações degenerativas adquiridas, acrescidas às inatas, formariam a triste herança deixada aos descendentes, ou seja, a degeneração é cumulativa, progressiva e transmitida entre as gerações¹⁶⁹;
- 6- Entre os degenerados, os instintos primitivos poderiam ressurgir de acordo com as condições ambientais, pois sua adaptação social é apenas aparente, e seu equilíbrio mental é instável.¹⁷⁰

As implicações médico-legais desta avaliação racial são muito importantes para o médico maranhense, pois esta seria a base da diferenciação de imputabilidade segundo critérios raciais, na escala que deveria “percorrer a responsabilidade moral e penal, desde a sua negação em um extremo, até a afirmação plena no extremo oposto” (NINA RODRIGUES, 1938, p.182-3).

¹⁶⁹ Observe-se que a definição de Nina Rodrigues de transmissão hereditária é anterior aos conceitos da genética clássica, que hoje permeiam nosso cotidiano. Embora desde fins do século XIX houvesse notáveis avanços na citologia e na genética, ele não viveu o suficiente para incorporar os novos conceitos.

Um importante marco na delimitação do campo da genética clássica foi a distinção, em 1883, feita por Auguste Weismann, entre duas linhagens de células humanas, as somáticas e as germinativas, estas últimas as únicas responsáveis pela transmissão hereditária de caracteres.

Mas a sua aceitação não foi imediata; alguns cientistas, evolucionistas exaltados como E. Haeckel, não aceitavam a “teoria do plasma germinal” de Weismann, por crerem que ela negava o processo evolutivo. Dizia Haeckel indignado, por volta de 1899: “Na Inglaterra, a teoria de Weismann teve grande êxito, tendo aparecido como ‘neodarwinismo’, opondo-se à nossa concepção de fenômenos evolutivos, caracterizada como ‘neolamarquismo!’” (HAECKEL, 1982, p.44).

¹⁷⁰ Isto porque, na concepção evolucionista do funcionamento cerebral/mental, as tendências inferiores são mais antigas e, portanto, mais estruturadas e mais fortes que as de aquisição recente (NINA RODRIGUES, 1938, p.93). Note-se a transposição do modelo evolucionista de funcionamento cerebral (de Jackson) para o mental (de Janet) e daí para a esfera sócio-cultural, à moda spenceriana.

Afinal, diz Nina Rodrigues num artigo programático de 1890, *Os mestiços brasileiros*, caso não fossem verdadeiros os itens enumerados acima, e nenhuma importância tivessem eles para a prática médica, cumpriria “deixar a questão toda inteira aos antropologistas, a fim de poupar, a nós médicos, um trabalho de discriminação inútil” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.203).

O espírito desta frase é bem semelhante àquela de Paul Broca, na famosa polêmica sobre a relação entre o tamanho do cérebro e o grau de inteligência, sustentada com Gratiolet, na Sociedade de Antropológica de Paris, em 1861.

Dissera Broca que “o estudo dos cérebros das raças humanas perderia a maior parte de seu interesse e validade” *se o tamanho do cérebro não fosse relacionado ao grau de inteligência*, e se mostrasse irrelevante para determinar o valor relativo das diversas raças humanas na escala evolutiva (BROCA, 1861 *apud* GOULD, 1999, p.75).

Vale notar que embora *lombrosiano* seja um adjetivo freqüentemente associado ao nome de Nina Rodrigues, as citações diretas a Cesare Lombroso não são tão comuns, considerando o conjunto de sua obra; mas é certo que os referências da antropologia criminal permanecem como pano de fundo em suas análises médico-legais. Como observou M. Corrêa, a partir de um certo ponto de sua carreira, Nina deixará a craniometria em segundo plano, privilegiando a análise psicológica e social dos casos que analisa (CORRÊA, 1998, p.150).

Penso que este momento tenha sido em torno de 1900, quando já havia publicado estudos sobre o “bandoleiro” Lucas da Feira (1895) e sobre o “magnicida” Marcelino Bispo (1899). Nestas análises, o espaço da antropologia física torna-se menor, dando lugar a uma compreensão diversa do crime. No final do caso de Marcelino, soldado florianista que assassinara o ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, ele pondera, repetindo Lacassagne: “a sociedade é o caldo de cultura dos seus micróbios criminosos” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.194).

3 - Estudos de psicopatologia comparada

Em alguns trabalhos, Nina Rodrigues enfocou a diferença racial sob a perspectiva das manifestações mentais patológicas, o que poderia ser chamado de uma *psicopatologia comparada*, definição que será discutida adiante. Trata-se de análises fundamentalmente médicas, ainda que ele se valha, eventualmente, de recursos analíticos de outra ordem.

Analisando sua produção neste campo, a primeira grande divisão que se apresenta é entre a abordagem de casos individuais, que são relatos da observação clínica direta do autor, e a de certos grupos humanos, analisados a partir de relatos de terceiros, históricos, mas vistos também sob a ótica médica.

Na primeira categoria, temos tradicionais estudos de casos clínicos e na segunda, estudos históricos sobre o que ele chamava de coletividades anormais. Alguns destes estudos serão analisados, a seguir, no tópico ***A psicopatologia comparada de Nina Rodrigues***.

4- Etnografia dos povos africanos na Bahia

Nina Rodrigues deixou contribuições relevantes na área da etnografia; em seus estudos antropológicos de campo ele estudou exaustivamente aspectos da cultura negra como as línguas africanas, as religiões originais e as suas adaptações ao catolicismo, a história oral das diversas etnias; recolheu ainda alguns mitos e cânticos africanos. Fez também levantamentos de fontes históricas sobre o tráfico e as rebeliões escravas baianas.

Estas contribuições estão reunidas particularmente em seus livros **O animismo fetichista dos negros baianos** (capítulos publicados como artigos, em 1896-97, e como livro, em francês, em 1900) e **Os africanos no Brasil** (capítulos publicados como artigos de 1900 a 1905, edição póstuma em 1932). Apenas o

último livro será aqui enfocado; parte do conteúdo do primeiro se comentará no item sobre os seus estudos de psicopatologia.

O médico-etnógrafo interessava-se pelos desdobramentos das crenças, das práticas religiosas e dos costumes vindos com os escravos, não só na vida dos descendentes de africanos, mas na sociedade brasileira em geral. Por este interesse e pelo trabalho metódico que lhe dedicou, Nina Rodrigues é considerado como fundador de um novo campo na antropologia nacional, que viria a ser conhecido como o dos estudos afro-brasileiros (BACELAR, 2001, p.125; BASTIDE, 2001, p.21).

Bantos e sudaneses

Ao estudar as origens dos africanos escravizados, Nina Rodrigues defende a predominância numérica e cultural dos grupos *sudaneses* na Bahia, e supõe que no restante do país tivessem sido mais numerosos os *bantos*. A questão de saber de exatamente onde teriam vindo os africanos trazidos ao Brasil parecia bem relevante, na época.

Os esclarecimentos feitos a seguir, embora muito esquemáticos, importam por dois motivos. Primeiramente, eles dão idéia do vulto das investigações empreendidas por Nina Rodrigues; depois, se relacionam à hierarquização das raças africanas usada por este autor quando analisa a sua cultura.

Para ele, assim como para muitos “reputados etnólogos” europeus, os sudaneses eram negros superiores culturalmente aos bantos. Os chamados negros *fulás* seriam na verdade de origem camita (a prole morena de Cam), ramo da raça branca “cuja alta capacidade de civilização se atestava excelentemente na antiga cultura do Egito, da Abissínia, etc.” (NINA RODRIGUES, 1982, p.269).

Mais que camitas puros, o Brasil teria recebido muitos negros mestiços de camitas e africanos, os *filanins ou pretos-fulos*, vindos principalmente com os sudaneses e com alguns grupos bantos orientais. Alguns destes últimos também teriam influência de sangue semita. Não por coincidência, diz ele, seriam eles os povos mais avançados da África, e teriam influenciado os povos negros mais desenvolvidos do Sudão (NINA RODRIGUES, 1982, p.268-70).

É evidente que isto que se enuncia acima é um raciocínio circular, que diz: *os negros são sempre inferiores aos brancos e se, em algum caso, mostrarem o contrário, então é porque não são verdadeiramente negros, mas brancos*. Nina Rodrigues não estava só, mas repetindo o velho itinerário circular, a partir de uma crença culturalmente compartilhada, de que fala GOULD (1999, p.75).

Com relação ao tema banto/sudanês, Nina contesta a opinião corrente entre os cientistas e publicistas brasileiros sobre a predominância dos bantos no Brasil, crença a seu ver propagada pela “grande autoridade de Spix e Martius” que, em suas viagens, inclusive pela Bahia, não viram senão representantes deste grupo. Dirige a Silvio Romero um reparo especial, criticando a simplificação excessiva que o autor de **História da literatura brasileira** fizera ao afirmar que quase todos os negros trazidos como escravos eram bantos; deles dissera Romero: “são gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissos, robustos, os mais próprios para o árduo trabalho da nossa lavoura rudimentar” (NINA RODRIGUES, 1982, p.20).

A originalidade de Nina Rodrigues está justamente em se recusar a simplificar a explicação de uma realidade que ele pressente bem complexa.

Explicando finalmente a classificação em questão: ela levava em conta a existência de dois grandes grupos lingüísticos do continente africano, o banto e o sudanês. Classicamente, os falantes do grupo banto apresentariam certa unidade lingüística e se localizariam no centro e ao sul da África, nas regiões subequatorial e infra-equatorial. Já as línguas do agrupamento sudanês seriam bem mais fragmentadas, e se concentrariam na região supra-equatorial, ao centro e ao norte (MENDONÇA, 1935, p.32).

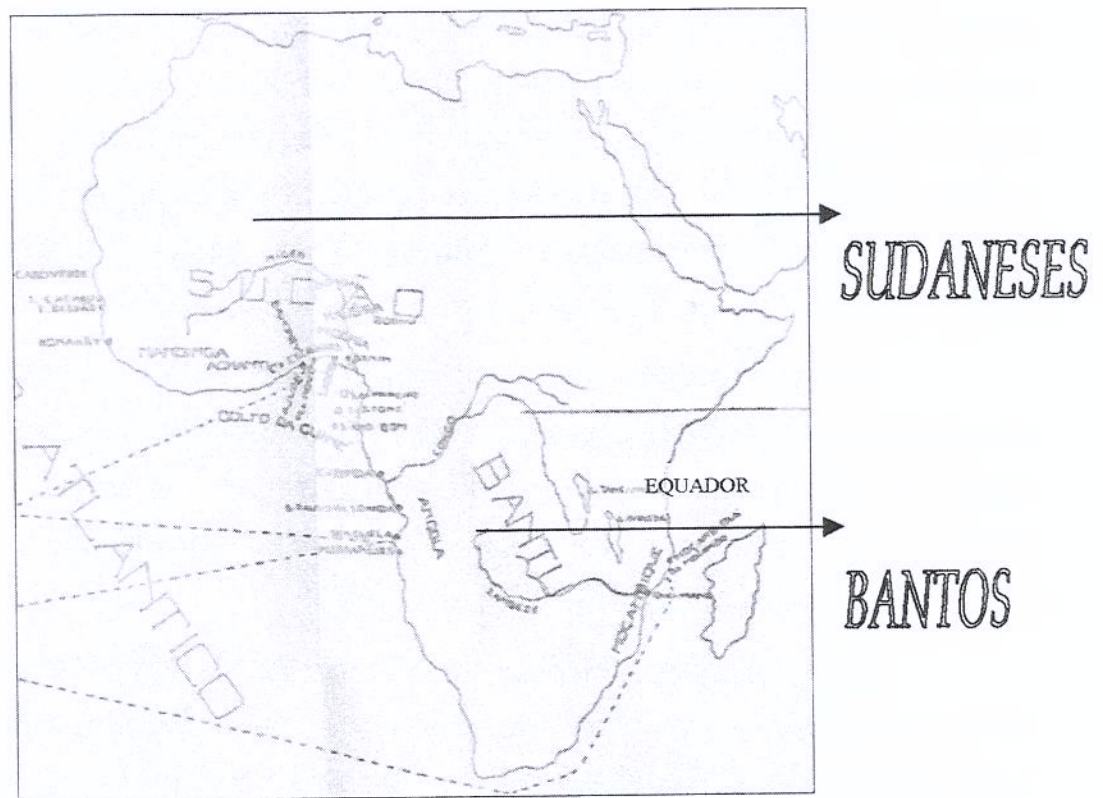
Em linhas gerais, na capital da Bahia, Nina Rodrigues coletou, entre os últimos africanos, informações sobre os seguintes grupos sudaneses¹⁷¹ : *nagôs* (dos reinos de Iorubá, de Ijesá, de Egbá e de Lagos); *jejes* ou *ewes* (do Daomé, de Ajudá, ainda alguns representantes dos povos *maís* e *efan*); *minas*, nome que os africanos davam aos falantes de línguas *Tshi* e *Gá*, diferenciando-os em *minas-achantis* e *minas-popôs*; *haussás*; *tapas* ou *nupês*; *bornus* ou *adamauás*; *gruncis* ou *galinhas*, vizinhos dos *achantis*; *fulás* ou *fulbi* e *mandingas* ou *malês*. Entre os de origem banto, foram poucos os sujeitos encontrados por ele, alguns *angolas* e poucos *congos* (NINA RODRIGUES, 1982, p.104-14).

Nosso etnógrafo afirma ainda que no Brasil, com o passar do tempo, teriam sido adotadas pelos escravos duas línguas gerais, de acordo com a origem étnica predominante em cada região: a *nagô* ou *iorubá* na Bahia e a *quimbunda* ou *congolesa* nas regiões norte e sul do país (NINA RODRIGUES, 1982, p.129).

No país, os sudaneses eram os negros conhecidos pelos nomes de *iorubás-nagôs*, *haussás*, *fulás*, *jejes* e *mandingas*. Os bantos eram os chamados de *angolas*, *congos*, *cabindas*, *benguelas*, *caçanges* e *angicos* (MENDONÇA, 1935, p.77-8). O Mapa IV.1, reproduzido na página seguinte dá idéia da distribuição proposta, segundo MENDONÇA (1935).¹⁷²

¹⁷¹ A variação da grafia dos nomes das etnias africanas é desconcertante; assim, atualizei a sua ortografia e escolhi aquelas que me pareceram mais comuns. Atualmente, no caso da língua iorubá (ou *yorubá*), se registra com sinais próprios o sistema tonal, as vogais puras ou nasais, etc. (BENISTE, 1997, p.11-7). Entretanto, parece não haver consenso, mesmo entre especialistas, de modo que preferi não arriscar qualquer tentativa neste sentido.

¹⁷² Mapa *Distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial: focos disseminadores*. In: MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil**, 1935.



Mapa da África com a distribuição dos grupos bantos e sudaneses.

Distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial: focos disseminadores.

Extraído e modificado de MENDONÇA, 1935.

Mapa IV.1- Distribuição dos grupos bantos e sudaneses no continente africano, à época do tráfico de escravos para o Brasil, segundo Renato Mendonça (1935)

Nina Rodrigues relata que, à sua época, uma variante aportuguesada da língua nagô¹⁷³, ou *língua da Costa* era falada em Salvador, não só pelos velhos africanos de diferentes nacionalidades, mas por muitos negros e mestiços nascidos no Brasil; os cultos jeje-iorubanos que observou eram realizados em língua nagô; igualmente, nesta língua viu inscrições em casas de comércio pertencentes a negros e em templos da capital baiana – ele informa que, devido ao intenso contato com a região de Lagos (Benin), africanos alfabetizados que vinham de lá ensinavam os baianos a ler e escrever na língua que já falavam.

Talvez uma das mais significativas contribuições de Nina Rodrigues para a abordagem cultural da questão racial tenha sido colocar os negros que aqui chegaram escravizados como “negros colonizadores”, na mesma posição dos portugueses, portanto, no papel de construtores da sociedade e da cultura brasileiras (NINA RODRIGUES, 1982, p.7; p.10).

Essa inovação parece ter sido inspirada por Sílvio Romero, que em 1879 conclamava os estudiosos brasileiros a não mais considerar o negro apenas “uma máquina econômica”, mas também “um objeto de ciência” (ROMERO, 1879 *apud* NINA RODRIGUES, 1982, p.16). Em outros termos e sob diversa perspectiva teórica, Gilberto Freyre também colocará o negro como *colonizador*, dando ênfase ao seu papel civilizador na formação da sociedade brasileira (BASTOS, 1996, p.415).

Os africanos no Brasil, hoje

Compreender as origens dos cativos brasileiros e sua adaptação ao país era importante para Nina, como hoje continua sendo relevante para os nossos historiadores e antropólogos. Certamente, não mais para estabelecer diferenças entre os *negros mais ou menos civilizáveis* que aqui chegaram, como ele julgava relevante fazer, mas para desvendar a nossa herança africana.

¹⁷³ Nina Rodrigues usa principalmente as obras do africanista inglês, coronel A. B. Ellis, quando se trata da língua e história dos povos da Costa dos Escravos: ELLIS, A. B. **The Yoruba – Speaking Peoples of Slave Cost, of West Africa**. Londres, 1894 (NINA RODRIGUES, 1982, p.185); e ELLIS, A. B. *History of Dahomi*. In: **Ewe-speaking Peoples**. Londres, 1880 (idem, p.28).

Uma tarefa que tem sido árdua, mas compensadora; tais pesquisas vem prestando informações valiosas sobre a vida cotidiana dos escravos, suas formas de preservação da cultura africana e da identidade étnica, suas relações familiares e grupais, seus posicionamentos diante da situação de cativo e das variações do volume do tráfico negreiro, as formas de negociação e de conflito, etc.

A pesquisa atual se realiza em perspectivas diversas e em fontes variadas, tais como estatísticas aduaneiras e policiais, registros hospitalares, registros de impostos sobre escravos, registros de alforrias, testamentos e inventários de escravos libertos, registros de óbitos, livros de matrículas nos *cantos* dos carregadores, etc.¹⁷⁴

Num brevíssimo resumo, com respeito a estudos recentes sobre a origem dos escravos trazidos ao Brasil, estes indicam que as regiões de Angola e do Congo foram as que mais os forneceram, durante todo o tempo que durou o tráfico, a despeito das muitas variações de fluxo entre os portos africanos. Dos portos angolanos de Luanda, Benguela e Cabinda embarcaram dois terços dos escravos comercializados pelos portugueses (KLEIN, 2002, p. 95-6).

A maior parte dos negros cativos vindos de Angola e do Congo foi destinada ao centro-sul brasileiro, mas eles estiveram presentes também na Bahia e demais províncias do nordeste. Os vários portos da Baía de Benin (Gana e Nigéria) forneceram muitos escravos para Salvador, e a maioria deles no século XIX. Já Moçambique, na África Oriental (ou sudeste africano), só a partir do século XIX passou a fornecer escravos ao Brasil, grande parte dos quais desembarcou diretamente no Rio de Janeiro (KLEIN, 2002, p.97-100).

¹⁷⁴ Destaco os trabalhos de: SILVA, E. e REIS, J.J. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. 1989; REIS, J.J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 1991; REIS, J.J. *De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição*. **Afro-Ásia** (24):199-242, 2000; FLORENTINO, M. e GÓES, J.R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico (1790-1850)**. 1997; KARASCH, M.C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1805-1850)**. 2001; BACELAR, J. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. 2001; KLEIN, H.S. *As origens africanas dos escravos brasileiros*. In: PENA, S.D. **Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro**. 2002.

Especialmente para os pesquisadores da Bahia, os trabalhos de Nina Rodrigues continuam a fornecer informações importantes, pontos de partida para novas investigações da história deste mundo fascinante criado pelos africanos no Brasil.

Na página seguinte, o Quadro IV.1 sumariza as denominações mais comuns dadas aos escravos, durante o período escravista, de acordo com suas origens supostas, segundo KLEIN (2002) e KARASCH (2000)¹⁷⁵. O Mapa IV.2, a seguir, ilustra a localização geográfica, no continente africano, dos principais grupos étnicos que forneceram cativos negros ao Brasil (adaptado do mapa de KARASCH, 2000¹⁷⁶ sobre os escravos destinados ao Rio de Janeiro).

Quadro IV.1- Principais denominações dadas aos escravos brasileiros, de acordo com sua origem africana suposta (de nascimento ou de porto de embarque), segundo Klein (2002) e Karasch (2000)

ÁFRICA OCIDENTAL	ÁFRICA CENTRO OCIDENTAL	SUDESTE AFRICANO
Mina	Benguela / Banguela	Moçambique
Nagô / Iorubá	Angola	Inhacubani / Inhambane
Negro da Costa (Mina)	Congo	Lourenço Marques
Fula	Rebolo/ Libolo	Quelimane
São Tomé	Cabinda	Sena
Calabar	Gonguela	
Guiné	Caçange	
Daomé	Monjolo	
Jeje / Ewe	Cabundá	
Haussá	Gabão	
Bornu	Luanda	
Tapa / Nupê	Bamba	
Cabo Verde	Songo	

Baseado nas tabelas de KLEIN, 2002, p.97-102 e nas de KARASCH, 2000, p.45-52.

¹⁷⁵ KLEIN, H.S. *Op. cit.*: tabelas das páginas 97-102. KARASCH, M.C. *Op. cit.*: tabelas das páginas 45-52.

¹⁷⁶ KARASCH, M.C. *Op. cit.*: mapa da página 53.

----- Fronteiras do século XX	
Grupos étnicos	
1. Baçongo	11. Macua
2. Nsundi	12. Tumbuca
3. Tio, Monjolos	13. Achanti
4. Bobange	14. Daomé
5. Bundo	15. Ioruba
6. Quissama	16. Ibo
7. Libolo	17. Fulani
8. Ovimbundo	18. Hauçá
9. Ganguela	19. Bornu
10. Iaô	20. Nupe



Extraído e modificado do mapa

África: as origens das nações africanas do Rio de Janeiro.

KARASCH, 2000, p.53.

Mapa IV.2- Localização geográfica na África dos principais grupos étnicos que forneceram escravos ao Brasil

IV.3 – A PSICOPATOLOGIA COMPARADA DE NINA RODRIGUES

Como vimos, a trajetória científica de Nina Rodrigues coincide com momentos-chave na delimitação das modernas especialidades médicas no Brasil, entre elas a medicina legal e a psiquiatria. A história deste processo de constituição pode ser abordada de dois ângulos, diferentes, mas complementares.

No caso da psiquiatria, entendida como um campo da prática médica, ela se caracteriza pelo seu enraizamento histórico e social, a partir do qual se configuram a assistência psiquiátrica, as suas relações com as outras especialidades médicas e com a sociedade.

De um ponto de vista interno à disciplina, assim como nas demais especialidades surgidas no campo da medicina, a psiquiatria procura construir o seu discurso específico sobre a doença, no caso a patologia psíquica, recorrendo a conhecimentos buscados em teorias etiológicas e patogênicas que, a partir da clínica, informariam o diagnóstico e a decorrente terapêutica.

Entretanto, é aí que começam os problemas; pois na psiquiatria a classificação diagnóstica ocupa um lugar incomum:

É consabido o fato da psiquiatria ser a primeira especialidade médica constituída sem ligação estreita com um órgão ou sistema específico, na ausência da qual o patológico se definiria apenas pelos seus sintomas. Isso não significa afirmar que não houvesse, via de regra, a suposição de um substrato biológico, é que este quase sempre esteve situado num horizonte mais ou menos distante, de forma elusiva. Mesmo a tentativa de depurar da apresentação dos sintomas, as incontáveis camadas de códigos psicossociais, para então, nos casos mais promissores, apreender os tênues sinais biológicos, tem sido um desafio de longa data. Na história da disciplina são recorrentes períodos de maior esperança na descoberta de referentes biológicos que expliquem aqueles invariantes encontrados na clínica (BANZATO, 2001, p.2).

Na definição de German Berrios, a psicopatologia descritiva¹⁷⁷, usada hoje pela psiquiatria, é uma linguagem que descreve os sintomas mentais, com vocabulário e sintaxe próprios, cujos principais termos foram compostos durante a segunda metade do século XIX, na Europa e permanecem, de certa forma, estáveis até o presente (BERRIOS, 1998, p.1).

Levando em conta as referidas ponderações de Cláudio Banzato sobre as relações entre a psicopatologia e a nosologia psiquiátricas, mais a definição de Berrios da psicopatologia como linguagem historicamente construída, é que se pode, enfim, examinar as idéias do nosso autor.

Nina Rodrigues viveu naquele período referido por Berrios, e suas referências são, principalmente, os clínicos franceses, importantes construtores do edifício psicopatológico psiquiátrico: Charcot, Séglas, Falret, Cotard, Lasègue, Janet, entre outros.

Quando o médico maranhense enfoca a diferença racial sob a perspectiva das manifestações mentais consideradas patológicas, numa abordagem comparativa, ele confronta tanto os padrões estabelecidos na Europa (e para europeus) e as observações de casos brasileiros, quanto os vários *tipos raciais* componentes da nação entre si – é o que ele chama de *etnologia patológica*.

Pode-se identificar na obra de Nina Rodrigues similaridades com as posturas dos primeiros etnopsiquiatras, ou seja, aqueles conceitos que guiaram as investigações transculturais clássicas: a oposição entre as idéias de *patoplastia* e *patogenia* da doença mental (DALGALARRONDO, 1996, p.9), conforme apresentado no capítulo anterior.

¹⁷⁷ O substantivo psicopatologia vem sempre adjetivado, na verdade são psicopatologias, que para fins estritamente didáticos poderiam ser agrupadas em pares antagônicos: psicopatologia descritiva versus psicopatologia dinâmica; psicopatologia categorial versus psicopatologia dimensional; psicopatologia operacional versus psicopatologia fundamental, etc. (DALGALARRONDO, 2000, p.28-30).

Ver o artigo de Manoel T. Berlinck, *O que é psicopatologia fundamental* (1998), para uma análise filosófica dos múltiplos sentidos do *pathos* e da *psicopatologia*, a “rica e honrosa tradição que trata do sofrimento humano” (BERLINCK, 1998, p.58).

Aplicando estes conceitos à análise da alienação mental e dos comportamentos anormais entre negros e mestiços brasileiros, N. Rodrigues defende a existência de uma psicopatologia que se apresentaria neles com um conteúdo específico, dado seu funcionamento mental primitivo.

De forma geral, para ele as características indicativas deste funcionamento mental dos negros e seus mestiços eram: impulsividade, religiosidade “fetichista”, tendência ao misticismo exagerado e à superstição, menor capacidade de abstração e menor inteligência com relação aos brancos, predomínio da emoção sobre a razão, grande sugestionabilidade, instintos sanguinários e guerreiros mal refreados, forte sexualidade. Tais características seriam exacerbadas nos episódios de alienação mental, em quadros que, como regra, seriam mais simples, do ponto de vista sintomático, que os dos brancos.

Porém, Nina Rodrigues discorda daqueles que negavam aos negros a *capacidade* de ter certas manifestações psicopatológicas consideradas mais complexas, como os delírios elaborados e sistematizados, tipo paranóia, ou a histeria.

Baseado na sua experiência clínica, ele relata muitos casos que assim diagnosticou, enfatizando que os mulatos se aproximariam mais da forma sintomática expressa pelos brancos. Assim, por exemplo, a histeria de uma *negra pura* se daria preferencialmente em episódios de alteração de consciência, tipo transe e ou *estado de santo* enquanto que uma mulata tenderia aos sinais clássicos da histeria, como os fenômenos conversivos (NINA RODRIGUES, 1935, p.136).

Dentro desta perspectiva, serão estudados a seguir:

- 1- Três *casos clínicos*, sendo dois diagnosticados como *histeria*, relatados no livro **O animismo fetichista dos negros baianos** (1896/1900), e um caso de *paranóia* descrito no artigo *La paranoia chez les nègres* (1903);
- 2- Dois estudos de *epidemias psíquicas* (1890 e 1897), incluídos no volume **As coletividades anormais** (1939).

1- Casos clínicos

Duas mulheres em transe ou as faces da histeria

O livro **O animismo fetichista dos negros baianos** foi organizado e editado em 1935, por Artur Ramos, na coleção Biblioteca de Divulgação Científica, da editora carioca Civilização Brasileira.

Ramos seguiu os textos dos artigos publicados na **Revista Brasileira** (de maio a setembro de 1896; o último capítulo em 1897), cotejando-os com a versão em francês editada por Nina Rodrigues, em 1900, **L'animisme fétichiste des nègres de Bahia**, onde o autor acrescentara mais algumas notas e correções aos originais (RAMOS, 1935, p.10).

Esta obra é, basicamente, um estudo descritivo daquilo que o médico maranhense chama de *teologia e liturgia fetichista dos áfrico-baianos*, que vinha estudando havia mais de cinco anos quando escreveu estes ensaios: apresenta os orixás e suas atribuições no Brasil e na África, comenta os feitiços e oráculos, os estados de santo ou possessão, os sacrifícios, as cerimônias de culto público (candomblés) e os ritos funerários; no capítulo final, tece considerações sobre a (falsa ou aparente) conversão dos *áfrico-baianos* ao catolicismo.

Na análise das religiões africanas, especialmente da iorubá, predominante na Bahia, usa conceitos da antropologia cultural evolucionista¹⁷⁸, como antropomorfismo, animismo difuso, animismo concentrado, fetichismo e politeísmo (POIRIER, 1981, p.46-7), as etapas da vida religiosa a que todos os povos estariam sujeitos em seu desenvolvimento cultural (NINA RODRIGUES, 1935, p. 27).

¹⁷⁸ Suas referências mais freqüentes no livro são o inglês Edward Burnett Tylor (citado na tradução francesa **La civilisation primitive**, 1876) e o francês Charles Letourneau (**L'évolution religieuse dans les diverses races humaines**, 1892), ambos renomados antropólogos.

Para Nina Rodrigues, a *fase evolutiva* em que se encontravam os negros africanos não permitiria que sua religiosidade fosse além do fetichismo, um animismo difuso que atribuía a cada ser e a cada coisa uma alma, um espírito independente do corpo; entretanto, era possível encontrar africanos mais desenvolvidos intelectualmente, que tocavam “as raias do politeísmo”; já o abstrato monoteísmo permaneceria além das possibilidades africanas¹⁷⁹.

Diz ele que suas perquirições buscavam solução “para um problema de etnologia prática”, considerando que “o sentimento religioso é um dado psicológico positivo”, pensava que o estudo científico das crenças afro-baianas deveria interessar muito aos médicos. Apontava também a relevância destas crenças na sociedade baiana, estendidas muito além das esferas onde se geravam, isto é, se elas eram comuns na classe pobre e inculta, eram também “seguidas pelas *soi-disant* classes civilizadas” (NINA RODRIGUES, 1935, p.14-6).

Investigar e entender estas concepções, tão perto e tão longe dos baianos, devido à repressão secular a que eram sujeitas tais práticas religiosas, era o maior objetivo de Nina Rodrigues. Além da abordagem que se chamaria hoje etnográfica, nosso pesquisador incluiu a dimensão clínica em seus relatos, como se pode observar nos relatos transcritos a seguir.

É no capítulo *Feitiço, vaticínio; estado de possessão, oráculos fetichistas* que Nina Rodrigues incorpora a discussão psicopatológica ao relato etnográfico, chamando em seu auxílio, na discussão do *estado de santo* e suas relações com o sonambulismo e a possessão histérica, já não mais Charcot, mas Pierre Janet¹⁸⁰, em *L'état mental des hystériques* (O estado mental das

¹⁷⁹ Além dos cultos de origem jeje-iorubá, ele refere haver na Bahia mais um culto organizado, o dos negros islamizados, *muçulmis* ou *malês*, que praticavam “um islamismo mais ou menos impregnado de práticas fetichistas”; estes eram minoria, mas muito temidos pelos seus feitiços (NINA RODRIGUES, 1935, p.28-9).

¹⁸⁰ Pierre-Marie Janet, filósofo e médico, trabalhou com Charcot, que criou para ele um laboratório de psicologia experimental. Em *O estado mental das histéricas – os acidentes mentais*, ele expôs suas noções de *campo de consciência* e de seu *estreitamento* e de *integração e fraqueza psíquicas*. Em *As obsessões e a psicastenia* (1903) desenvolveu modelos explicativos comparativos entre os mecanismos psicológicos da histeria e de um estado de fraqueza psíquica que chamou psicastenia. Conhecido também pelas críticas severas a Sigmund Freud, especialmente no Congresso Médico Internacional de 1913, onde reivindicou para si a prioridade da descoberta do método catártico (MOREL, 1997, p.130-1).

históricas), que cita na edição francesa de 1894 (NINA RODRIGUES, 1935, p.113).

Pierre Janet (1859-1947) desenvolveu a teoria dos automatismos psicológicos para explicar os comportamentos *amnésicos* decorrentes dos *desdobramentos de personalidade*, e os atribuía a *idéias fixas subconscientes*¹⁸¹, surgidas a partir de *traumas*, dos quais os ataques histéricos seriam reproduções (MOREL, 1997, p.130).

Janet considera que na atividade mental normal há uma função de síntese que integra as percepções sensoriais vivenciadas e transformadas em representações (idéias) conscientes. Ele caracteriza a histeria como baseada na divisão da mente, causada por uma fraqueza psíquica constitucional. A “restrição do campo de consciência” dos histéricos faria com que muitas de suas percepções não entrassem para a consciência, mas as idéias suscitadas pelas percepções não apercebidas poderiam se juntar em camadas subconscientes, dando origem aos sintomas (BREUER, 1988, p.233).

A idéia de variações da *tensão* ou *energia psicológica* é fundamental em sua teoria do funcionamento mental. Vale ressaltar que o modelo de aparelho psíquico proposto por Janet é hierarquizado evolutivamente, portanto a desestruturação patológica acontece sempre na ordem inversa da evolução, primeiro as aquisições mais recentes, etc. (BEAUCHESNE, 1989, p.52-4).

É esta, portanto, a base teórica a que se refere Nina Rodrigues quando fala da histeria, que ele vê, em 1900, não mais como uma doença física, como na versão de Charcot, mas de origem psicológica (NINA RODRIGUES, 1935, p.138).

Os relatos estão inseridos no corpo do texto do capítulo *Feitiço, vaticínio...* (NINA RODRIGUES, 1935, p.117-26); reproduzo a maior parte destes dois relatos articulados, a seguir.

¹⁸¹ A sua teoria não inclui os conceitos de conflito e repressão, portanto o subconsciente de Janet não seria comparável ao inconsciente dinâmico de Freud, na avaliação dos historiadores ALEXANDER e SELESNICK (1980, p.234).

Primeiro caso: a negra Fausta, cavalo de Obatalá

Um dia, não há muitos meses, assistia eu a um candomblé, próximo da porta que dava para a sala onde dançava uma rapariga em estado de santo. Notei que uma mulher negra, moça ainda, que se achava ao meu lado, seguia a dança com a maior atenção. Perguntei-lhe se também tinha santo¹⁸² e qual ele era. Respondeu-me que tinha santo, mas ainda não o tinha podido fazer por falta de recursos para a festa da iniciação, que ela estava, porém, se preparando, e me pedia que a auxiliasse com uma esmola. Momentos depois, de súbito, lança-se ela na sala e põe-se a dançar com uma expressão tal que não tive a mínima dúvida de que não se achava em estado normal. Interpelei a respeito a mãe-de-terreiro. E esta me explicou que não são raros os casos, como o daquela rapariga, em que mesmo antes da iniciação o santo já se revela. É o que se chama um santo *bruto*, ainda não feito. Nestes casos têm-se as manifestações como um castigo, uma perseguição do santo para que a pessoa o mande logo fazer.

Após uma dança extremamente longa e fatigante caiu a rapariga em letargia e, conduzida pelas companheiras, foi deitada numa esteira no santuário, onde eu então me achava com a mãe-de-terreiro. Perguntei a esta que tempo a rapariga dormiria naquele estado, respondeu-me que poderia dormir muitas horas ou logo ser despertada, o que ela anuiu fazer para que eu assistisse. Para isso encheu a boca de água de santo, tomada a um pote que se achava junto ao altar e lançou-a sobre a face da rapariga que dormia coberta de suor copiosíssimo. A rapariga despertou em sobressalto e levantou-se atordoada, muito surpreendida de estar ensopada por aquela forma. Deixei-a afastar-se da mãe-de-terreiro e das outras companheiras, e quer nesse dia quando fui ter com ela, quer por diversas vezes nas subseqüentes, sempre que a

¹⁸² Nina Rodrigues observa que a tradução da palavra africana *orixá* por *santo*, deve ter facilitado a fusão das crenças negras e do catolicismo (NINA RODRIGUES, 1935, p.37). Orixás são as muitas divindades do panteão iorubá, criadas pelo ser ou deus supremo Olodumare, mais conhecido no Brasil por Olorum, que literalmente significa o Dono do Céu (PRANDI, 2001, p.568-9).

interroguei com o maior cuidado, encontrei uma lacuna na sua memória que ia quase do momento em que se lançara na dança até aquele em que despertou molhada. Quando eu lhe dizia que havia sido testemunha de tudo, que tinha visto a mãe-de-terreiro despertá-la com a projeção da água no rosto, ela me declarava sempre, no tom da mais viva sinceridade, que absolutamente não se lembrava de nada. E, presa como a tinha pela promessa de auxiliá-la a fazer o seu santo, teria obtido a confissão da verdade, como obtive dela outros esclarecimentos importantes que me tiraram toda a dúvida sobre a sua boa fé. Via-a depois, cair em estado de santo por mais de uma vez, e com demonstrações indiscutíveis de completa transformação.

Tempos depois encontrei-a um dia nesta cidade. E, apesar da relutância que sempre tinha manifestado, consegui induzi-la a se deixar hipnotizar. Tendo comparecido ao consultório, mostrou-se de extrema sensibilidade ao primeiro ensaio de hipnotização empregado. O estado sonambúlico completo era facilmente provocado pelas injunções sugestivas. Estando só no consultório, receei tentar nesse dia qualquer experiência sobre o estado de possessão de santo. Ordenei-lhe que comparecesse no dia seguinte em que contava com a presença e o auxílio de outros colegas. O meu distinto colega e amigo Sr. Alfredo Britto, professor da Faculdade, fez-me a fineza de se prestar a ver a mulher. E em sua presença, tendo-a previamente hipnotizado, sugeri-lhe que ela se achava no terreiro onde eu a tinha visto de santo. Começou logo a ver a casa, os objetos e as pessoas que lá se achavam naquela ocasião. Conhecendo, como eu conhecia, a ordem em que naquele candomblé se sucediam as músicas e os cânticos sagrados, e sabendo que a do seu santo Obatalá¹⁸³ vinha em quarto lugar, sugeri-lhe então a alucinação

¹⁸³ Obatalá significa, literalmente, Rei do Pano Branco: “orixá da Criação; criador do homem; considerado o maior dos orixás” (PRANDI, 2001, p.567) criados por Olorum; também chamado de Obarixá, Oxalufã (Oxalá velho), Oxaguián (Oxalá jovem) ou Oxalá, nome preferencial de Obatalá no Brasil (PRANDI, 2001, p.569). Nina Rodrigues observou a importância do culto de Obatalá na Bahia (NINA RODRIGUES, 1935, p.37), o que é afirmado também por Roger BASTIDE (2001, p.73), falando sobre os fiéis que se dirigem de branco, cor de Obatalá, à igreja do Bonfim.

dessas músicas a começar da de Exu¹⁸⁴. Ela me ia advertindo da sucessão dos diversos cânticos e quando devia seguir-se o de Obatalá afirmei-lhe com energia que ela ia cair de santo. De repente pôs-se a fazer oscilar lentamente o tronco e a emitir um prolongado chio... Chamei-a pelo nome, Fausta, e perguntei-lhe o que tinha. Respondeu-me que não era Fausta e sim Obatalá, que Fausta era apenas o cavalo de Obatalá. O estado em que se achava, o modo de falar eram em tudo a cópia fiel do estado de santo da mãe-de-terreiro onde eu a tinha conhecido. Quis, porém, obrigá-la a dançar, ao que ela se opôs, ora alegando que não estava com as vestimentas próprias, ora que a música de Obatalá já tinha cessado e a ela se tinha seguido a de outro santo, ora finalmente que estávamos em tempo de quaresma e nesse tempo não pode mais haver dança de santo. Insisti, procurando sugerir-lhe que se achava com as vestes de Obatalá, tentei provocar-lhe de novo a alucinação da música desse santo, mas ela que até então se tinha mostrado passivamente obediente às minhas sugestões, recusou-se a aceitá-las. Sempre a insistir para que deixasse ir embora, Obatalá deu-me ainda explicações sobre a mitologia de Iorubá, as suas relações com o culto católico, de acordo com as idéias acanhadas de Fausta, que eu já conhecia bem. Por fim perguntei-lhe o que era preciso fazer para que ele se pudesse ir embora, respondeu-me que dar um pouco d'água ao seu cavalo. Desde que bebeu um copo de água, Fausta despertou no estado de atordoamento e confusão em que eu a tinha visto já por muitas vezes ao sair do estado de santo. Este estado de atordoamento é mais ou menos duradouro. Muitas horas depois, Fausta estava ainda tão atordoada que perdeu o dinheiro que eu lhe havia dado para a sua festa de iniciação (NINA RODRIGUES, 1935, 117-22, grifos adicionais).

¹⁸⁴ Exu: "orixá mensageiro; dono das encruzilhadas e guardião da porta de entrada da casa; sempre o primeiro a ser homenageado" (PRANDI, 2001, p.565).

Vê-se que Nina Rodrigues define o estado de santo como um estado de sonambulismo provocado por sugestão. Crê que é a música que impele à dança e esta para o estado de santo:

Iniciados há que não podem ouvir a música ou cântico [...] que na opinião deles invocou ou chamou o seu santo, sem que este logo se manifeste. O *tam-tam* da Salpêtrière não teria maior eficácia para os histéricos de Charcot (NINA RODRIGUES, 1935, p.111).

Ele compara, portanto, o batuque monótono dos candomblés aos modernos métodos de produzem hipnose por fadiga da atenção, usados por Charcot na Salpêtrière. Salienta ainda o papel da sugestão verbal, criada pela confiança ilimitada nos chefes de terreiro e em suas palavras mágicas, e do ambiente religioso, formando um “sistema de impressão” que poderia ser evocado apenas pela presença de um de seus componentes, como fez com Fausta no consultório, provocando-lhe a alucinação das músicas dos orixás.

Nina considera que havia uma diferença entre cair de santo no terreiro, e o estado provocado no seu consultório; neste último, ocorria uma etapa anterior ao estado de santo propriamente dito, o sonambulismo provocado pelas suas sugestões verbais no estado de hipnose. Este depois seria substituído pelo sonambulismo provocado pela alucinação da música sacra, isto é, pelo verdadeiro estado de santo ou de possessão.

É a isto que ele atribui o contraste entre a passividade na aceitação das suas sugestões na primeira fase do sonambulismo e a resistência oposta na segunda. Toma de Pitres¹⁸⁵ a idéia de que o estado de possessão seria uma espécie de *delírio hístico-hipnótico, monoideico* (uma só idéia predominante), um estado sonambúlico especial que se distinguiria do sonambulismo sugestivo ordinário pela resistência às sugestões verbais (NINA RODRIGUES, 1935, p.122).

¹⁸⁵ Albert Pitres (1848-1928), médico francês, aluno de Charcot, a quem dedicou suas *Leçons cliniques sur l'hystérie et l'hypnotisme*, de 1891; implantou em Bordeaux o tratamento da histeria; produziu ainda uma sólida obra neurológica (MOREL, 1997, p.195).

Qualquer que seja o método que provoque o estado sonambúlico, diz ainda Nina Rodrigues, a forma como ele se manifestará será determinada pela iniciação e pelo exemplo do ambiente. É a “educação do sonâmbulo”, segundo Pierre Janet (que citava Briquet¹⁸⁶): se os hipnotizados fossem preparados para convulsões, convulsionariam, se para o êxtase, eles o teriam, se para o sonambulismo, idem (NINA RODRIGUES, 1935, p.122).

Ainda seguindo Janet, ele considera que o sonambulismo é um estado psicológico anormal em que há desdobramento da personalidade, como se fosse uma outra existência paralela, com sensações, imagens e lembranças próprias.

Desta maneira, os iniciados nos candomblés, conhecendo a história de seus santos, seus milagres, seus comportamentos típicos, etc, ao vestirem os ornatos peculiares a seu orixá, assumiriam imediatamente sua personalidade, encarnando-o “com a mesma facilidade com que nas sugestões gerais se transforma o hipnotizado em um sacerdote, em um rei, em um general, etc.” (NINA RODRIGUES, 1935, p.115).

Outra característica do estado de santo descrita por Nina Rodrigues é a amnésia ao despertar, tão característica que seria o parâmetro pelo qual os pais-de-santo saberiam se o estado de santo foi legítimo ou apenas simulação.

Mas, pergunta ele, se o estado de santo parecia mesmo sonambúlico, seria sempre histérico ou poderia ter outras causas? Nina lembra que poderiam ocorrer estados semelhantes de alteração de consciência em outras condições mórbidas, como em neurastênicos e em deficientes mentais (estúpidos, idiotas, etc.).

¹⁸⁶ Pierre Briquet (1796-1881), clínico francês que publicou, em 1859, o influente **Tratado clínico e terapêutico da histeria**, obra resultante de mais de dez anos de observações no Hospital La Charité, e que se tornaria um marco no estudo da histeria. Briquet ligava a doença a emoções prolongadas em indivíduos predispostos, e negava a importância das frustrações sexuais no seu desencadeamento. Em sua concepção, a histeria era uma neurose (no sentido de doença cerebral) “da porção do encéfalo destinada a receber as impressões afetivas e as sensações” (BRIQUET, 1859 *apud* MOREL, 1997, p.46).

Considerando que o “fraco desenvolvimento intelectual do negro africano” seria a regra, e que a *neurastenia*¹⁸⁷ poderia ser provocada pelo processo extenuante de iniciação, ele inclui mais duas possibilidades que predisporiam ao estado de santo. A despeito destas causas, em termos de psicologia normal do negro, Nina Rodrigues pensava que o seu caráter excessivamente supersticioso revelaria uma espécie de histeria de base, e o prepararia a um *misticismo nevropático histérico*.

O raciocínio é um tanto tautológico, de resto como a justificativa de Janet, invocada para aboná-lo: “esta divisão de personalidade que se manifesta no sonambulismo e no médium é precisamente o que chamamos de histeria porque ela se encontra em todos os fenômenos que se consideram como histéricos” (JANET, 1894 *apud* NINA RODRIGUES, 1935, p.127).

Enfim, o mais importante para Nina Rodrigues é mostrar que o estado de santo equivaleria à mesma histeria que se manifestava, de outras formas, na raça branca e nos “negros que se civilizam” e seus mestiços.

Mas esta não era uma afirmação que se pudesse fazer com unanimidade garantida, em 1900. Pois logo o autor que o afirmasse seria questionado por alguns: Como, se não existe histeria entre os negros?

Por isso, o próximo passo do nosso etnopsiquiatra seria buscar opiniões abalizadas a favor de sua postura. Como defensor da existência da histeria entre negros, apresenta o respeitável tratadista francês Gille de la Tourette (1857-1904), que também se dedicava às investigações de psicopatologia comparada.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Sobre Beard e a neurastenia, a doença do esgotamento mental causado por exigências da vida moderna, ver o capítulo III, tópico III.1.

¹⁸⁸ Georges Gille de la Tourette teve seu nome associado à chamada *doença dos tiques convulsivos*, mas trabalhou fundamentalmente com a histeria e o hipnotismo, sendo considerado o “guardião do dogma da Salpêtrière” (MOREL, 1997, p.110-1). Nina Rodrigues cita o seu *Traité clinique e therapeutique de l’hystérie*, de 1891.

Entretanto, como de la Tourette se utilizara, para confirmar suas teses, das informações obtidas de outro médico que estivera no Brasil e afirmara ter visto muitas negras histéricas, fora logo questionado pelo brasileiro João Batista de Lacerda, então prestes a ser nomeado diretor do Museu Nacional.

No artigo *La folie dans le race noire* (1894), Lacerda afirmava o contrário de Gille de la Tourette; dizia ter vivido no interior do Brasil, onde as negras eram numerosas, e nunca observara sequer uma delas atacada de grande histeria. Nina então lhe faz um convite irônico: “Nada posso dizer sobre o que viu o Sr. Dr. Lacerda, mas se o Sr. Dr. Lacerda deseja observar a histeria nas negras sob todas as suas formas, não tem mais do que vir à Bahia” (NINA RODRIGUES, 1935, p.130).¹⁸⁹

Nina Rodrigues aponta ainda, entre ele e Lacerda, uma diferença fundamental, que era quanto à concepção de histeria, pois o primeiro afirma estar falando “não da antiga histeria, moléstia preponderantemente física, mas da histeria na sua concepção psicológica ou vesânica atual” (NINA RODRIGUES, 1935, p.138).

Também afirmara a inexistência da histeria entre os negros o Dr. Emmanuel Régis¹⁹⁰, cujas premissas, neste caso, se baseavam em informações de segunda mão – o caso vale a pena ser citado por ser exemplar do

¹⁸⁹ Na verdade, tudo indica que Nina Rodrigues não respeitava muito Lacerda como pesquisador na área de antropologia, ou não reconhecia a legitimidade de suas incursões “impressionistas” no domínio da psicopatologia comparada.

João Batista de Lacerda, antes de ser diretor do Museu Nacional, fora responsável pelo primeiro curso de antropologia física do país, em 1877, no dito Museu (SCHWARCZ, 1993, p.78). O seu ideal de pesquisa antropológica era a *Crania americana* de S. Morton; entretanto, em trabalho craniométrico comparativo sobre os botocudos, de 1876, só conseguiu estudar dez crânios, dos quais tirou contundentes conclusões sobre a inferioridade destes indígenas (MONTEIRO, 1996): “Pela sua pequena capacidade craniana, os Botocudos devem ser colocados a par dos Neo-Caledônios e dos Australianos, isto é, entre as raças mais notáveis pelo seu grau de inferioridade intelectual. As suas aptidões são, com efeito, muito limitadas e difícil é fazê-los entrar no caminho da civilização” (LACERDA, 1876, *apud* MONTEIRO, 1996, p.17).

¹⁹⁰ O francês Emmanuel Régis (1855-1918), alienista e professor de psiquiatria, trabalhou especialmente sobre os estados alucinatórios agudos, destacando a confusão mental a eles associada e criando o termo *onirismo* para designá-los (MOREL, 1997, p.203). Também fez estudos sobre os chamados degenerados violentos, descrevendo o tipo assassino *regicida ou magnicida*, estudos considerados “excelentes” por Nina Rodrigues, que os usou como guia no artigo *O regicida Marcelino Bispo*, de 1899 (NINA RODRIGUES, 1939, p.172-6).

procedimento empregado por alguns alienistas europeus, numa atitude que muito irritava o antropólogo de campo Nina Rodrigues.

Considerando que o estudo da perda da razão entre os povos bárbaros mostraria a loucura na sua forma elementar, em sua expressão mais pura e verdadeira, e indicaria as etapas sucessivas pelas quais passaram as insânias que então eram vistas no Velho Mundo, o alienista francês analisa as anotações de um colega seu, que passara oito meses na África (RÉGIS, 1882).

No artigo *Un mot sur la superstition et sur la folie chez les nègres du Zambèze*, de 1882, Régis alinhava todos os lugares comuns da época sobre os exóticos negros africanos: eles eram infantis e impulsivos; intelectualmente primitivos, haveria poucas doenças mentais entre eles, pois a loucura dependia do grau de civilização, principalmente a histeria; nos poucos casos observados, os delírios eram rudimentares e confusionais; provavelmente, eles não apresentariam delírios sistematizados; a loucura se expressava mais por atos que por sintomas mentais, pela sua pouca inteligência, etc. (RÉGIS, 1882, p.76-87).

O mais interessante deste relato é a referência a certos indivíduos que se consideravam possuídos por espíritos, chamados “malukos”, que Régis crê portadores de um delírio místico rudimentar, e que vagavam de aldeia em aldeia, tolerados e protegidos pelos demais habitantes (RÉGIS, 1882, p.82). Nina Rodrigues, embora tivesse criticado as fontes em que Régis se baseara para negar a existência da histeria entre os negros, não resiste a classificar os tais “malukos” entre os possessos histéricos que acabara de descrever (NINA RODRIGUES, 1935, p.128).

Retornando aos casos brasileiros de possessão histérica, Nina Rodrigues apresenta mais um relato clínico, transcrito a seguir. Com esta apresentação, o autor deseja demonstrar a semelhança do diagnóstico a despeito da sua manifestação diversa, mas também sublinhar as diferentes respostas das duas mulheres às sugestões do hipnotizador médico.

Segundo caso: a sinhazinha branca enfeitiçada

Uma moça branca, grande histérica¹⁹¹, com manifestações desde a infância, extremamente hipnotizável e sugestionável, submetida já de muitos anos à hipnoterapia, casara-se com um moço, que tinha tido como amante até aos tempos de noivado uma negra que a senhora conhecia. Quinze dias depois de casada, a senhora encontra-se com ela em um arrabalde e este fato produz-lhe grande contrariedade. Daí só teve tempo de chegar a casa, acusando forte dor em um pé, e sobrevindo-lhe quase em seguida um grande ataque histérico. A mãe da moça, que é histérica e degenerada e vive cercada de negras influentes em candomblés, viu logo em tudo aquilo o resultado de feitiços mandados fazer pela ex-amante do genro. Foi chamado um *tio* africano que confirmou as suspeitas, declarando que a moça tinha pisado no feitiço e pelo pé doente entrara-lhe o demônio no corpo. O africano, feiticeiro e *malê*, propôs-se a exorcismar a moça a fim de afastar o demônio. Durante longos oito dias, a pobre senhora, sobre a influência das práticas exorcistas do feiticeiro, passou em verdadeiro estado de mal histérico. Foi então que um cunhado, revoltado com o procedimento da família, veio ter comigo para que interviesse a tempo de salvar a moça. Cheguei à casa da doente ao anoitecer, quando lá devia estar o feiticeiro, e consegui que me deixassem vê-lo em ação. O efeito da voz do feiticeiro foi evidente. Mal a senhora, que se achava mais calma, ouviu-a, de um salto pôs-se de pé, em defensiva, e segura pelo marido, debalde procurava em torno de si com que pudesse agredir o feiticeiro.

A leitura estropiada das orações exorcistas produzia, a cada demônio que ele citava e conjurava a deixar a sua vítima, um efeito notável. A pobre histérica mudava de gesto e de tom de voz para responder-lhe. Assim, nomeou o feiticeiro diversos

¹⁹¹ Nina Rodrigues chama a atenção para o fato da moça estar habituada à hipnoterapia, isto é ao tratamento dos sintomas considerados histéricos através da sugestão hipnótica. A *grande histeria* ou a *hístico-epilepsia* foi descrita por Charcot com tendo quatro fases típicas: fase epileptóide; fase dos grandes movimentos (saudações e arco de círculo); fase das atitudes passionais (alegria, tristeza, terror, etc.) e a fase final de delírio (CHARCOT, 1999).

demônios que se sucederam uns aos outros na possuída, afinal declarou que no dia seguinte prosseguiria. Fiz então ver à família e em particular ao marido quanto era deprimente aquela cena e que soma de responsabilidades assumia ele.

Às primeiras injunções sugestivas que fiz para mostrar que aquilo era apenas a histeria, a senhora, que ainda se debatia nas contorções do ataque, acalmou-se como por encanto. Dormiu um pouco, despertando depois calma e tranqüila, apenas extremamente fatigada. Com mais algumas sessões hipnóticas, desapareceram os ataques, e até hoje, mais de dois anos depois dessa grande crise, passa relativamente bem, está forte e ultimamente teve uma filhinha, sem mais acidentes (NINA RODRIGUES, 1935, p.123-5, grifos adicionais).

O relato é muito rico e poderia ser analisado quanto a outros aspectos, além do clínico, por exemplo, como um indicador das relações sociais (ou sexuais) estabelecidas entre moços brancos ricos, mulheres negras pobres e respeitáveis mocinhas brancas.

Mariza Corrêa analisou os dois relatos, o da moça branca e o de Fausta, como casos simétricos; ela pensa que em ambos haveria:

[...] uma mulher se debatendo nas mãos de especialistas estranhos ao seu próprio mundo, especialistas que tentam traduzir na sua linguagem a problemática que elas querem expressar e que permanece obscura. [...] Na mesma medida em que ambas resistem ao tratamento imposto pelo especialista alheio, uma certa naturalidade e uma aparente eficácia dos especialistas do mundo social a que elas pertencem (no caso de Fausta, a mãe de santo; no caso da moça branca, o médico) parecem garantir a sua integração nesse mundo. É irônico que os dois casos, relatados para mostrar suas diferenças, sejam tão semelhantes: dois especialistas tentando extrair alguma coisa do corpo das mulheres, alguma coisa que eles próprios colocaram lá. Nina Rodrigues observa isso ocorrendo no caso do “feiticeiro” mas não no seu próprio (CORRÊA, 1998, p.401).

Como também somos especialistas de mundos diferentes, vejo de forma algo diversa, tanto os dois casos como as intenções de Nina Rodrigues ao apresentá-los de forma articulada e comparativa.

Primeiramente, entendo que quando ele dizia querer mostrar o “contraste entre os dois casos”, referia-se apenas à qualidade diferente das respostas das duas mulheres às sugestões do hipnotizador médico; certamente Nina Rodrigues considerava semelhante a estrutura fenomenológica apresentada em ambos: alteração qualitativa de consciência causada por sugestão e manifestada por um estado sonambúlico, modificações neste estado por respostas verbais e físicas às injunções sugestivas do médico/feiticeiro, assunção de outras identidades durante os transe, atordoamento, confusão mental ou sono ao fim do transe hipnótico, além de grande desgaste físico, e amnésia ao despertar.

Também parece claro que ele não duvidava do caráter histérico do estado de sonambulismo provocado. Portanto, penso que Nina Rodrigues queria dizer que os dois casos eram semelhantes porque ambos eram manifestações da histeria, mas que se exprimiam diversamente em razão da “educação das sonâmbulas”, no sentido usado por Pierre Janet.

Com respeito ao caso da *sinhazinha*, talvez Nina Rodrigues não estivesse tão cego quanto ao seu papel de feiticeiro; afinal, ele registra que, ao dizer as palavras mágicas “isto é apenas a histeria” (e implicitamente, *dela eu, médico, tenho o domínio*) a moça “acalmou-se como por encanto”.

Se no caso da *grande histérica* branca o experiente hipnotizador sabia bem o que fazer para encerrar o processo de transe, com relação à Fausta foi necessário consultar Obatalá quanto ao “que era preciso fazer para que ele se pudesse ir embora”.

Estas diferenças levaram o honesto Nina Rodrigues a reconhecer que, para obter conclusões, precisaria repetir mais vezes a experiência da indução do estado de santo em consultório; entretanto, lamenta ele, os seus conhecidos afro-baianos recusavam-se formalmente a participar de tais experiências.

Há ainda um aspecto a apontar na análise de Nina Rodrigues. Se, no caso da sua discussão sobre a paranóia, em 1903 (apresentado a seguir), um importante interlocutor ausente seria Emil Kraepelin, no presente relato sobre a histeria, a falta notável é a de Sigmund Freud.

Como diria nosso médico legista, vamos por partes. Nina Rodrigues escreveu a primeira versão do texto aqui focalizado em 1896, revisou-o e fez algumas notas, ao vertê-lo para o francês e publicá-lo em 1900 (RAMOS, 1935, p.10). Embora nesta época Freud estivesse apenas começando a construção da teoria psicanalítica, suas novas proposições sobre o mecanismo da histeria e do método catártico já tinham repercussões na França; em 1893, Pierre Janet escrevera uma nota elogiosa sobre a *Comunicação Preliminar*, de S. Freud e J. Breuer nos **Archives de Neurologie**, texto que teria incluído no capítulo final do seu **O estado mental das histéricas**, de 1894, numa revisão sobre as recentes definições de histeria¹⁹² (STRACHEY, 1988, p.21).

Portanto, ao menos através de Pierre Janet, Nina Rodrigues deve ter sabido do método catártico de Freud e Breuer, a cura através da fala em estado hipnótico, em que a recordação do trauma libera o afeto reprimido e permite a correção associativa consciente (BREUER e FREUD, 1988, p.53).

Na publicação seguinte, **Estudos sobre a histeria**, de 1895, os casos clínicos apresentados mostraram a importância que os autores davam aos problemas sexuais no desencadeamento da histeria (BREUER e FREUD, 1988, p.35). Entre 1895 e 1899, Freud publicou uma série de trabalhos curtos sobre as neuroses, que enfatizavam a importância da vida sexual na sua etiologia (FREUD, 1987a, p.293).

¹⁹² No período referido, além da *Comunicação Preliminar* (1893) e **Estudos sobre a histeria** (1895), com J. Breuer, ambos em alemão, Freud publicou, em julho de 1893, um artigo em francês nos **Archives de Neurologie**, *Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques* (Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas), em que ele cita as idéias que ele e Breuer vinham desenvolvendo sobre a gênese da histeria (FREUD, 1987b). Este artigo seria outra possibilidade de contato de Nina Rodrigues com as novidades de Freud e Breuer.

Supondo que o atualizado Nina Rodrigues soubesse destas contribuições e das controvérsias que elas provocavam, talvez se possa interpretar seu silêncio como reprovação ao peso dado por Freud à sexualidade na patogênese da histeria, mas esta é apenas uma conjectura sem respaldo objetivo.

Fechando este parêntesis especulativo e retornando aos casos, falta ainda ressaltar um aspecto muito importante da análise de Nina Rodrigues, uma redução que ele precisou fazer para demonstrar a analogia entre as duas mulheres, considerando ambas sofrendo de uma patologia mental, a histeria “em sua concepção psicológica ou vesânica” (NINA RODRIGUES, 1935, p.138).

Interessado em provar a existência de uma *forma* universal de doença mental, a histeria, o cuidadoso clínico maranhense deixa de lado parte de suas observações, quando dá a Fausta um diagnóstico de histeria.

Na sua abordagem naturalística, procurando catalogar espécies na floresta da loucura¹⁹³, Nina Rodrigues desconsidera aquilo que ele próprio descrevera em detalhes; apenas no relato sobre a “pobre senhora” branca existe indicação de efetiva dor, sofrimento ou enfermidade psíquica; o médico é chamado com urgência para que intervenha “a tempo de salvar a moça” (NINA RODRIGUES, 1935, p.124).

A senhora branca sofre, ameaçada pelas evocações que o encontro com a negra ex-amante (seria mesmo “ex”?) do marido traz; sente-se vítima de um feitiço negro, possuída por demônios negros que os exorcismos do preto feiticeiro só fazem aumentar; enfim, uma problemática se expressando em sintomas, que o médico nomeia como histeria, revelação que auxilia a paciente a sair de sua crise.

¹⁹³ Apropriação impudente da metáfora que Berrios e Porter usam na introdução de *A history of clinical psychiatry*: “Two metaphors seem to control the understanding of historical nosology. One pictures de clinician as cataloguing species (diseases) in a garden (i.e. assuming ontological invariance); the other envisages the clinician as a sculptor carving shapes out of formless matter, i.e. creating ‘clinical forms’” (BERRIOS e PORTER, 1999, p.XVIII).

Já para Fausta, *fazer o seu santo* é um glorioso objetivo a alcançar, mesmo a custa de sacrifícios, como se submeter às estranhas experiências daquele médico branco, que em troca disto lhe prometera dinheiro para a festa de iniciação. Nada há de psicopatológico em seu transe, pois a possessão por Obatalá não é castigo ou feitiço indesejado, mas um destino a ser cumprido amorosa e obedientemente, pelos filhos-de-santo, seguindo a tradição do candomblé.

É esta tradição religiosa que parece ter motivado a firme recusa de Fausta/Obatalá em dançar no consultório médico: porque isto não teria sentido. Na análise de Roger Bastide, a dança no candomblé tem um caráter ritual e teatral, os participantes interagem de acordo com cenas míticas revividas na ocasião, em êxtases que se comunicam, num diálogo de mímicas. Algo que ele denomina metaforicamente de *transe intermental*, “um jogo bem regulamentado em que vários transes, complementares uns dos outros, intervêm e se respondem, formando um conjunto de estímulos e de respostas adequadas que segue um cenário imposto pela tradição mítica” (BASTIDE, 2001, p.190).

Em resumo, os fenômenos do transe apresentam-se a Nina Rodrigues como similares, naquilo que ele chamava (e ainda chamamos) de histeria e na possessão pelos orixás: alteração da qualidade do estado de consciência, desdobramento ou mudança de personalidade e amnésia posterior ao evento. Para ele, são anormalidades, portanto, desvios patológicos, nos dois casos; o significado subjetivo das manifestações não entra como critério informativo diferencial em seu sistema diagnóstico – a semelhança era tudo o que ele poderia ver.

A posição de Nina Rodrigues é paradoxal, do ponto de vista etnopsiquiátrico: de um lado, ele insiste que há uma mesma essência humana na branca e na negra, ao enfatizar que ambas podem sofrer de histeria, e contrapõe-se firmemente aos autores que negavam isto; de outro, não consegue incluir a dimensão das subjetividades diversas determinadas pelas culturas diferentes.

Sem desconsiderar o anacronismo da afirmação, penso que hoje é difícil não enxergar, dentro de seu próprio relato, que o sentido mostra-se radicalmente diverso – num caso, expressão de grande sofrimento, derivado de conflitos inconscientes; no outro, desejada manifestação extática, na celebração da comunhão entre os homens e os deuses.¹⁹⁴

Na página seguinte, a Figura IV.2 apresenta dois desenhos estilizados de Obatalá/Oxalá, e a Figura IV.3 uma fotografia da dança das filhas de Oxalá. Na página posterior, a Figura IV.4 mostra a manifestação de um orixá (Euá), e a Figura IV.5 um desenho de 1881, representando um ataque demoníaco histérico (os créditos estão nas respectivas legendas).

¹⁹⁴ Para uma análise aprofundada e instigante do tema, veja-se o capítulo *A estrutura do êxtase* do livro **O Candomblé da Bahia** de Roger BASTIDE (2001, p.187-217). Ainda sobre o transe no candomblé, o médico e antropólogo pernambucano René Ribeiro escreveu, em 1952, um interessante artigo em que relata os resultados da aplicação de testes psicológicos (teste de Rorschach) em pessoas em estado de santo; o autor, que solicitou avaliação de especialistas que não sabiam de que se tratava, conclui que os testes indicavam ausência de qualquer anormalidade psicológica (RIBEIRO, 1952).



Reproduzido dos cartões postais desenhados por Gil Abelha (Bahia). Foto Lúcio Mendes.

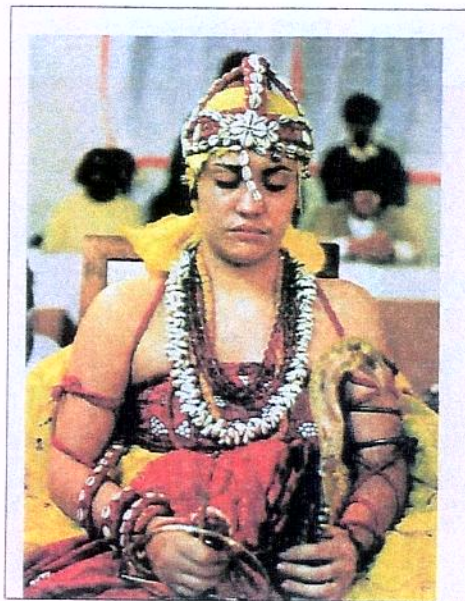
Figura IV.2- Desenhos estilizados de Obatalá/Oxalá



Extraído de PRANDI, 2001. Ilê Alaketu Axé Airá, São Bernardo do Campo (SP).

Fotografia de Roderick Steel (prancha 31).

Figura IV.3- Dança das filhas de Oxalá



Extraído de PRANDI, 2001. Ilê Alaketu Axé Airá,
São Bernardo do Campo (SP).

Fotografia de Roderick Steel (prancha 15).

Figura IV.4- Manifestação de um orixá (Euá, filha de Obatalá)



Extraído de BERCHERIE, 1989. Desenho retirado de P. Richer,
Études cliniques sur la Grande Hystérie, 1881.

Figura IV.5- Ataque demoníaco histérico

A paranóia nos negros: retrato de Umbelina

O artigo *La paranoia chez les nègres* foi publicado nos **Archives D'Anthropologie Criminelle**, em 1903. Neste estudo de psicopatologia comparada, Nina Rodrigues quer contrapor-se às idéias dominantes no meio psiquiátrico, brasileiro ou estrangeiro, que negavam aos negros a capacidade de produzir formas clínicas mais complexas, especialmente aquelas relacionadas à elaboração do delírio paranóide.

Ele acha que esta posição denotaria desconhecimento clínico; argumenta que os negros são capazes de produzir uma psicopatologia complexa, desde que venham de um grupo africano superior ou tenham um nível educacional elevado ou sejam mestiços.

Sempre atento à precisão conceitual, sua primeira preocupação é discutir a definição de *raça negra*, isto é, quem são os negros; a seguir, debate a definição de *paranóia*. Faz ainda uma revisão sobre a freqüência da paranóia em pacientes internados, em geral e nos pacientes negros; descreve as formas clínicas possíveis e a semiologia da paranóia nos negros.

O autor inicia o artigo observando sobre a necessidade de precisar melhor as categorias raciais nos estudos clínicos sobre as doenças mentais, já que não lhe parece adequado considerar negros e mestiços diversos como um grupo homogêneo¹⁹⁵, como faziam alguns autores brasileiros e, em geral, os alienistas norte-americanos (NINA RODRIGUES, 1903, p.609).

¹⁹⁵ Isto porque, diz ele, a mistura de sangue negro e branco, se daria aos mulatos vantagens sobre a média intelectual dos negros, ao mesmo tempo, lhes ampliaria as possibilidades de degenerescência psíquica. Muitas vezes, os mulatos reuniram as características psíquicas da raça branca e as físicas da negra. Além disto, observa Nina Rodrigues, a simples verificação de origem africana, em que se baseiam os norte-americanos, não garantiria que os indivíduos fossem negros verdadeiros, pois certos africanos poderiam ser mestiços e não *les vrais nègres*, mesmo que assim parecessem. Referindo-se a seus estudos dos africanos na Bahia, ele cita os *fulás*, de cor negra, mas de origem camita e os vindos de *Haussá*, mestiços de negros e camitas, outros vindos de negros e semitas e até de negros e brancos europeus (NINA RODRIGUES, 1903, p. 609).

Feitas estas ressalvas, o que o autor pretende é provar a existência da paranóia entre os negros brasileiros, especialmente em negros puros. Nina Rodrigues define a paranóia, “de acordo com a escola italiana”, como um desvio da organização mental, que consistiria numa parada do desenvolvimento do caráter, na infância; este desvio poderia se manter mais ou menos controlado até uma idade mais avançada, e ser revelado por um choque ou uma doença (NINA RODRIGUES, 1903, p.619).

Reconhecendo que havia similaridades entre italianos e franceses na concepção da paranóia, nosso autor diz adaptar sua terminologia aos franceses, e considera como formas clínicas da paranóia: o delírio crônico de Magnan, os delírios sistematizados dos degenerados (agudos ou crônicos), os delírios dos perseguidos-perseguidores ou querelantes e a paranóia sem delírio.

Quanto às bases psicopatológicas do delírio paranóico, o autor mais citado por Nina Rodrigues neste artigo é Jules Séglas (1856-1939)¹⁹⁶, que ele chama de “*un profond aliéniste français*” (NINA RODRIGUES, 1903, p.620).

Séglas é considerado o grande sistematizador das idéias do grupo da Salpêtrière, que conduziu um trabalho de análise e esclarecimento das idéias de J. Cotard e G. Ballet sobre o delírio sistematizado, a melancolia e a hipocondria (BERCHERIE, 1989, p.178; BERRIOS, 1998, p.75-6).

Nina Rodrigues diz partilhar com Segl s (**Leçons cliniques**, 1897) a crença na pré-existência de “um terreno degenerativo paranóico anterior ao delírio sistematizado e caracterizado fundamentalmente pela desconfiança e pelo orgulho”. Seriam, para ambos, as características anteriores do comportamento dos paranóicos: vaidade, egoísmo, ciúmes exagerados (NINA RODRIGUES, 1903, p. 620). Na análise semiológica dos quadros paranóicos entre os negros também é das **Leçons cliniques** de Séglas que Nina retira os conceitos de alucinações motoras, do tipo verbal e corporal (ou comuns) (idem, p.706)

¹⁹⁶ As obras de Jules Séglas citadas por Nina Rodrigues são: S GLAS, J. *La paranoia*. *Archives de Neurologie* 37, 1887; S GLAS, J. **Leçons cliniques sur les maladies mentales et nerveuses**. Paris, 1897; S GLAS, J. **Le délire des négations**. Paris, 1895; S GLAS, J. e MARANDON DE MONTYEL. *Le délire chronique*. *Annales médico-psychiques*, 1888.

Estas últimas seriam sensações de movimento de membros ou do corpo todo (transporte pelo ar, etc.), impulsões e inibições motoras; as alucinações motoras verbais poderiam se manifestar através de movimentos de lábios e do aparelho fonador até uma emissão verbal em voz alta, ou impulsão verbal (BERCHERIE, 1989, p.188)

Nina Rodrigues usa os critérios diagnósticos de Magnan para definir o delírio crônico de evolução sistemática; entretanto, ele deixa claro que não acredita em tipos mórbidos fixos; citando Gilbert Ballet¹⁹⁷, afirma que as diversas formas clínicas tem continuidade, no espaço entre as duas formas extremas: de um lado, o delírio sistemático lentamente construído e, de outro, quadros súbitos e polimorfos (NINA RODRIGUES, 1903, p.621).

Ele critica Teixeira Brandão e os que seguiam seus critérios, como Henrique Roxo e Franco da Rocha, por sua rigidez classificatória: estes, se o caso não se encaixasse exatamente na descrição esquemática do delírio crônico feita por Magnan¹⁹⁸, era colocado na categoria *delírio sistemático dos degenerados*, uma espécie de vala comum, procedimento com o qual o detalhista psicopatólogo Nina Rodrigues não concorda. Ao mesmo tempo, ele acha que Teixeira Brandão tem um conceito muito restritivo de paranóia, usando este termo como sinônimo do *delírio sistemático dos degenerados* (NINA RODRIGUES, 1903, p. 622).

É notável que na sua resenha das classificações da paranóia, em nenhum momento Nina Rodrigues cite o nome de Emil Kraepelin, embora mencione a denominação germânica da paranóia (*Verrücktheit*) e autores alemães

¹⁹⁷ Gilbert Ballet (1853-1916), alienista francês, trabalhou com Charcot, e foi catedrático de psiquiatria. Sua obra se dividiu entre neurologia, a psiquiatria e a história da medicina. Seu **Tratado de patologia mental**, de 1903, é considerado um clássico; seus últimos trabalhos foram sobre a *psicose alucinatória crônica* (MOREL, 1997, p.21-2).

¹⁹⁸ Magnan descreve quatro fases no delírio crônico de evolução sistemática: 1- fase inicial inespecífica, de incubação, com inquietação, nervosismo, busca de explicações para os sofrimentos próprios em causas externas, começo das alucinações auditivas; 2- fase em que o delírio se coordena e se estrutura, as alucinações se intensificam, a personalidade se altera e se dissocia, há luta contra os sintomas persecutórios e disso decorre debilitação física; 3- a fase megalomaniaca, quando a desagregação mental propicia o aparecimento de idéias de grandeza e, a seguir, o delírio de perseguição se atenua, a inteligência se enfraquece, preparando a quarta fase; 4- fase terminal, demência caracterizada pela indiferença e pela confusão mental (BERCHERIE, 1989, p.152-3).

como Krafft-Ebing, Westphal¹⁹⁹ e Mendel²⁰⁰, cujas definições haviam sido retomadas e transformadas na grande síntese kraepeliniana.

Vale apontar que, em 1903, quando foi publicado *La paranoia chez les nègres*, Emil Kraepelin já havia editado a sexta revisão do seu **Tratado de Psiquiatria** (1899), em que estabelecia a clássica diferenciação entre as doenças adquiridas ou exógenas e aquelas endógenas ou constitucionais. Doença constitucional, a paranóia tinha ali uma definição precisa, que a separava de outras afecções que apresentavam apenas sintomas paranóides (BERCHERIE, 1989, p.168).

Nas palavras de Paul Bercherie, as concepções propostas na sexta edição do Tratado de Kraepelin imediatamente “correriam mundo e se imporiam por toda parte” (BERCHERIE, 1989, p.168), inclusive no Brasil, ainda que a escola francesa lhe resistisse por algum tempo.

A omissão de Nina Rodrigues torna-se mais inteligível quando se sabe, por Juliano Moreira, da tensão criada pela invasão germânica no território da psiquiatria franco-brasileira, nos primeiros anos do século XX. Nota-se a intensidade da resistência dos francófilos pela indignação de Moreira, já diretor do Hospício Nacional, ao rebater as críticas que insinuavam que a notoriedade internacional de Kraepelin era coisa inventada por seus seguidores brasileiros (MOREIRA e PEIXOTO, 1905b, p.205).²⁰¹

¹⁹⁹ K. Westphal (1833-1890): docente de neuropsiquiatria em Berlim, sucessor de Griesinger, clínico e anatomofisiologista, estudou especialmente as neuroses obsessivas, a agorafobia e a então chamada inversão sexual, como Krafft-Ebing. Na propedêutica neurológica, introduziu o reflexo patelar como critério diagnóstico (ACKERKNECHT, 1964, p. 50). Westphal, em 1876, reuniu sob a designação de *Verrücktheit* as formas de paranóia crônicas, agudas e abortivas (correspondentes às obsessões) (BERCHERIE, 1989, p.139-40).

²⁰⁰ Mendel: alienista alemão que em 1883 descreveu duas formas de paranóia, a combinatória (interpretativa) e a fantasiosa (alucinatória), nomenclatura retomada parcialmente por Kraepelin em 1887 (BERCHERIE, 1989, p.167).

²⁰¹ No artigo *Classificação das moléstias mentais do professor Emil Kraepelin*, Juliano Moreira e Afranio Peixoto noticiam as edições da obra de Kraepelin em inglês, russo e italiano e a difusão de sua classificação entre europeus e norte-americanos, e disparam: “Demais a adoção de suas idéias por uma bela plêiade de psiquiatras franceses, ingleses, americanos, italianos, etc., demonstra que não somente para o Brasil foi inventada a notoriedade de Kraepelin, como malignamente já foi assoalhado” (MOREIRA e PEIXOTO, 1905b, p.205, grifo no original).

Para o grupo que se reunirá em torno de Juliano Moreira, a discussão do diagnóstico diferencial da verdadeira *paranóia* e das *síndromes paranóides* terá especial significação e será exemplar para indicar as diferenças nosográficas entre a chamada escola francesa e a escola alemã de Kraepelin; o ponto principal da última será a centralidade dada ao critério evolutivo na nosologia psiquiátrica.

Mas se, ao que tudo indica, Nina Rodrigues não simpatizava com Kraepelin, também tinha suas diferenças com um francófilo, que ele denominava “chefe da escola psiquiátrica fluminense” (*l'école psychiatrique fluminense*), João Carlos Teixeira Brandão, ex-catedrático de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e com seus seguidores. Embora partilhasse com eles o referencial da escola francesa de psiquiatria, divergia em muitos pontos (NINA RODRIGUES, 1903, p.609).

Teixeira Brandão acreditava na raridade da paranóia entre os negros, devido a seu baixo nível cultural e à sua pequena capacidade intelectual. Ele considerava que os delírios sistematizados se apresentariam de duas formas, o delírio crônico de Magnan e o delírio sistemático dos degenerados, sinônimo de paranóia. Ambos seriam pouco comuns nos negros (NINA RODRIGUES, 1903, p.621).

Francisco Franco da Rocha, diretor do Hospício de Alienados de São Paulo, achava igualmente que os casos de paranóia eram raros entre os negros, mas que existiam. Via neles as idéias de grandeza como dominantes e as de perseguição sempre secundárias às primeiras. Considerava que o conteúdo dos delírios dos negros seria pobre, de acordo com a inferioridade da raça; não haveria grandes construções delirantes nem defesas elaboradas de suas idéias paranóicas; notava que os perseguidores eram sempre “a maçonaria”, um sortilégio, uma “coisa feita”, etc; no delírio de grandeza, o conteúdo seria sempre religioso. Ele ainda destacava a observação de muitos sinais de degeneração no crânio e na face dos paranóicos, inclusive dos negros, ou seja, usava a paranóia no sentido do delírio sistemático dos degenerados, como Teixeira Brandão (NINA RODRIGUES, 1903, p.613).

Já Márcio Nery, também professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e autor de **História e patogenia da paranóia** (1894), acreditava que esta ocorreria com freqüência entre os negros, apenas nos brancos apresentar-se-ia com mais vigor, em razão da sua superioridade cultural. Para Nery, como para Nina Rodrigues, o conteúdo do delírio variaria conforme as crenças religiosas e grau de desenvolvimento mental dos indivíduos (NINA RODRIGUES, 1903, p.612).

A freqüência da paranóia

Nina Rodrigues apresenta três estudos sobre a freqüência da paranóia, feitos em hospícios brasileiros. Mostra que Henrique Roxo, da Faculdade do Rio, futuro sucessor de Teixeira Brandão na cátedra, revisando as estatísticas do Hospício Nacional, observara a raridade da paranóia entre os negros. De 1894 a 1901, foram internados 991 negros, sendo que a freqüência do diagnóstico foi de apenas 32 casos, ou cerca de 3% do total de alienados negros, excluídos dois casos de sexo ignorado, como se vê no Quadro IV.2.

Quadro IV.2- Freqüência do diagnóstico de paranóia em homens e mulheres negros internados, Hospício Nacional, 1894-1901 (Henrique Roxo)

Sexo	Entradas	Diagnóstico de Paranóia	Percentual
Homens negros	487	14	2,9%
Mulheres negras	504	16	3,2%
Total	991	32	3%

NINA RODRIGUES, 1903, p. 614-5, modificado.

Alguns anos antes, Márcio Nery, no mesmo Hospício Nacional, entre 1891 e 1893, encontrara taxas bem mais altas, em média cerca de 12% do total de internados, mas não dava os percentuais entre negros e brancos; os dados são mostrados abaixo, no Quadro IV.3.

Quadro IV.3 - Frequência do diagnóstico de paranóia em homens e mulheres internados, Hospício Nacional, 1891-1893 (Márcio Nery)

Sexo	Entradas	Diagnóstico de Paranóia	Percentual
Homens	912	136	14,9%
Mulheres	522	36	6,9%
Total	1434	172	12%

NINA RODRIGUES, 1903, p. 612, modificado.

Franco da Rocha, nas estatísticas do Hospício de Alienados de São Paulo, de 1895-1901, excluído o ano de 1897, encontrara o diagnóstico em 13% do total de internos, e 20,1% entre os negros, conforme o Quadro IV.4.

Quadro IV.4- Frequência do diagnóstico de paranóia em internos brancos e negros, segundo nacionalidade, Hospício de Alienados de São Paulo, 1895-1901 (Franco da Rocha)

Raça e Nacionalidade	Total de entradas	Diagnóstico de Paranóia	Percentual por raça
Branco estrangeiros	437 (39,2%)	48	11%
Branco brasileiros	418 (37,6%)	53	12,7%
Mestiços brasileiros	129 (11,6%)	17	13,2%
Negros brasileiros	129 (11,6%)	26	20,1%
Total	1113 (100%)	144	13%

NINA RODRIGUES, 1903, p. 616-7, modificado.

Nina Rodrigues aponta a discrepância entre as taxas de diagnóstico de paranóia em negros apresentadas por Roxo (3%) e por Franco da Rocha (20% em negros, mais 13% em mestiços) como sendo devida a critérios diagnósticos diferentes. Para Nina Rodrigues, as taxas mais altas entre negros e mestiços no estado de São Paulo devem-se ainda à conjunção de dois fatores: “o clima temperado e a afluência considerável de brancos que a vasta imigração européia introduz em S. Paulo cria ali uma situação desfavorável aos negros” (NINA RODRIGUES, 1903, p.618-9).

Quanto a Franco da Rocha, acredita que o médico tivesse ampliado o seu conceito original de paranóia (alinhado ao de Teixeira Brandão), explicando assim que a sua taxa de diagnóstico no total de internos (13%) se aproximasse da de Nery (12%), e fosse tão mais alta que a de Roxo com relação aos negros (20% *versus* 3%).

Ainda quanto ao Hospício de São Paulo, Nina Rodrigues reproduz a explicação de Franco da Rocha sobre a predominância de estrangeiros no total de internações. A alta taxa de brancos estrangeiros internados (39%) seria decorrente do perfil mais comum dos imigrantes: pessoas desequilibradas, que vieram em busca de fortuna fácil, mas se decepcionaram diante da dura realidade; muitos então procurariam alívio nas bebidas alcoólicas, o que somado à predisposição anterior, encheria os hospícios. Não se discute a causa da grande proporção de brancos entre os brasileiros (NINA RODRIGUES, 1903, p.618).

Formas clínicas da paranóia

Nina Rodrigues agrupa as várias denominações da paranóia, seguindo uma classificação eclética já sugerida por outro autor (Keraval, 1895-6), na verdade uma tentativa de organizar o caos nosográfico observado entre os seus autores de referência, franceses e italianos.

Cada forma clínica é ilustrada com a descrição detalhada de um ou mais casos típicos, e no artigo de Nina Rodrigues são apresentados dezesseis casos clínicos de paranóia em negros e mestiços, acompanhados de fotografias dos pacientes. Eles são distribuídos nos seis seguintes grupos, cuja sinonímia é registrada:

- a- Delírio crônico de evolução sistemática (Magnan); delírio de perseguição de evolução sistemática primitiva (Garnier); loucura sistemática progressiva (Régis); tipo variável contínuo da paranóia (Tanzi e Riva) e paranóia sistemática tardia (Morselli).
- b- Delírio sistemático de evolução crônica dos degenerados (Legrain e Ballet); paranóia originária (Sandler); formas intermitentes e contínuas da paranóia (Tanzi e Riva); paranóia (Teixeira Brandão, Nery, Franco da Rocha); delírio sistematizado nos degenerados (Magnan).
- c- Paranóia homicida (del Grecco).
- d- Paranóia aguda (Westphal, Mendel, Séglas, Ballet, Júlio de Mattos); delírios súbitos e polimorfos, *bouffées délirantes* (Magnan, Legrand).
- e- Paranóia indiferente ou sem delírio (Tanzi e Riva, Morselli).
- f- Delírio dos perseguidos-perseguidores (Magnan e Falret) ou dos querelantes.

Dos dezesseis casos transcritos, dois são de Henrique Roxo e dois de Márcio Nery, os demais doze casos são observações pessoais de Nina Rodrigues. Detalharei apenas o primeiro caso descrito, pois é ilustrativo dos demais.

Com poucas variações, os casos de Nina Rodrigues seguem um padrão descritivo que privilegia a história pessoal prévia à doença, a descrição psicopatológica detalhada do quadro no decorrer do tempo e a situação atual. Todos se iniciam por uma breve chamada que dá o diagnóstico e os pontos principais da psicopatologia e da evolução do caso.

Retrato de Umbelina

O caso número um, de Umbelina Maria do Bonfim, foi observado por Nina Rodrigues de junho a setembro de 1901, no Hospício de Alienados São João de Deus, em Salvador²⁰². Trata-se de:

Delírio de perseguição de evolução sistemática numa negra crioula descendente de negros sudaneses. Fase de inquietude manifestada por freqüentes mudanças de domicílio. Delírio de perseguição confirmado; alucinações notáveis da sensibilidade geral; delírio de negação dos perseguidos. Morte em consequência de moléstia aguda superveniente após treze anos de delírio de perseguição (NINA RODRIGUES, 1903, p.622).

Na identificação da paciente temos a sua filiação, “filha de dois africanos de raça nagô ou iorubá, do pequeno reino de Egbá, na Costa dos Escravos. Nascida na Bahia em 1840” e as suas características físicas: “apresenta os caracteres clássicos de sua raça. Talhe alto, cabelos crespos todos brancos, sessenta anos”. E também, “sem cultura intelectual, Umbelina ainda assim é inteligente, e conserva, a despeito de seu delírio, uma grande lucidez” (NINA RODRIGUES, 1903, p.623)

Com informações colhidas da paciente, de uma irmã desta e de seu filho, são reconstruídos os antecedentes hereditários e a história pessoal de Umbelina.

Somos informados que seus pais, mesmo freqüentando o candomblé, nunca *caíram em estado de santo*, que na descrição de Nina eram “fenômenos sonambúlicos ou histeróides” comuns nestes rituais (idem, p.623). Ele anota que a irmã de Umbelina informara que ela mesma costumava cair em *estado de santo*, e que esta irmã não tinha sinal algum de doença mental nem caracteres físicos evidentes de degeneração.

²⁰² Todos os trechos citados foram traduzidos do francês livremente, sendo que se privilegiou o sentido da frase, sem preocupação com a forma literal mais correta.

Umbelina tivera quatro filhos, dos quais apenas um, o informante atual, sobrevivera. Neste, o médico nota um acentuado prognatismo mas informa que ele nunca estivera seriamente doente nem tivera problemas mentais. Dois filhos haviam falecido ainda pequenos, mais uma moça que morrera aos vinte anos, de tuberculose pulmonar.

A paciente trabalhava como vendedora de peixe, era ativa em seu comércio e, segundo Nina, ganhava o suficiente para as exigências de sua vida modesta e ainda para alguns luxos, como comprar algumas roupas vistosas, como costumavam usar as negras baianas.

Em 1888, morrendo sua filha depois de meses de sofrimento, Umbelina ficara muito abalada. A partir de 1889, começara a se acreditar enfeitiçada, deixara de sair e de freqüentar o mercado de peixe. Passara a se mudar constantemente de domicílio, acusando os vizinhos de estarem tramando contra ela. As alucinações auditivas teriam se iniciado na ocasião, e ela se lamentava sem cessar, segundo o relato do filho, se julgando insultada.

Acreditou então ter achado a razão de seus sofrimentos e acusou uma velha amiga, sua comadre, de a estar perseguindo, convencendo seu filho da veracidade de suas queixas. Continuou trabalhando, mas sem a atividade de antes.

Em 1896, piorou e passou a acusar uma velha africana, sua conhecida, pelos seus tormentos; chorava e dizia que estava totalmente queimada, sob feitiço da africana. Um dia, derramou sobre esta velha o conteúdo de uma chaleira de água fervente, causando-lhe queimaduras. Depois, passara a acusar o filho de conivência com seus perseguidores, saía de casa e perambulava pelas ruas à noite, até que seu filho pediu sua internação no asilo de alienados.

No Asilo, Nina Rodrigues a entrevista e Umbelina logo se queixa de não ter mais cabeça, nem mãos, pés ou estômago. Ele pensa logo em um “delírio de negação, tipo Cotard”²⁰³ e passa a investigar a hipótese (idem, p.624).

A cada negativa da paciente, Nina Rodrigues tenta confrontá-la com a realidade e vai lhe mostrando o seu nariz, os seus olhos, etc., e perguntando “O que é isto aqui?”, a que ela responde invariavelmente, “isto não é um nariz, isto não são olhos, etc.” (idem, p. 624). Ele repete a estratégia apontando para si próprio e perguntando de novo o mesmo; já agora Umbelina reconhece no médico os devidos braços, mãos, olhos, etc., que em si mesma não pudera reconhecer. Declara ela ainda que não vive mais, que está morta.

A paciente responde aos questionamentos do médico com a seguinte explicação:

Ela não tem mais mãos, ou rosto, porque o fogo a tudo devorou e, com os olhos cheios de lágrimas, ela mostra sua cabeça branca, suas pernas descarnadas, dizendo – ‘Diga, senhor, isto é uma perna, isto é uma cabeça? Veja como tudo está consumido e destruído!’ (NINA RODRIGUES, 1903, p.624).

Mas o fogo que consome Umbelina não cessa, continua a devorando no Asilo, e Nina o descreve como alucinação da sensibilidade geral. Ela sente-se ardendo o tempo todo e diz ao médico: “Aproxime um pedaço de papel, e o senhor verá como ele vai queimar” ou “Acenda um cigarro no fogo que me cerca” (idem, p.625). Umbelina, diz o médico, joga sobre sua cabeça toda a água que lhe cai nas mãos.

²⁰³ Jules Cotard (1840-1889), alienista francês, descreveu em 1880 um delírio melancólico a que daria, em 1882, o nome de “delírio das negações”, e que ele contrapunha ao modelo do delírio de perseguição (COTARD, 1998). Isaías Pessotti considera que Cotard introduz, no trabalho *Folie* (1879), uma visão psicodinâmica sobre a gênese e a natureza da loucura, ao teorizar sobre a variação dos estados da *sensibilidade moral* (correspondentes ao prazer e ao sofrimento) e sua relação com as doenças mentais, retomando e elaborando o conceito de J. Falret (PESSOTTI, 1994, p.194-201).

Nina Rodrigues enfatiza que a memória da paciente permanece perfeita, ela reconhece um médico que o acompanha no Asilo e que ela conhecera ainda criança, informação confirmada pelo médico e sua família.

Cerca de três meses depois de internada, a paciente cai gravemente doente, de “uma moléstia infecciosa aguda” e uma forte diarreia, “doença que visita o asilo de tempos em tempos”, agrava a situação (idem, p.625). Dentro de poucos dias, Umbelina morre, lúcida, mas sempre se queixando das chamas na cabeça, e seu médico lamenta não ter tirado um retrato dela.

Como observação final, Nina Rodrigues acrescenta: “Umbelina era cega de um olho, ela o havia perdido acidentalmente, e não apresentava estigma algum de degenerescência física, digno de atenção” (idem, p.625).

Ao comentar o caso, o médico sublinha as características que dão a ele o diagnóstico de delírio crônico: início tardio da doença em uma mulher que antes fora laboriosa e ativa, sem qualquer sinal de desequilíbrio mental; delírio de perseguição de marcha lenta, gradual, sistematizado, com intensas alucinações da sensibilidade geral relacionadas ao delírio de perseguição e, provavelmente, alucinações auditivas. A psicose durara treze anos, diz Nina Rodrigues, e duraria indefinidamente se a morte não a tivesse interrompido; o diagnóstico era, portanto, de delírio crônico de Magnan, em uma negra.

Quanto ao delírio de negação de órgãos, Nina Rodrigues não crê que sejam como os descritos por Jules Cotard, pois no caso de Umbelina ele não se relacionava a um quadro melancólico, e não havia na doente nenhuma idéia de humildade, passividade, resignação, autodestruição ou auto-acusação, características dos melancólicos, e o seu delírio era centrípeto, isto é, auto-referente (idem, p.625). Aqui, ele retoma alguns dos pontos que o próprio

Jules Cotard listou sinteticamente, em 1882, quanto às diferenças entre o delirante paranóico e o melancólico negador²⁰⁴ (COTARD, 1998, p.176-7).

Ao contrário, diz ele, sua doente acusava seus supostos perseguidores e reagia às suas injúrias com vigor; também não tinha ela sinais de hipocondria, outra possível fonte do delírio de negação, apontada por J. Séglas²⁰⁵.

N. Rodrigues aventa a hipótese de um “delírio de negação por contraste”, em que a decadência física, real no caso de Umbelina, pelo seu envelhecimento precoce, manteria a crença delirante na destruição de seu corpo pelo fogo – o contraste se refere ao que recordava ser antes da doença e aquilo que agora via em si; o conceito é emprestado de De Sanctis²⁰⁶ (NINA RODRIGUES, 1903, p.626).

Finalizando, o autor enfatiza duas características presentes em Umbelina que supõe serem próprias do patamar evolutivo onde se encontraria a raça negra: a sua crença no enfeitiçamento e a sua disposição vingativa, seu “sentimento de talião”, com referência à pena que fazia o culpado sofrer a mesma sorte de sua vítima, o que se demonstrara no episódio do ataque à velha africana “feiticeira” com a chaleira de água fervente (idem, p.627).

²⁰⁴ Outros pontos são: o perseguido é antes um homicida que um suicida, ao contrário do melancólico delirante; o delírio de perseguição se origina de um estado de hipocondria física, enquanto no delírio de negação duma espécie de hipocondria moral; o delírio do perseguido é centrípeto, isto é, ele é o centro da atenção universal, enquanto o melancólico teme que suas desgraças atinjam o mundo, o seu delírio é centrífugo; as alucinações predominantes no perseguido são as auditivas e no negador, as visuais, etc. (COTARD, 1998, p.156-77; BERCHERIE, 1989, p.183).

²⁰⁵ Citado de: SÉGLAS, J. *Le délire des négations*. Paris, 1895.

²⁰⁶ Citado de: DE SANCTIS, S. *Psicopatologia delle idea di negazione. Il manicomio moderno*, 1900, p. 352.

Sante de Sanctis (1862-1935), foi um alienista italiano que deixou obras importantes sobre psicologia experimental, psicologia aplicada ao trabalho, criminologia e sobre a educação de deficientes mentais, além de estudos sobre as psicoses infantis, descrevendo a “demência precossíssima” (MOREL, 1997, p.213). Estudou também a psicologia da conversão religiosa.

Semiologia da paranóia entre os negros

Depois de apresentar os dezesseis casos, Nina Rodrigues conclui que as variadas manifestações clínicas da paranóia entre os negros são fundamentalmente as mesmas que entre os brancos, e igualmente variáveis de acordo com o grau de educação, de inteligência e a presença de fatores desencadeadores (idem, p.705).

Quanto às alucinações, estas poderiam ou não ocorrer nos negros paranóicos, assim como era entre os brancos. Alguns fenômenos patológicos seriam mais comuns entre os negros, relacionados à sua psicologia normal. Assim, como eles seriam normalmente do “tipo motor-verbal” de Séglas, aqueles que “pensam alto”, isto determinaria o tipo de alucinações mais comuns na sua paranóia.

Citando Séglas²⁰⁷ Nina Rodrigues responde como diferenciar o que chama de um fenômeno normal, como pensar em voz alta, da alucinação verbal-motora: enquanto no primeiro caso os sujeitos dizem o que estão pensando, nesta alucinação as palavras ditas não correspondem aos pensamentos conscientes de quem as pronuncia. Também as alucinações motoras, referentes a movimentos do corpo, seriam freqüentes nos negros e ligadas aos movimentos habituais das suas danças, às suas formas de expressão corporal em estado normal.

Outra característica da psicologia normal do negro, a tendência ao desdobramento da personalidade, seria a base comum de seus sintomas na paranóia, no transe histérico clássico e nos *estados de santo* dos afro-baianos (NINA RODRIGUES, 1903, p.705-6).

Quanto à formulação do delírio, ao contrário de Teixeira Brandão e de Franco da Rocha, Nina Rodrigues acha que delírios complexos são possíveis entre os negros, devido à sua boa memória e à sua capacidade imitativa marcante.

²⁰⁷ SÉGLAS, J. *Leçons cliniques* ..., 1897, p.16.

Com relação ao argumento de Franco da Rocha, que considerava os quadros paranóicos menos evoluídos nos negros por não observar neles a definição de um perseguidor específico, Nina Rodrigues acredita que esta observação se deveria à falta de seguimento dos doentes, ou de sua análise apenas em fases iniciais da doença. Ou seja, se Franco da Rocha acompanhasse a evolução dos paranóicos negros, encontraria adiante a tal definição do perseguidor (NINA RODRIGUES, 1903, p.708).

Ele também assinala que negros das nações mais desenvolvidas, como os sudaneses, e os negros mestiços seriam tão capazes de delírios sistematizados e complexos como os brancos, pois isto dependeria do grau de inteligência. No negro médio, os delírios seriam realmente mais rústicos que os dos brancos, predominando naqueles quadros de paranóia aguda ou com forte elemento confusional.

Nina Rodrigues acredita ainda que uma das causas da eclosão da paranóia e de outras desestruturações da personalidade fosse o fato dos negros não estarem preparados para o salto civilizatório representado pela sua transplantação às Américas, devido à parca solidez de sua “síntese psíquica” (idem, p.709).

Os negros teriam os mesmos sentimentos e instintos básicos que os brancos, mas seriam menos disciplinados e mais agressivos. Como a paranóia seria “uma excitação do instinto de conservação”, os negros apresentariam quadros mais violentos, por terem valores morais menos sólidos, e delírios mais confusos ou rústicos, por serem menos inteligentes (idem, p.710).

Além disto, a raça negra tenderia à atuação impulsiva, quando o paranóico poderia subitamente agir de forma incontrolável. Embora não mencione, o conceito de impulsão que Nina Rodrigues utiliza se aproxima da definição de Magnan, que acreditava que esta resultava de uma rápida explosão de energia mental e da falta de controle volitivo: a impulsão seria um tipo de atividade cerebral que forçaria a ação, sem que a vontade do doente pudesse evitar. Régis

completava que a impulsividade era um retorno à ação nervosa reflexa elementar, decorrente da inferioridade mental, inata ou adquirida (BERRIOS, 1998, p.363).

Um último ponto da semiologia da paranóia entre os negros e mestiços que o autor discute é sobre o caráter atávico²⁰⁸ do conteúdo do delírio persecutório, idéia difundida na época, que fazia dos paranóicos seres que reativavam um funcionamento mental que teria sido normal em tempos remotos.

Antes de tudo, ele recorda que as crenças “animistas primitivas e fetichistas” que embasam a prática da feitiçaria eram sobremaneira correntes no Brasil, especialmente entre os negros, não se caracterizando como um atavismo, uma revivescência patológica do passado, mas como reflexo do estágio atual da cultura desta população (NINA RODRIGUES, 1903, p.711).

As crenças mágicas seriam largamente difundidas no Brasil pela falta de educação do povo, mesmo entre as classes mais ricas. Assim, diz ele, o brasileiro que acredita em feitiços não é, só por isto, um doente mental; e, se alguns efetivamente deliram com feitiços, é porque acreditam neles, não por um obscuro mecanismo que faria antigas crenças da humanidade reviverem no paranóico, como acreditavam os italianos Tanzi e Riva²⁰⁹, seguindo Lombroso (com os quais, de resto, Nina tinha muitos pontos de concordância).

²⁰⁸ Atavismo: esta noção tem por base a teoria da recapitulação, de Ernest Haeckel, que diz: “a ontogenia recapitula a filogenia”, ou seja, durante seu crescimento embrionário, todo indivíduo passaria por fases que repetiriam, de maneira seqüencial, as formas adultas de seus antepassados. Gould observa que a teoria da recapitulação saiu da biologia para impregnar outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a psicologia e a psicanálise - por exemplo, Freud em *Totem e Tabu* (GOULD, 1997, p. 111-4). No caso, Nina Rodrigues não discutia a validade da noção de atavismo (por exemplo, com relação ao criminoso nato de Lombroso), mas repudiava a sua aplicação à gênese do conteúdo do delírio paranóico.

²⁰⁹ O italiano Eugenio Tanzi (1856-1934) defendeu a analogia entre a “normalidade” do homem primitivo e a condição mental do alienado, inspirando Lombroso e escola a tentarem estabelecer analogias entre o delinqüente, o idiota, o epilético e o primitivo. Com o colega Riva, escreveu *A paranóia - contribuição à teoria da degeneração psíquica* (1884-1886), obra de grande influência no meio psiquiátrico (RAMOS, 1936, p.169; p.317). Tanzi fundou, em 1896, a *Rivista di Patologia Nervosa e Mentale*, de orientação claramente organicista; em 1904, com E. Lugaro publicou um tratado sobre as doenças mentais, de inspiração kraepeliniana (ODA e DALGALARRONDO, 2001, p.138, nota 10).

Assim, ao mesmo tempo em que busca mostrar que certas formas psicopatológicas básicas são essencialmente semelhantes nos negros e nos brancos, Nina Rodrigues enfatiza a que diferença cultural (que ele enraíza no biológico) deve ser levada em conta na avaliação do normal e do patológico entre grupos humanos distintos.

Tal posição do médico brasileiro remete ao alemão Kraepelin, que igualmente buscava a validação universal de certos constructos teóricos e adotava um paralelismo evolucionista na análise das manifestações psicopatológicas dos ditos primitivos (DALGALARRONDO, 1996).

Entretanto, as observações clínicas e etnográficas davam a Nina Rodrigues subsídios para questionar algumas idéias evolucionistas correntes entre os alienistas europeus, matizando as noções de inferioridade dos negros – nada mais coerente, num país policromático.

2- Epidemias psíquicas

Com relação ao estudo do que chama de *coletividades anormais e loucuras epidêmicas* brasileiras, Nina Rodrigues estabelece um debate com os fundadores do campo - florescente na época - denominado psicologia coletiva, psicologia das massas ou das multidões.²¹⁰

O primeiro esboço deste tipo de enfoque surge em 1890, e será um dos casos discutidos a seguir: uma análise retrospectiva de benignas *epidemias psíquicas* ocorridas em São Luis e em Salvador, o *beribéri de tremeliques* ou *caruara*. Charcot é praticamente a única referência de Nina Rodrigues neste estudo inicial.

²¹⁰ Os artigos que tratam do assunto foram reunidos por Artur Ramos no volume *As coletividades anormais* (1939a). São eles: *Abasia coreiforme epidêmica no norte do Brasil*, **Brazil-Medico**, 1890; *Lucas da Feira*, tradução do original francês *Nègres criminels au Brésil*, **Archivio di Psichiatria Scienze Penali ed Antropologia Criminale**, 1895; *A loucura epidêmica de Canudos*, **Revista Brasileira**, 1897 (publicado também em francês em 1898, nos **Annales Médico-Psychologiques**); *O regicida Marcelino Bispo*, **Revista Brasileira**, 1899; *A loucura das multidões - nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil*, tradução do original francês *La folie des foules*, **Annales Médico-Psychologiques**, 1901 (RAMOS, 1939, p.9).

Nas publicações seguintes, suas análises vão se tornando mais complexas e também mais eruditas; nelas, faz citações e estabelece contrapontos aos principais estudiosos do tema: Gabriel Tarde²¹¹ Scipio Sighele²¹² e Gustave Le Bon. Sua principal crítica a estes autores é não terem eles dado o devido valor à influência que a loucura teria no funcionamento das multidões.

Procurará então demonstrar esta influência vesânica, em seus estudos de casos nacionais, baseando-se principalmente nos trabalhos de psicopatólogos franceses do grupo da Salpêtrière sobre a loucura a dois e o contágio mental, como Régis e os clássicos Lasègue e Falret²¹³. No segundo relato a ser estudado aqui, a sua análise da *loucura epidêmica de Canudos*, de 1897, Nina Rodrigues se utiliza destes últimos para explicar o suposto contágio mental e de Valentin Magnan para diagnosticar o Conselheiro.

Sobre o diagnóstico diferencial entre a histeria e o beribéri

O artigo *Abasia coreiforme epidêmica no norte do Brasil* foi originalmente apresentado como uma comunicação oral ao 3º Congresso Brasileiro de Medicina, acontecido em Salvador em outubro de 1890. A seguir, foi publicado no **Brazil-Medico**, em duas partes, no mês de novembro do mesmo ano (RAMOS, 1939, p.9).

²¹¹ Gabriel Tarde (1843-1904): sociólogo francês, deixou trabalhos na área de psicologia coletiva e de criminologia. Defendia a predominância da explicação psicológica dos mecanismos sociais, sobre qualquer outra: os fenômenos sociais seriam sempre resultantes da interação mental entre os indivíduos, e de processos de *invenção*, *repetição* e *oposição* (RAMOS, 1936, p.114-5).

²¹² Scipio Sighele, advogado italiano, da mesma escola positiva de Lombroso, autor de **La folla delinquente** (A multidão delinquente), de 1891, em que sistematiza uma teoria do delito como fenômeno coletivo; entre outras proposições, diferenciava duas formas de criminalidade, a das classes altas, que seria evolutiva, e a das classes baixas, de características atávicas. Considerava que as diferentes classes sociais eram representativas de estágios evolutivos diferentes; logo as multidões ou associações de pessoas da classe baixa tendiam a ser violentas e agir primitivamente (SILVEIRA, 1999, 132-4).

²¹³ Charles Lasègue (1816-1883) e Jules Falret (1824-1902) deram ambas contribuições significativas à psicopatologia. Publicaram juntos, em 1877, *A loucura a dois ou loucura comunicada*. Lasègue, em 1852, descrevera o *delírio de perseguição*, do qual a loucura a dois seria uma variedade. O *delírio de perseguição* serviria de base a Magnan no seu *delírio crônico de evolução sistematizada*; Lasègue trabalhou também sobre o alcoolismo e o *delirium tremens*. Jules Falret estudou ainda a epilepsia, a paralisia geral e a *loucura circular*, como fizera já seu pai, Jean-Pierre Falret (MOREL, 1997, p.91; p.147).

Aqui, Nina Rodrigues conta uma história que viu começar quando era ainda adolescente, na sua São Luis do Maranhão:

[...] o espetáculo estranho que oferecia por aquela época a pequena cidade de São Luis, com as suas ruas diariamente percorridas por um grande número de mulheres, principalmente, amparadas por duas pessoas e em um andar rítmico interrompido a cada passo de saltos repetidos, genuflexões e movimentos desordenados, me deixou uma impressão profunda e duradoura que, ainda por cima mais se devia revigorar e fortalecer com a observação, poucos anos depois, das mesmas cenas aqui na Bahia (NINA RODRIGUES, 1939a, p.25).

Na ocasião, perto de 1877, o povo já havia decidido que estas manifestações deviam se chamar *beribéri de tremeliques* (NINA RODRIGUES, 1939a, p.28), *beribéri de pular* ou *beribéri de dançar* (BRITTO, 1939, p.280); os médicos maranhenses, todavia, divergiam quanto ao melhor nome a ser dado à estranha moléstia, que de toda forma era associada a uma outra patologia conhecida do local, o beribéri.²¹⁴

Cerca de uma década depois, a lembrança desta singular doença saltatória persistia na mente do jovem Dr. Nina Rodrigues que, intrigado, vinha havia algum tempo pesquisando sobre ela. Além de bom etnógrafo, ele era um historiador competente: entrou em contato com o Dr. Afonso Saulnier de Pierrelevée, velho clínico de São Luis, pedindo sua versão dos fatos, e consultou jornais da época.

E ainda, sabendo por experiência própria que cerca de quatro ou cinco anos depois o quadro passara a se manifestar também na Bahia, recorreu ao arquivo da **Gazeta Medica da Bahia** para procurar notícias sobre a tal epidemia.

²¹⁴ Doença conhecida, então, apenas do ponto de vista clínico, pois a sua etiologia só seria elucidada, gradualmente, no século XX: em 1907, Fletcher relacionou a doença à alimentação; em 1912, Funk elaborou a teoria das vitaminas e incluiu o beribéri entre as avitaminoses; finalmente, em 1933, Williams isolou a vitamina B1 ou tiamina (JACOBINA e CARVALHO, 2001), cuja deficiência é a causa do beribéri.

Com relação ao Maranhão, ele não encontrou registros médicos, apenas notícias na imprensa diária, além das próprias lembranças.

Já na província da Bahia, a chamada *epidemia de Itapagipe*, nome do aprazível subúrbio da capital baiana onde se manifestaram primeiramente os casos, levou a Câmara Municipal, em 1882, a nomear uma comissão de ilustríssimos médicos²¹⁵ para verificar o que ocorria ali.

Tal comissão, depois de visitar Itapagipe e judiciosamente estudar as condições em que se manifestavam os casos, que já eram mais de quarenta, e anotar suas características clínicas, produziu um relatório em que concluía que a municipalidade poderia se tranquilizar, já que a moléstia que começara em Itapagipe e se espalhara pela cidade do Salvador nada mais era do que “a coréia sob suas mais benignas formas” (COUTO et al., 1939, p.219-31).

O parecer da comissão foi publicado na **Gazeta Medica**, em 1883, e dava à moléstia o nome de *coreomania*, literalmente, mania de dançar; popularmente, a “moléstia nova” era chamada em Salvador de *caruara*²¹⁶ ou *treme-treme* (BRITTO, 1939, p.277).

Em 1890, todos sabiam, no Maranhão ou na Bahia, que esta doença era benigna, costumava melhorar sem tratamento (ou apesar dele) depois de algum tempo, voltando o doente à sua normalidade anterior. Já não havia multidões saltando estranhamente pelas ruas das duas capitais, embora vez ou outra, aparecesse um caso isolado – na época, segundo o Dr. Alfredo Britto, a afecção coreiforme estava “se perpetuando com o caráter endêmico” (BRITTO, 1939, p.278).

²¹⁵ A comissão era composta pelos doutores José Luiz de Almeida Couto, Horácio Cesar, J. F. da Silva Lima, Ramiro Afonso Monteiro e Manoel Vitorino Pereira (NINA RODRIGUES, 1939a, p.231).

²¹⁶ Em 1918, ocorreu em Salvador uma “epidemia” cujos sintomas eram perda de visão e uma fraqueza muscular aguda, que causava quedas súbitas, também chamada de *caruara*. Naomar de Almeida Filho relaciona a sua ocorrência às tensões sociais decorrentes da entrada do Brasil na Primeira Guerra e da epidemia de gripe espanhola; diz também que ainda hoje, no “dialetto baiano, *caruara* quer dizer incômoda fraqueza nas pernas, que ocorre nos momentos mais tensos da vida, principal sintoma de um medo atroz” (ALMEIDA FILHO, 2001, p.175).

Mas o meticoloso clínico Nina Rodrigues não estava satisfeito com o que ouvia, da parte de alguns colegas, sobre a origem desta misteriosa doença; o incomodava particularmente a associação que certos médicos e “o vulgo” faziam entre a coreomania e o beribéri.²¹⁷

Muitos médicos na Bahia pensavam como o Dr. Afonso Saulnier, que diagnosticara os casos do Maranhão como coréia beribérica, e não sem motivos, pois notara neles, além de dificuldades da marcha, edema nos membros inferiores, perda da força muscular nas pernas e alterações cardíacas.

É certo que a comissão de 1882 jamais citara esta associação²¹⁸; em seu parecer ela fazia uma analogia entre as manifestações de Itapagipe e as epidemias coreomaniacas européias da Idade Média, como a “dança de São Guido ou São Vito na Bélgica, na Holanda, na Alemanha [...], a tarântula na Itália”, etc. (COUTO et al., 1939, p.222).

Observava ainda o relatório que a moléstia de Itapagipe não era da magnitude das epidemias mencionadas, mas pertencia àquele “grupo de moléstias nervosas” e transmitia-se pelo que se chamava “contágio por imitação”. Tal tipo de contágio era bem conhecido de todos, era assim que se propagavam “o bocejo, o riso, o choro [...], até os ataques histéricos” (COUTO et al., 1939, p.224).

Prova disto a comissão teve ao examinar os casos da fábrica de fiação de Itapagipe, onde a princípio se concentrou a maior parte dos doentes; se estes eram examinados separadamente, os sintomas eram leves, mas à medida que se iam ajuntando “foi como se uma descarga elétrica se exercesse sobre aquela

²¹⁷ Nina Rodrigues estudava o beribéri, no mesmo ano de 1890 publicara um artigo sobre o diagnóstico diferencial entre este e as polineurites (CORRÊA, 1998, p.470).

²¹⁸ Observação particularmente relevante quando se recorda que da comissão fazia parte José Francisco da Silva Lima, que em 1872 publicara o importante **Ensaio sobre o beribéri no Brasil**. Eis uma descrição do Dr. Silva Lima de alguns sinais e sintomas em casos de beribéri: “Era uma doença apirética, e manifestava-se pelos seguintes sintomas, formigamento e dores mais ou menos vivas nos pés e nas barrigas das pernas, com alteração da sensibilidade e da motilidade; edema duro dos membros [...]. Paralisia completa dos membros inferiores, e de forma progressiva nos casos graves [...] movimentos tumultuosos do coração, fraqueza geral” (SILVA LIMA, 1871, p.13). Silva Lima não acreditava que o beribéri fosse contagioso ou infeccioso, mas que dependesse de “causa morbífica largamente espalhada, de circunstâncias, ou condições higiênicas gerais desconhecidas” (SILVA LIMA, 1867 *apud* JACOBINA e CARVALHO, 2001, p.124).

gente: exageraram-se consideravelmente os fenômenos observados, e produziram-se novos”. Portanto, conclui a comissão, o maior meio profilático era evitar a exposição pública dos doentes, que deveriam se manter calmos e cultivar hábitos morigerados (COUTO et al., 1939, p.226).

Desconhecendo o relatório de 1883, o Dr. Souza Leite já havia diagnosticado a epidemia baiana como casos de astasia-abasia, em 1888. Nina Rodrigues concordava, em linhas gerais, com a avaliação da comissão e com o diagnóstico do Dr. Souza Leite, mas desejava atualizar a discussão sobre o diagnóstico e refiná-lo. Para ele, o quadro de astasia-abasia deveria, definitivamente, ser incluído entre as afecções histéricas, como proposto por Jean-Martin Charcot (1825-1893). E parece que, no Brasil de 1890, invocar a opinião de Charcot sobre determinado fenômeno era selar um veredicto inapelável.²¹⁹

Argumentava que o Dr. Afonso, como outros médicos, tinha visto casos em que se associavam duas patologias, o beribéri e uma manifestação histérica, a coréia rítmica, acabando por generalizar para a maioria dos casos uma associação ocasional, e não etiológica.

Nosso autor diz ter escolhido chamar a coreomania brasileira de *abasia coreiforme* (dificuldade de andar associada a movimentos involuntários dos membros inferiores, de grande amplitude) para acentuar “a preponderância que na epidemia assumiu esta forma sobre todas as outras manifestações histéricas” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.36).

²¹⁹ Na França, durante a vida de Charcot, poucos se contrapunham às suas teses, como fez Hippolyte Bernheim (1840-1919) da chamada escola de Nancy, a partir de 1882; Bernheim defendia que o estado de hipnotização não era privilégio da histeria, mas resultado de sugestão a que qualquer pessoa poderia ser submetida, mantendo certa crítica diante da “euforia científica” que cercava as apresentações espetaculares da Salpêtrière (MOREL, 1997, p.31). A importância dada à opinião de Charcot entre os médicos baianos pode ser medida pela extensão do debate entre Nina Rodrigues e seu concunhado Alfredo Britto, no Congresso de Medicina de 1890, em que disputam longamente se “Charcot disse isto” ou “Charcot disse aquilo” sobre a classificação da astasia-abasia entre as coréias rítmicas, não chegando a conclusão alguma, pois aos dois o mestre francês parecia dar razão (NINA RODRIGUES, 1939a, p.297-332).

Ele transcreve um trecho de Charcot, que em 1886 observou numa mulher uma forma clínica em que havia de incapacidade de permanecer de pé (*astasia*) e de andar normalmente (*abasia*), e depois de verificar que estes sintomas se repetiam em outras pacientes, resolvera batizar os casos deste grupo como *abasia coreiforme*. Neste quadro patológico, movimentos involuntários de flexão dos membros inferiores, exagerados e bruscos, substituíam a marcha natural; entretanto, questão central para o diagnóstico, tais movimentos desapareciam se a paciente estivesse sentada ou mesmo se tentasse saltar com ambos os pés ou num pé só (NINA RODRIGUES, 1939a, p.36-8).

Exatamente como na epidemia brasileira, apontava o médico maranhense, em que os doentes andavam como se fossem coréicos ou coxos, mas subiam ladeiras e desciam escadas, sem grandes dificuldades e, quando sentados ou deitados, toda alteração desaparecia.

E esta seria a característica fundamental, patognomônica, que daria a este quadro um lugar entre as manifestações histéricas, produtos de uma doença cerebral funcional, a histeria, em que não se localizavam lesões no sistema nervoso. Como lembrou o Dr. Alfredo Britto, que discutiu com Nina Rodrigues certas nuances nosográficas da *abasia coreiforme*, permaneciam intactos nesta forma de histeria, a despeito de toda sintomatologia motora, a motilidade, a sensibilidade e os reflexos cutâneos e tendinosos²²⁰ (BRITTO, 1939, p.240).

Todavia, ainda que todos concordassem que era histeria²²¹, restava ainda uma questão em aberto: Nina Rodrigues se perguntou como manifestações histéricas individuais teriam se propagado desta maneira, que condições haviam permitido que se tornassem coletivas ou “epidêmicas”?

²²⁰ Já a síndrome coréica, no sentido atual, caracteriza-se pela hipercinesia arritmica (os movimentos são rápidos, sem propósito e sem sistematização) e pela hipotonia muscular, podendo haver diminuição ou abolição de reflexos (SPINA-FRANÇA, 1984, p.712). A bem da verdade, deve-se lembrar que Nina Rodrigues e Alfredo Britto não examinaram pessoalmente estes doentes de 1882-85, mas se basearam no relato dos médicos da comissão de 1882 e nas próprias lembranças sobre a evolução benigna da coréia epidêmica.

²²¹ Afinal, o mestre Charcot já dissera que via a histeria em grande quantidade nos relatos dos endemoninhados da Idade Média (CHARCOT, 1999, p.171).

Penso que formular esta dúvida seja a sua contribuição mais original ao caso, se bem que suas explicações não sejam, de forma alguma, destituídas de interesse.

Afirma Nina Rodrigues que, naqueles anos da década de 1880, **“pairava no ambiente brasileiro alguma coisa de anormal”**²²², algo que, enfraquecendo os corpos e excitando as mentes, teria predisposto a população ao ocorrido nas províncias do norte-nordeste. Ele pensava que, especialmente nestas províncias, haveria um “terreno preparado” para o contágio imitativo em grandes proporções, pela somatória de circunstâncias “metereológicas, étnicas, político-sociais e patológicas” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.43; p.49).

As condições “político-sociais” referidas, que estavam ainda bem próximas em 1890, eram o fim do regime monárquico e do escravismo; Nina Rodrigues lembra que estes fatos decorreram de processos históricos que forçosamente deveriam ter semeado a desconfiança e a insegurança entre as pessoas do povo que, sem participar diretamente destas profundas mudanças institucionais, eram muito atingidas por suas conseqüências.

Outro importante fator, a seu ver, era a religiosidade brasileira, ou antes, o caráter conflitante entre a religião que fora até havia pouco oficial, a católica, no seu “monoteísmo europeu”, e as formas de crença predominantes nos africanos, “fetichistas”, e nos índios, “astrolátricas”.

Aqui, ele se refere a uma conseqüência indesejável do mestiçamento, o hibridismo físico e moral resultante do cruzamento entre raças em patamares evolutivos diferentes, o qual lhe parecia funesto: a maioria dos casos era de negros e mestiços, especialmente susceptíveis a estas tensões; era o que o autor chamava de “causas étnicas” predisponentes.

²²² – Mas então, quem é que está aqui doido?

– É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha.

Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

– Vejo; creio que é um papagaio.

– Não senhor; é uma república [...].

O trecho é de crônica de Machado de Assis publicada na **Gazeta de Notícias** de 11 de maio de 1888, na série *Bons dias!* (MACHADO DE ASSIS, 1888 *apud* GLEDSON, 1986, p.127, grifo adicional).

Este é um aspecto importante; alguns anos mais tarde, em **O Animismo fetichista dos negros baianos**, Nina Rodrigues recordará o “número considerável de negros atacados de abasia coreiforme que percorriam as ruas desta cidade” (Salvador). Indicará ainda a exacerbação da epidemia coreiforme durante as festas populares onde havia samba e em candomblés, ligando as “danças sagradas dos negros” aos fenômenos sugestivos de imitação, a que ele achava a raça tão propensa (NINA RODRIGUES, 1935, p.136).

Se todas as considerações acima poderiam se aplicar ao país inteiro, continua Nina Rodrigues, na região norte-nordeste do Brasil havia ainda mais dois fatores agravantes: o clima quente, causador da anemia e da indolência, e as condições de extrema pobreza, que levavam ao desalento físico e moral e para qual a emigração era a triste saída.

Finalmente, ele lembra as condições sanitárias precárias de ambas capitais onde a epidemia atingiu maiores proporções; por isso, haveria nestes locais um grande número de doentes e de convalescentes de beribéri, mais susceptíveis à influências sugestivas em razão da debilidade física.

Assim, tanto os histéricos teriam influenciado sugestivamente alguns dos beribéricos como os muitos beribéricos, em passeio terapêutico, teriam fornecido àqueles seres impressionáveis um forte modelo para imitação, formando um círculo vicioso de auto e hetero-sugestão, responsável pela manutenção de grande número de casos, por mais de três anos.

Em síntese, Nina Rodrigues procura evidenciar que a *sugestão* é o mecanismo psicológico do *contágio por imitação*, mas não bastaria a simples existência de casos de abasia coreiforme para que se desse uma epidemia. Esta somente ocorreria “com o concurso de certas condições psicológicas do meio social onde se manifestou”, ou seja, se houvesse *predisposição* (NINA RODRIGUES, 1939a, p.123). Predisposição, no século XIX, era um termo suficientemente flexível para abrigar fatores supostamente debilitantes do físico e do moral (ou psicológico): a raça, o clima e as condições sociais, econômicas e políticas dos “sugestionados”.

Comentando a construção histórica dos diagnósticos das coréias, especialmente da doença de Huntington²²³, Roy PORTER (1999) lembra que os neuropsiquiatras do século XIX foram buscar nas coreomanias medievais a origem de entidades nosológicas que começavam a delimitar, saindo do marco da história da medicina para o da história natural da doença.²²⁴

Como vimos, a histeria de Charcot teve um importante papel na explicação destes fenômenos, no fim do século XIX; a ela se acresceriam conceitos oriundos da psicologia das massas e da metapsicologia freudiana, durante boa parte do século XX, quando o assunto passou a ser discutido em termos psicodinâmicos.

No fim do século XX, estas explicações começam a cair em descrédito, nas palavras de Porter, devido em parte aos “excessos da psico-história”. Pesquisas recentes associam certos frenesies coletivos do passado a intoxicações alimentares (como o ergotismo²²⁵) ou fazem suspeitar da participação de doenças neurológicas hereditárias, como a coréia de Huntington, através de levantamentos genealógicos de acusados de bruxaria (PORTER, 1999, p.145).

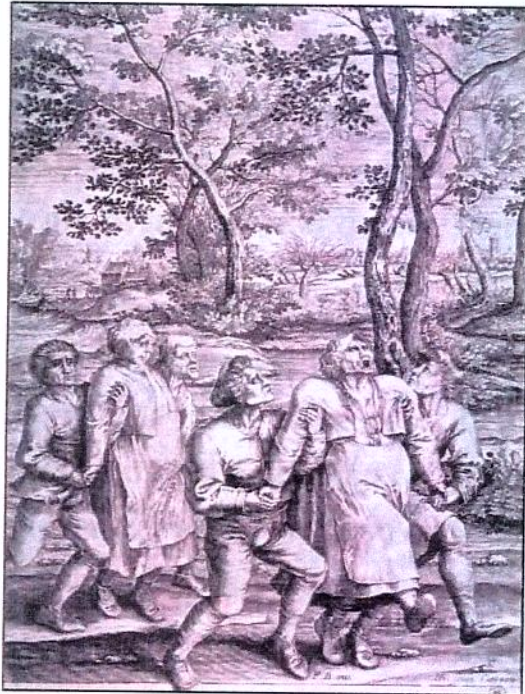
Ainda que não se deva desconsiderar estas possibilidades, é certo que a dúvida permanecerá para a grande maioria dos casos de coreomania. Já quanto ao caso brasileiro, ao menos temos as pistas de Nina Rodrigues, que indicam um caráter sociogênico predominante naquelas curiosas manifestações.

²²³ A coréia de Huntington é hoje considerada uma doença cerebral degenerativa, de caráter hereditário, cujas manifestações motoras hipercinéticas iniciam-se geralmente entre a segunda e a quarta década de vida, é progressiva e leva à incapacitação física e à demência (BLEULER, 1985, p.162).

²²⁴ Roy Porter considera que, no século XVIII, taxonomistas como Boissier de Sauvages (1706-1767) e outros iniciaram a naturalização do “desejo incontrolável de dançar” da dança de S. Vito e similares, ao acomodá-las dentro de seus sistemas nosológicos (PORTER, 1999, p.144). Segundo Isaías Pessotti, o *tarantismus* era um dos gêneros incluídos na ordem das *morosidades* de Sauvages, que contemplava desejos depravados ou perturbações apetitivas, como *pica*, *bulimia*, *hidrofobia*, *ninfomania*, etc. (PESSOTTI, 1994, p.134-5).

²²⁵ Ergotismo: intoxicação crônica causada pela ingestão de centeio contaminado pelo fungo *Claviceps purpurea*, cujos alcalóides produziram, na Idade Média, alterações vasculares que causavam gangrenas, abortos e convulsões (RALL e SCHLEIFER, 1985, p.823).

A Figura IV.6, na página seguinte, mostra uma gravura do século XVII, representando a dança de São Guido, uma das comparações feitas com a epidemia de abasia coreiforme brasileira.



Un Groupe De Danseurs De Saint-Guy. Pierre Breughel (1567-1625).

Reproduzido de National Library of Medicine – USA.

<<http://www.nlm.nih.gov/ihm/images/A/21/160.jpg>.>

Figura IV.6- Dança de São Guido

Sobre a loucura epidêmica de Canudos

O artigo *A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços* foi publicado originalmente na **Revista Brasileira** (ano III, tomo XII, fascículo 69, novembro de 1897) e depois reeditado por Artur Ramos no volume **As coletividades anormais** (1939a, p.50-77).²²⁶

Neste ensaio, Nina Rodrigues articula as noções de raça, mestiçagem e degenerescência e teoriza sobre as suas relações com a loucura, nas formas individuais e coletivas, considerando um contexto específico que lhes dava cores nacionais, os conflitos de Canudos.

O texto foi escrito pouco antes do término da batalha final, em outubro de 1897, como se infere da nota acrescentada por Nina Rodrigues ao primeiro parágrafo do artigo.²²⁷

²²⁶ Este artigo foi também republicado no ano de 2000, na seção *Clássicos da Psicopatologia* da **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental** (vol. III (2):145-57, 2000).

²²⁷ A nota é esta: "Não altera de uma linha as considerações deste estudo a notícia que nos acaba de transmitir o telégrafo de que, a 5 de outubro, o general Artur Oscar, que desde junho se achava em Canudos à frente de mais de 12 mil homens, apoderou-se finalmente daquele reduto, batendo completamente o bando de fanáticos que ali se achavam entrincheirados.

Foi encontrado o cadáver de Antonio Conselheiro, já sepultado no santuário de uma igreja que ali estava construído, com tais proporções que se havia transformado em uma fortaleza inexpugnável. A conduta de Antonio Conselheiro, mantendo-se até à morte do seu posto, quando lhe teria sido facilímo retirar-se de Canudos para ponto mais estratégico, é a confirmação final da sua loucura na execução integral do papel do Bom Jesus Conselheiro, que lhe havia imposto a transformação de personalidade do seu delírio crônico" (NINA RODRIGUES, 1939a, p.50).

É, portanto, um relato contemporâneo aos fatos ocorridos. Assim, sua narrativa, ao mesmo tempo em que padece dos defeitos causados pela parcialidade excessiva ou pela ausência de distanciamento crítico (contra as quais, sabemos, também o tempo não é garantia) conserva, entretanto, a força e o calor da hora, registrando a comoção nacional causada pelos sertanejos de Belo Monte.²²⁸

Nina Rodrigues, em sua análise conjuntural, nos mostra a sua visão de médico-antropólogo, membro da elite intelectual, defensor da República e do progresso, e ainda de reconhecedor das grandes diferenças existentes entre o mundo rural dos nordestinos e aquele das grandes capitais brasileiras. São estes balizamentos que orientam esta análise de seu discurso sobre Antonio Maciel e os jagunços, que poderia ser classificado como sociológico/psicopatológico.

A sua postura de cronista é ríspida com relação aos habitantes dos sertões – primitivos são os bárbaros jagunços, retrógrados e autoritários os chefes políticos locais: “o que ali impera é um compromisso entre as tendências para uma organização feudal por parte da burguesia abastada e a luta das represálias de tribos bárbaras ou selvagens por parte da massa popular” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.66).

Ele analisa o ocorrido em Canudos como uma guerra de motivações religiosas, o que explicaria a surpreendente resistência de um grupo de pobres sertanejos aos avanços progressivamente agressivos das tropas das polícias locais e do Exército:

²²⁸ Atualmente há ainda, entre os historiadores, *euclidianos* ou *conselheiristas* (GALVÃO, 2000, p.292) divergências quanto à análise do significado político das lutas que lá se travaram; basta lembrar que a historiografia oficial chama o ocorrido de revolta de Canudos, enfatizando a desobediência civil de rebeldes monarquistas e a ameaça à república nascente; os mais críticos o denominam massacre de Canudos, enfatizando o caráter fortemente repressivo dessa atuação do Exército brasileiro patrocinada pelo Estado, um grande genocídio, enfim. Antonio Conselheiro já foi descrito como louco, fanático religioso e como revolucionário; o estilo de vida e a organização social dos habitantes do povoado de Belo Monte são alvo de controvérsias, etc.

Particularmente esclarecedor é o estudo de Walnice Nogueira Galvão, *O Império do Belo Monte*, onde a autora analisa as lutas de Canudos como equiparáveis às rebeldias pré-políticas (de Hobsbawm), às lutas camponesas (de Engels) e aos movimentos utópicos dirigidos pela esperança (de Bloch) (GALVÃO, 2001).

Na fase sociológica que atravessam as populações nômades e guerreiras dos nossos sertões, na crise social e religiosa por que elas passam se há de escavar o segredo dessa crença inabalável, dessa fé de eras priscas em que a preocupação mística da salvação da alma toma suportáveis todas as privações, deleitáveis todos os sacrifícios, gloriosos todos os sofrimentos, ambicionáveis todos os martírios (NINA RODRIGUES, 1939a, p.51).

Pensava Nina Rodrigues que essa verdadeira epidemia de loucura religiosa, comandada por um louco que se acreditava e era crido como enviado de Deus, o Conselheiro, teria por base um tipo de fé primitiva, um catolicismo apenas de aparência, pois os sertanejos “fetichistas” facilmente corporificavam suas divindades em figuras impressionantes como o líder Antonio Maciel; e seria a essa fé que:

[...] há de vir pedir o futuro, o segredo desse prestígio moral que desbanca, a ligeiro aceno, toda a influência espiritual do clero católico, assim como dessa bravura espartana que faz quebrarem-se de encontro à resistência de algumas centenas de rústicos campônios a tática, o valor e os esforços de um exército regular e experimentado (NINA RODRIGUES, 1939a, p.51).

Quanto à loucura do Conselheiro, não havia dúvidas para Nina Rodrigues: “Bem conhecida em seus menores detalhes está a vesânia que o aflige, sempre perfeitamente diagnosticável, ainda mesmo com dados truncados e deficientes como são os que possuímos sobre a história pessoal deste alienado” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.51).

Em termos semelhantes se expressará Euclides da Cunha, em 1902, ao dizer que Antonio Maciel era “doente grave” e que só lhe poderia “ser aplicado o conceito da paranóia, de Tanzi e Riva”, acrescentando ainda que o Conselheiro entrara “para a história como poderia ter ido para o hospício” (CUNHA, 1963, p.121).

Encetando a análise psicopatológica, Nina Rodrigues tenta reconstruir a história de vida de Antonio Maciel, de pequeno negociante falido a missionário leigo católico, de 1859 a 1876:

Antonio Conselheiro é natural de Quixeramobim, no estado do Ceará, e chama-se Antonio Vicente Mendes Maciel. Seu pai, que havia sido proprietário e negociante abastado, legou-lhe com o encargo de três irmãs solteiras, a direção de uma casa comercial pouco consolidada. Casadas as irmãs, por sua vez Antonio Maciel toma estado desposando uma prima. O casamento de Antonio Maciel - diz um informante - foi um desastre. Pouco tempo depois vivia na mais infrene desinteligência com a sogra, por isso que açulava a filha a maltratá-lo.

Nesta situação, Antonio Maciel fez ponto no seu comércio, liquidando os seus negócios. Em 1859 mudou-se de Quixeramobim para Sobral, onde foi caixeiro de um negociante, daí passou-se a Campo Grande, onde por algum tempo exerceu o cargo de escrivão de juiz de paz. Mudou-se ainda para a vila do Ipú, onde um sargento de polícia raptou-lhe a mulher.

Retirou-se imediatamente para a cidade do Crato, e desta para os sertões da Bahia. Contam que em caminho para o Crato, ao passar em Paus Brancos, foi acometido de um acesso de loucura em que feriu um seu cunhado, em cuja casa se achava hospedado.

Dissenções contínuas com a mulher e com a sogra, mudanças sucessivas de emprego e de lugar, revolta agressiva com vias de fato e ferimento de um parente que o hospeda, não é preciso mais para reconhecer os primeiros esboços da organização do delírio crônico sob a forma do delírio de perseguição. A fase inicial da sua loucura, o período de inquietação, de análise subjetiva, ou de loucura hipocondríaca, em rigor nos escapa na história de Antonio Maciel à minguia de um conhecimento mais íntimo de sua vida no lar.

E, porém, fácil perceber a influência das alucinações e a procura da fórmula do seu delírio no que sabemos das suas lutas conjugais e, sobretudo, nessas mudanças repetidas. Por tal forma característica dos delirantes crônicos é este modo de reação que Favila crismou de alienados *migradores*, aqueles que as repetidas e sucessivas mudanças pedem debalde um refúgio, uma proteção contra a implacável perseguição que lhes movem as próprias alucinações, das quais nada os poderá libertar senão libertando-os da mísera mente enferma.

Penetrando nos sertões da Bahia, para o ano de 1876, Antonio Maciel levava finalmente descoberta a fórmula do seu delírio. O batismo de Antonio Conselheiro, pelo qual o ministro ou enviado de Deus inicia a sua carreira de missionário e propagandista da fé, era o átrio apenas de onde a loucura religiosa o havia de elevar ao Bom Jesus Conselheiro, da fase megalomaniaca da sua psicose (NINA RODRIGUES, 1939a, p.53-5).

De 1876 a 1889, diz Nina, Antonio Maciel continuará sua pregação no interior da Bahia e sua vida de asceta, pregando contra o luxo e contra os maçons, apenas se ocupando “em apanhar pedras pelas estradas para edificar igrejas”, como teria dito às autoridades policiais que o prenderam sob acusação de perturbação da ordem, pois já era grande o número de seus seguidores, pequenos sitiantes ou pobres trabalhadores rurais, que tudo abandonavam para segui-lo na vida errante de missionário (NINA RODRIGUES, 1939a, p.147-8).

A proclamação da República, na avaliação de Nina Rodrigues, representou um poderoso papel no incremento do prestígio do Conselheiro, reforçando sua identificação como enviado de Deus no combate aos inimigos da religião católica:

[...] por essa ocasião melhor se concretizou na reação contra a nova forma de governo em que não podia ver se não um feito dos seus naturais adversários. As grandes reformas promulgadas pela República nascente, tais como separação da Igreja do Estado, secularização dos cemitérios, casamento

civil etc., estavam talhadas de molde a justificar essa identificação.

Personificado no governo republicano o adversário a combater, Antonio Conselheiro declarou-se monarquista. Nas regiões onde ele predominava continuaram a prevalecer as leis e os atos do tempo da monarquia. Recusou-se a receber moeda que tivesse dizeres da República, só tendo curso como valiosa a que trazia a efígie do monarca deposto; aconselhou francamente que não se pagasse impostos ao governo republicano e nem consentia que se tivessem por válidos os atos do estado civil que não fossem realizados de acordo com as leis religiosas. Secundado pela luta que o clero católico do país abriu contra essas reformas, amparado pelas crenças monárquicas e religiosas da população sertaneja, o prestígio de Antonio Conselheiro atingiu o apogeu. O atestado da sua atividade nesse prazo e da força da convicção religiosa que despertava está escrito ao vivo pelas paróquias do interior deste estado, nos inúmeros cemitérios, capelas e igrejas que nelas edificou. O rebanho de fiéis que o acompanhava, e para o qual a fé cega na sua santidade já era dogma incontrovertível, contou com milhares de pessoas (NINA RODRIGUES, 1939a, p.57-9).

Aquilo que se seguiu, da mudança do grupo do Conselheiro da vila baiana de Bom Jesus para o sertão de difícil acesso, onde ergueram a fortaleza de Canudos, às sucessivas refregas entre forças policiais e conselheiristas, e o fim trágico do confronto entre o Exército e os jagunços, está contado em muitas narrativas. Assim, deixarei a descrição de Nina Rodrigues para entrar propriamente em suas considerações diagnósticas sobre Antonio Maciel e seus seguidores.

Nina Rodrigues classifica a loucura de Antonio Maciel como *delírio crônico de Magnan*, ou o equivalente à *psicose sistemática progressiva de Garnier*. Considera que, no caso do Conselheiro, era possível identificar as três primeiras fases do delírio crônico.

Para o diagnóstico de delírio crônico, Nina Rodrigues utiliza a longa evolução do quadro mental, seguindo Valentin Magnan, que em suas **Leçons Cliniques** (1893) descrevera quatro fases nesta doença. A fase inicial é inespecífica, uma fase de incubação, com inquietação, nervosismo, busca de explicações para os sofrimentos próprios em causas externas, em que começam as alucinações auditivas; na segunda fase é quando o delírio se coordena e se estrutura, as alucinações se intensificam e a personalidade se altera e se dissocia, havendo luta do sujeito contra os sintomas persecutórios e disso decorrendo debilitação física; a terceira fase é a megalomaniaca, em que a desagregação mental propicia o aparecimento de idéias de grandeza, a seguir, depois de um tempo variável, estes delírios de perseguição e grandeza se atenuam e a inteligência se enfraquece; a quarta e última fase é a da demência, caracterizada pela indiferença afetiva e pela confusão mental (BERCHERIE, 1989, p.152-3).

Também como Magnan, Nina Rodrigues considera que o que define o diagnóstico é a estrutura geral do quadro e não os seus conteúdos, variáveis com a educação, o meio social e a época em que vive o alienado (BERCHERIE, 1989, p.152).

Assim, o que Nina diagnostica como a “loucura religiosa”²²⁹ de Antonio Conselheiro teria tomado tal aparência por ser ele mestiço, filho do sertão em que se misturaram negros, índios e brancos, e com a religiosidade própria deste meio. Como todo delirante crônico, ele reagiria aos fatos externos de grande repercussão incorporando-os ao seu delírio inicial de maneira a reformulá-lo constantemente; no caso, os fatos sociais relevantes eram o fim do regime escravista e da Monarquia, e a instauração da República (NINA RODRIGUES, 1939a, p.58).

²²⁹ Roy Porter comenta a longa tradição da loucura religiosa na Europa cristã, especialmente nos séculos XVII e XVIII. Esta forma de loucura poderia ser considerada boa ou má, dependendo do predomínio diabólico ou divino das manifestações; os temas dos delírios eram Deus, o demônio, o pecado, a culpa, a salvação, as heresias, etc. (PORTER, 1990, p.107-8).

Nina Rodrigues considerava, a princípio, o Conselheiro “realmente muito suspeito de ser degenerado, na sua qualidade de mestiço”. Pouco depois do fim dos conflitos, examinará o seu crânio, observando que se tratava de uma peça normal, sem sinais de degeneração, apenas um “crânio de mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.131).

Em artigo de 1901, acrescentando à análise craniométrica mais alguns dados que pôde recolher da história pessoal do alienado, concluirá que este “descendia de uma família cearense valente e belicosa” de onde proviriam “as tendências, o temperamento belicoso que a loucura pôs em relevo em Antonio Conselheiro” (idem, p.134).

Concluiu, pois, não se tratar de um degenerado, o que confirmaria o diagnóstico de delírio crônico, segundo a escola francesa, que acometeria os *predispostos simples*, indivíduos sem degeneração, considerados normais até a eclosão da doença mental (BERCHERIE, 1989, p.191).

Voltando ao artigo de 1897: diagnosticado o líder ou, como o chama, o *meneur*, restava classificar o comportamento da turba ensandecida. Assim, a teoria do contágio vesânico no delírio a dois (*la folie à deux*) de Lasègue e Falret é transposta por Nina Rodrigues para a situação brasileira, e Antonio Conselheiro é colocado como o elemento ativo, o realmente louco, o *incubo*, e a massa que o segue como os elementos passivos, os *súcubos*, em que a loucura é superficial e sem raízes, podendo desaparecer ao se quebrar seu contato com o real alienado. Diz ele, explicando tal teoria:

As leis que regem a manifestação epidêmica da loucura são precisamente as mesmas que Lasègue e Falret formularam desde 1877 para o caso mais simples do contágio vesânico, o caso do delírio a dois²³⁰. Três momentos básicos reconhecem essas leis.

²³⁰ Nina Rodrigues se refere ao trabalho de Charles Lasègue e Jules Falret, *A loucura a dois ou a loucura comunicada*, publicado em 1877. Contrariando seus hábitos, Nina deixa de dar a referência bibliográfica completa do texto de Lasègue e Falret, talvez por ele ser muito conhecido à época, assim como não explicita se os trechos que aparecem entre aspas nos parágrafos aqui transcritos são destes autores, como tudo indica.

Em primeiro lugar, a existência de um elemento ativo que cria o delírio e o impõe à multidão que passa a representar o elemento passivo do contágio. Aceitando embora as idéias delirantes, a multidão reage por seu turno sobre o elemento ativo, retificando, emendando, coordenando o delírio que só então se torna comum.

Em segundo lugar, é indispensável uma convivência prolongada das duas ordens de espíritos, “vivendo uma vida comum, no mesmo meio, partilhando o mesmo modo de existência, os mesmos sentimentos, os mesmos interesses, os mesmos temores, as mesmas esperanças e estranhos a qualquer outra influência exterior”.

Em terceiro e último lugar, o contágio do delírio requer nele “um caráter de verossimilhança à sua manutenção nos limites do possível, repousando em fatos ocorridos no passado ou em temores e esperanças concebidas para o futuro” (NINA RODRIGUES, 1939a, p.63-4).

Para justificar o grau de influência sugestiva alcançado neste caso de contágio mental, o autor aponta, de um lado, uma organização social primitiva, muito aquém do que considerava o ápice do progresso (a civilização do homem branco europeu), composta por indivíduos mestiços de negros, índios e brancos, os *jagunços*, seres híbridos em que o caráter bárbaro da fração selvagem de seus ascendentes (negros e índios) se encontraria mal refreada, pronta para se manifestar violentamente ao menor estímulo social.

Em uma revisão de 1901, sobre os casos brasileiros de loucura coletiva²³¹, Nina Rodrigues considerará que entre os seguidores do Conselheiro não haveria apenas indivíduos realmente alienados, mas também “simples temperamentos nervosos”, histéricos, neurastênicos, outros somente convencidos ou supersticiosos, alguns bandidos e criminosos; toda a série dos desequilibrados mentais, enfim. Em cada tipo destes *súcubos*, a influência delirante do *incubo*

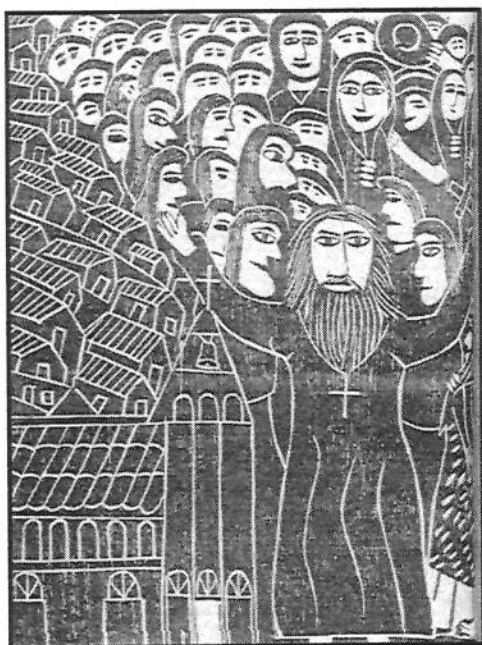
²³¹ NINA RODRIGUES, R. *La folie des foules*, *Annales Médico-Psychologiques*, 1901.

repercutiria segundo o seu temperamento e as suas predisposições (NINA RODRIGUES, 1939a, p.126).

Em 1897, ressalta ainda o autor, existia um momento histórico conturbado, a passagem da Monarquia à República, com a conseqüente separação entre Igreja e Estado e uma grave crise econômica, fatores que deixaram muito inseguros e insatisfeitos os habitantes do sertão. Vê ele neste contexto o terreno ideal para o desenvolvimento de uma epidemia de loucura, combustível a que um louco poderia atear fogo.

Mas não haveria de ser qualquer louco, e sim um louco profeta, mestiço como a massa que o seguia. Pois a mestiçagem traria a predisposição à alienação mental, a sugestionabilidade e o desequilíbrio mental necessários ao contágio vesânico epidêmico, dando literalmente a cor brasileira aos fenômenos que os estudiosos da psicologia das multidões tinham descrito na Europa.

A Figura IV.7 mostra xilogravuras sobre Canudos e o Conselheiro.



Xilogravuras de Joel Francisco Borges, do álbum *Via sacra de Antonio Conselheiro*. Extraídas da *Revista História, Ciências, Saúde*, vol. V, suplemento *Brasil ser tão Canudos*, julho 1998.

Figura IV.7- Imagens de Antonio Conselheiro

Parte 2. Juliano Moreira, um psiquiatra negro frente ao racismo científico

Uma explicação necessária

Antes de tudo, é necessário um esclarecimento sobre a expressão *um psiquiatra negro frente ao racismo científico*. Como denuncia tal subtítulo, julguei importante ressaltar que Juliano Moreira foi um médico psiquiatra **negro** – que nasceu e cresceu num Brasil ainda escravista, pois tinha 15 anos à época da Abolição – e que viveu num tempo em que o discurso médico dominante partia dos postulados do **racismo** cientificamente justificado.

Apesar de considerar tais aspectos biográficos potencialmente relevantes para a compreensão de certas posições teóricas que ele defendeu na medicina brasileira, entretanto, eu não desejaria reduzir a multifacetada pessoa do Dr. Juliano executando a sua racialização, isto é, conferindo-lhe “de antemão uma identidade racial inclusiva e primordial, excludora de outras possíveis identidades” – como alertou a historiadora Célia Marinho de Azevedo ao criticar este procedimento, não raro em estudos biográficos de afro-descendentes. Uma postura analítica mais abrangente e compreensiva, segundo esta autora, evitaria:

[...] os riscos da racialização do personagem, ou seja, de seu aprisionamento numa identidade racial de teor essencialista e que, ao final, mais explica o que já se pretende saber a priori do que permite compreender e refletir sobre uma experiência de vida passada e seus possíveis diálogos com o nosso presente. (AZEVEDO, 2000, p.133-4).

Portanto, nesta tentativa de diálogo com parte da obra de Moreira, ao enfatizar os aspectos relacionados às suas formulações sobre a (não) ligação entre raça, degenerescência, neuropatologia e psicopatologia, eu não afirmaria, em absoluto, que estas formulações derivaram exclusivamente do fato do autor em estudo ter sido um negro.

Todavia, ainda que a extensa produção científica de Juliano Moreira não deva ser analisada sob a óptica estreita do racismo, creio ser importante sublinhar que ele descreveu, em seu estilo tão elegante quanto contundente, a sua experiência pessoal com relação aos marcantes preconceitos de cor e de classe e à discriminação racial, existentes na sociedade brasileira da época em que viveu.

Como em seu discurso de posse, ao ser aprovado em concurso público para professor da Faculdade de Medicina da Bahia²³², em maio de 1896, em que frisou as dificuldades que sua origem social e sua cor parecem ter adicionado ao início da sua carreira acadêmica:

Subir sem outro bordão que não seja a abnegação ao trabalho, eis o que há de mais escabroso. Tentei subir assim, e se méritos tenho em minha vida este é um. [...]. Bem se vê que há muito mais que admirar na bravura nobre, ainda que por vezes ignorada, com que o pequeno reage, pé ante pé, de agrura em agrura, [...] do que em muito triunfo que o nascimento exagera com antecipado, embora falso, renome e que a proteção imerecida incrementa [...]. A quem se arreceie que a **pigmentação** seja nuvem capaz de marear o brilho desta Faculdade, me parece estar vendo a imagem fulgurante da Pátria Brasileira [...] desde Gonçalves Dias a Gonçalves Crespo, a espargirem os esplendores maravilhosos da beleza de seus versos, até Tobias Barreto, deslumbrante e glorioso [...].

Em dias de mais luz e hombridade o embaçamento externo deixará de vir à linha de conta. Ver-se-á, então, que só o vício, a subserviência e a ignorância são que tismam a pasta humana quando a ela se misturam ganhando-lhe o íntimo e aí inviscerando o mal [...]. A incúria e o desmazelo que

²³² O concurso mobilizou os estudantes da Faculdade, simpatizantes de Juliano Moreira, capitaneados pelo quintanista Afranio Peixoto, colocando-os em alerta para detectar qualquer indício de discriminação racial no resultado da seleção – os demais dois candidatos eram brancos, e três professores da banca examinadora eram reconhecidamente “escravocratas”, segundo Passos. Mas Juliano obteve o primeiro lugar no concurso, por unanimidade, com nota 10 (PASSOS, 1975, p.16).

petrificam, a hipocrisia, a baixeza e a desfaçatez que desmoralizam, sim, dão àquela massa humana aquele outro negror que a torna incapaz de fornecer radiações. A contínua genuflexão é que atrofia os músculos com que marchamos e aqueles com que conservamos a espinha ereta [...] (MOREIRA, 1896²³³ *apud* PASSOS, 1975, p.16-8, grifo no original).

Depois da leitura atenta de parte de sua obra, arrisco a hipótese que Juliano Moreira reagiu ao avanço do racismo científico, muito intenso no período de seu início de carreira – a última década do século XIX – de uma forma diferente daquela que Hebe M. Mattos apontou ter sido característica de alguns dos profissionais liberais e intelectuais brasileiros de origem africana contemporâneos de Moreira, nos quais a absorção do conceito pejorativo de “raça negra” teria levado à negação, ou à percepção atenuada, dos tensos conflitos existentes nas relações sociais/raciais brasileiras (MATTOS, 2000, p.60), conforme citado no tópico IV.1.

IV.4 – JULIANO MOREIRA NA FUNDAÇÃO DA PSIQUIATRIA NO BRASIL

Sobre a biografia de Juliano Moreira

Feitos os devidos esclarecimentos, passemos a falar brevemente da biografia deste Juliano Moreira, nascido em 6 de janeiro de 1873, na cidade do Salvador, e que é unanimemente considerado um dos mais destacados fundadores da psiquiatria no Brasil.

Se cada especialidade profissional moderna costuma escolher seus pais fundadores entre aqueles que sintetizam as melhores qualidades, os atributos desejáveis ou exemplares no julgamento de seus sucessores, ou ainda entre os que se destacaram pela excepcionalidade, então, a biografia de Juliano Moreira faz compreender tal eleição.

²³³ Alexandre Passos não cita a fonte de onde transcreveu o discurso de Juliano Moreira.

Ele era originário de uma família de trabalhadores modestos; Manuel do Carmo Moreira, seu pai, teria sido funcionário municipal, inspetor da iluminação pública – feita por lampiões a gás, nesta época; de sua mãe nada de concreto se registra, além do nome, Galdina Joaquina do Amaral. As escassas informações dadas por seus biógrafos dizem que seus pais eram cidadãos brasileiros livres, de ascendência africana (PASSOS, 1975, p.9), mas não se encontram detalhes genealógicos sobre seus antepassados escravizados.

De forma geral, ocorre com os estudos sobre a vida e a obra de Juliano Moreira aquilo que já apontei quanto a Nina Rodrigues; existem apenas alguns poucos textos, honestos no esforço de contar as histórias de Moreira, mas incomodamente laudativos; estes foram escritos por quem conviveu com ele como estudante²³⁴ ou por médicos da geração seguinte.²³⁵

Entretanto, mesmo este tipo de escrito parece mais raro ainda que os sobre o médico maranhense. A maior parte das informações sobre a biografia e a atuação institucional de Juliano Moreira pode ser obtida de discursos em sua homenagem (ROXO, 1925; HOMENAGENS, 1925) ou dos seus necrológicos, escritos em 1933 (AUSTREGÉSILO, 1933; CARRILHO, 1933; ROXO, 1933; AMJRJ, 1933). Fontes a serem consideradas com delicadeza, portanto, e tratadas com o salutar cepticismo recomendado nestes casos.²³⁶

Da sua infância, sabe-se pouco, apenas que era extremamente inteligente e adiantado nos estudos; ele ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos, o que era possível a alunos excelentes, pela estrutura educacional da época (PASSOS, 1975, p.10), e graduou-se aos 18 anos, em 1891, com a tese **Etiologia da sífilis maligna precoce**.

²³⁴ PASSOS, A. **Juliano Moreira** (vida e obra), 1975.

²³⁵ LEME LOPES, J. **Juliano Moreira**. *J Bras Psiqu* 13 (1):13-9, 1964.

ARRUDA, E. **Resumo Histórico da Psiquiatria Brasileira**. 1995. p.34-43.

²³⁶ Ainda mais porque, devo confessar, é difícil não admirar este homem, lendo seus escritos e refletindo sobre sua trajetória e atuação institucional, a despeito de todo esforço de contextualização crítica quanto ao papel social da psiquiatria no Brasil do começo do século XX, etc, etc, etc.

A folha de rosto desta tese de graduação está reproduzida na página seguinte; vê-se que, além das informações protocolares, ele destacou o fato de ter sido interno *por concurso* do Serviço clínico de Dermatologia e Sifilografia da Faculdade de Medicina da Bahia e Sócio-fundador da Associação Filomática “Charles Robin” (MOREIRA, 1891).

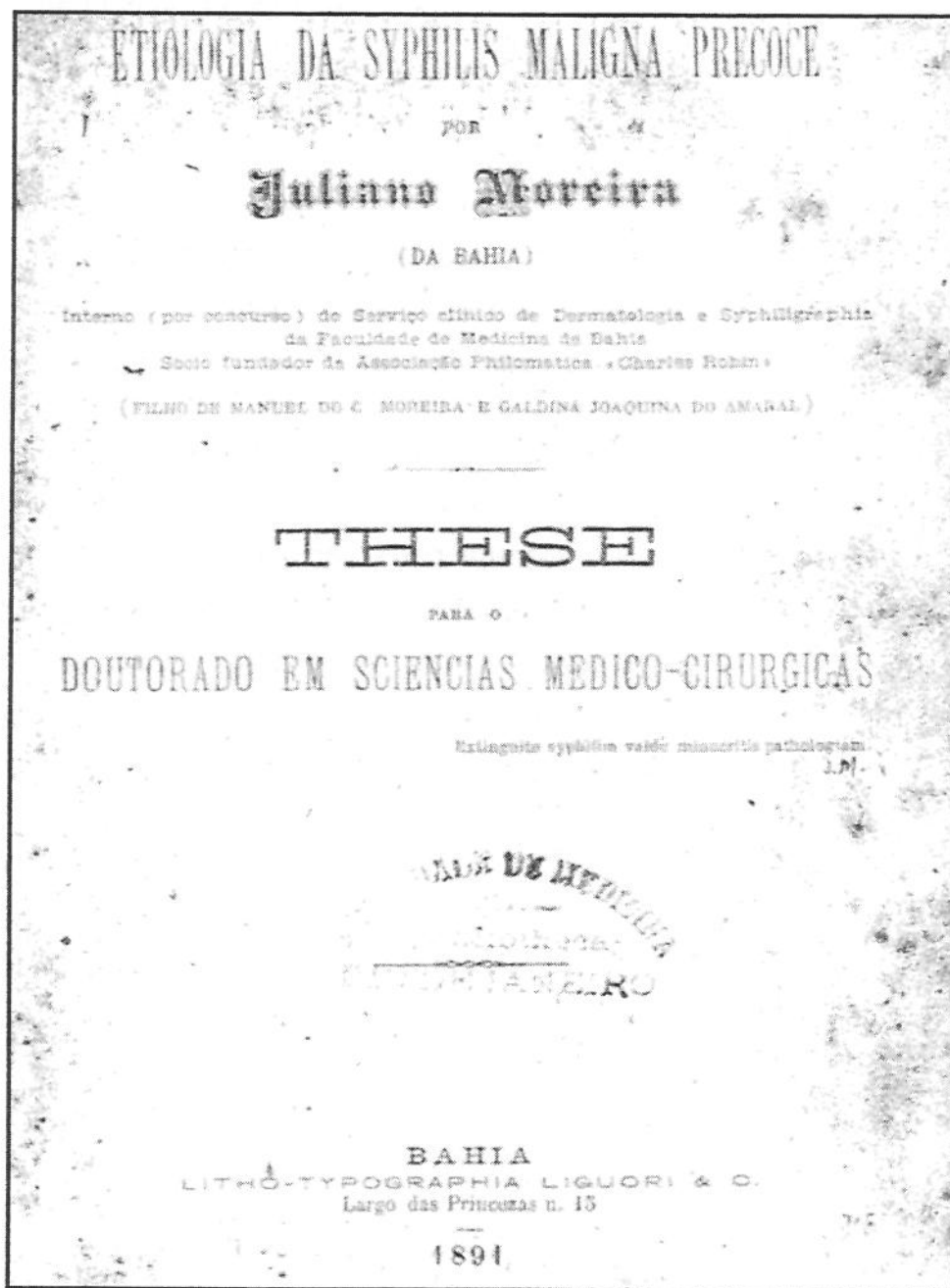


Figura IV. 8- Fac-símile da folha de rosto da tese de Juliano Moreira

Por ocasião da morte de Moreira, os **Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro** (AMJRJ), publicaram um longo relato biográfico, que se inicia na sua formatura, em 1891 (AMJRJ, 1933a, p.7-13) e ainda uma extensa lista bibliográfica do falecido psiquiatra (AMJRJ, 1933b, p.13-20), que parece ter servido de guia para as publicações posteriores sobre o médico baiano.

Quanto às poucas análises críticas mais recentes, em que Juliano Moreira comparece como figura central, encontra-se a dissertação de PORTOCARRERO (1980), a monografia de CARVALHAL (1997), a dissertação de VASCONCELLOS (1998) e o artigo de CARVALHAL e DELGADO (2000)²³⁷; há ainda a original contribuição de Paulo DALGALARRONDO (1996, p.421-33), com a tradução de três cartas de Juliano Moreira a Emil Kraepelin, datadas de 1905 e de 1906.

Existe também uma nota biográfica sobre Juliano Moreira no conhecido **Dicionário biográfico PSI**, do francês Pierre Morel, que relaciona psiquiatras, psicólogos e psicanalistas de importância internacional; Moreira é o único brasileiro a constar deste dicionário de notabilidades, que destaca elogiosamente sua atuação reformadora no Hospício Nacional e seus trabalhos científicos; porém, veicula uma inverdade ao afirmar que, em 1904, ele teria obtido a Cátedra de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (MOREL, 1997, p.178),

²³⁷ Vera Maria PORTOCARRERO, em **Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**, (1980), analisa a fundação da moderna psiquiatria brasileira, como discurso e prática, sob a perspectiva metodológica de Michel Foucault, a arqueologia do saber. Assim, Moreira é o mote, mas o interesse central desta bem feita tese é o saber psiquiátrico.

Lázara de Azevedo CARVALHAL (1997), em **Loucura e Sociedade: o pensamento de Juliano Moreira** estuda a sua atuação frente ao Hospício Nacional e correlaciona as inovações por ele empreendidas ao contexto político brasileiro, enfatizando o controle social exercido pelo novo alienismo trazido por Moreira.

Maria de Fátima de VASCONCELLOS, na dissertação **Mestre Juliano: o fundador da Psiquiatria no Brasil** (1998) enfatiza o caráter inovador das idéias e da atuação de Juliano Moreira.

Lázara A. CARVALHAL e Pedro Gabriel Godinho DELGADO, no artigo *Levantamento de fontes primárias e secundárias relativas a Juliano Moreira (1873-1933)* (In: AMARANTE, P. (org.). **A loucura da (na) história**, 2000), apresentam um minucioso levantamento da produção bibliográfica de Juliano Moreira, que recuperou documentos dos arquivos da Biblioteca Nacional, da Academia Nacional de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Já agradeço a Lázara pela gentileza de ter me enviado cópias de alguns destes documentos, coletados durante pesquisa patrocinada pelo Instituto Franco Basaglia (RJ) em 1998, mas o faço novamente aqui).

o que nunca ocorreu, como recordava Henrique Roxo, em 1925: “Não houve hesitação de vossa parte em abandonar a carreira professoral [...] quando vos foi confiada a direção da Assistência a Alienados aqui no Rio” (ROXO, 1925, p.127).²³⁸

A produção científica de Moreira

A atividade de pesquisa científica de Juliano Moreira começou ainda como estudante. Como deixou consignado na apresentação de suas credenciais, na abertura da tese de graduação (Figura IV.9), foi interno do Serviço Clínico de Dermatologia e Sifilografia da Faculdade de Medicina da Bahia.

Nas palavras de Leme Lopes, “na fase baiana de sua atividade científica e profissional, cultivou dois campos paralelos [...], a dermatologia e a neuropsiquiatria” (LEME LOPES, 1964, p.5), em que aliava a descrição clínica detalhada e a comprovação anatomopatológica, na tradição da já referida escola tropicalista baiana (tópico IV.2). O estudo de doenças sistêmicas graves, com potenciais manifestações cutâneas e neuropsiquiátricas, tais como a sífilis, a lepra e as intoxicações arsenicais, lhe renderam várias publicações em conceituadas revistas internacionais (CARVALHAL e DELGADO, 2000, p.421-33; PASSOS, 1975, p.37-9).

²³⁸ Juliano Moreira exercia, efetivamente, uma intensa atividade docente, como diretor do Hospício Nacional e “chefe de escola” junto aos internos de medicina que ali estagiavam. Aliás, é interessante notar algo sobre o “verdadeiro” catedrático de psiquiatria do Rio na época, o sucessor de Teixeira Brandão, que foi Henrique Roxo – interino entre 1904 e 1907 e efetivo depois de 1911 (ARRUDA, 1995, p.40).

Encontrei registradas, em duas ocasiões, afirmações suas sobre o fato de Juliano Moreira não ter no Rio uma cátedra, mas exercer o papel de docente no Hospício Nacional: uma em discurso em homenagem ao médico baiano (ROXO, 1925, p.127), outra em seu necrológio (ROXO, 1933, p.2). Em ambos os textos, Roxo ressalta a sua condição de catedrático e, embora elogiando Juliano, não perde a oportunidade de enfatizar as diferenças entre a própria filiação teórica, como discípulo de Teixeira Brandão, forte opositor das idéias de Kraepelin, e a de Juliano Moreira. Nas entrelinhas do discurso de Roxo, parece haver pistas que a autoridade científica de Moreira o ameaçava, assim como à imagem idolatrada de outro pai fundador da psiquiatria brasileira, Teixeira Brandão: “não fui vosso discípulo, [...] fui discípulo do pranteado professor Teixeira Brandão” (ROXO, 1925, p.126); “não tendes uma cátedra, mas ali, naquele recanto, são verdadeiras aulas que se dão” e “nunca foi observado haver de vossa parte o desejo de ferir o direito de outrem” (1925, p.127), etc.

Como já sabemos, professor concursado da Faculdade de Medicina da Bahia desde 1896, Juliano Moreira partiu para sua primeira viagem de estudos ao Velho Mundo, que durou um ano, de 1900 a 1901, quando se ligou a laboratórios e grupos de pesquisa em dermatologia e sifilografia da Europa, especialmente na Alemanha, onde que já era conhecido por suas publicações (LEME LOPES, 1964, p.5; PASSOS, 1975, p.18).

Na mesma viagem, visitou, estagiou e fez cursos nas mais reputadas clínicas psiquiátricas européias, como os serviços de Flechsig, Krafft-Ebing, Gilles de La Tourette, V. Magnan, etc. Consta que, neste verdadeiro périplo psiquiátrico, visitou clínicas na Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Itália, França, Áustria e Suíça (LEME LOPES, 1964, p.6).

Voltou ao Brasil cheio de idéias novas, depois da panorâmica visão da assistência neuropsiquiátrica européia. Como professor adjunto de Clínica Psiquiátrica, cabia-lhe dar aulas práticas no Asilo São João de Deus, além de substituir o catedrático em cursos, eventualmente (PASSOS, 1975, p.18).

Naturalmente, cada vez mais as doenças mentais tornaram-se seu centro de interesse: já nos primeiros anos do século XX, discutiu a nosografia psiquiátrica, iniciou a divulgação sistemática da obra de Kraepelin, estudou as histórias da medicina e da assistência psiquiátrica no Brasil, passou a escrever sobre modelos assistenciais, métodos de tratamento e sobre a legislação referente aos alienados (AMJRJ, 1933a, p.7-8).

Uma última observação sobre seu universo científico se refere à psicanálise; embora não tenha sido adepto do método psicanalítico, parecia conhecer bem as obras de Freud e expressava sobre elas uma avaliação crítica, mas respeitosa, compatível com sua posição tolerante de “chefe de escola”.

É o que mostra em uma resenha, onde elogiava o livro de Franco da Rocha, **O pansexualismo na doutrina de Freud** (1920); ali referiu que a Sociedade Brasileira de Neurologia e Psiquiatria vinha promovendo palestras de

divulgação da psicanálise e comentou, com sua ironia peculiar que, se esta ainda era pouco conhecida no país, era porque “no Brasil, em geral os colegas, em obediência à lei do menor esforço, aguardam que as idéias e doutrinas passem primeiro pelo filtro francês para que nos dignemos a olhá-las contra a luz” (MOREIRA, 1920, p.365-6).

Juliano Moreira e uma nova psiquiatria

Juliano Moreira dirigiu o Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, de 1903 a 1930. Mudar-se para o Rio de Janeiro significou para ele, como apontou H. Roxo, abandonar a carreira docente recentemente principiada na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1896, como substituto da cátedra de Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas (AMJRJ, 1933, p.7).

Mas isto não impediu que ele continuasse a cultivar relações com universidades de todo o mundo, alinhando-se às correntes que então representavam a modernização teórica da psiquiatria e da prática asilar.

Quando assumiu o Hospício Nacional de Alienados empreendeu um ambicioso projeto reformador que, em médio prazo, obteve expressivas mudanças no funcionamento institucional, tais como: a melhoria das instalações destinadas aos internos; a separação entre adultos e crianças internadas; a instalação de laboratórios de anatomia patológica e de análises bioquímicas dentro do Hospício (parece ter sido o primeiro laboratório dentro de um hospital brasileiro); a remodelação e ampliação expressiva do corpo clínico, com entrada de mais neuropsiquiatras, neurologistas e especialistas de clínica médica, pediatria, oftalmologia, ginecologia e odontologia; a abolição do uso de coletes e camisas de força e a retirada de grades de ferro das janelas; a operacionalização de uma escola para formação especializada de enfermeiros psiquiátricos; o estabelecimento de rotinas para os registros administrativos, estatísticos e clínicos, etc. (AMJRJ, 1933a, p.7-8).

Juliano Moreira aglutinou ao seu redor um grupo de médicos jovens e muito ativos na profissão, muitos dos quais viriam a ser, eles próprios, organizadores de diversas especialidades médicas brasileiras, como a neurologia (Antonio Austregésilo), a clínica médica e infectologia (Miguel Pereira), a patologia clínica e anatomia patológica (Raul Leitão da Cunha), a pediatria (Fernandes Figueira), a medicina legal e psiquiatria forense (Afranio Peixoto e Heitor Carrilho), a cirurgia (Álvaro Ramos), etc. (LEME LOPES, 1964, p.9; PASSOS, 1975, p.23). Dentre estes homens de ação, Antonio Austregésilo e Afranio Peixoto²³⁹ foram também deputados muito atuantes na vida política nacional.

Sua atuação institucional incluiu ainda a organização da Assistência aos Alienados (mais tarde, Serviço Nacional de Assistência aos Psicopatas), tendo sido uns dos principais responsáveis pela redação da legislação federal de assistência aos alienados, que foi apresentada ao Congresso pelo – já velho conhecido nosso – médico e deputado Teixeira Brandão, aprovada e promulgada em 22/12/1903 (MOREIRA, 1905, p. 67-76; AMJRJ, 1933a, p.7-8).

A consolidação de um outro pilar da organização médico-científica nacional teve o apoio decisivo de Juliano Moreira, que foi co-fundador de importantes periódicos médicos, como os **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e ciências afins** (1905), o primeiro exclusivamente dedicado à neuropsiquiatria no país, os **Arquivos Brasileiros de Medicina** (1911) e os **Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro** (1930).

Juliano Moreira parecia prezar muito a vida associativa, sendo um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, em 1907; foi ainda membro de várias sociedades médicas e antropológicas

²³⁹ Júlio Afranio Peixoto merece alguns comentários. Sua história está relacionada a Nina Rodrigues e a Juliano Moreira, e ele foi uma personalidade tão polivalente como eles. Como seu mestre e depois parceiro Juliano Moreira, nasceu na Bahia e consolidou sua vida profissional na antiga capital federal. Peixoto foi responsável pela articulação que levou J. Moreira ao cargo de diretor do Hospício Nacional, em 1903 – e, sendo também alienista do Hospício, substituiu o diretor em diversas ocasiões. Além de ter sido deputado federal, teve importantes cargos de chefia na administração pública, nos setores de saúde e de educação e foi diretor do Instituto Médico Legal. Romancista e crítico literário, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (CORRÊA, 1998, p.207-14).

mundiais. Também era um assíduo participante de congressos médicos internacionais, tendo várias vezes representado o Brasil na Europa (AMJRJ, 1933, p.9-12).

Afirmou Henrique Roxo que a sua admirável facilidade com várias línguas estrangeiras, sua extrema polidez e sua grande cultura transformaram Juliano Moreira numa espécie de diplomata científico, sempre designado pelas autoridades para receber e ciceronear os “grandes nomes da ciência estrangeira” (ROXO, 1925, p.127) que vinham visitar o Brasil.

A Figura IV.9 mostra Juliano Moreira acompanhando um desses visitantes ilustres, em 1925.



Einstein em visita ao Rio de Janeiro em 1925, ao lado de Juliano Moreira (à esquerda, em primeiro plano). Extraído de **Arquivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e medicina legal**, da capa da edição de janeiro-março de 2003.

Figura IV.9- Juliano Moreira e Albert Einstein, em 1925

IV.5 – JULIANO MOREIRA E A PSIQUIATRIA COMPARADA

Até aqui se destacaram os aspectos biográficos mais relevantes e a atuação técnica e política de Juliano Moreira como diretor do Hospício Nacional, no sentido de apresentar quem era aquele que se colocava como contraponto a Nina Rodrigues na discussão sobre a influência da mestiçagem na degenerescência do povo brasileiro. Mas, antes de abordar este ponto específico, vale apenas assinalar as posições mais gerais de Juliano Moreira nos domínios da psiquiatria comparada.

Moreira dedicava-se com entusiasmo aos estudos de psiquiatria comparada no Brasil, área em que produziu vários artigos e comunicações em congressos internacionais²⁴⁰. As cartas trocadas com Emil Kraepelin – que planejava vir ao Brasil numa expedição de pesquisa etnopatológica – são também registros deste seu grande interesse (DALGALARRONDO, 1996, p.122-4).²⁴¹

No final da primeira parte deste capítulo, apontou-se que Nina Rodrigues e Juliano Moreira, além das muitas diferenças teóricas, tinham algo em comum: recusavam-se a aceitar passivamente todas as proposições sobre a psicopatologia dos negros e mestiços, que vinham de fora, dos alienistas europeus. Ambos colocavam-se em posição intelectual de igualdade com os estrangeiros, nos debates da etnopsicopatologia.

²⁴⁰ MOREIRA, J.; PEIXOTO, A. Les maladies mentales dans le climats tropicaux. **Archivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciencias Affins**, II (1):222-41, 1906.

MOREIRA, J.; PENAFIEL, A. A contribution to the study of Demência Paralytica in Brazil. **Journal of Mental Science**, 53: 507-21, 1907.

MOREIRA, J.; PEIXOTO, A. Les maladies mentales au Brésil. **Congresso Internacional de Psiquiatria**, Amsterdam, 1907 (citado em **AMJRJ**, 1933b, p.18).

MOREIRA, J. A new contribution to the study of Demência Paralytica in Brazil. **XVII Congresso Internacional de Medicina**, Londres, 1913 (citado em **AMJRJ**, 1933b, p.19).

MOREIRA, J. Notes sur quelques maladies nerveuses et mentales au Brésil. **III Congresso Internacional de Neurologia e Psiquiatria**, Gand, 1913 (citado em **AMJRJ**, 1933b, p.19).

MOREIRA, J. Die Nerven und Geisteskrankheiten in den Tropen. In: MENSE, C. (ed.). **Handbuch der Tropenkrankheiten**, 1926 (citado em **AMJRJ**, 1933b, p.20).

²⁴¹ A visita de Kraepelin ao Brasil acabou por não ocorrer, para desapontamento dos alienistas brasileiros. Em 1926, ao comentar a morte recente do ilustre alemão, Juliano Moreira recordou seu interesse pela psiquiatria comparada e seus planos de vir ao Brasil, e afirmou que ele desistira por saber que aqui já quase não havia “índios puros”, e mudara o destino para os EUA e México, onde pôde encontrar o grande número de indígenas que desejava para suas pesquisas (MOREIRA, 1926, p.138).

Recordando, Nina Rodrigues, a despeito de jamais duvidar da inferioridade mental do negro típico, relativizava as afirmações dos europeus sobre a “psicopatologia pobre” dos negros, quando afirmava a possibilidade destes manifestarem seu adoecimento mental da mesma forma que os brancos, sob determinadas condições de educação ou de herança intelectual (“negros superiores” e mulatos, etc.).

Já Juliano Moreira recusava a tese da inferioridade intelectual nata do negro e, além disto, desafiava duas crenças dominantes na psiquiatria comparada do começo do século XX: primeiro, afirmava que não havia doenças mentais próprias dos climas tropicais; e, segundo, que a condição racial de um indivíduo não lhe daria imunidade a forma alguma de insanidade mental.

E, tanto Juliano quanto Nina Rodrigues, defenderam sempre suas idéias a partir de relatos circunstanciados de casos clínicos por eles observados, e depois de demonstrar que conheciam perfeitamente a produção científica internacional sobre o tema, e os pontos cruciais do debate.

A loucura nos países tropicais

No XV Congresso Internacional de Medicina, em Lisboa, 1906, Juliano Moreira e Afranio Peixoto apresentaram a comunicação *Les maladies mentales dans le climats tropicaux*, que foi publicada no mesmo ano nos **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria**.²⁴² Neste artigo, os autores afirmam enfaticamente que não se poderia dizer que existissem doenças mentais climáticas (*maladies mentales climatiques*) ou que, sob os climas quentes, se observasse qualquer patologia neuropsiquiátrica diversa daquelas vistas nos demais tipos de clima (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.224).

²⁴² MOREIRA e PEIXOTO, 1906. *Op. cit.*

Moreira e Peixoto assinalam ainda que, no Brasil, a lista das doenças mentais era a mesma de qualquer outro país, apenas se notavam variações na frequência relativa do aparecimento de algumas delas (idem, p.225).

Neste interessante texto, eles deixam transparecer velhas questões, ainda em debate, sobre a etiologia das doenças mentais. Uma delas era já bem antiga: *teriam as condições atmosféricas, ou as fases da lua, influência na evolução das insanidades mentais?*

Neste sentido, os autores comentam um artigo de Lombroso²⁴³, em que o mestre italiano assinalara que, dois ou três dias antes de grandes variações atmosféricas, alguns doentes, especialmente os idiotas e os epiléticos, tornavam-se mais agitados e propensos a crises. Então, os brasileiros informam que estudaram minuciosamente a frequência das crises dos epiléticos internados no Hospício Nacional, correlacionando-a com as condições meteorológicas da cidade do Rio de Janeiro (temperatura, nebulosidade, umidade do ar, ventos etc.) e, inclusive, com as fases da lua. Destes detalhados estudos eles concluíram, contradizendo Lombroso, que não havia relação alguma entre as condições atmosféricas, as fases da lua e a aparição de ataques convulsivos entre os doentes internados observados (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.224).²⁴⁴

Depois de revisar a ocorrência das principais síndromes mentais no Brasil, baseados sobretudo nas estatísticas do Hospício Nacional, Moreira e Peixoto concluem que não há influência direta do clima ou da raça sobre os sintomas ou a evolução clínica de tais doenças.

Eles pensam que é no grau de instrução dos indivíduos, principalmente, que residiria a explicação das diferentes manifestações sintomáticas, exemplificando que um doente de raça branca, se houvesse sido criado em um

²⁴³ LOMBROSO, C. De l'influence des phénoménés atmosphériques et de la lune sur les aliénés. *Ann. méd. psychol.* X: 563, 1867 e XII: 152, 1868 (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.240).

²⁴⁴ Os autores não parecem muito ingênuos quando comentam as afirmações de Lombroso, feitas quase 40 anos antes (1867), e talvez houvesse ali uma intenção irônica; mas pode ser que esta seja apenas uma equivocada interpretação anacrônica, derivada das reminiscências de leituras dos escritos posteriores do mordaz Afrânio Peixoto.

meio pobre e ignorante, apresentaria os mesmos sintomas rudimentares de um alienado negro igualmente desprovido de instrução (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.238).

Também ressaltam que os indivíduos originários de países frios não sofreriam, necessariamente, uma ação negativa dos trópicos sobre seu sistema nervoso, caso se mudassem para países quentes, e que o adoecimento mental em imigrantes teria causas relacionadas, sobretudo, às características mentais individuais e ao modo de vida destes sujeitos (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.238).

No Brasil, as causas conhecidas mais importantes da alienação seriam, na avaliação de Moreira e Peixoto, o alcoolismo, a sífilis, as verminoses (ancilostomose), as intoxicações, os abusos venéreos e as doenças infecciosas agudas (malária, febre amarela, etc.). Observe-se que estas eram, na verdade, consideradas causas ocasionais, já que a etiologia da maioria das doenças mentais permanecia motivo de especulação ou se atribuía à herança ou à degenerescência.

No nosso país, as moléstias mentais seriam as mesmas das demais nações do mundo, com constelações sintomáticas similares e teriam, possivelmente, as mesmas taxas de ocorrência dos países frios. Neste rumo de idéias, são citados os seguintes diagnósticos: a histeria, as debilidades mentais, a epilepsia, as degenerações inferiores (perversões, delírios episódicos), a paranóia (na versão de Kraepelin), o alcoolismo, as psicoses infecciosas (por sífilis, malária, varíola, febre amarela), a confusão aguda (no puerpério, na velhice), a demência senil ou melancolia de involução, a demência precoce (de Kraepelin), a neurastenia e a paralisia geral. Estas duas últimas condições seriam mais comuns nas grandes cidades, pois dependeriam do grau de civilização do meio social onde vivia o doente. As taxas de alcoolismo do Rio de Janeiro, ressaltam os autores, seriam comparáveis às de Viena e de Paris, ou maiores (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.227-33).

Quanto à loucura maniaco-depressiva, A. Peixoto observara nos internos do Hospício Nacional, num período de 10 anos (1894-1903)²⁴⁵, uma distribuição diferenciada conforme a raça: 53% de brancos, 28% de mestiços e 19% de negros; os autores apenas constataam, mas nada comentam sobre esta diferença observada (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.230).

Neste artigo, são evidentes as posições de Juliano Moreira, contestando a inferioridade intelectual inata dos negros e atribuindo-a a diferenças culturais, dependentes da educação formal.

Mas é possível ler também uma outra mensagem, mais sutil, inserida no texto: quando os autores insistem na igualdade das manifestações psicopatológicas sob climas quentes ou frios estão, na verdade, recusando uma imagem exotizada da loucura nos países tropicais, que os alienistas europeus vinham construindo no decorrer do século XIX. A tal exotização, os dois alienistas tropicais parecem responder: *Somos todos igualmente humanos; portanto, enlouquecemos todos por motivos humanos, não climáticos ou raciais.*

O enigma da *dementia paralytica* nas diversas raças

Um dos temas recorrentes na obra de Juliano Moreira é o estudo comparativo da *dementia paralytica*, em que ele propõe que a condição racial não daria imunidade, e nem tampouco favoreceria o aparecimento desta grave manifestação sífilítica.²⁴⁶

Já em sua tese de graduação ele discutira os fatores que influenciariam a evolução da sífilis; observe-se que esta tese é um texto cuidadosamente elaborado, em que Juliano Moreira revisa a literatura brasileira e a internacional sobre o tema, e debate a partir de suas observações clínicas, de doentes

²⁴⁵ PEIXOTO, A. A loucura maniaco-depressiva (Manisch-depressiven Irrsein – Kraepelin). *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e sciências affins*, I (1):33-46, 1905.

²⁴⁶ MOREIRA, 1891; MOREIRA e PEIXOTO, 1906; MOREIRA e PENAFIEL, 1907; MOREIRA e PEIXOTO, 1907; MOREIRA, 1913 e MOREIRA, 1926. *Op. cit.*

internados nos hospitais baianos. Como dito, seu ponto central na tese era discutir quais motivos levariam alguns doentes a apresentarem formas gravíssimas de sífilis, em que havia a generalização da infecção sífilítica, ou terciarismo, muito antes do tempo habitualmente observado, na média dos doentes (MOREIRA, 1891, p.5).

Dizia ali ele: “A sífilis na Bahia é, como em toda a parte, mais ou menos benigna, mais ou menos grave, conforme as pessoas que ataca” (idem, p.134), isto é, ele observara que o estado prévio de saúde é que determinaria a evolução da sífilis. Ainda na tese, Moreira contestava os autores nacionais e estrangeiros que apontavam a raridade ou uma evolução diferenciada da sífilis entre os negros, para melhor ou para pior, com relação aos brancos:

Os casos de sífilis grave, de sífilis mutilante que vimos, tinham sempre uma causa frisante de seu modo de envolver: ora o impudismo, ora a miséria, ora o alcoolismo, e tudo quase sempre combinado à falta de tratamento.

Quando um tratamento conveniente é feito, a sífilis tem no indivíduo de cor preta a mesma benignidade que no de cor branca que tratar-se, guardadas as diferenças individuais de saúde.

A maior ou menor pigmentação tegumentar não pode sombrear o prognóstico da sífilis (MOREIRA, 1891, p.138).

Juliano Moreira não foi, certamente, o único a se preocupar com a sífilis e seus desdobramentos. Os estudos sobre a *dementia paralytica* têm lugar de destaque na história do alienismo, pois esta entidade mórbida era identificada em um grande número de alienados internados nos asilos, caracterizada por suas variadas manifestações neurológicas, as paralisias progressivas, e por fenômenos psicopatológicos exuberantes, como os delírios megalomaniacos, sendo comum assistir-se a sua evolução trágica para a demência e a morte.

É importante ressaltar que, a partir de meados do século XIX, os médicos cada vez mais acreditarão na correlação entre a infecção sífilítica e certos quadros de paralisia geral progressiva com manifestações psicopatológicas e terminação demencial.²⁴⁷ Mas a perfeita superposição entre entidade nosográfica (*dementia paralytica*) e etiopatogenia (infecção cerebral sífilítica na sua fase terciária), só se consolidaria definitivamente no meio da segunda década do século XX.

Disto é ilustrativa a consideração feita por Juliano Moreira e Afranio Peixoto, em 1906, de que seriam cerca de 80% os casos em que a paralisia geral dos alienados teria a sífilis como causadora, tanto nos países de clima temperado como tropical – para eles, o percentual restante dos casos de paralisia geral poderia ter outra etiologia (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.232).

Afirmavam ainda estes alienistas brasileiros que, independentemente do clima e das raças, as infecções sífilíticas primárias evoluíam até a forma terciária demencial, primordialmente, devido a fatores relacionados ao grau de civilização (MOREIRA e PEIXOTO, 1906, p.232-3).

Neste último ponto, seguiam a Krafft-Ebing, que formulou a famosa equação igualando *civilização* e *sifilização* (*Zivilisation und Syphilisation*). Assim tanto a sífilis, em geral, como a sua conseqüência mais terrível, a *dementia paralytica*, eram vistas como decorrências quase inevitáveis da vida civilizada (DALGALARRONDO, 1996, p.34).²⁴⁸

²⁴⁷ A história da elucidação da *dementia paralytica* é longa. A descrição de uma *paralisia geral progressiva dos alienados* já fora feita no início do século XIX, pelos alienistas franceses Bayle e Calmeil. Entretanto, só a partir da segunda metade desse século se postularia claramente sua relação com a sífilis: em 1857, por Esmarch e Jenssen, na Alemanha, e por Fournier, na França (ACKERKNECHT, 1964, p.50). Em 1905, Schaudinn demonstrou o agente infeccioso nas lesões genitais primárias; a reação sorológica para detecção de sífilis foi desenvolvida por Wassermann, em 1906. Apenas em 1913, Noguchi e Moore demonstraram a presença de espiroquetas (*Treponema pallidum*, bactéria causadora da sífilis) no cérebro de alienados com quadro clínico de paralisia geral progressiva, finalmente comprovando a sua etiopatogenia sífilítica (ALEXANDER e SELESNICK, 1980, p.217).

²⁴⁸ Foi Moreau de Tours o iniciador desta tradição entre os alienistas, de acreditar que a *dementia paralytica* não existiria ou seria raríssima em povos de organização social primitiva, sempre em comparação aos europeus. Um número considerável de alienistas, como Tuke (1889), Grieve (1880), Greenless (1895) e Kraepelin, (1904), ressaltaram a raridade da *dementia paralytica* em povos negros, índios e orientais (DALGALARRONDO, 1996, p.33-5).

Juliano Moreira e Antonio Penafiel, no artigo de 1907, *A contribution to the study of Demência Paralytica in Brazil*, admitem que os males típicos da vida moderna ou civilizada, ou seja, o aumento da competitividade, as crises políticas e econômicas recorrentes e o acelerado processo de urbanização, traziam aos cérebros humanos excessivas exigências, gerando um dispêndio de energia mental que os enfraqueceria e os predisporia aos ataques das toxinas sífilíticas. Além disto, o abuso de álcool, a liberalidade sexual, o excesso de trabalho e o aumento da miséria, que se viam comumente associados a tal vida civilizada, completariam a lista de elementos predisponentes à *dementia paralytica* (MOREIRA e PENAFIEL, 1907, p.510).²⁴⁹

Desta forma também vinha ocorrendo no Brasil que se modernizava, informavam eles, onde a *dementia paralytica* manifestava-se em todas as raças e classes sociais. Em suas observações, ressaltam Moreira e Penafiel, o quadro mórbido sempre estaria em dependência de características individuais, como o nível de educação, o meio social e o tipo de exigências físicas, emocionais e intelectuais sofridas ao longo da vida do doente. Os autores são enfáticos em negar a existência de manifestações típicas da sífilis próprias a negros, a mestiços ou a brancos, assim como a existência de imunidades raciais à sífilis, em todas as suas formas de apresentação (MOREIRA e PENAFIEL, 1907, p.511-2).

De novo aqui, vemos Juliano Moreira repetindo que o fator climático ou o fator racial não predispunham os homens às doenças do cérebro, nem os protegiam delas; o que realmente importava eram as suas condições gerais de saúde, de higiene, de educação, seus hábitos, sua moralidade, etc.

Enfim, no novíssimo século XX, era disto que deviam cuidar os médicos, diagnosticando, tratando e prevenindo tais males; o objetivo era atuar, pois, na saúde do corpo, da mente e da sociedade. Conforme aconselhara, havia muito, o clarividente alienista de Itaguaí: – **Plus ultra!**

²⁴⁹ MOREIRA, J.; PENAFIEL, A. A contribution to the study of Demência Paralytica in Brazil. *Journal of Mental Science*, 53: 507-21, 1907.

IV.6 – JULIANO MOREIRA E NINA RODRIGUES: A NOVA HIGIENE MENTAL SANITARISTA VERSUS A HIGIENE SOCIAL RACIALISTA

Plus ultra! A psiquiatria e o espírito sanitarista

Sabe-se que medicina brasileira pretendeu alcançar territórios bem mais além, nas três primeiras décadas do século XX, período marcado pela passagem do cuidado médico individual ao coletivo, no chamado movimento sanitarista.

Já desde a metade do século XIX, em meio a recorrentes e terríveis epidemias de febre amarela, cólera e varíola e outras pestes, os médicos higienistas da capital federal vinham veementemente condenando as condições de insalubridade da grande cidade, as aglomerações populacionais nos cortiços, os hábitos anti-higiênicos e imorais dos pobres, o lixo amontoado a céu aberto, as praias infectadas de material fecal, etc., etc. Com a criação da Junta Central de Higiene Pública, em 1851, os médicos passaram a exercer a fiscalização sanitária da cidade e da vacinação na capital (MACHADO et al., 1978, p.243-6).

Os higienistas demoraram um tanto, mas conseguiram seu intento: desde o começo da República, os esforços de nossas autoridades centraram-se no saneamento das capitais e das cidades portuárias. Vimos antes como Nina Rodrigues, entre outros médicos importantes do país, se envolveu no debate sobre a reorganização dos serviços sanitários promovida pelo novo governo republicano.

Depois do litoral, o interior: a partir da década de 1910, e marcadamente após o fim da Primeira Guerra Mundial, cada vez mais o movimento pelo **saneamento do Brasil rural** ganharia força, acompanhando o discurso nacionalista. Um Brasil desconhecido seria revelado pelas expedições do governo, como as de Cândido Rondon, do Mato Grosso ao Amazonas, em 1907 e 1908, e as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz (LIMA e HOCHMAN, 1996, p.25-6).

Tomando a abrangente análise que T. Skidmore faz do período em questão: no pensamento social brasileiro, entre 1910 e 1920, assiste-se à emergência de uma reação mais forte contra as teorias pessimistas dos determinismos racial e climático, recusa esta que a influência perturbadora da Primeira Guerra Mundial ajudaria a consolidar. Entre 1920 e 1930, observa-se o abandono gradativo dos preceitos do racismo científico pela maioria dos intelectuais, ao mesmo tempo que Francisco José Oliveira Vianna (1883-1951) reformula a teoria do branqueamento, prevendo uma benfazeja arianização do povo brasileiro (SKIDMORE, 1989, p.163 e seg.).

Nesta época, especificamente no discurso médico, a exprobração à mestiçagem e ao nosso clima tropical cederia lugar à condenação do governo por abandonar as populações interioranas; seu atraso e indolência passariam a ser atribuídos ao isolamento geográfico e às infestações por doenças parasitárias, especialmente a ancilostomose e a doença de Chagas. A doença tornava-se a chave para a identificação do Brasil, e a higienização sua possibilidade de redenção (LIMA e HOCHMAN, 1996, p.23).²⁵⁰

Com Juliano Moreira à frente, pode-se dizer que a nascente psiquiatria brasileira encaixava-se bem no espírito sanitarista destes tempos; recorde-se ainda que suas explícitas discordâncias do valor negativo dado à mestiçagem e da inferioridade mental inata imputada ao negro vinham já da década de 1890, quando esta posição era minoritária entre os médicos. Apontando isto, não tento fazer de Juliano um profeta, mas apenas exemplificar como o discurso médico dominante, em dado período, nunca deve ser encarado como o único existente ou historicamente atuante.

²⁵⁰ Sobre este ponto, ver o esclarecedor trabalho de Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira República*. In: MAIO e SANTOS (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. 1996. p.23-40.

A degenerescência relativizada

Nos escritos de Juliano Moreira e colaboradores, produzidos durante 40 anos (1891-1932), encontram-se indícios das transformações que as idéias de degenerescência e de hereditariedade mórbida na etiologia da doença mental parecem ter sofrido em sua longa vida, até serem finalmente abandonadas (ou talvez, dizem alguns, substituídas por sucedâneos de aparência mais moderna).

A teoria da degenerescência seria colocada parcialmente em questão por J. Moreira, que não deixaria de usá-la, apesar de criticar a sua inconsistência. Em 1905, ele e Afranio Peixoto observam²⁵¹:

Esta doutrina de degeneração, desde que se apresentou a MOREL e veio nos tempos recentes a se assenhorear da psiquiatria, não encontrou ainda senão submissões irrefletidas, que se vão sucessivamente imitando, porque é mais fácil pensar com os outros do que observar consigo mesmo. Longe de nós, seja dito logo, negar-lhe a verdade incontestável: ela existe, ela é profunda, a ela se deve grande parte de nossas misérias. Mas não é menos verdade que muito se tem abusado de sua fama, exagerando capitalmente a sua ação. O critério com que em psiquiatria hodierna, de origem latina sobretudo, se aponta a degeneração - três ou quatro estigmazinhos irrisórios - um lóbulo aderente da orelha, um septo desviado do nariz, um queixo mais comprido, uns dentes mais separados - a austeridade com que lhe esfumam as conseqüências, permitindo de um lado supor degenerada toda a espécie humana, marcando-lhe do outro, como destino inelutável, o hospital, o manicômio, a prisão, a esterilidade e a extinção, fazem crer que chegamos a um *finis hominis* irremediável.

Deslembra-se estes médicos acanhados de que a degeneração que vêem por toda a parte é uma já estereotipia diagnóstica [...] (MOREIRA e PEIXOTO, 1905a, p.7).

²⁵¹ MOREIRA, J. e PEIXOTO, A. A paranóia e as síndromes paranóides. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins**, I (1):5-33, 1905a. Republicado na **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental** (IV (2):134-67, 2001).

A denúncia da estereotipia diagnóstica em que se transformara a degenerescência remete à crítica que, mais tarde, Genil-Perrin fará em sua **História das origens e da evolução da idéia de degenerescência**, de 1913, conforme citado por Octavio Serpa (SERPA JÚNIOR, 1998, p.151), indicando que alguns alienistas brasileiros também se questionavam sobre a sua pertinência.

Com relação à velha herança mórbida, aquela que transmitiria a degenerescência progressiva de geração a geração, os autores indicam “as metafísicas da biologia” invocadas na sua explicação:

Depois, a herança que explica a degeneração e outros malfeitos mais parece ter sido gravada de imaginárias culpas. Não há muito tempo todas doenças eram hereditárias: para tomar uma só delas, a tuberculose, vimo-la sofrer sucessivas interpretações etiológicas: primeiro herdava-se a tuberculose, depois falou-se na heredo-tuberculose tardia, mais tarde na predisposição... agora [...] ninguém traz originariamente a semente de KOCH e só mais tarde, nós todos, na vida, vamos ficando mais ou menos tuberculosos.

Assim aqui. Esquecemo-nos por completo do meio em que vivemos uma vida inteira de combates e reações incessantes, para tudo atribuir a umas tantas metafísicas da biologia, ainda sem provas (MOREIRA e PEIXOTO, 1905a, p.7-8).

Entretanto, física ou metafísica, Juliano Moreira e os demais psiquiatras continuarão a se valer da idéia de degenerescência, ainda que com ressalvas, como causa predisponente à doença mental, por mais duas décadas, ao menos.

Juliano, Nina e o caso do afro-italiano querelante

Falando mais uma vez sobre o que pensava dos efeitos da mestiçagem e das características dos mestiços, em trabalho feito em colaboração com Ulisses Vianna, dizia Juliano Moreira, no I Congresso Brasileiro de Psiquiatria e Neurologia, em 1916:

Não é justo que entrando na formação do indivíduo dois elementos que se tem por fisiológica e etnicamente diversos, no balanço final das qualidades e defeitos só se leve em conta um dos fatores iniciais [...]. Assim se tem feito os estudos dos cruzamentos; e das conclusões tiradas se vai amassando uma suposta psicologia de tais produtos (MOREIRA e VIANNA, 1916²⁵² *apud* VIÚVA JULIANO MOREIRA, 1988, p.147-8).

Na ocasião, sabemos já que Raimundo Nina Rodrigues descansava no Campo Santo havia 10 anos, mas, de certa forma, era também a ele, ou à sua obra, que Juliano Moreira se dirigia.

Juliano Moreira, formado em 1891, em várias passagens se referirá a Nina Rodrigues como seu mestre; o médico maranhense deu aulas a Moreira desde 1889, ano da sua entrada como professor substituto na Faculdade de Medicina da Bahia, na Cadeira de Clínica Médica, como se constata na lista dos docentes impressa na tese de graduação de Moreira (MOREIRA, 1891, p.III).

Na verdade, embora Nina Rodrigues fosse dez anos mais velho que Moreira formou-se apenas quatro anos antes dele, em 1887 (isto, devido à impressionante precocidade de Juliano). E logo seriam colegas de docência na Faculdade, de 1896 a 1903, ano da mudança de Juliano Moreira ao Rio de Janeiro.

Como foi a convivência de ambos não se sabe; mas certamente compartilharam interesses científicos; Nina Rodrigues, em 1896, ao falar de como a existência da histeria nos negros poderia ser comprovada facilmente em Salvador, menciona:

²⁵² MOREIRA e VIANNA. Contribuição ao estudo da *dementia paralytica* no Rio de Janeiro, especialmente no Hospital Nacional de Alienados. Trabalho apresentado ao I Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Rio de Janeiro, 1916. Citado por Augusta Ema Peicz Moreira, que assina VIÚVA JULIANO MOREIRA, em trabalho que apresentou ao 1º Congresso Afro-Brasileiro, realizado no Recife, em 1934 (ano seguinte ao da morte de Juliano Moreira). Nesta comunicação, *Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil*, a autora destaca trechos da sua obra de em que ele se posicionava contra a inferioridade atribuída aos negros e destacava seu papel na formação do Brasil.

Há poucos meses ainda, em companhia dos Drs. Alfredo Britto, Aurélio Vianna e Juliano Moreira, assisti a uma pretensa sessão espírita na rua da Calçada do Bonfim desta cidade, em que grupos de negros apresentavam todas as manifestações da histeria convulsiva (NINA RODRIGUES, 1935, p.134).

Há um artigo Juliano Moreira que ilustra muito bem as discordâncias entre os dois autores, intitulado *Querelantes e pseudo-querelantes* (1908)²⁵³, e sobre o qual passarei a comentar a seguir.

Juliano Moreira inicia o artigo situando o diagnóstico de “processomania”:

Há em psiquiatria um capítulo que por seu alto interesse social e jurídico merece sempre o maior concurso de estudos e observações. Refiro-me ao que se tem chamado processomania. [...] apuramos que há casos de processomania no decurso da imbecilidade, da demência senil, do alcoolismo, etc.

É, pois a processomania uma síndrome e não uma entidade clínica à parte. Querelar é um sintoma não raramente encontrável em pacientes com diagnósticos mui diversos. Quando, porém, esse sintoma é o predominante no delírio do paciente, e dá às interpretações delirantes dele um tom demandista característico ao lado dos caracteres gerais da verdadeira paranóia, então é justo admitir ao lado desta uma variante clínica a que se convencionou dar o nome de paranóia querelante [...] (MOREIRA, 1908, p.426-7)

A seguir, passa a descrever um caso observado na Bahia, de “A.P.D., pequeno proprietário, falecido aos 55 anos de idade, mestiço, filho de um italiano e de uma preta”, cujos antecedentes hereditários eram: “Pai bêbado habitual, mãe nada apresentava de anormal” (MOREIRA, 1908, p.427).

²⁵³ MOREIRA, J. Querelantes e pseudo-querelantes. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, IV: 426-434. 1908.

J. Moreira relata detalhadamente a história do doente A.P.D., sua vida na infância, seus estudos até o segundo ano de direito, a sua volta à casa paterna, interrompendo a faculdade a contragosto e, a partir daí, o desenvolvimento de preocupações exclusivamente voltadas a uma questão de limites entre suas terras e de um vizinho:

Antecedentes pessoais – Durante a infância nenhuma moléstia a não ser o sarampo. Na escola foi um discípulo dos melhores de seu tempo. Fora dali era, porém, um pouco turbulento, brigando por vezes por motivos de pouca monta.

[...] Terminado seu 2º ano jurídico, o pai em consequência a uma moléstia grave e tendo perdido bastante dinheiro num litígio com um de seus vizinhos, resolveu retirá-lo dos estudos e empregá-lo na administração de suas terras. Isto o desgostou de modo sensível.

[...] Crente de que seus dois anos de estudos jurídicos já lhe bastavam para abordar altas questões de direito, entendeu convencer ao velho pai que devia intentar nova ação contra o mesmo vizinho. Pouco depois ocorreu a morte deste último.

Animado por esta circunstância, um belo dia mudou ele por sua conta e risco os marcos divisórios de suas terras [...].

Não satisfeito com esta demanda começou o homem a instigar os outros vizinhos a intentarem ação aos herdeiros [...], forjando documentos [...]. Assim, dentro em pouco era inextrincável o tecido de litígios [...], pouco e pouco estavam todos contra todos, sendo o nosso homem o centro do movimento.[...]

Quem quer que, sem meditar de passagem o ouvisse, convencencia-se de que com ele estava a razão. À leitura, porém de seus arrazoados cheios de citações falsas ou despropositadas de leis estrangeiras que nada tinham de análogo ao seu caso particular (entre elas até sentenças arbitrais em questões de limites entre países!) convenciam aos espíritos mais cultivados de que se tratava de um doente.

[...] reconhecendo A.P.D. que seus litígios não lhe deixavam tempo suficiente para cuidar da cultura de suas terras, resolveu casar-se com a viúva de um de seus vizinhos [...]. A viúva apesar de ter casado com ele mostrou-se mais ajuizada convencendo-o de que ela continuaria a gerir os negócios da propriedade dela e que um seu irmão administraria as terras do novo marido. Assim ficou ele completamente entregue à cultura de seu delírio [...] (MOREIRA, 1908, p. 427-31).

Segundo Moreira, uma “paranóia querelante” levava A.P.D. a inúmeras e intermináveis demandas judiciais, durante 32 anos. O médico baiano teve oportunidade de conversar várias vezes com o paciente (embora apenas socialmente, ressalta), tendo testemunhado o caráter delirante de suas preocupações:

Tendo eu vivido algum tempo na localidade em que ele morava, tive reiteradas ocasiões de conversar com A.P.D., de bem observá-lo. Fora do círculo de suas preocupações querelantes era ele um excelente conversador, dotado de uma memória magnífica [...].

Era, porém, muito difícil conservá-lo longe de suas preocupações delirantes. Às vezes, repentinamente, a conversa caía em meio delas e então era quase impossível fazê-lo voltar a outro terreno. Também parecia em tais momentos um outro indivíduo, começava a falar alto, os olhos injetavam-se-lhe, gesticulava como se estivesse perante o Tribunal [...] (MOREIRA, 1908, p.429-30).

Juliano Moreira, mesmo tendo se mudado para o Rio de Janeiro, continuou tendo notícias do caso que tanto o interessara, e refere ter reencontrado seu conhecido paranóico, anos depois, na capital da República:

Além de ter-me conservado sempre em dia com seu estado mental graças à amabilidade do colega médico e do farmacêutico da localidade próxima de suas terras, dez anos depois fui por ele visitado na capital. Era sempre o mesmo

homem, apenas um pouco encanecido graças 'à legião infame de seus inimigos'. Tinha de novo de pleitear 'em última instância', dizia ele, sua causa perante o Supremo Tribunal Federal. Por isso vinha saber de mim se devia confiar nos membros que então compunham o mais alto tribunal do país. [...] Ainda desta vez aproveitou sua estada na capital para dirigir seus protestos a todos os jornais e altas autoridades, cujos nomes encontrara no almanaque de Laemmert.²⁵⁴

Reinando a esse tempo a varíola na cidade, foi o nosso homem por ela atacado e faleceu. O litígio principal, que já datava de 32 anos cessou rapidamente por um acordo entre os herdeiros [...]. Em vida de A.P.D. foi sempre impossível qualquer tentativa neste sentido, porque terminantemente a isto ele se opunha (MOREIRA, 1908, p.428-31).

Relata então que, ainda na Bahia, discutira o caso com seu colega de docência na Faculdade, Nina Rodrigues, e conta qual fora sua impressão: "Tendo mostrado este doente ao Prof. Nina Rodrigues, achou ele no caso mais uma prova de que a mestiçagem é um fator degenerativo" (MOREIRA, 1908, p.431, grifos adicionais).

Mas Juliano Moreira não se rendia facilmente aos argumentos de Nina Rodrigues, como veremos. Lembrou-se do caso em sua primeira viagem à Europa e, verdadeiro detetive, resolveu procurar pistas dos parentes do pai de A.P.D. que tinham ficado na Itália:

²⁵⁴ *Almanack Laemmert*: publicação muito difundida, iniciada em 1844, editada no Rio de Janeiro pelo livreiro alemão Eduardo Laemmert; era um indicador que continha, além de calendário anual, anúncios, textos recreativos, literários e de divulgação científica, além de outras informações de interesse público como, por exemplo, a lista dos nobres brasileiros, com os respectivos títulos nobiliárquicos. Veja-se, em *Quincas Borba* (1891), que Rubião, ao iniciar o processo que o levaria à loucura, fantasia seu casamento e retira do *Almanack Laemmert* os nomes de possíveis noivas, todas de famílias nobres (MACHADO DE ASSIS, *Quincas Borba*, 1965. p.116).

Esta interessante publicação pode ser consultada facilmente em: ALMANACK LAEMMERT (1844-1889). Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras. Latin-American Microform Project. Center for Research Libraries. [on line]. <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/almanak2.htm>>.

Ora, tendo eu sempre me oposto a esta maneira superficial de ver o problema, aproveitei uma longa estada na Europa para examinar os parentes de A.P.D. que tinham ficado na Europa, livres da mestiçagem. [...] Apurei o seguinte: o velho pai de nosso doente tivera dois irmãos e uma irmã. Dos primeiros, um também partiu para a América desertando das fileiras do exército. Dele não se sabe notícias. O outro, imbecil, ébrio habitual, turbulento, muito supersticioso, esteve preso duas vezes por ter ofendido fisicamente duas velhas [...]; casou-se e teve dois filhos, ambos imbecis.

A irmã epiléptica teve três filhos: um também epiléptico, um imbecil e o terceiro homicida, supõe-se que também epiléptico [...] (MOREIRA, 1908, p.431-2).

Assim concluiu o relato Juliano Moreira, deixando bem clara sua opinião, ainda que Nina Rodrigues não pudesse mais lê-la, em 1908:

Vê-se que o ramo europeu da família, livre da mestiçagem, em nada foi superior ao ramo mestiço brasileiro [...].

Intelectualmente mesmo, A.D., apesar de paranóico, era evidentemente superior aos seus primos italianos.

Não afirmarei que o relativo lucro proveio do cruzamento, mas sim da circunstância de ser a mãe dele uma mulher sã, não tendo ele herdado sua eiva senão de seu pai, bêbado habitual, nada escrupuloso em negócios e com evidente tendência demandista (MOREIRA, 1908, p.432, grifos adicionais).

Da higiene social de Nina Rodrigues à higiene mental de Juliano Moreira

O *problema do negro e dos mestiços brasileiros* era para Nina Rodrigues uma “transcendente questão de higiene social” (NINA RODRIGUES, 1982, p.1), isto é, ele acreditava que fazia parte das tarefas médicas estudar de que maneira se poderia evitar ou minimizar o abastardamento da raça, decorrente da mestiçagem.

Poder-se-ia chamar a sua proposta de uma *eugenia racialista*, isto é, uma proposição de melhoria da saúde do povo brasileiro vista em termos raciais. Mas vale ressaltar que Nina Rodrigues não usa o termo *eugenia*, mas *higiene social*, num sentido que é correlato ao do termo cunhado por Francis Galton em 1883, isto é, a *eugenia* como uma atitude voltada ao melhoramento físico e mental da espécie humana, através de bons cruzamentos, medicamente orientados (GOULD, 1999, p.67).

É importante frisar que o termo *eugenia*, ainda que sempre carregue um caráter autoritário e intervencionista, nem sempre esteve associado aos supostos do racismo científico. Atualmente, é muito comum que se associe imediatamente *eugenia* à idéia de *limpeza étnica nazista*, mas este foi apenas um de seus usos e, certamente, um dos mais trágicos.

O citado movimento sanitarista da primeira República poderia ser qualificado como uma proposta de *eugenia higienista*, isto é, de melhorar a qualidade presente e futura do povo brasileiro através da eliminação ou prevenção das doenças, vistas como causa de sua degeneração física, mental e moral.

É neste contexto que eu entendo as propostas de *higienização mental* e de combate aos chamados *fatores deseugenéticos da humanidade*, expressos por importantes psiquiatras brasileiros na década de 1920, e sintetizadas por Juliano Moreira na comunicação *A luta contra as degenerações nervosas e mentais* (1922).²⁵⁵

Em 1922, quando o médico baiano fez esta comunicação em um congresso médico, a idéia da mestiçagem como causadora da degenerescência física e mental do povo brasileiro já estava quase abandonada, e tomava força, cada vez mais, uma nova forma de ver a questão, que o texto seguinte expressa bem:

²⁵⁵ MOREIRA, J. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. Comunicação ao Congresso Nacional dos Práticos. *Brazil Medico*, II: 225-226, 1922.

A luta contra as degenerações nervosas e mentais.

1º - Em um Congresso de Medicina social [...], o conceito de degeneração tem de ser amplo, isto é, há de abranger até a noção de inadaptabilidade social dos indivíduos. Assim sendo, [...] apanha um maior número de casos capazes de serem atingidos pelas medidas de profilaxia susceptíveis de salvaguardar a melhor higiene mental dos povos.

2º - Sendo as infecções, as infestações e as intoxicações [...] os maiores fatores deseugenéticos da humanidade e, portanto os maiores inimigos da saúde mental, às providências dos órgãos prepostos a garantir a eficiência da higiene geral do nosso povo, temos que confiar a diminuição crescente das cifras das estatísticas das doenças mentais.

3º - A campanha bem feita contra as doenças venéreas, mui especialmente a sífilis, reduzirá consideravelmente (talvez de mais de 30%) o número de doentes nervosos e mentais.

4º - A campanha contra os abusos das bebidas alcoólicas e de outros inebriantes suprimirá mais de 40% dos casos de distúrbios mentais.

5º - Evitada a procriação entre gentes taradas pelos males que por certo vão maleficamente concorrendo com os dois fatores já citados nas duas rubricas anteriores, logo conseguiremos a redução de pelo menos umas duas dezenas em um cento de casos mentais.

6º - O combate a uncinariose²⁵⁶ e a outras verminoses completará a luta eficaz contra as doenças mentais.

²⁵⁶ Uncinariose: ancilostomíase, parasitose intestinal causada pelo *Ancylostoma duodenale* ou pelo *Necator americanus* (o helminto mais comum no Brasil), que causa sintomas gastrointestinais, cursa muitas vezes com perversão do apetite (geofagia) e anemia intensa, que pode levar a problemas cárdio-vasculares (FERNANDES, 1996, p.1319-24). Popularmente conhecida como amarelão ou opilação.

No Brasil, no início do século XX, as parasitoses eram sérios problemas de saúde pública, como se nota pela observação de Moreira. Sobre sua relação com as doenças mentais, se acreditava que estas infestações predisporiam à degeneração nervosa e, além disto, havia a hipótese de que certas psicoses seriam causadas por auto-venenos, produzidos pelo organismo em resposta a uma doença sistêmica grave.

7º - Enquanto não obtivermos, da aplicação dos preceitos da eugenia [...] a reducao maxima nas cifras de atipias nervosas e mentais, alargaremos por mais exequivel que o e, o raio de açao da higiene mental.

8º - Comecemos na escola de envolta com o ensino do alfabeto a convencer a criança que e preciso dar combate aos fatores deseugenisantes da especie.

9º - Continuemos nas oficinas, nas escolas secundarias, na caserna, nas escolas superiores e em todas as coletividades o trabalho de higiene mental que tornara efetiva a melhor profilaxia contra os fatores de degradação da nossa gente, sempre sem ridiculos preconceitos de cores ou castas, mesmo porque só assim os que foram senhores e se compenetraram de sua superioridade, merecerão ser absolvidos do feio pecado de terem vivido por muito tempo fartamente mercê do trabalho desmoralizado dos outros, que eles ou seus ascendentes degradaram e escravizaram (MOREIRA, 1922, p.225-6, grifos adicionais).

Este discurso de Moreira foi lido em data bem próxima àquela da fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), criada em 1923 no Rio de Janeiro pelo psiquiatra Gustavo Riedel e um grupo de colaboradores.

Segundo Jurandir Freire Costa, que estudou a ação da LBHM em sua **História da Psiquiatria no Brasil**, “o objetivo inicial instituição era o de melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos” (COSTA, 1989, p.77). Em sua fundação, a LBHM congregou todos os psiquiatras de importância do Rio de Janeiro, inclusive Juliano Moreira, mais alguns de outros estados.

A partir de 1931, uma parte dos psiquiatras da LBHM aderiu à ideologia nazista, liderada por Renato Kehl. A Liga teria passado então, segundo Freire Costa, a entender *eugenia* como *higiene racial*, no sentido da supremacia ariana, defendendo abertamente medidas de controle social das raças inferiores, dos

desviantes e dos supostos degenerados; em resumo, pregando políticas discriminatórias racistas e classistas. Em 1934, a LBHM teria chegado à identificação total com a psiquiatria nazista, o que se exemplifica pelo seu elogio à lei alemã que previa a esterilização dos degenerados (COSTA, 1989, p.94-108).²⁵⁷

Julgo relevante repetir que na década de 1930, considerando toda a discussão feita até aqui, as tendências predominantes no pensamento social brasileiro e no discurso dos seus médicos seguiam no sentido de descentralizar a idéia de raça nos debates sobre os problemas do Brasil. Assim, me parece que os discursos dos psiquiatras nazi-racistas da LBHM podem ser considerados em dissonância com a tendência científica mais forte, quando retornam ao tema da salvação racial do país. O que não significa minimizar as conseqüências político-sociais concretas de tais posturas, mas apenas apontar que este era um dos vários discursos correntes sobre os males da nação.

Lembre-se que, na ocasião, um novo tipo de pensamento sobre o Brasil ia emergindo, com as obras fundamentais de Gilberto Freyre, de Sérgio Buarque de Holanda, de Caio Prado Jr., etc. Depois de 1930, a *cultura* tomará o lugar da *raça*, e o mestiçamento adquirirá um tom positivo. A partir da obra de Freyre, é sabido, ocorrerá uma espécie de reabilitação do negro, através da apologia da mestiçagem, que de causadora de degenerescência e atraso será considerada fonte das qualidades nacionais (SKIDMORE, 1989, p.163).

Reflexos destes novos conceitos antropológicos, sociológicos e médicos, em construção no período, foram os dois **Congressos Afro-Brasileiros**, ocorridos em 1934 (Recife) e em 1937 (Salvador), em que os organizadores buscaram explicitamente a participação dos chamados representantes da raça negra, especialmente dos líderes dos cultos afro-brasileiros (CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 1988a e 1988b; CARNEIRO e FERRAZ, 1940).

²⁵⁷ Na introdução à terceira edição de *História da Psiquiatria no Brasil*, J. Freire Costa observa que nem todos os psiquiatras compartilhavam das idéias nazistas da LBHM, considerando que a maioria parece ter se omitido "diante da maré de idéias nazistas que invadia a Liga" (COSTA, 1989, p.60).

Psiquiatras não-racistas e reconhecidos como legítimos representantes da especialidade²⁵⁸ participaram ativamente destes Congressos, como Ulisses Pernambucano, Artur Ramos, Antonio Austregésilo – e, no de 1934, também Augusta Peicz Moreira, representando o recém-falecido marido Juliano Moreira.

Entretanto, não se deve ter a ilusão de que acontecia um progressivo caminhar para a igualdade social, política ou racial, apesar destas significativas mudanças na imagem do negro em parte do pensamento social brasileiro; por exemplo, o discurso nazista da LBHM coexistia com estas manifestações de intelectuais de linha liberal e democrática. Recorde-se também que a década de 1930 marcou o início de um governo autoritário, de Getúlio Vargas (SKIDMORE, 1998, p.137-8).

Aliás, com o golpe de 1930, Juliano Moreira teria sido “convidado”, eufemismo para obrigado, a pedir sua aposentadoria do cargo de Diretor do Serviço Nacional de Assistência aos Psicopatas. Tinha 57 anos, e parece que nenhum desejo de deixar o Hospital onde trabalhara por quase três décadas. Três anos depois, deixaria a vida (LEME LOPES, 1964, p.18).

Chego aqui ao fim da minha história, ou melhor, das histórias que pretendi contar. Mas, para me eximir do incômodo de colocar um ponto final, sabendo que nunca é possível chegar ao fim, deixo esta tarefa a Juliano Moreira.

Em conferência realizada na Faculdade de Medicina de Hamburgo, em 1929, intitulada *Algo sobre as doenças nervosas e mentais no Brasil*, Moreira fala da sua idéia de um povo brasileiro, formado pela boa mistura das três raças:

O elemento negro também entrou no caldeamento e os seus descendentes puros ou mestiços têm sido sempre um fator que não pode deixar de ser mencionado na história da evolução do Brasil na via do mais evidente progresso.

²⁵⁸ Inclusive pelos membros nazistas da LBHM, segundo COSTA (1989, p.109).

[...] O Brasil é um dos pontos do mundo em que melhores estudos comparados se podem efetuar sobre os vários tipos étnicos [...]. Sob o ponto de vista psicológico, a influência do meio, dos hábitos e costumes é formidável. De modo que acho muito mais fácil hoje fazer uma psicologia de um povo do que psicologia de uma raça (MOREIRA e VIANNA, 1916 *apud* VIÚVA JULIANO MOREIRA, 1988, p.150).²⁵⁹

²⁵⁹ VIÚVA JULIANO MOREIRA. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. **Novos estudos afro-brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934. 1988. p.146-50.



CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Embora *raça* e *mestiçagem* fossem termos associados à imagem brasileira desde a época colonial, como se apontou nos relatos de alguns naturalistas e viajantes que estiveram no Brasil, eles tomaram outros contornos a partir do último quarto do século XIX, quando o país passou a se definir pela mistura racial.

Desde a década de 1870, ocorreram mudanças no pensamento social brasileiro, mas é principalmente depois da Abolição que *o problema do negro e do mestiço brasileiro* passou a ser especificamente uma questão científica, vista pelos ângulos da teoria da degenerescência e das teorias deterministas climáticas e raciais.

Diante destas teorias que vinham do exterior, os pensadores brasileiros viram-se obrigados a refletir sobre o futuro de um país mestiço num clima tropical.

O ideal do branqueamento progressivo dos mestiços brasileiros surgiu, entre os pensadores brasileiros, da necessidade de minimizar o pessimismo do determinismo racial e climático das teorias européias quanto ao futuro das nações mestiças.

O médico Raimundo Nina Rodrigues destoava da corrente otimista dos crentes na regeneração racial pelo branqueamento, como Romero, Nabuco e Lacerda. Em seu posicionamento na questão racial ele buscava dar a sua contribuição “no departamento médico para o trabalho de individuação pátria”.

O levantamento da genealogia do pensamento de Nina Rodrigues mostrou que ele recorria à literatura especializada contemporânea, nacional e estrangeira, em medicina legal, psicopatologia, antropologia criminal, sociologia, direito, etnologia, etc. e ainda a relatos históricos e a documentos antigos brasileiros.

Quanto ao primeiro tipo de obras, Herbert Spencer era o autor mais usado nas discussões sobre as características físicas, mentais e morais das diversas raças humanas e na análise evolutiva da história, da organização social e cultural da humanidade.

Quanto aos naturalistas e estrangeiros que visitaram o Brasil, observou-se a influência Louis Agassiz, na sua censura ao mestiçamento. Também von Spix e von Martius se fizeram presentes, e ainda Jean-Baptiste Debret, e Ferdinand Denis. Ele se valia ainda das revistas do **Instituto Histórico e Geográfico do Brasil** e do **Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**.

Francisco Adolfo de Varnhagen com sua **História do Brasil** também compareceu entre os historiadores usados por Nina Rodrigues. Desta forma, a formulação de von Martius sobre os papéis das três raças formadoras da nacionalidade brasileira chegou a Nina Rodrigues através dos escritos originais do naturalista alemão, das elaborações feitas por Varnhagen, e de Sílvio Romero.

Para Nina Rodrigues, a criminologia, antropologia e a psicopatologia eram indissociáveis. Pois, a nortear a escolha de seus variados objetos de estudo, a saúde pública, as doenças endêmicas, a cultura negra, a alienação mental, o crime ou as loucuras coletivas, estava a tentativa de definição da identidade nacional brasileira, a sua maior preocupação.

A consolidação da medicina legal como especialidade médica pode ser considerado o eixo principal da atuação científica e institucional de Nina Rodrigues, e abarcou suas discussões sobre a legislação civil e penal brasileira e seu esforço pela organização de serviços médico-legais interligados ao ensino de medicina legal da Faculdade.

Aplicando os princípios evolucionistas spencerianos ao caso brasileiro, Nina Rodrigues defendia que os crimes cometidos por negros ou mestiços deveriam ser analisados de um ponto de vista racial, isto é, considerando os valores morais vigentes no grupo de origem do indivíduo e sua noção de justiça, bem como a sua real capacidade de assimilação dos conceitos de um grupo evolutivamente superior – ele propunha a existência de uma **ética étnica**, portanto.

Quanto aos mestiços, ele advogava a necessidade de considerar que sua responsabilidade moral e penal deveria ser escalonada, desde a sua negação em um extremo, até a afirmação plena no extremo oposto; e caberia ao perito médico a especificidade da contribuição na avaliação da sua imputabilidade.

Nina Rodrigues reivindicava ainda a necessidade de uma legislação federal de proteção aos alienados que garantisse a sua assistência médica e protegesse os seus direitos. Além do seu interesse acadêmico pelo tema da alienação mental, o médico maranhense mobilizou-se politicamente em favor dos alienados da Bahia.

O médico maranhense também deixou contribuições relevantes na área da etnografia; em seus estudos antropológicos de campo ele estudou exaustivamente aspectos da cultura negra como as línguas africanas, as religiões originais e as suas adaptações ao catolicismo, a história oral das diversas etnias; recolheu ainda alguns mitos e cânticos africanos. Fez ainda levantamentos de fontes históricas sobre o tráfico e as rebeliões escravas baianas.

A trajetória científica de Nina Rodrigues coincidiu com um dos momentos-chave na delimitação das modernas especialidades médicas no Brasil, entre elas a medicina legal e a psiquiatria.

Além da sua citada atuação institucional nestes campos, quando o médico maranhense enfocava a diferença racial sob a perspectiva das manifestações mentais consideradas patológicas, numa perspectiva comparativa, ele as confrontava tanto com os padrões estabelecidos na Europa quanto entre os vários *tipos raciais* componentes da nação entre si – é o que ele chamava de *etnologia patológica*.

Foi este o ponto em que esta tese se concentrou, através da transcrição e discussão de alguns casos clínicos por ele descritos. Pôde-se identificar nesta parte da obra de Nina Rodrigues similaridades com as posturas dos etnopsiquiatras europeus do fim do século XIX que seguiram o método

comparativo de Emil Kraepelin, ou seja, o uso das noções de *patoplastia* e *patogenia* da doença mental, em sua *psicopatologia comparada*.

Ainda que sem se referir a Kraepelin, mas tendo aplicado conceitos semelhantes na análise da alienação mental e dos comportamentos anormais entre negros e mestiços brasileiros, N. Rodrigues defendeu a existência de uma psicopatologia que se apresentaria neles com um conteúdo específico, dado seu funcionamento mental primitivo.

Porém, Nina Rodrigues discordava daqueles que negavam aos negros a *capacidade* de ter certas manifestações psicopatológicas consideradas mais complexas, como os delírios elaborados e sistematizados, tipo paranóia, ou a histeria.

Portanto, pode-se dizer que a posição de Nina Rodrigues era paradoxal, do ponto de vista etnopsiquiátrico: de um lado, ele insistia que haveria uma mesma essência humana em brancos e negros, ao enfatizar que ambos poderiam sofrer de quaisquer doenças mentais; de outro, não incluía nesta análise a dimensão das subjetividades diversas, determinadas pelas culturas diferentes, possivelmente porque a adesão aos postulados do racismo científico o impedisse de tal passo analítico.

As observações clínicas e etnográficas deram a Nina Rodrigues subsídios para questionar algumas idéias evolucionistas correntes entre os alienistas europeus, e ele de certa forma matizou as noções de inferioridade dos negros, ainda que jamais negasse a sua realidade.

Nos estudos dos casos clínicos acompanhados por Nina Rodrigues evidenciou-se o seu rico diálogo com os autores clássicos da psicopatologia, principalmente franceses, e espero ter apontado alguns dos conceitos psicopatológicos, que seriam basilares para a prática da psiquiatria no século seguinte, em momentos críticos de sua construção ou consolidação.

Com relação a Juliano Moreira, embora seja um autor tão importante quanto Nina Rodrigues, optou-se pragmaticamente nesta tese por um recorte muito parcial de sua grande contribuição à psiquiatria brasileira, mas que se justifica na medida em que ele se contrapôs a Nina Rodrigues em muitos aspectos, mas também dele se aproximou, quando trata de temas da psicopatologia comparada, especialmente os que envolvem os negros e mestiços brasileiros.

Embora destacando aspectos relacionados às suas formulações sobre a (não) ligação entre raça, degenerescência, neuropatologia e psicopatologia, e seu evidente esforço de combate ao preconceito racial, procurei não racializar a pessoa de Juliano Moreira, mas apontá-lo como um intelectual brasileiro interessado em todas as questões importantes de seu tempo, especialmente dentro de sua especialidade, a psiquiatria.

Divergindo de Nina Rodrigues, e com ele dialogando, Juliano Moreira recusava a tese da inferioridade intelectual nata do negro e seus desdobramentos com relação aos mestiços brasileiros. Além disto, desafiava duas crenças dominantes na psiquiatria comparada do começo do século XX: primeiro, afirmava que não havia doenças mentais próprias dos climas tropicais; e, segundo, que a condição racial de um indivíduo não lhe daria imunidade a forma alguma de insanidade mental.

A despeito das divergências teóricas específicas, vale apontar as semelhanças, em certas posturas mais gerais, entre Juliano Moreira e Nina Rodrigues: ambos defenderam sempre suas idéias a partir de relatos circunstanciados de casos clínicos por eles observados, e da confrontação de suas próprias conclusões com a produção científica internacional sobre os temas em debate.

Adicionalmente, Moreira recusava enfaticamente a exotização da loucura nos países tropicais, apontando aqui as mesmas entidades mórbidas descritas na Europa, o que parece compreensível tanto por sua opção pela

psiquiatria kraepeliniana, no esforço de consolidação de uma nosologia psiquiátrica em ascensão, quanto pelo seu papel de fundador de uma especialidade médica, de “chefe de escola”, como era chamado.

Na atuação institucional e na obra de Juliano Moreira, tanto quanto na de Nina Rodrigues, são entrevistados os dilemas políticos e sociais do mundo em que viveram. Ambos exerceram uma ampla gama de influências, tanto técnicas quanto políticas, em variados campos. Os dois tinham autoridade dentro e além de sua especialidade profissional para defender a intervenção ativa da medicina na sociedade, e o fizeram. Nina Rodrigues defendendo a higiene social racialista e Juliano Moreira, a higiene mental sanitarista.

Num momento histórico marcado pela fé na ciência e no progresso, os homens da ciência acreditaram poder e dever intervir nos destinos da nação, e atuaram dentro e fora do Estado. Neste sentido, as trajetórias pessoais de Raimundo Nina Rodrigues e de Juliano Moreira refletiram o caminho que estava sendo trilhado pela medicina brasileira, neste período histórico tão cheio de novidades e angústias para a nação, de 1890 a 1930.

Falando em ciência e sociedade, escrever esta tese me fez confirmar algo que já suspeitava, que o racismo prescinde totalmente do aval científico para existir e se manter, assim como acontece com todas as outras formas de intolerância entre os homens, ou todo conceito que naturaliza as diferenças humanas.

Longe de negar que, no período de apogeu do racismo avalizado pela ciência, esta não tenha sido cúmplice de todo tipo de crime cometido em nome da suposta superioridade de alguns – mais exatamente, como a ciência só existe como conceito, os cúmplices seriam os praticantes desta ciência. O que nos obriga a refletir sobre as consequências éticas das nossas práticas e crenças científicas, que existirão quer as reconheçamos ou não. Pois é isto que história nos ensina.

Ainda que muitos cientistas julgassem apenas constatar os fatos da natureza, e pretendessem não receber influências morais ou políticas, o racismo científico forneceu, indiscutivelmente, subsídios para uma série de práticas discriminatórias, como o colonialismo, o escravismo, o sexismo e a segregação classista.

Sabe-se que as teses racialistas e o determinismo biológico, mundialmente, foram sendo abandonados pelos intelectuais, cientistas e políticos democratas, a partir da Primeira Guerra Mundial, numa recusa mais enfática depois da Segunda Guerra e da tragédia ocasionada pelos nazistas alemães.

A declaração da UNESCO de 1950 começa com uma frase que, embora plenamente compreensível historicamente, não deixa de soar espantosa: “Os eruditos estão geralmente de acordo em reconhecer que a humanidade é uma e que todos os homens pertencem à mesma espécie, *Homo sapiens*” (UNESCO, 1972b, p.279). E durante os anos 50 e 60 esta entidade continuou congregando especialistas de diversas áreas, no esforço de afirmar a igualdade humana, o caráter não-biológico da idéia de raça, e assinalar ainda a não-cientificidade do racismo.²⁶⁰

Mas conhece-se que as posturas racistas continuam revisitadas e atualizadas, periodicamente. Se hoje elas não mais fazem parte dos paradigmas científicos universalmente aceitos, ainda circulam livremente nas vielas do preconceito.

Nas palavras do sempre preciso Eric Hobsbawm, é necessário sempre recontar a história e lutar contra:

a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas [...] um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca [...] (HOBSBAWM, 1997, p.13).

²⁶⁰ Ver UNESCO. *Raça e ciência I* e *Raça e ciência II*. São Paulo: Perspectiva, 1972a e 1972b.



**ARQUIVOS E
BIBLIOTECAS**

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS consultados e abreviações usadas.

Arquivo Edgard Leuenroth. Centro de Pesquisa e Documentação Social. IFCH, UNICAMP. Campinas (SP): **AEL-UNICAMP**.

Coleção Sérgio Buarque de Holanda. Biblioteca Central da UNICAMP. Campinas (SP): **SBH-UNICAMP**.

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro (RJ): **BNRJ**.

Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ. Campus da Ilha do Fundão. Rio de Janeiro (RJ): **BCCS-UFRJ**.

Centro Referencial do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Campus da Praia Vermelha. Rio de Janeiro (RJ): **CRFCC-UFRJ**.

Biblioteca Blanche Knopf. Fundação Joaquim Nabuco. Recife (PE): **BFUNDAJ**

Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Salvador (BA): **CEAO-UFBA**.

Biblioteca do Memorial da Faculdade de Medicina da UFBA. Salvador (BA): **BMMed-UFBA**.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Salvador (BA): **BPEBA**.

Center for Research Libraries. Latin-American Microform Project. Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras. [on line]. **CRL-LAMP**.

Biblioteca do Instituto de Saúde Mental de Mannheim (ZISG). Mannheim, Alemanha: **BZISG**.



***FONTES
PRIMÁRIAS***

A – Livros, monografias e artigos.

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil** (1865 - 1866). Tradução e notas de Edgard Sussekind de Mendonça, da edição francesa de 1869. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 516 p. (Brasiliense, vol. 95). [1. ed. *A journey in Brazil*, 1868. A edição brasileira de 1938 foi republicada integralmente em 2000, pelo Conselho Editorial do Senado Federal, na coleção O Brasil visto por estrangeiros.].

ARQUIVOS DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (AMJRJ). Biografia do Prof. Juliano Moreira. **Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro**, IV (1-2): 7-13, 1933a.

ARQUIVOS DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (AMJRJ). Bibliografia do Prof. Juliano Moreira. **Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro**, IV (1-2): 13-20, 1933b.

AUSTREGÉSILO, A. Juliano Moreira (Necrologia). **Brazil Medico**, XLII (19):342-3, 1933.

AZEVEDO, A. T. G. **O mulato**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 388 p.

BEAN, R. B. Some racial peculiarities of the negro brain. **American Journal of Anatomy**, V: 353-415, 1906. (BZISG).

BEARD, G. A nervosidade americana. **Rev Latinoam Psicopat Fund**, V (1):176-85, 2002.

BRANDÃO, A. F. **Diálogo das grandezas do Brasil**. 3. ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden. Organização e introdução de José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Massangana, 1997. p.56-8. (Descobrimentos, 8). [Manuscrito, 1618; 1. ed. 1883-1887].

BREUER, J.; FREUD, S. **Estudos sobre a histeria** (1893-1895). Comentários e notas de James Strachey. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1988. (Obras completas de Sigmund Freud, edição standard brasileira, vol. II).

BRITTO, A. Contribuição para o estudo da “astasia-abasia” neste estado. Memória apresentada ao 3º. Congresso de Medicina e Cirurgia, Salvador, 1890. In: NINA RODRIGUES, R. **As coletividades anormais**. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p.232-97.

CARDOZO, C. E. O. **Influência da civilização sobre o desenvolvimento das afecções nervosas**. Salvador: Tipografia A. O. França Guerra, 1857. (Tese de Graduação em Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia). (BMMed-UFBA).

CARNEIRO, E.; FERRAZ, A.C. (org.). **O negro no Brasil: trabalhos apresentados no 2º Congresso Afro-brasileiro**. Bahia, 11 a 20 de janeiro de 1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. 367 p. (Biblioteca de Divulgação Científica, 20).

CARRILHO, H. Discurso na Academia Nacional de Medicina, na sessão de 1º de junho de 1933, dedicada à memória de Juliano Moreira. **Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro**, IV (1-2): 3-6, 1933.

CHARCOT, J.-M. A grande histeria ou histero-epilepsia **Rev Latinoam Psicop Fund II** (3):166-72, 1999. [*Leçons du mardi*, 1887-1888].

CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. **Estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934**. Prefácio de Roquette-Pinto. Recife: Ed. Massangana, 1988a. (vol. 1). 286p. Fac-símile de Rio de Janeiro: Ariel, 1935. (Série Abolição, 6).

CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. **Novos estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934**. Prefácio de Artur Ramos. Recife: Ed. Massangana, 1988b. (vol. 2). 352p. Fac-símile de Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. (Série Abolição, 7).

COTARD, J. Do delírio das negações. **Rev Latinoam Psicop Fund I** (4):156-77, 1998. [*Archives de neurologie*, 1882].

COUTO, J. L. A.; CESAR, H.; SILVA LIMA, J. F.; MONTEIRO, R. A.; PEREIRA, M. V. Coreomania. Parecer da Comissão Médica, nomeada pela Câmara Municipal, acerca da moléstia que ultimamente apareceu em Itapagipe e que se tem propagado em toda cidade. In: NINA RODRIGUES, R. **As coletividades anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p.219-31. [Transcrito de **Gazeta Medica da Bahia**, abril de 1883].

CUNHA, E. **Os Sertões** – Campanha de Canudos. 27. ed. Introdução de Nelson Werneck Sodré. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963. p. 55-168.

CUNHA, E. **Diário de uma expedição**. Organização Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 301p. (Coleção Retratos do Brasil).

DARWIN, C. **A origem das espécies**. Tradução Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1979, 471p. [*On the origin of species*, 1859].

DARWIN, C. **O Beagle na América do Sul**. Tradução Lia Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 72 p. [Tradução de parte de *Voyage of the Beagle*, 1839].

DARWIN, C. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. Tradução de Leon de Sousa Lobo Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 376 p. [*The expression of the emotions in man and animals*, 1872].

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Hollanda, do original alemão. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972. (Biblioteca histórica brasileira). [1. ed. 1858].

DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução e notas Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940. 3 vol. (Biblioteca histórica brasileira). [*Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834-39].

DEBRET, J. B. **Rio de Janeiro, cidade mestiça**: nascimento da imagem de uma nação. Ilustrações e comentários Jean Baptiste Debret. Organização Patrick Straumann. Tradução de Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 200 p.

DENIS, J. F. **Brasil**. Tradução de João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 434 p. (Reconquista do Brasil, vol. 46). [Parte de *Brésil, Colombie et Guyanes*, 1838].

EWBANK, T. **A vida no Brasil** ou diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 347 p. (Reconquista do Brasil, vol. 28). [*Life in Brazil or a journal of a visit to the land of the cocos and the palm*, 1856].

FRANCO DA ROCHA, F. Bemerkungen über das Vorkommen des Irreseins bei den Negeren. **Allgemeine Zeitschrift für Psychiatrie und psychiatrische-gerichtliche Medizin**, 55:133-50, 1898. (BZISG).

FREUD, S. A moral sexual “civilizada” e a doença nervosa moderna (1908). In: FREUD, S. **Gradiva de Jensen e outros trabalhos** (1906-1908). Comentários e notas de James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.187-208. (Obras completas de Sigmund Freud, edição standard brasileira, vol. IX).

FREUD, S. Nota autobiográfica. In: FREUD, S. **Primeiras publicações psicanalíticas** (1893-1899). 2. ed. Comentários e notas de James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1987a. p.293. (Obras completas de Sigmund Freud, edição standard brasileira, vol. III).

FREUD, S. Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas. In: FREUD, S. **Publicações pré-psicanalíticas (1886-1899)**. 2. ed. Comentários e notas de James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1987b. p.180-91. (Obras completas de Sigmund Freud, edição standard brasileira, vol. I).

GÂNDAVO, P. M. de. **História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil** (12. ed.). Edição conjunta com o **Tratado da terra do Brasil** (5. ed.), organizada por Leonardo Dantas Silva. Recife: Massangana, 1995.

p.99-100. [1. ed. 1576].

GAZETA MEDICA DA BAHIA (GMB). Noticiário: Inauguração do asilo de alienados S. João de Deus. **Gazeta Medica da Bahia**, VII (167-168):366-81, julho, 1874. (BMMed-UFBA).

GREENLEES, D. Insanity among the natives of South Africa. **The Journal of Mental Science**, XLI: 71-8, 1895. (BZISG).

GRIEVE, R. Insanity in British Guiana. **The Journal of Mental Science**, XXVI: 370-4, 1880. (BZISG).

HAECKEL, E. **A origem do homem**. São Paulo: Global, 1982. 79 p.

HOMENAGENS ao Sr. Professor Juliano Moreira. 84º aniversário da Assistência a Alienados. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, 1 (2):120-34, 1925.

KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**: Rio de Janeiro e província de São Paulo. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 321 p. (O Brasil visto por estrangeiros). [*Sketches of residence and travel in Brazil*, 2 vol., 1845].

KOSTER, H. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Tradução e prefácio de Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 372-433. (Pernambucana, vol. XVII). [*Travels in Brazil*, 1816].

KRAEPELIN, E. Psiquiatria Comparada. In: DALGALARRONDO, P. **Civilização e Loucura**: uma introdução à História da Etnopsiquiatria. São Paulo: Lemos, 1996a. p.95-100. [*Vergleichende Psychiatrie*. **Centralblatt für Nervenheilkunde und Psychiatrie**, XV: 433-7, 1904].

KRAEPELIN, E. Notas psiquiátricas de Java. In: DALGALARRONDO, P. **Civilização e Loucura**: uma introdução à História da Etnopsiquiatria. São Paulo: Lemos, 1996b. p.101-3. [*Psychiatrisches aus Java*. **Allgemeine Zeitschrift für Psychiatrie**, 61:882-4, 1904].

LEITHOLD, T. von; RANGO, L. von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. Tradução e anotação de Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. (Brasiliana, vol. 328).

LILLYBRIDGE; BUTLER Exemption of the Cherokee Indians and Africans from Insanity (Letter to Dr. Brigham). **The American Journal of Insanity**, II:287-8, 1845. (BZISG).

LOMBROSO, C.; CARRARA, M. Contributo all'antropologia dei Dinka. **Archivio di Psichiatria, Antropologia Criminale ed Scienze Penali per Service allo Studio dell'uomo alienato e delinquente** (Torino). p.349-63, 1896. (BZISG).

LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975. 435 p. (Reconquista do Brasil, vol. 21). [1. ed. 1820].

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Dom Casmurro**. Organização, introdução, revisão de texto e notas de Massaud Moisés. São Paulo: Cultrix, 1960. p.25. (Obras escolhidas de Machado de Assis, vol. V). [1. ed. 1899].

MACHADO DE ASSIS, J.M. **O alienista**. Organização, introdução, revisão de texto e notas de Massaud Moisés. São Paulo: Cultrix, 1961. p.189. (Obras escolhidas de Machado de Assis, vol. VII). [1. ed. 1882].

MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônica de 11 de maio de 1888 (Bons dias!). In: GLEDSON, J. **Machado de Assis, ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.127.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Fuga do hospício (crônica de 31 de maio de 1896). In: MACHADO DE ASSIS, J. M. **Crônicas escolhidas de Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1994. p.121-5.

MARTIUS, C. F. P. von. **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros** (1844). Tradução, prefácio e notas de Pirajá da Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 286 p. (Brasiliana, vol. 154). [*Das Naturell, die Krankheiten, das Artzthum und die Heilmittel der Ueberwohner Brasiliens*, 1844].

MARTIUS, C. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Originalmente publicada em **Revista do IHGB**, VI (24):389-411, janeiro de 1845. Banco de Textos Raros de Literatura Brasileira. [on line]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/martius.htm>>.

MOREAU (de Tours), J. J. Investigações sobre os alienados no Oriente: notas sobre os estabelecimentos que lhes são consagrados em Malta (Ilha de), no Cairo, em Esmirna (Ásia Menor) e em Constantinopla (Turquia). In: DALGALARRONDO, P. **Civilização e Loucura: uma introdução à História da Etnopsiquiatria**. São Paulo: Lemos, 1996. p.59-82. [*Recherches sur les aliénés en orient: Notes sur les établissements qui leur sont consacrés a Malte (Ile de), au Caire (Égypte), a Smyrne (Asie-Mineure), a Constantinople (Turquie)*]. **Annales Medico-Psychologiques** (Paris), 1:103-32, 1843].

MOREIRA, J. **Etiologia da sífilis maligna precoce**. Salvador: Lito-Tipografia Liguori, 1891. (Tese para Doutorado em Ciências Médico-cirúrgicas, Faculdade de Medicina da Bahia). (BCCS-UFRJ).

MOREIRA, J. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins I** (1):52-98, 1905. (BCCS-UFRJ).

MOREIRA, J. Querelantes e pseudoquerelantes. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal**, IV: 426-34, 1908. (BCCS-UFRJ).

MOREIRA, J. Resenha sobre *O pansexualismo na doutrina de Freud*, de Franco da Rocha. **Brazil-Medico**, XXIII (6):365-6, 1920. (BNRJ).

MOREIRA, J. A luta contra as degenerações nervosas e mentais no Brasil (comunicação apresentada ao Congresso Nacional dos Práticos). **Brazil-Medico**, II: 225-6, 1922. (BNRJ).

MOREIRA, J. Professor Emilio Kraepelin (discurso na sessão da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, de 18 de outubro de 1926, em memória do Prof. Kraepelin). **Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria**, VIII (III-IV):131-8, 1926.

MOREIRA, J.; AUSTREGÉSILO, A. Contribuição ao estudo do ainhum. **Brazil-Medico**, XXII (17):161-74,1908.

MOREIRA, J.; PEIXOTO, A. A paranóia e as síndromes paranóides. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins**, I (1):5-33, 1905a. (BCCS-UFRJ). [Republicado em **Rev Latinoam Psicop Fund**, IV (2):134-67, 2001, com notas explicativas de Ana M. G. R. Oda e Paulo Dalgalarondo].

MOREIRA, J.; PEIXOTO, A. Classificação das moléstias mentais do professor Emil Kraepelin. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins**, I (2):204-16; I (3-4):310-6, 1905b. (BCCS-UFRJ).

MOREIRA, J.; PEIXOTO, A. Les maladies mentales dans le climats tropicaux. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins**, II (1):222-41, 1906. (BCCS-UFRJ).

MOREIRA, J.; PENAFIEL, A. A contribution to the study of Demência Paralytica in Brazil. **Journal of Mental Science**, 53: 507-21, 1907. (BZISG).

MOREL, B. A. **Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine**, et des causes qui produisent ces variétés malades. Atlas de XII planches. Paris: J. B. Baillière, 1857. (BCCS-UFRJ).

NABUCO, J. **O abolicionismo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 172 p. [1. ed. 1883].

NINA RODRIGUES, R. **Das amiotrofias de origem periférica**. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1887. (Tese de Doutorado em Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). (BCCS-UFRJ).

NINA RODRIGUES, R. Como se faz uma tese. Como de devia fazer. (Comentário ao artigo de J. L. Petit, traduzido do francês). **Gazeta Medica da Bahia**, 22: 372-7, 1890-1891. (BNRJ).

NINA RODRIGUES, R. La paranoia chez les nègres. **Archives d'Anthropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique** (Lyon), 18 (118):609-55; 18 (119):689-713, 1903. (BZISG).

NINA RODRIGUES, R. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935. 199 p. (Biblioteca de Divulgação Científica, vol. II). (SBH-UNICAMP).

NINA RODRIGUES, R. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. Prefácio de Afranio Peixoto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 272 p. (Brasiliiana, vol.110). (CRFCC-UFRJ).

NINA RODRIGUES, R. **As coletividades anormais**. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939a. 332 p. (CRFCC-UFRJ).

NINA RODRIGUES, R. **O alienado no direito civil brasileiro**. 3. ed. Prefácio de Afranio Peixoto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939b. 229 p. (Brasiliiana, vol.165). (CRFCC-UFRJ).

NINA RODRIGUES, R. Memória histórica apresentada pelo professor Raimundo Nina Rodrigues à egrégia Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, em 29 de março de 1897. **Gaz Méd Bahia**, 73:13-30, out., 1976. (BMMed-UFBA).

NINA RODRIGUES, R. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. 283 p.

NINA RODRIGUES, R.; SANTOS, M dos. Parecer sobre o estado mental de um indivíduo julgado incapaz por suposta existência de um delírio de perseguição. **Brazil-Medico**, VIII: 20-1, 1894. (BNRJ).

PEIXOTO, A. A loucura maníaca-depressiva (*Manisch-depressiven Irrsein – Kraepelin*). **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e sciências affins**, I (1):33-46, 1905.

PEIXOTO, A. Vida e obra de Nina Rodrigues. In: NINA RODRIGUES, R. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. Prefácio de Afranio Peixoto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938b. p.11-33.

PEIXOTO, A. Nina Rodrigues. In: PEIXOTO, A. **Livro de Horas**. Rio de Janeiro: Agir, 1947. p.230-2.

PEIXOTO, A. L. S. **Considerações gerais sobre a alienação mental**. Rio de Janeiro: Tipografia L. A. Burgain, 1837. (Tese de Graduação em Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). (BCCS-UFRJ).

QUERINO, M. **Costumes africanos no Brasil**. 2. ed. ampliada. Recife: Ed. Massangana/ FUNARTE, 1988, 254p. (Série Abolição, 20).

ROMERO, S. **Introdução a Doutrina contra Doutrina**. Organização Alberto Venâncio Filho. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. 175p. (Coleção Retratos do Brasil).

ROSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.233-320. (Os pensadores).

ROXO, H. Discurso na sessão solene da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, em homenagem a seu presidente perpétuo (18 de julho de 1925). **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, 1 (2):125-30, 1925.

ROXO, H. Professor Juliano Moreira. **Imprensa Medica**, IX (142):1-2, 5 de maio de 1933.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**, com um resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro. Tradução de Leonam de Azeredo Pena. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, 452 p. (Brasiliiana, vol. 210). [*Voyage dans le district des Diamans et sur le litoral du Brésil*, 2 vol., 1833].

SILVA LIMA, J. F. da. Beribéri na província de Santa Catarina. **Gazeta Medica da Bahia**, 5 (98):13-4, agosto, 1871. (BMMed-UFBA).

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários de Francisco Adolfo de Varnhagen. 9. ed. revista e atualizada. Apresentação Leonardo Dantas Silva. Recife: Massangana, 2000. p.274-5. (Descobrimentos, 13). [1. ed. 1801].

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Revisão B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. vol. 1. [*Reisen in Brasilien*, 3 vol., 1823-1831].

TSCHUDI, J. J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Tradução de Eduardo de Lima Castro, de parte da obra editada em alemão. São Paulo: Martins, 1976. 210 p. (Biblioteca histórica paulista, vol. V). [*Reisen durch Süd-Amerika*, 5 tomos, 1866].

TUKE, H. Insanity in Australian aborigines, with a brief analysis of thirty-two cases. **The Journal of Mental Sciences**, XXXVI: 276-8, 1890. (BZISG).

TUKE, H. Increase of insanity in Ireland. **The Journal of Mental Sciences**, XL: 549-61, 1894. (BZISG).

VIÚVA JULIANO MOREIRA. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. **Novos estudos afro-brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934. Prefácio de Artur Ramos. Recife: Ed. Massangana, 1988 (vol. 2). p.146-50. Fac-símile de Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. (Série Abolição, 7).

B – Documentos oficiais: Relatórios Provinciais da Bahia.

Anexo 1. Esboço de uma história da psicopatologia dos escravos brasileiros.
Suicídios entre escravos e negros libertos: estudo preliminar de fontes primárias da província da Bahia (1848-1883).

BAHIA (província). Mensagens dos Presidentes das Províncias. Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras. Latin-American Microform Project. Center for Research Libraries. [on line]. (CRL-LAMP).

Disponível na *World Wide Web*:

<<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/BAH.html>>;

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bds/hartness/crimecomm.html>>;

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bds/hartness/deaths.html>>.

BAHIA (província). Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848.

BAHIA (província). Quadro demonstrativo dos suicídios, e mortes casuaes que tiverão lugar n'esta Provincia da Bahia, durante o ano de 1848. Anexo a Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 4 de julho de 1849. Bahia, Typ. de Salvador Moitinho, 1849.

BAHIA (província). Quadro demonstrativo dos suicídios, e mortes casuaes que tiverão lugar n'esta Provincia da Bahia, durante o ano de 1850. Anexo a: Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembléa Provincial da mesma provincia no 1. de março de 1851. Bahia, Typ. Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1851.

BAHIA (província). Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, 'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no 1. de março de 1852. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852.

BAHIA (província). Mappa dos homicidios, tentativas de morte, suicidios, e captura de criminosos que tiverão lugar n'esta Provincia durante o ano de 1854. Anexo a: Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1.o de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855.

BAHIA (província). Mappa da mortalidade domiciliar da cidade da Bahia em 1854. Anexo a: Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1.o de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855.

BAHIA (província). Mappa dos homicidios, tentativas de morte, ferimentos graves, roubos, resistencias, tirada de presos, suicidios, e mortes cazuaes, que tiverão lugar n'esta Provincia da Bahia durante o ano de 1855. Anexo a: Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

BAHIA (província). Mappa dos homicidios, tentativas de morte, ferimentos graves, roubos, resistencias, tirada de presos, suicidios, e mortes casuaes, que tiveram lugar n'esta Provincia da Bahia durante o ano de 1856. Anexo a: Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, no 1. de setembro de 1857. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1857.

BAHIA (província). Mappa dos homicídios, tentativas de morte, ferimentos graves, roubos, resistências, tirada de presos, suicídios, e mortes casuâes, que tiverão lugar nesta Província da Bahia durante o ano de 1857. Anexo a: Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo 1.º vice-presidente da província, o desembargador Manoel Messias de Leão em 15 de setembro de 1858. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1858.

BAHIA (província). Mappa dos homicídios, tentativas de morte, ferimentos graves, roubos, tirada de presos, suicídios, e mortes casuaes, que tiverão lugar nesta Província da Bahia durante o ano de 1858. Anexo a: Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor Francisco Xavier Paes Barreto em 15 de março de 1859. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1859.

BAHIA (província). Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor Francisco Xavier Paes Barreto em 15 de março de 1859. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1859.

BAHIA (província). Mappa dos homicídios, tentativas de morte, ferimentos graves, roubos, tirada de presos, suicídios, mortes casuaes, que tiverão lugar nesta Província da Bahia durante o ano de 1859. Anexo a: Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o conselheiro e senador do imperio Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

BAHIA (província). Falla recitada na abertura 'Assembléa da Bahia pelo presidente da província, Antonio da Costa Pinto, no dia 1.º de março de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

BAHIA (província). Mappa dos homicídios, tentativas de morte, ferimentos graves, roubos, resistência, tirada de presos, suicídios, e mortes casuaes, que tiverão lugar nesta Província da Bahia durante o ano de 1860. Anexo a: Falla recitada na abertura 'Assembléa da Bahia pelo presidente da província, Antonio da Costa Pinto, no dia 1.º de março de 1861. Bahia, Typ. de A. O. da França Guerra, 1861.

BAHIA (província). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1.º de março de 1865, pelo excellentissimo presidente da provincia, o snr. desembargador Luiz Antonio Barboza de Almeida. Bahia, Typ. Poggetti--De Tourinho, & C.a, 1865.

BAHIA (província). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Bahia pelo excellentissimo presidente da provincia, o commendador Manuel Pinto de Souza Dantas no dia 1.º de março de 1866. Bahia, Typ. de Tourinho & C.a, 1866.

BAHIA (província). Relatório do chefe de policia. Documentos annexos ao relatório com que abriu a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o excellentissimo senhor doutor José Nascentes de Azambuja, no dia 1.º de março de 1868. Bahia, Typ. de Tourinho & Comp., 1868.

BAHIA (província). Relatório do chefe de policia. Documentos annexos ao relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Bahia pelo excellentissimo senhor Barão de S. Lourenço em 11 de abril de 1869 (1ª parte). Bahia, Typ. Constitucional, 1869.

BAHIA (província). Falla com que o excellentissimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1.a sessão da 19.a legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 1.º de março de 1872. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1872.

BAHIA (província). Falla com que o exm. sr. commendador Antonio Candido da Cruz Machado abriu a 1.a sessão da vigesima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1.º de março de 1874. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1874.

BAHIA (província). Relatório com que o excellentissimo senhor presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1.º de maio de 1876. Bahia, Typ. do Jornal da Bahia, 1876.

BAHIA (província). Estatística obituária de 1875, conforme os enterramentos feitos nos trez cemiterios da Capital: Campo-Santo, Quinta e Bom Jesus. Documentos annexos ao relatorio com que o excellentissimo sr. presidente da provincia, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1.o de maio de 1876. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1876.

BAHIA (província). Fatos notaveis e accidentes. Annexos á falla com que o exm. sr. des. Henrique Pereira de Lucena, presidente da Bahia, abriu a 56.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de março de 1877. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1877.

BAHIA (província). Estatística obituária de 1876, conforme os enterramentos feitos nos quatro cemiterios da Capital - Campo-Santo, Quinta dos Lázaros, Bom-Jesus e Brotas. Annexos á falla com que o exm. sr. des. Henrique Pereira de Lucena, presidente da Bahia, abriu a 56.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de março de 1877. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1877.

BAHIA (província). Falla com que abriu no dia 1.o de maio de 1878 a 57.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. conselheiro barão Homem de Mello, presidente da provincia. Bahia, Typ. do Diario, 1878.

BAHIA (província). Estatística obituária do anno de 1877, conforme os enterramentos feitos nos quatro cemiterios da Capital - Campo-Santo, Quinta dos Lázaros, Bom Jesus e Brotas. Anexo a: Falla com que abriu no dia 1.o de maio de 1878 a 57.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. conselheiro barão Homem de Mello, presidente da provincia. Bahia, Typ. do Diario, 1878.

BAHIA (província). Falla com que abriu no dia 1.o de maio de 1879 a 2.a sessão da 22.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, presidente da provincia. Bahia, Typ. do Diario da Bahia, 1879.

BAHIA (província). Falla com que abriu no dia 1.o de maio de 1880 a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, presidente da provincia. Bahia, Typ. do Diario da Bahia, 1880.

BAHIA (província). Falla com que o exm. sr. conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza abriu a 2.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 3 de abril de 1883. Bahia, Typ. do Diario da Bahia, 1883.



***REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS***

ACKERKNECHT, E. H. **Breve Historia de la Psiquiatria**. 2. ed. Tradução Abelardo Maljuri. Revisão técnica de José Bleger. Buenos Aires: Universitária, 1964. [*Kurze Geschichte der Psychiatrie*, 1962].

ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. (org.). **História da vida privada no Brasil – Império**: a corte e a modernidade nacional. Coordenação geral da coleção de Fernando Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.11-93. (História da vida privada no Brasil).

ALENCASTRO, L. F. A pena e o pincel. In: DEBRET, J. B. **Rio de Janeiro, cidade mestiça**: nascimento da imagem de uma nação. Ilustrações e comentários Jean Baptiste Debret. Org. Patrick Straumann. Tradução de Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.135-63.

ALEXANDER, F. G.; SELESNICK, S. T. **História da Psiquiatria**. 2. ed. Tradução Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, 1980. 573p. [*The history of psychiatry*, 1966].

ALMANAQUE BR@SIL de cultura popular. Será que um dia vamos entender o mulato que era racista? [on line]. Dezembro de 2002. Disponível na *World Wide Web* em: <http://www.almanaquebrasil.com.br/almanaque45/voce_sabia3.htm>.

ALMEIDA FILHO, N. Ansiedade antraz. (Editorial). **Rev Bras Psiq** 23 (4):175, 2001.

AMADO, J. **Tenda dos milagres**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 323 p.

ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Ed. UNESP, 1999, 304 p. (Prismas).

ARRUDA, E. **Resumo Histórico da Psiquiatria Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. 87p.

AZEVEDO, C. M. M de. A nova história intelectual de Dominick LaCapra e a noção de raça. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. O. (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p.123-34. (Coleção Idéias).

- BACELAR, J. Os últimos africanos em Salvador. In: BACELAR, J. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p.17-39.
- BANZATO, C. E. M. **Classificação Diagnóstica em Psiquiatria: Limites do Empirismo**. Comunicação apresentada em reunião do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da FCM-UNICAMP, em agosto de 2001.
- BARROS, L. O. C. Canudos na perspectiva científica. [on line]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.portfolium.com.br/canudos.htm>>.
- BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz. Revisão técnica Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.72-89; p.187-217; p.275. [*Le candomblé de Bahia* (rite nagô), 1958].
- BASTOS, E. R. Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil. In: BASTOS, E. R.; MORAES, J. Q. (org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996. p.405-28. (Coleção repertórios).
- BASTOS, J.A.C.B. Nina Rodrigues. In: **Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos**. Salvador: EDUFBA, 1995. p.81-103.
- BASTOS, S. B. **O Asilo de Alienados S. João de Deus, 1874-1912**. Salvador, 1985. p.21-68. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia).
- BEAUCHESNE, H. **História da psicopatologia**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 174 p. [*Histoire de la psychopatologie*, 1986].
- BENCHIMOL, J. L. João Batista de Lacerda e a febre amarela. In: BENCHIMOL, J. L. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ e Editora UFRJ, 1999. p.169-221.
- BENCHIMOL, J. L. (coord.). **Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. p.61-8; p.112-3.
- BENISTE, J. A língua Yorubá. In: BENISTE, J. **Òrun, Àiyé, o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.11-7.

BERCHERIE, P. **Os Fundamentos da Clínica**: história e estrutura do saber psiquiátrico. Prefácio de Georges Lauréti-Laura. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989. 332 p. [*Les fondements de la clinique: histoire et structure du savoir psychiatrique*, 1980].

BERRIOS, G. E. Descriptive psychopathology: conceptual and historical aspects. **Psychological Medicine**, 14: 303-13, 1984.

BERRIOS, G. E. **The history of mental symptoms**: descriptive psychopathology since the nineteenth century. Cambridge: Cambridge University Press. 1998. p.1-31; p.351-68.

BERRIOS, G. E.; HAUSER, R. The early development of Kraepelin's ideas on classification: a conceptual history. **Psychological Medicine**, 18: 813-21, 1988.

BERRIOS, G. E.; PORTER, R. **A history of clinical psychiatry**: the origin e history of psychiatric disorders. (org.) London: The Athlone Press, 1999. p.vi-xx.

BISPO, A. A. Relações de Alagoas com a história do pensamento antropológico na Bahia - da necessária superação da "Escola de Nina Rodrigues". **Revista Akademie Brasil-Europa**. [on line]. Disponível na *World Wide Web*:

<<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/>>.

BLEULER, E. Coréia de Huntington (doença hereditária de S. Guido). In:

BLEULER, E. **Psiquiatria**. 15. ed. Revisão e atualização de Manfred Bleuler. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. p.162-3.

BLOCH, M. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia M. Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159 p. [*Apologie pour l'histoire, ou Métier d'historien*].

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de *campo*. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomás. Lisboa: DIFEL, 1989. p.59-73. (Memória e sociedade).

- BRASIL. Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841. In: MOREIRA, J. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins**, I (1): 57, 1905.
- BRASIL. Lei 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Código Civil. [on line]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.planalto.gov.br/legisla/htm>>.
- BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil em vigor desde 11 de janeiro de 2003. [on line]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.planalto.gov.br/legisla/htm>>.
- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.327-48.
- BURKE, P. **História e teoria social**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 275 p.
- CÂMARA CASCUDO, L. da. Prefácio do tradutor. In: KOSTER, H. **Viagens ao nordeste do Brasil**. 2. ed. Recife: Secr. Educação e Cultura, 1978. p.11-24.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p.215-36; p.260-6; p.302, vol. 1.
- CARNEIRO, E. Homenagem a Nina Rodrigues. In: CARNEIRO, E.; FERRAZ, A.C. (org.). **O negro no Brasil: trabalhos apresentados no 2º Congresso Afro-brasileiro**. Bahia, 11 a 20 de janeiro de 1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p.331-9. (Biblioteca de Divulgação Científica, XX).
- CARVALHAL, L. A. **Loucura e Sociedade: o pensamento de Juliano Moreira (1903-1933)**. Rio de Janeiro, 1997. (Monografia de Bacharelado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- CARVALHAL, L. A.; DELGADO, P. G. G. Levantamento de fontes primárias e secundárias relativas a Juliano Moreira (1873-1933). In: AMARANTE, P. (org.). **A loucura da (na) história: Seminário sobre história da psiquiatria. I Encontro de pesquisas e estudos em história da psiquiatria, psicologia e saúde mental (novembro de 1998)**. Rio de Janeiro: LAPS/ENSP/FIOCRUZ, 2000. p.421-33.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. 487p.

COSTA, E. V. da. O mito da democracia racial no Brasil. In: COSTA, E. V.da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.248-65.

COSTA, E. V.da. **Da senzala à colônia**. 4. ed., São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998, p.277-331; p. 441-488; p.535-40.

COSTA, I. S. Se o diabo nasceu foi na Bahia (ou em busca das origens da etnopsiquiatria). **Alteridades** (1):69-81, 1994.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 4. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. 187 p.

COSTA, W. P. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (org.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003. p.57-81.

DALGALARRONDO, P. **Civilização e Loucura: uma introdução à História da Etnopsiquiatria**. São Paulo: Lemos, 1996. 124 p.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 271 p.

DALGALARRONDO, P.; SANTOS, S. M. A. e ODA, A. M. G. R. A psiquiatria transcultural no Brasil: Rubim de Pinho e as 'psicoses' da cultura nacional. **Rev Bras Psiquiatr** 25 (1):59-62, 2003. [Apresentação à transcrição da conferência de Álvaro Rubim de Pinho: *Aspectos da psiquiatria cultural no meio baiano*, 1982].

DANFORD, D. A.; MUNRO, H. N. O complexo da vitamina B – Tiamina. In: GILMAN, A. G.; GOODMAN, L.; GILMAN, A. (org.). **As bases farmacológicas da terapêutica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. p.1365-8.

- ELIAS, N. Da sociogênese dos conceitos de “civilização” e “cultura”. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução Ruy Jungmann. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p.23-64. [*Über den Prozzess der Zivilisation*, 1939].
- FALCÃO, E. C. **As contribuições originais da “Escola Tropicalista Baiana”**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1976. 7 p.
- FAUSTO, B. O Segundo Reinado (1840-1889). In FAUSTO, B. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p.173-242. (Coleção Didática).
- FERNANDES, F. O. Ancilostomíase. In: VERONESI, R.; FOCCCIA, R. (ed.). **Tratado de infectologia**. São Paulo: Atheneu, 1996. p.1319-24.
- FLEIUSS, M. **História administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925. p.361.
- FLEIUSS, M. Artigo publicado no Jornal do Comércio de 16 de julho de 1917, pelo Sr. Max Fleiuss, 1º secretário perpétuo do Instituto. In: SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. 3 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. vol. 1, p.XV-XXIII.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J. R **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.15-22.
- FONSECA, P. H. M. O sanitarista Nina Rodrigues. **Jornal da APM**, 99:1 (Suplemento Cultural), julho, 1995.
- FOUCAULT, M. Classificar. In: FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 4. ed. Tradução Salma T. Michail. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p.139-78. [*Le mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*, 1966].
- FREITAS, O de. **Doenças africanas no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 226 p. (Brasiliana, vol. 51).
- FREYRE, G. Nina Rodrigues recordado por um discípulo. In FREYRE, G. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: Record, 1987. p.191-6.

GALVÃO, W.N. Depoimento a Nísia Trindade Lima e Simone P. Kropf, em 13 de abril de 1998. **Hist cienc saude**, V (suplemento):287-303, julho, 1998.

GALVÃO, W.N. **O império do Belo Monte** – vida e morte em Canudos. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. 127p. (Coleção História do povo brasileiro).

GEISS, I. **Geschichte des Rassismus**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1988.

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. 2. ed. Tradução Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 369 p. [*The Mismeasure of man*, 1981].

GOULD, S. J. **Lance de dados: a idéia de evolução de Platão a Darwin**. Tradução Sérgio Moraes Rego. Rio de Janeiro: Record, 2001. 332 p. [*Full House*, 1996].

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999. p.7-68.

HARRIS, M. Race. In: SILLS, D. (ed.) **International Encyclopedia of the Social Sciences**. vol.13. Macmillan Company, 1968.

HOBSBAWM, E. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 335p.

HOLANDA, S. B. de. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.289-305; p.388-97. (História geral da civilização brasileira, tomo II, vol. 5).

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. IX-XXIII.

HUERTAS, R. Madness and degeneration. I – From de ‘fallen angel’ to mentally ill. II – Alcoholism and degeneration. III – Degeneration and criminality. IV – The man of genius. **History of Psychiatry** 3 (4):391-411, 1992; 4 (1):1-21, 1993a; 4 (2):141-58, 1993b; 4 (3):301-19, 1993c.

JACOBINA, R.; CARVALHO, F. M. Nina Rodrigues epidemiologista: estudo histórico de surtos de beribéri em um asilo para doentes mentais na Bahia, 1897-1904. **Hist cienc saude** VIII (1):113-32, mar/jul, 2001.

- JENKINS, K. **A história repensada**. Tradução Mário Vilela. Revisão técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001. 120 p. [Rethinking history, 1991].
- KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1805-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 641p.
- KLEIN, H. S. As origens africanas dos escravos brasileiros. In: PENA, S.D. **Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. p. 93-112.
- KURCGANT, D.; PEREIRA, M. E. C. A teoria de John Hughlings Jackson sobre evolução e dissolução do sistema nervoso: observações clínicas, influências e repercussões. **Rev Latinoam Psicop Fund VI (1):148-53**, 2003.
- LE GOFF, J. (org.). A história nova. In: LE GOFF, J. **A história nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.25-64.
- LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro – história de uma ideologia**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Pioneira, 1969. 339 p.
- LEME LOPES, J. Juliano Moreira. **J Bras Psiq 13 (1):13-9**, 1964.
- LIMA, L. A. **Em busca de Nina Rodrigues**. Salvador: CEAO-UFBA, 1979. 18 p.
- LIMA, L. A. **Roteiro de Nina Rodrigues**. Salvador: CEAO-UFBA, 1980. 12 p.
- LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p.23-40.
- LISBOA, K. M. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1997. 222 p. (Estudos Históricos).
- MACEDO, J. M. de. Discurso na sessão magna aniversária, de 15 de dezembro de 1869, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: SPIX, J. B. von;
- MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. 3 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. vol. 1, p. XVIII-XXIII.

MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 559 p. (Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade, v. 3).

MAESTRI, M. Antonio Vicente Mendes Maciel: o Conselheiro. **Jornal Folha da História** 1 (4), março, 1997. [on line]. Disponível na *World Wide Web*: <http://zonanon.com/artes/mm_rp030124.htm>

MAIO, M. C. A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. **Cad Saúde Públ**, 11 (2): 226-37, abr/jun, 1995.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. 252 p.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira** (vol. II, 1794-1855). 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. p.90-3; 134-9; 285-7.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira** (vol. IV, 1877-1896). 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979. p.34-42; p.101-4; p.469-71.

MATTOS, H. M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 74 p.

MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 267 p.

MELLO, J. A. G. **Gente de nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654**. 2. ed. Apresentação José E. Mindlin. Recife: Massangana, 1996, p. 7.

MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1935. 255p. (Brasílica, vol. 46).

MINOIS, G. **História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998. p.263-406. [*Histoire du suicide*, 1995].

- MONTEIRO, J. M. As "raças" indígenas no pensamento brasileiro do Império.
- In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p.15-22.
- MORAIS, R. B. Prefácio. In: LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975. (Reconquista do Brasil, vol. 21).
- MORAIS, R. B. Apresentação. In: KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**: Rio de Janeiro e província de São Paulo. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Fed. Conselho Editorial, 2001. p.15-7.
- MOREL, P. **Dicionário biográfico PSI**. Tradução Lucy Magalhães. Consultoria Maria Tavares Cavalcanti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 251p. [*Dictionnaire biographique de la psychiatrie*, 1996].
- OBERACKER, C. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, S. B. de. (org.) **O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (História geral da civilização brasileira, v.I, t.2). p.119-31.
- ODA, A. M. G. R. Nina Rodrigues e a loucura epidêmica de Canudos. **Rev Latinoam Psicopat Fund** III (2): 139-44, 2000.
- ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Rev Bras Psiquiatr** 22 (4):178-9, 2000.
- ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. A paranóia, segundo Juliano Moreira e Afranio Peixoto. **Rev Latinoam Psicopat Fund**, IV (2):125-33, 2001.
- OLIVEIRA, C. F. A. de. **Evolução das classificações psiquiátricas no Brasil**: um esboço histórico. Campinas, 2003. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas).
- PASSOS, A. **Juliano Moreira** (vida e obra). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975. 56 p.

- PEIXOTO, A. **Medicina Legal: Psicopatologia forense**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938a. p15-20.
- PENA, L. A. Auguste de Saint-Hilaire: dados biográficos e bibliográficos. In: SAINT-HILAIRE, A. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. p.VII-XI. (Brasiliana, vol. 210).
- PESSOTI, I. **A loucura e as épocas**. São Paulo: Editora 34, 1994. 208 p.
- PIRAJÁ DA SILVA, M. A. Notas. In: MARTIUS, C. F. P. von. **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros** (1844). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Brasiliana, vol. 154).
- PIRES, H. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, R. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. p.IX-XIII.
- POIRIER, J. **História da etnologia**. Tradução Ivone Toledo. São Paulo: Cultix/EDUSP, 1981. 96 p. [*Histoire de l'ethnologie*, 1969].
- PORTER, R. Loucura religiosa. In: PORTER, R. **Uma história social da loucura**. Tradução Angela Melim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990. p.107-31. [*A social history of madness*, 1987].
- PORTER, R. Chorea and Huntington's Disease. In: BERRIOS, G. E.; PORTER, R. (org.). **A history of clinical psychiatry: the origin and history of psychiatric disorders**. Londres: The Athlone Press, 1999. p.138-46.
- PORTOCARRERO, V. M. **Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Rio de Janeiro, 1980. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 591 p.
- PRENANT, M. **Darwin**. São Paulo: Cultura, 1944, 195p.
- RAEDERS, G. **O inimigo cordial do Brasil: o conde de Gobineau no Brasil**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. [*Le Comte de Gobineau au Brésil*, 1934].

- RAGO, M. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, K. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 9-13.
- RALL, T. W.; SCHLEIFER, L. S. O esporão do centeio e seus alcalóides. In: GILMAN, A. G.; GOODMAN, L.; GILMAN, A. (org.). **As bases farmacológicas da terapêutica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. p.823-5.
- RAMOS, A. Prefácio In: NINA RODRIGUES, R. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935. p.7-11.
- RAMOS, A. **Introdução à psicologia social**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. p.169 e p.317.
- RAMOS, A. Prefácio e notas. In: NINA RODRIGUES, R. **As coletividades anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p.5-21.
- RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994. p.9-17. [*Les noms de l'histoire*, 1992].
- REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. (org.). **História da vida privada no Brasil – Império**: a corte e a modernidade nacional. Coordenação geral da coleção de Fernando Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.96-141. (História da vida privada no Brasil, vol. 2).
- REIS, J. J. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Afro-Ásia** (24):199-242, 2000.
- RELATÓRIO do Comitê Nacional para a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. [on line]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>>.
- RIBEIRO, M. A. P. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)**. Salvador: EDUFBA, 1997. 165 p.

- RIBEIRO, R. O teste de Rorschach no estudo da aculturação e da possessão fetichista dos negros no Brasil. **B Inst Joaquim Nabuco Pesq Soc**, 1: 44-50, 1952. (BFUNDAJ)
- RUBIM DE PINHO, A. Aspectos da psiquiatria transcultural no meio baiano. **Rev Bras Psiquiatr**, 25 (1):59-62, 2003.
- SALES, F. Notas biobibliográficas de Nina Rodrigues. In: NINA RODRIGUES, R. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. p.277-83.
- SANTOS FILHO, L. C. **História Geral da Medicina Brasileira**. 1. reimpressão. São Paulo: HUCITEC, 1991. vol. 1. p.340-5.
- SANTOS FILHO, L. C. Medicina no Período Imperial. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). **O Brasil monárquico: reações e transações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.467-98. (História geral da civilização brasileira, tomo II, vol. 3).
- SAURÍ, J. **Historia de las ideas psiquiátricas**. Buenos Aires: Carlos Lohle, 1969. 443 p.
- SCISÍNIO, A. E. **Dicionário da Escravidão**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Ed., 1997, p.39.
- SCLIAR, M. Metamorfose das raças. **Folha de S. Paulo**, 1/12/2002.
- [on line]. Disponível na *World Wide Web*:
<http://www.nordesteweb.com/not09-1202/ne_not_20021202i.htm>.
- SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 284 p.
- SERPA JÚNIOR, O. D. **Mal-estar na natureza: estudo crítico sobre o reducionismo biológico em psiquiatria**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1998. 371 p.
- SILVA, E.; REIS, J. J. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.13-34; p.62-78.

- SILVEIRA, R. da. Pragmatismo e milagre de fé no extremo ocidente. In REIS, J. J. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1988. p.166-97.
- SILVEIRA, R. da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, 23: 89-15, 1999.
- SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 332 p. [*Black into white: race and nationality in brazilian thought*, 1974].
- SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil**. Tradução de Raul Fiker. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p.97-133 [*A history of Brazil*].
- SPINA-FRANÇA, A. Síndromes coréicas. In: MARCONDES, M.; SUSTOVICH, D. R.; RAMOS, O. L. **Clínica Médica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984. p.712.
- STAROBINSKI, J. Historia del tratamiento de la melancolia desde los orígenes hasta 1900. **Acta Psychosomatica**, 3, 1962.
- STRACHEY, J. Algumas notas históricas sobre os *Estudos*. In: BREUER, J.; FREUD, S. **Estudos sobre a histeria** (1893-1895). 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 18-23. (Obras completas de Sigmund Freud, edição standard brasileira, vol. II).
- STRATHERN, P. **Darwin e a evolução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 93p.
- STRAUMANN, P. Apresentação. In: DEBRET, J. B. **Rio de Janeiro, cidade mestiça: nascimento da imagem de uma nação**. Ilustrações e comentários Jean Baptiste Debret. Organização Patrick Straumann. Textos Luiz Felipe de Alencastro, Serge Gruzinski e Tierno Monénembo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 7-12.
- TAUNAY, A. de E. O Barão Tschudi. In: TSCHUDI, J. J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Martins, 1976. p.9-11. (Biblioteca histórica paulista, vol. V).

TEIXEIRA, M. O. L. Nascimento da psiquiatria no Brasil. **Cadernos IPUB**, (8):42-78, 1997.

UNESCO (vários autores) **Raça e ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1972a. 272p.

UNESCO (vários autores) **Raça e ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972b. 295p.

VARNHAGEN, F. A. de. Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares. In: SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários de Francisco Adolfo de Varnhagen [ed. 1851]. 9. ed. revista e atualizada. Apresentação Leonardo Dantas Silva. Recife: Massangana, 2000. p.313-55.

VASCONCELLOS, M. F. V. de. **Mestre Juliano**: o fundador da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, 1998. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

VENTURA, R. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 207 p.



ANEXOS

Esboço de uma história da psicopatologia dos escravos brasileiros

Apresentação

Este anexo pretende apenas ser uma aproximação de um objeto de estudo, apresentando algumas informações históricas provenientes de fontes primárias, que ainda não se configuram num corpo de dados suficientemente trabalhados. Também é relevante assinalar que o termo *psicopatologia*, no título deste tópico, é utilizado de forma abrangente, indicando possíveis formas de sofrimento anímico entre os escravos brasileiros, no século XIX.

Optou-se aqui, portanto, por mostrar um recorte assumidamente parcial e limitado, recorrendo-se a trechos de relatos de viajantes europeus, a uns poucos cronistas e seus comentadores e a dados colhidos de um conjunto de documentos oficiais, os relatórios da Província da Bahia (1848-1883).

Assim, o presente tópico foi dividido em quatro partes, a saber:

1. Algumas doenças dos negros escravos e seus tratamentos.
2. Geofagia, prostração e desejo de morrer em negros e índios.
3. O Banzo, ou a melancolia duplamente negra.
4. Suicídios entre escravos e negros libertos: estudo preliminar de fontes primárias da província da Bahia (1848-1883).

1. Algumas doenças dos negros escravos e seus tratamentos

Vendo negros velhos ou aleijados mendigando pelas estradas brasileiras, alguns viajantes registraram sua admiração quanto à ausência de leis efetivas que protegessem os escravos que não podiam mais trabalhar.

Auguste de Saint-Hilaire, em **Voyage dans le district des Diamans** (1833), afirmou ser “hábito comum neste país libertar os escravos quando não servem mais para o trabalho” (SAINT-HILAIRE, 1941, p.230). O destino dado a muitos destes escravos velhos ou doentes o indignou:

(Em São João del-Rei) [...] fiquei admirado da quantidade de mendigos que enchiam as ruas; e o cura disse que semanalmente auxiliava mais de 400 pessoas. Esses pobres são constituídos por negros e mulatos velhos, aleijados e em más condições para o trabalho. Senhores bárbaros tudo tiram da mocidade de seus escravos, abreviando-se muitas vezes por um trabalho forçado e, quando não podem mais tirar partido desses infelizes, desembaraçam-se deles, dando-lhes alforria. [...]

Não se pode deixar de tremer de indignação quando se considera que essa barbaria se repete freqüentemente em um país em que os víveres são tão abundantes e onde custaria tão pouco aos proprietários pagar à humanidade e à gratidão uma dívida sagrada. É também inconcebível que as leis nada tenham regulado sobre esse horrível abuso da alforria, concessão que somente deveria constituir um ato de clemência! (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 212-3).

De forma análoga, Koster descreveu em **Travels in Brazil** (1816), a situação de muitos negros libertos, em Pernambuco, entre 1809 e 1815:

Seres miseráveis são às vezes vistos no Recife, pedindo esmolas pelos quarteirões da cidade, idosos e enfermos. Alguns foram escravos e quando a moléstia os tornou inúteis seus amos lhe deram a liberdade, e os despediu esgotados

pela senectude ou estropiados, e seu único recurso é esmolar pelas ruas públicas. Esses exemplos de infinita injustiça e de crueldade dos seus senhores não são comuns, mas podem ocorrer [...] (KOSTER, 1978, p.401).

Henry Koster relatou ainda que a embriaguez era comum entre os escravos (KOSTER, 1978, p.413); observou que o tratamento que os senhores lhes davam, tentando curar este vício, era algo inusitado, em sua britânica opinião:

Existem idéias muito estranhas sobre esse assunto. Vários remédios são reputados para a cura desse hábito. O mais indicado de todos é tomar terra de cemitério, dissolvida n'água e dar para o negro beber sem saber o que está bebendo (KOSTER, 1978, p.423; nota 47).

Saint-Hilaire, visitando o *distrito diamantífero*, em Minas Gerais, observou que nos pontos de extração de diamantes, os escravos eram de particulares, que os alugam ao governo, com o seguinte arranjo: "São os proprietários dos negros que os vestem e os tratam em caso de moléstia; é a administração que os nutre e fornece as ferramentas [...]" (SAINT-HILAIRE, 1941, p.9).

Anotou que sua alimentação básica era composta por fubá, feijão ou carne e sal, e que às vezes eles recebiam fumo de rolo. Assim analisou a situação dos escravos da zona diamantífera:

Obrigados a estar continuamente dentro d'água durante o tempo da lavagem do minério e consumindo alimentos pouco nutritivos, quase sempre frios e mal cozidos, tornam-se, pela debilidade do tubo intestinal, morosos e apáticos. [...] Seu trabalho é contínuo e penoso. Sempre sob as vistas dos feitores eles não podem gozar um instante de repouso. Todavia, quase todos preferem a extração de diamantes ao serviço de seus donos. O dinheiro que eles conseguem pelo furto de diamantes e a esperança que nutrem de conseguir alforria se encontrarem pedras de grande valor são sem dúvida as causas principais desta preferência; mas há ainda

outras. Reunidos em grande número, esses infelizes se divertem em seus trabalhos; cantam em coro canções de suas terras e, enquanto na casas de seus donos eles são submetidos a todos os seus caprichos, aqui eles obedecem a uma regra fixa e, desde que se adaptem, não têm que temer os castigos (SAINT-HILAIRE, 1941, p.9).

Os naturalistas e médicos bávaros von Spix e von Martius, na já exposta anteriormente viagem pelo Brasil de 1817 a 1820, espantaram-se com a ocorrência do bócio no vale do Paraíba, especialmente entre negros e mestiços:

Entre os habitantes desta região, observa-se um entumescimento endêmico das glândulas do pescoço em tão alto grau, como nunca talvez acontece na Europa. Às vezes o pescoço fica tomado da inchação, o que dá a essa gente sem educação, na maioria de cor, uma horrível aparência [...].

Negros, mulatos e mamelucos, que formam a maior parte da população, sofrem desse mal; entre os brancos, são as mulheres mais sujeitas do que os homens. As causas dessa deformação parecem ser aqui as mesmas que em outros países [...].

Também são pouco asseadas as casas, úmidas e expostas aos ventos. A alimentação, feita com fubá grosseiro [...] e o emprego de muito toicinho, talvez concorram para o desenvolvimento da doença; finalmente, devem ser considerados os excessos sexuais [...].

Não se vê aqui o triste espetáculo do cretinismo, que na Europa anda de par com o bócio endêmico; nota-se, entretanto, no aspecto das pessoas atacadas, quando a doença atingiu ao maior desenvolvimento, não só a sonolência e a falta de energia dos primeiros, mas também profunda estupidez. [...] Os negros empregam freqüentemente aqui, como na África, substâncias viscosas, como, por exemplo, a goma arábica, com vantagem, na cura do bócio [...] (SPIX e MARTIUS, 1938, vol.I, p.194-5).

Em Minas Gerais, proximamente a São João Del Rei, os dois naturalistas viram manifestações de sífilis, assim descritas:

Como médicos, tivemos, sobretudo, oportunidade de observar a incrível difusão da sífilis e as suas incalculáveis consequências no físico e no moral dos habitantes. [...] Estas tristes condições, que são a mancha mais sombria na pintura do caráter brasileiro, ainda mais se agravaram pelo grande número de escravas negras e concubinas (*mulheres de cama*) manteúdas, com as quais em geral se rebaixam os mestiços de ambas as raças (SPIX e MARTIUS, 1938, vol.I, p.281, grifos no original).

Na mesma época, anotando as doenças mais comuns entre os moradores do Tijuco (MG), Saint-Hilaire acusou igualmente a sua ligação com os excessos etílicos e a liberalidade sexual:

O calor moderado que faz em Tijuco torna raros a lepra e a elefantíase, enquanto que a inconstância da temperatura multiplica as gripes e bronquites. Outras afecções mórbidas são comuns no distrito dos diamantes; mas não é ao clima que devemos atribuí-las; elas são oriundas dos vícios e costumes dos moradores da região. Assim em Tijuco, como em todas as partes da província, a hidropisia, freqüente entre as pessoas de cor, é resultado de sua paixão pela aguardente de cana. O uso prematuro dos prazeres do amor, e uma vida muito sedentária são as principais causas das moléstias nervosas que, muito freqüentemente, atingem os homens livres. Enfim, o grande número de doenças venéreas, que ocorrem aqui como no resto do Brasil, explica-se pela libertinagem a que todas as classes da sociedade se entregam exageradamente (SAINT-HILAIRE, 1941, p.42).

Assim como os excessos alcoólicos e os excessos sexuais, a sífilis aparece de forma clara na percepção da morbidade neste momento. Em viagem pela província de São Paulo, visitando a fábrica de ferro de Ipanema, os médicos

bávaros SPIX e MARTIUS foram chamados a consultar a população local; como em Minas, manifestações da sífilis foram consideradas doenças muito comuns:

Poucos dias apenas estávamos em Ipanema, já o boato da vinda de dois médicos estrangeiros se espalhou até longe, nestas regiões desertas e, de todos os lados, foram chegando doentes, que nos vinham pedir conselhos e remédios. [...] Demos, no espaço de duas semanas, umas quinhentas receitas à multidão invasora, o que consumiu a metade de nossa farmácia de viagem. A maioria das doenças, que aqui observamos, eram de origem sífilítica ou consideradas como ligadas à discrasia sífilítica (SPIX e MARTIUS, 1938, vol.I, p.241).

São estas algumas das percepções desses viajantes, em relação aos comportamentos e às doenças dos negros escravos. Eles são ora descritos como *morosos e apáticos*, como propensos ao hábito alcohólico, à *paixão pela aguardente de cana* ou ao *excesso sexual* (esta última peculiaridade, comum a toda a plebe). Como se apontou nos capítulos II e III, tais visões sobre o comportamento e a mentalidade das ditas raças primitivas, em várias partes do mundo, teriam desdobramentos *sui generis* no alienismo europeu do final do século XIX.

Uma breve nota sobre negros e mestiços curadores

Além de enfermidades crônicas, Spix e Martius registraram a atuação, sobretudo no interior do Império, de curadores, na sua maior parte negros e mestiços. Descreveram, por exemplo, sua atuação nas freqüentes picadas de cobra. Os acidentes ofídicos aconteciam principalmente com urutus e jararacas; Spix e Martius registraram o quadro clínico desses acidentes e os tratamentos mais comuns, feitos por *curadores*:

Os poucos cirurgiões no interior do país desistem quase totalmente de tratar as pessoas picadas de cobra e preferem

deixá-las aos *curadores*, que empregam um meio secreto de curar e, por isso, o povo tem neles muito maior confiança do que em qualquer médico, embora nem sempre obtenha feliz sucesso. Cólica e repuxamentos nos membros, irresistível cansaço, vertigens, vômitos, dores nos olhos e nas fontes, ardor de queimadura nas costas, cegueira, hemorragia pelos olhos, pela boca, nariz e orelhas e, às vezes, hemoptise violenta, tumefação do rosto, inconsciência, fraqueza completa, ansiedade, angústia mortal, tremor e convulsões, se sucedem, quando o envenenamento é completo e recente [...]. Se o envenenamento foi menos forte, e se o curador ainda acha possibilidade de intervir, então começa chupando a ferida, faz o doente recolher-se a um quarto perfeitamente calafetado, onde não penetre o ar, e trata-o com grande quantidade de cozimentos de certas folhas e raízes [...] (SPIX e MARTIUS, 1938, vol.I, p.283).

Além desses *curadores*, negros e mestiços que se utilizavam do saber africano e indígena, as mulheres do povo também participavam de formas diversas do tratamento das doenças:

Os processos do curador são sempre acompanhados de certo charlatanismo e indicam, por muitas coisas, a sua procedência africana ou indiana. Também os que exercem esta arte são, sobretudo, negros libertos e mamelucos. Ao contrário, as mulheres, que, aliás, no tratamento de doentes são sempre ouvidas em primeiro lugar, no Brasil, só em ocasiões excepcionais se encarregam de curar picada de cobra e, nesse caso, como nos assegurou um mulato, só são aptas para isso na idade de cinqüenta anos, porque antes, como ele explicava, elas próprias são venenosas [...] (SPIX e MARTIUS, 1938, vol.I, p.284).

Ainda em São Paulo, SPIX e MARTIUS se impressionam com as peculiaridades da atuação de um grande número de *curandeiras*:

O sertanejo de São Paulo [...] é notável pelo conhecimento perfeito das plantas medicinais de sua terra; sobretudo as mulheres, habitantes desta província, têm fama de grande proficiência na medicina. Em quase todas as casas, uma ou outra do pessoal do serviço exerce as funções de *curandeira*, que não lhes são disputadas por nenhum médico, nem cirurgião; na época em que percorremos a capitania de São Paulo, não existia na capital, nem fora, médico diplomado algum (SPIX e MARTIUS, 1938, vol.I, p.239).

Sobre o conhecimento das plantas medicinais dos *curadores*, Spix e Martius fazem uma pouco lisonjeira observação sobre a capacidade mental dos indígenas, e atribuem aos paulistas – mamelucos muitos deles e, portanto, enriquecidos pela herança do sangue europeu – as maiores virtudes na arte de curar pelas plantas:

É erro julgar que esses conhecimentos práticos das virtudes curativas das plantas tenham, por tradição, sido herdados dos primitivos indígenas americanos pelas atuais gerações. Longo convívio com os índios convenceu-nos de que a indolência desses infelizes os impossibilita de investigar as propriedades curativas da natureza. Superstição, indiferença pela vida e insensibilidade pelos sofrimentos não deixam que os índios se utilizem dos dons com que por toda a parte os cerca a munificente natureza [...]. O maior merecimento no achar e aplicar a virtude curativa das plantas [...] compete, pois, aos paulistas. O seu gênio ativo e curioso, estimulado pela rica natureza, fê-los prosseguir nas descobertas casuais ou, mesmo raramente, por indicação dos indígenas, feitas com a perspicácia própria do europeu (SPIX e MARTIUS, 1938, vol.I, p.240).

2. Geofagia, prostração e desejo de morrer em negros e índios

Sobre o curioso hábito de comer terra: a geofagia

Interessa aqui notar que, desde o século XVI, vem se registrando uma associação entre a bizarria de comer terra e sintomas como prostração, edema, estado de melancolia intensa e desejo de morrer. Também é de se destacar que, ao longo da história do Brasil, o índio e o negro foram recorrentemente colocados lado a lado em várias perspectivas comparativas.

Alguns observadores descreveram manifestações físicas e psicopatológicas associadas, em populações indígenas e em negros escravos referentes à geofagia, à prostração e à morte voluntária.

Gabriel Soares de Sousa, no **Tratado descritivo do Brasil em 1587** (1ª edição impressa em 1801), mencionou tal hábito entre os índios tupinambás, no tópico *Que trata dos feiticeiros e dos que comem terra para se matar*.

Entre esse gentio tupinambá há grandes feiticeiros, que têm este nome entre eles por lhes meterem em cabeça mil mentiras [...].

A estes feiticeiros chamam os tupinambás pajés; os quais se escandalizam de algum índio [...] lhe dizem – Vai que hás de morrer – ao que chamam lançar a morte; e são tão bárbaros que se vão deitar nas redes pasmados, sem quererem comer; e de pasmo se deixam morrer, sem haver quem lhe possa tirar da cabeça que podem escapar do mandado do feiticeiro [...].

Tem este gentio outra barbaria muito grande, que se tomam qualquer desgosto, se anojam de maneira que determinam morrer; e põem-se a comer terra, cada dia uma pouca, até que vêm a definhar e inchar do rosto e olhos, e a morrer disso, sem lhes ninguém poder valer, nem desviar de se quererem matar; o que afirmam que lhes ensinou o diabo, e que lhes aparece, como se determinam a comer terra (SOUSA, 2000, p.274-5).

Comentando este **Tratado descritivo do Brasil**, na sua edição de 1851, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen acrescentou a seguinte nota à passagem acima: “O uso de comer terra e mascar barro é coisa ainda hoje vista entre alguns caboclos e moleques” (VARNHAGEN, 2000, nota 235, p.350).

Em **A journey in Brazil** (1868), Elizabeth Agassiz contou como viu algumas índias doentes na Amazônia, em Tefé, e repetiu a explicação que considerava o vício de comer terra como causa de uma doença grave e debilitante:

Índios comedores de terra – Encontrei numa dessas habitações algumas índias que pareciam estar muito doentes, e soube que aí estavam havia já dois meses, presas de febre intermitente. Essa terrível afecção reduzira-as a verdadeiros esqueletos. Na opinião do major Coutinho, a triste condição dessas pobres mulheres provinha sem dúvida do hábito, comum entre os de sua raça, de comer barro e terra: os infelizes não sabem resistir a esse apetite doentio. [...] Deitadas nas redes, ou estendidas no solo, na sua maioria nuas, elas soltavam gemidos, como presas de profundo sofrimento (AGASSIZ e AGASSIZ, 1938, p.288).

Sobre a labilidade emocional e a tendência à morte voluntária ou induzida por sugestão, no século XVI, Pero de Magalhães de Gândavo, em sua **História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil** (1ª edição em 1576), comentou sobre os gentios da terra:

Estes índios [...] vivem todos muito descansados sem terem outros pensamentos senão o de comer, beber e matar gente, e por isso engordam muito, mas por qualquer desgosto pelo conseqüente tomam a emagrecer, e muitas vezes pode tanto deles a imaginação que se algum deseja a morte, ou alguém lhe mete na cabeça que há de morrer tal dia ou tal noite, não passa daquele termo que não morra (GÂNDAMO, 1995, p.99-100).

Martius, por sua vez, redigiu uma informativa obra de particular interesse sobre o tema. Em **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros**, de 1844 (*Das Naturell, die Krankheiten, das Arzttthum und die Heilmittel der Ueberwohner Brasiliens*), ele registra que os *brasis*, quando em cativeiro ou em situações em que eram forçados a mudar radicalmente seus hábitos, logo definhavam:

[...] os *brasis* mostram-se logo incomodados e aborrecidos por tudo que os afete de modo contrário à sua vida anterior; em breve definham, em consequência de profunda melancolia e desespero em que se acham; perdem o apetite e a agilidade dos membros; caem num abatimento geral e, quase sempre, acabam vítimas de diarréias coliquativas. Os colonizadores e fazendeiros que empregam os índios como criados ou escravos [...] trazidos por expedições belicosas ou pacíficas, os chamados *descimentos*, podem muito bem dar testemunho desta grande prostração, desta carência da energia das funções nutritivas [...] (MARTIUS, 1939, p.110).

Ainda no livro de 1844, Martius ao fazer observações a respeito de “duas outras afecções dos órgãos digestivos sobre cuja natureza não nos sentimos esclarecidos”, emendava tais observações às relações vistas por ele entre nostalgia, escravização e geofagia, em índios e negros:

Os brasileiros chamam de engasgo a uma fraqueza especial da digestão que se manifesta por incômoda sensação de fartura do estômago, eructações incessantes, engulhos e soluços acompanhados de borborismos, cardialgias depois da refeição [...]. As mulheres são de preferência muito sujeitas a este estado mórbido que é diagnosticado como dispepsia ou anorexia histérica.

A alimentação grosseira, crua, usada em excesso, parece causar essa doença na maior parte dos casos, bem assim a nostalgia, quando os índios, forçados a permanecer entre os brasileiros, como trabalhadores, são obrigados a um modo de vida que lhes é estranho e desagradável; então se apodera

deles a propensão para comer terra, barro dos rios, cal das paredes ou madeira. Esta perversão doentia se observa ainda mais freqüente nos negros e mestiços de sangue preto e, mesmo nas regiões litorâneas, no meio da civilização européia, arrebatada epidemicamente os lavradores, muito escravo moço que, uma vez atacado do vício geofágico, dele não se afasta, nem pela admoestação, nem pelo castigo (MARTIUS, 1939, p.110-2, grifos adicionais).

Henry Koster também indicou que se fazia em Pernambuco esta associação entre o vício da geofagia, o inchaço do corpo e a busca da morte, assim como se percebia uma notável prevalência desses fenômenos em negros escravos adultos:

Um negro diz às vezes ao seu senhor que está resolvido a morrer, e depressa são vistos os efeitos de sua determinação; emagrece, perde o apetite e morre, reduzido a um esqueleto. Um dos processos geralmente empregados por esses desgraçados para se destruírem é o comer consideráveis quantidades de barro e areia, produzindo-lhes emaciação ou hidropisia. Esse estranho vício de comer areia e barro, contraído algumas vezes pelos africanos, é igualmente costume nas crianças crioulas, e freqüente nos meninos livres e também nos escravos. Essa prática não é olhada como uma moléstia, mas como um hábito que pode ser dominado por quem se encarregar da criança, ameaçando-a e punindo-a, sem que recorra à medicina. Tenho observado várias vezes que nenhum tratamento médico é julgado necessário e que os indivíduos se restabelecem por meio de castigos e de contínua vigilância. Sobre esse assunto tenho conversado muito, e compreendi que muitas famílias livres que sabem desse processo por experiência nos filhos e nos arredores, todas consideram um hábito, e não uma enfermidade. Entre os adultos, o escravo é infinitamente mais predisposto que as pessoas livres (KOSTER, 1978, p.399).

Em uma nota referida a este trecho, o cuidadoso Koster acrescentou:

Registro apenas a idéia geral que se tem no país sobre esse assunto, sem dar minha opinião pessoal na espécie. Mr. Edwards diz que é uma moléstia e não um hábito (**History of the West Indies**, vol. II, p.141). Labat é de opinião que se trata de um hábito e não de uma enfermidade (**Nouveau Voyage**, tomo II, p.11) (KOSTER, 1978, p. 418, nota 22).

Algumas interpretações da geofagia, na medicina atual, consideram o hábito de comer terra uma perversão do apetite relacionada a uma suposta tentativa instintiva de ingerir nutrientes (como o ferro), em pessoas com quadros carenciais. Tal perversão pode estar associada à ancilostomíase ou necatoriose, parasitoses intestinais causada pelo *Ancylostoma duodenale* ou pelo *Necator americanus*, vermes que se alojam no intestino delgado do homem.

Estas parasitoses causam, além da geofagia, anemia intensa, que pode levar a fraqueza muscular, prostração e, em casos graves, alterações cardíovasculares com inchaço (edema) associado (FERNANDES, 1996, p.1319-24).

Ainda sobre a geofagia e a prostração em negros e em índios, descritas por von Martius, o seu tradutor e editor, o parasitologista baiano Pirajá da Silva observou: “Pela minuciosa descrição clínica vemos que se trata da necatoriose, do amarelão, a doença a que se refere von Martius” (PIRAJÁ DA SILVA, 1939, p.112).

Assim, Pirajá da Silva considera que tais parasitoses teriam sido elementos fundamentais na morbidade dos índios e escravos negros associadas à geofagia. Visando defender sua perspectiva, o parasitologista baiano destaca o seguinte trecho de von Martius:

Muitos outros fatores concorrem para o enfraquecimento da nutrição e debilitação dos índios, como por exemplo: a lenta cicatrização das feridas e úlceras, especialmente as dos pés, muitas vezes crônicas, de que são portadores, sem manifesta repercussão sobre o estado geral (MARTIUS, 1939, p.29-33).

Pirajá da Silva, então, afirma sua interpretação do fenômeno descrito por von Martius, atribuindo claramente uma significação infecto-parasitária à prostração e à geofagia:

Sabemos hoje, que as larvas do *Necator americanus*, causador do amarelão, *necatoriose*, penetram pela pele dos membros inferiores, produzindo dermatoses e úlceras crônicas. Os indivíduos depauperados pelos parasitos alojados nos intestinos se apresentam desanimados, incapazes de trabalhar, anêmicos, edemaciados e cansam ao menor esforço (PIRAJÁ DA SILVA, 1939, p.33, nota).²⁶¹

Um contemporâneo de Pirajá da Silva, Otávio de Freitas, em **Doenças africanas no Brasil**, de 1935, refere a grande freqüência destas verminoses, persistentes entre as populações rurais ainda na década de 1930. Ele registra a sua sinonímia popular:

Frialdade, opilação, cansaço, inchação, amarelão, caquexia africana e uns quantos outros termos populares eram denominações que lhe davam, baseados quase somente num sintoma ou noutro, observados nos vitimados por esta implicantíssima doença, cujos portadores ainda estigmatizavam com os nomes de “opados”, “empalamados” ou “amarelos de Goiana”, último apelido este de freqüente uso, até pouco tempo, na cidade do Recife (FREITAS, 1935, p.88-9).

Freitas informa também qual a população mais acometida pela doença:

Doença sobretudo peculiar ao povo baixo, aos “sem sapatos”, aos trabalhadores rurais, aos plantadores de cana de açúcar, é ela muito mais freqüente nos homens que nas mulheres. Isto devido [...] à profissão exercida pelos homens [...]. Pouco a pouco se vai debuxando neste indivíduo o tipo clássico do “Jeca Tatu”, tão bem descrito por Monteiro Lobato [...] (FREITAS, 1935, p.89).

²⁶¹ PIRAJÁ DA SILVA, M.A. Notas. In: MARTIUS, C.F.P. von. **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros** (1844). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Nesta edição, as observações do professor Pirajá estão inseridas em notas de rodapés junto ao texto de von Martius.

Os termos populares *amarelão* ou *opilação* se referem à cor pálida do doente, decorrente da anemia causada pela grande quantidade de sangue que o parasita rouba de seu hospedeiro. No século XX passou-se a admitir que comer terra seria uma tentativa de repor o ferro perdido com o sangue, uma espécie de autotratamento da anemia, mas isto é apenas uma hipótese (ou crença?).

Pesquisas atuais indicam que o *Necator americanus*, a variedade do helminto mais comum no Brasil, foi trazido da África para as Américas com o tráfico de escravos; assim, o estudo de sua distribuição geográfica serve, atualmente, de auxiliar na análise histórica das migrações humanas (BENCHIMOL, 2001, p.112-3).

Comentando a representação popular da geofagia, o brilhante folclorista Câmara Cascudo, tradutor e editor brasileiro de Henry Koster, acrescentou ao debate sobre o hábito de comer terra:

O povo do interior brasileiro continua considerando a geofagia um **vício**. No sertão do nordeste, quando se diz que um menino é **viciado**, sabe-se tratar de onanismo ou geofagia. No tempo da escravaria os geófagos eram castigados trazendo uma máscara de folha de flandres no rosto. Um desenho de Debret, “Visita a uma fazenda”, registrou esse pormenor. (CÂMARA CASCUDO, 1978, p.418).

O detalhe da prancha referida acima por Câmara Cascudo, *Visita a uma fazenda* (**Voyage pittoresque et historique au Brésil**, 1834-1839) foi assim explicada pelo próprio Jean-Baptiste Debret:

Atrás da dona da casa, uma de suas jovens escravas, [...] dá aqui ao europeu o exemplo de um acréscimo de infelicidade ao seu cativo, pelo espetáculo doloroso da máscara de lata que cobre o rosto dessa vítima; sinistro indício da decisão que tomara de se deixar morrer, comendo terra. Essa força de caráter, chamada de vício pelos donos de escravos, ocorre com mais frequência entre certas nações negras apaixonadas pela liberdade, e mais especialmente entre os monjolos. Já se

identifica, pela brancura lívida da parte interna da pálpebra inferior do olho do negro, o efeito funesto das tentativas motivadas por esse heróico desespero. Assim, verifica-se cuidadosamente a existência desse sintoma por ocasião da compra de um negro [...] (DEBRET, 2001, p.88-9).

Por esta perspicaz observação de Debret, fica-se tentado a formular a hipótese que tal associação entre brancura lívida das mucosas oculares (anemia), mais lassidão ou “melancolia” profundas e o hábito incorrigível de comer terra fossem sintomas de grave depauperamento físico, que poderia progredir para a morte. Mas, certamente, não repetirei a interpretação crédula de vários historiadores do século XX, que afirmam que *alguns negros se suicidavam comendo terra*.²⁶²

3. O Banzo, ou a melancolia duplamente negra

Em sua detalhada **Historia del tratamiento de la melancolia desde los orígenes hasta 1900**, Jean Starobinski afirma que a melancolia, noção e palavra de origem grega antiga, tem se conservado de forma persistente na linguagem médica e literária, desde o século V antes de Cristo até o século XIX. Em Hipócrates (aforismos VI, 23), por exemplo, tem-se que *quando o temor e a tristeza duram muito se trata de um estado melancólico*. Starobinski enfatiza que, para os antigos, tristeza e temor seriam elementos fundamentais dessa forma de loucura.

A melancolia tem uma intrincada relação alegórica com a cor negra. Ela foi relacionada, desde a antiguidade, ao acúmulo de uma substância espessa e corrosiva, a bÍlis negra, que envenenaria o corpo e a alma. O termo *bÍlis negra* é a tradução do grego de *melaine chole* (no latim, *atrabilis*). Assim, etimologicamente,

²⁶² Só para citar três exemplos desta boa fé excessiva, ver: GOULART, J.A. **Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1972, p.130, nota 6 (onde cita Gilberto Freyre, em **Casa Grande e Senzala**); e Serge GRUZINSKI, em *As novas imagens da América*. In: DEBRET, J.B. **Rio de Janeiro, cidade mestiça: nascimento da imagem de uma nação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p.192.

melancolia e bÍlis negra são termos indissociáveis. Sobre a bÍlis negra propriamente dita, Starobinski informa que este fluido:

[...] é um composto duplo, no qual as nefastas potências da cor negra e as propriedades corrosivas da bÍlis se potencializam mutuamente. O negro é sinistro e tem a ver com a noite e com a morte; a bÍlis é áspera, irritante, amarga. Vê-se de forma clara, em alguns textos hipocráticos, que a bÍlis negra vem imaginada como um produto concentrado, como fezes que restaram da evaporação dos elementos aquosos dos outros humores e, em especial, da bÍlis amarela. A bÍlis negra liga-se ao temível prestÍgio das substâncias concentradas, que acumulam, num volume mais reduzido, a maior quantidade de potências ativas, agressivas e roedoras (STAROBINSKI, 1962, p.14).²⁶³

A melancolia tornou-se, então, a forma de loucura causada pelo excesso deste humor ou pela sua desnaturalização. O *banzo*, como fenômeno melancólico paradigmático dos escravos no Brasil, alude a esta alegoria, neste caso, uma melancolia duplamente negra.

Renato MENDONÇA, em **A influência africana no português do Brasil**, atribui ao banzo uma raiz etimológica no quimbundo *mbanza*, aldeia, “e daí pensamos ter vindo *banzo*, saudade da aldeia e, por extensão, da terra natal [...]”. A abonação do sentido vem de João Ribeiro: “Uma moléstia estranha, que é a saudade da pátria, uma espécie de loucura nostálgica, suicídio forçado, o *banzo*, dizima-os pela inanição e fastio, ou os torna apáticos e idiotas” (MENDONÇA, 1935, p.177).

O **Dicionário Houaiss** define assim o banzo, substantivo masculino: “processo psicológico causado pela desculturação, que levava os negros africanos escravizados, transportados para as terras distantes, a um estado inicial de forte excitação, seguido de ímpetos de destruição e depois de uma nostalgia profunda,

²⁶³ Tradução livre do original espanhol.

que induzia à apatia, à inanição e, por vezes, à loucura ou à morte” (HOUAISS, 2001, verbete *banzo*).²⁶⁴

Em seu glossário de **Ser escravo no Brasil**, Kátia MATTOSO define o banzo como: “nostalgia mortal do país de origem sentida pelos africanos trazidos como escravos ao Brasil” (MATTOSO, 1988, p.250). Esta autora coloca o banzo como suicídio lento, em que “o escravo decidido a morrer perde apetite, emagrece e morre” (MATTOSO, 1988, p.155), fugindo da vida como outros fugiam das senzalas. A fuga, o suicídio e, ainda, a fúria assassina dirigida aos senhores, ou aos feitores, são atos entendidos como manifestações de rebelião individual, assim como os quilombos e as insurreições de escravos o seriam de rebeldia coletiva.

Alaor SCISÍNIO, no seu **Dicionário da escravidão**, de 1997, registra no verbete banzo:

Doença estranha e mortal que atacava o negro escravo. Caracterizava-se por uma forte excitação inicial, seguida de vontade destruidora e mesmo ímpetos de assassinato a que sucedia profunda apatia, inanição e freqüentemente a morte. Acidental e contagioso, o banzo, às vezes, convertia-se em loucura e nostalgia. Era comum em lugar em que se trabalhava com cana-de-açúcar depois de período de ociosidade, de ingestão de bebidas alcoólicas e do uso de ervas narcóticas, entre elas a maconha (SCISÍNIO, 1997, p.39).

Entretanto, o mesmo autor faz certos questionamentos que convém destacar, pois eles se repetem em vários historiadores da escravidão, que acusam o banzo/doença nostálgica de ser mera ficção, construída ideologicamente:

²⁶⁴ Este dicionário dá a palavra **banzo** como de etimologia duvidosa, talvez derivada do quicongo *mbanzo*, pensamento, ou do quimbundo *mbonzo*, saudade, paixão; *banzo* seria palavra conexas ao substantivo feminino *banza*, aldeia, povoação em que reside um soba (chefe tribal) africano, cujo registro mais antigo data de 1581, segundo a obra *Monumenta Missionaria Africana*. Já a datação mais antiga de banzo, no sentido atual, seria de 1871 (dicionário do frei português Domingos Vieira), embora se advirta, no verbete *banz-* (elemento de composição, antepositivo) que novas pesquisas devem retrodatar o vocábulo banzo (HOUAISS, 2001, p. 397).

Entretanto somente sob uma óptica branca é que o banzo apenas significa uma espécie de doença psíquica, de tristeza profunda. Na verdade, banzo era e é expressão de uma realidade histórica concreta e objetiva, ou melhor, a vivência emocional da condição do oprimido. A opressão é real e evidente. Morta a liberdade, morto o ser. [...] Banzo exprime a privação da liberdade; qualquer grupo humano sob tirania revela casos com esse sintoma de catatonia e tristeza que acabam por levar o homem à morte pela perda total de sua alma e à deculturação letal (SCISÍNIO, 1997, p.39).

Banzo de negro e banzo de índio

Na referida obra **Natureza, doenças, medicina e remédios**, von Martius descreveu de forma detalhada uma interessante contraposição entre o banzo dos indígenas e o banzo dos negros africanos. Assim, para o naturalista, seria característico do banzo indígena:

Poucas semanas bastam para reduzir o índio mais robusto a um esqueleto, levando-o fatalmente à morte, se não voltar pela própria vontade, pelo auxílio dos companheiros ou, raras vezes também, pelos cuidados humanitários do patrão, à sua primitiva liberdade nas matas. Essa rápida decadência da nutrição sempre se realiza sob a influência de profunda melancolia e isto, com razão, é mencionado como prova do grande domínio que têm as influências psíquicas sobre o índio. [...] O que dizemos torna-se ainda mais evidente, quando comparamos os brasis com os negros, em idênticas circunstâncias, isto é, sob a influência do sofrimento denominado *Banzo*, tão conhecido dos possuidores de escravos (MARTIUS, 1939, p.29-33).

Ao colocar lado a lado o banzo de índios e negros escravizados, Martius configurava uma certa psicologia étnica. Neste esboço de etnografia comparada ele dizia:

Essa nostalgia manifesta-se também nos negros, por um profundo abatimento que, na maioria dos casos, acaba com a morte. Enquanto o índio quase não exterioriza o que se passa no seu íntimo, e trabalha, se bem que sempre só, embora mandado, parecendo ter-se tornado um autômato que não tem outra idéia senão talvez fugir, no banzo do negro se reflete uma excitação extraordinária de todas as sensações que se acham em relação com seu estado de espírito (MARTIUS, 1939, p.29-33).

Em seguida, o autor descreveu, de forma expressiva, o que se poderia considerar mais característico da melancolia no negro acometido pelo banzo:

Este desgraçado se entrega então, inteiramente, e com prazer às suas tristes idéias; a lembrança do passado, que a cada instante se lhe apresenta revestida das mais vivas cores pela exaltação da imaginação, o extasia; abstém-se de todo e qualquer alimento, e parece querer com estas torturas dar mais realce ao seu lento e horrendo suicídio. Apesar disto, porém, o negro resiste mais do que o índio aos estragos produzidos por esses sentimentos dolorosos; arrasta, por muitos meses, lânguida existência até que, por fim, uma repentina hidropisia ou tuberculose galopante o arrebatava à vida torturada, que ele parece sentir mais que o aborígine da América. (MARTIUS, 1939, p.29-33).

Para o naturalista bávaro, o negro melancólico seria marcado por uma imaginação exaltada, por um modo mais intenso de sentir a vida, produzindo uma tendência compulsiva a se torturar de nostalgia e, por fim, matar-se.

As opiniões de dois médicos ilustres sobre o banzo

Os debates sobre as origens e significados do banzo atravessam a história nacional. Não me deterei nesse intrincado jogo de significâncias que implicou cronistas e observadores brancos comentando sobre o sofrimento da população negra escravizada.

Tomarei apenas, brevemente, dois autores médicos que trataram do assunto: o já mencionado parasitólogo Pirajá da Silva e o etnopsiquiatra e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Álvaro Rubim de Pinho.

Analizando as descrições de Martius sobre o banzo, Pirajá da Silva considerou também que muitos casos de banzo em negros poderiam ter sido causados pela *doença do sono* (PIRAJÁ DA SILVA, 1939, p.31).

Em suas notas no livro de Martius, Pirajá da Silva explica que a doença do sono, endêmica na África, é causada pelos parasitas *Trypanosoma gambiense* e *T. rhodiense*, transmitidos por moscas do gênero *Glossina*. Para ele, os escravos viriam já da África contaminados por esta doença, mas ela não se teria propagado no Brasil por serem aqui inexistentes as moscas transmissoras (PIRAJÁ DA SILVA, 1939, p.31, nota). Portanto, ele se referiu à doença do sono como causadora do banzo apenas em alguns casos de escravos africanos.

No caso de Rubim de Pinho, as especulações fenomenológicas e etiológicas vão mais longe. Ele articula o banzo a outras formas de melancolia.

Este autor amazonense-baiano cita uma desdobrada taxonomia dessas tristezas coloniais, postuladas em três formas de melancolia, duas delas de origem africana: a *malinconia*, o *tangolomango* e o *banzo*:

Vale a referência a que, ainda que em tempo colonial, os viajantes europeus aqui encontraram epidemias da chamada Malinconia, estados de tristeza epidêmicos que os padres Jesuítas tratavam à custa de métodos de persuasão.

[...] Para cá trouxeram uma outra forma (de Malinconia), uma outra vertente, uma outra feição disso - o Tangolomango. A noção do Tangolomango corresponde tradicionalmente aquela de uma mal súbito que conduziria ao definhamento. É possível que nisso existissem fatores de ordem biológica, doenças somáticas agudas, mas também é possível que nisso estivessem estados de anormalidade mental aguda, sobretudo estados depressivos. (RUBIM DE PINHO, 2003, p.61).²⁶⁵

Valendo-se da história oral, Rubim de Pinho, a fim de pesquisar o banzo, realizou entrevistas com negros idosos da Bahia, que haviam recebido em sua juventude informações dos velhos negros ex-escravos, e assim transmitiram ao professor as reminiscências da viagem nos navios negreiros:

O Banzo, pelas descrições que nós assim obtivemos, sem dúvida indiretas, em geral ocorria nas longas viagens dos navios negreiros, com os escravos sujeitos aos trabalhos forçados. A notícia que pudemos recolher é aquela de que, ao chegarem, ao menos aqui na Bahia à chamada Praia do Chega Negro, havia alguns que estavam caquéticos, próximos da morte, mas outros que se reanimavam apenas passados poucos dias ao contato da luz do sol e com outra alimentação, mesmo que continuada a situação de escravidão e mesmo que continuada a distância em relação à terra natal (RUBIM DE PINHO, 2003, p.61).

Como, segundo os relatos orais, muitos dos negros importados continuavam a apresentar o banzo, o etnopsiquiatra conclui pela abrangência do fenômeno e nos diz que:

[...] O Banzo teve, sem dúvida, uma presença nacional. Aprendemos com os historiadores que os negros importados da África traziam consigo, muitas vezes, a vocação para a tristeza. A partir da viagem até a chegada às nossas costas, apresentavam estados de definhamento, ficavam parados, e a

²⁶⁵ RUBIM DE PINHO, A. Aspectos da psiquiatria transcultural no meio baiano. *Rev Bras Psiquiatr*, 25 (1):59-62, 2003.

própria expressão Banzo, suposta de procedência angolana, reflete seguramente uma nostalgia, uma saudade da terra (RUBIM DE PINHO, 2003, p.61).

Sobre as possíveis constelações etiológicas do banzo, Rubim de Pinho afirma que havia diversas hipóteses formuladas por médicos e historiadores, todas elas relevantes, mas algumas mais, outras menos plausíveis:

Diferentes estudiosos atribuíram interpretações diferentes às causas do Banzo. Entre eles, Satamínio Duarte, que pensava tratar-se de psicoses esquizofrênicas de tipo catatônico e Pirajá da Silva, que acreditava que fossem de doença do sono. [...] A pesquisa feita por Joildo Athaide sobre as causas de morte dos escravos da Bahia no século XIX não revelou qualquer caso em que tivesse constado como motivo imediato da morte este diagnóstico, mas o Banzo seguramente já tinha terminado, desde que terminaram as viagens. Os escravos aqui residentes, filhos de escravos, aqueles nascidos já em terra brasileira, ao que parece, não apresentavam o Banzo (RUBIM DE PINHO, 2003, p.61).

Rubim de Pinho, como é de se esperar, acrescenta a todas essas hipóteses etiológicas revisadas, a sua própria interpretação:

[...] a impressão que nós temos é que a identificação do Banzo deve ter correspondido, rigorosamente, àquilo que ao tempo da guerra de 40 foi chamado Síndrome de Campo de Concentração. Havia um estado depressivo ao qual se superpunha toda a síndrome decorrente duma pluricarência alimentar; assim havia, da depressão, a anorexia que lhe era própria, mas havia, ao lado disso, realmente, fatores de ordem biológica, dependentes da insuficiência de proteínas e, provavelmente, da insuficiência de fatores complementares do tipo vitamínico (RUBIM DE PINHO, 2003, p.61).

A explicação de Rubim de Pinho parece estar entre as plausíveis, e talvez forneça pistas para auxiliar na pesquisa deste intrigante assunto. Não concluindo, pude aqui apenas indicar alguns autores que se propuseram a pensar sobre fenômenos diversos que, provavelmente, se abrigaram todos sob a genérica denominação de banzo.

4. Suicídios entre escravos e negros libertos: estudo preliminar de fontes primárias da província da Bahia (1848-1883)

Obatalá cria Icu, a Morte:

*Cansado dos desmandos dos humanos, a quem criara na origem do mundo, Obatalá decidiu viver com os orixás no espaço sagrado que fica entre o Aiê, a Terra, e o Orun, o Céu. E Obatalá decidiu que os homens deveriam morrer; cada um num certo tempo, numa certa hora. Então Obatalá criou Icu, a Morte. E a encarregou de fazer morrer todos os humanos. Obatalá impôs, contudo, à morte Icu uma condição: só Olodumare podia decidir a hora de morrer de cada homem. A Morte leva, mas a Morte não decide a hora de morrer. O mistério maior pertence exclusivamente a Olorum.*²⁶⁶

Uma consideração preliminar muito necessária diz respeito ao lugar indevido em que se encontra este item sobre o suicídio entre escravos, inserido no tópico que esboça o histórico de uma psicopatologia dos negros escravos brasileiros. Tal disposição textual poderia sugerir que afirmo que *suicídio* e *doença mental* são fatos indissociáveis ou sumariamente superponíveis. Embora eu concorde que, numa perspectiva filosófica, o suicídio sempre estará relacionado de alguma forma ao *pathos* humano, quero apenas assinalar que a alienação mental, a loucura descrita pelos médicos, poderia ser uma das causas, mas certamente não a única, motivadoras de suicídios entre os escravos brasileiros.

²⁶⁶ Até então, os homens eram imortais e conviviam com os orixás. Este mito africano foi recolhido em Cuba e registrado por Reginaldo PRANDI em **Mitologia dos orixás**. 2001, p.506-7 (a referência original cubana está na nota 287, p.559). Os orixás são as divindades do panteão iorubá, criados pelo ser supremo Olodumare ou Olorum, o Dono do Céu. Como se vê no mito acima, Obatalá, o orixá mais antigo, é o criador do homem (PRANDI, *Op. cit.*, p.567-9).

George Minois, na sua **História do Suicídio**²⁶⁷, lembra que o julgamento social sobre a morte voluntária passou por várias transformações ao longo da história; no século XIX ocorreu uma forte tendência da assimilação do suicídio à alienação mental, especificamente à melancolia e ao delírio, ou a certos conflitos entre a moral e a civilização, ou ainda aos sofrimentos excessivos impostos aos indivíduos pelas transformações acarretadas pela modernidade, todos vistos como causadores de desarranjos mentais. Em 1838, uma afirmação de Esquirol resumia tal postura: “O homem só atenta contra os seus dias no meio do delírio e todos os suicidas se mostram alienados” (MINOIS, 1998, p.395).

Tais associações, entre o suicídio e a alienação mental, ou entre a morte voluntária e uma carga de sofrimentos insuportável, parecem ter sido correntes também no Brasil, inclusive com relação ao suicídio entre escravos.

Obviamente, o suicídio é, assim como outras condutas extremas do ser humano, um fenômeno não redutível apenas à dimensão psicopatológica, no sentido estritamente médico. É plausível analisar o suicídio entre os negros escravos sob múltiplas perspectivas: sociológicas (como resistência e repúdio à condição escrava), culturais-religiosas (como retorno simbólico à África ou crença na reencarnação), econômicas (quanto às implicações das perdas econômicas para os proprietários), e, ainda, psicopatológicas (relacionadas à melancolia, ou ao sofrimento extremo).

Feitas estas ressalvas, podemos passar à história brasileira. A despeito de uma suposta alta frequência de suicídios dos escravos, este não é um ponto estudado com o cuidado devido na literatura referente à escravidão brasileira. De modo geral, o suicídio entre os escravos é apenas mencionado de passagem pelos historiadores.

Embora estatísticas oficiais de suicídios, especialmente do século XIX, devam ser encaradas com muitas ressalvas, de seu estudo pode-se tentar levantar algumas pistas sobre a real magnitude do fenômeno suicida entre escravos brasileiros.

²⁶⁷ MINOIS, G. **História do suicídio**: a sociedade ocidental perante a morte voluntária. 1998.

Quanto a esta tentativa de epidemiologia histórica, Kátia Mattoso alertou, já há tempos, para duas possibilidades de distorção nas estatísticas de suicídios: primeiramente, assassinatos de escravos podem ter figurado como suicídio, visando a proteção dos senhores e, em segundo lugar, casos de suicídios entre brancos, muito provavelmente, teriam sido registrados mais raramente, já que o suicídio era um pecado grave, que impedia o enterro no solo sagrado das igrejas, e manchava a reputação do falecido (MATTOSO, 1988, p.155).

Tendo em mente estas ponderações, levantei de forma exploratória os dados dos registros policiais incorporados aos relatórios dos presidentes provinciais²⁶⁸ da Bahia, de 1848 a 1883. Neste ponto, a província da Bahia é a que fornece informações mais numerosas e completas; por isso ela foi escolhida como amostra exemplar do que teria ocorrido no Brasil imperial. Neste levantamento, pude obter dados referentes à frequência numérica dos suicídios, e algumas informações sobre a percepção das autoridades sobre o fenômeno.

A seguir, na Tabela Anexo1.1 sintetizei os registros que continham informações sobre o total de suicídios e tentativas na província baiana e sua distribuição por condição: livre, liberto ou escravo. Nos relatórios de 1848 a 1872 encontram-se registros regulares da condição dos suicidas, o que não ocorre naqueles de 1876 a 1883, que fornecem ocasionalmente informação parcial, quando destacam as possíveis motivações dos suicidas, levantadas pela polícia.

²⁶⁸ Estes relatórios eram apresentados regularmente por todos os chefes dos governos provinciais brasileiros, às respectivas Assembléias Legislativas, em geral discursando na abertura da primeira sessão anual da legislatura ou nas ocasiões de transmissão do cargo ao sucessor na presidência. Alguns trazem anexos referentes a diversos setores públicos, com mapas estatísticos sobre o ano anterior (polícia, educação, saúde, obras, etc.).

Tais documentos foram digitalizados e parcialmente indexados, e são acessíveis via Internet, através do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/BAH.html>>.

Tabela Anexo1.1- Suicídios e de tentativas do mesmo na província da Bahia e sua distribuição por condição (escravos / libertos), segundo os registros policiais constantes nos relatórios provinciais (1848-1872).

Ano	Número de suicídios e tentativas* na província (total)			Número de suicídios e tentativas de escravos e libertos**		Percentual de suicídios e de tentativas de escravos e libertos sobre o total
	Suicídios	Tentativas	Total	Escravos	Libertos	
1847	21	?	21	14	1	15 (71%)
1848	33	?	33	28	1	29 (88%)
1850	30	5	35	21	3	24 (69%)
1854	20	7	27	17	? ^a	17 (63%)
1855	14	?	14	10	0	10 (71%)
1856	17	2	17	<i>"foram na mor parte vítimas africanos escravos"</i>		—
1857	19	4	23	<i>"a maior parte africanos escravos"</i>		18? (78%) ^b
1858	19	7	26	7	1	8 (31%)
1860	26	17	43	19	0	19 (44%)
1867	11	?	11	4	2	6 (55%)
1868	10	?	10	7	1	8 (80%)
1871	17	?	17	6	0 ^c	6 (35%)
Total	237	42	279 (100%)	133 (48%)	9 (3%)	142 (51%)

*Quando os registros não separam os suicídios efetivados das tentativas do mesmo, uma interrogação está na coluna das tentativas. ** A maior parte dos registros não separa as tentativas e os suicídios segundo condição.

a. A estatística dos suicídios referente a 1854 registra que entre os 27 suicídios havia 8 brasileiros, 2 estrangeiros e "o resto africanos escravos" – não é dito se entre os brasileiros haveria libertos.

b. A estatística referente a 1857 aponta 23 suicídios, descrevendo 5 casos de suicídios de pessoas livres, a seguir mencionando que a maior parte dos casos foi de africanos escravos (os 18 restantes?).

c. Na estatística de 1871 se registra 6 escravos e 11 "livres", sem menção a libertos. Fontes: Relatórios provinciais da Bahia, 1848, 1849, 1851, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1861, 1868, 1869 e 1872.

Com relação ao período compreendido entre os anos de 1847 e 1857, vemos que os escravos e libertos constituem a maior parte dos suicidas, algo em torno de 70%, com franca predominância dos escravos. De 1858 a 1871, a sua contribuição no total de suicídios permanece num patamar mais baixo, mas ainda significativo, em torno de 40% (excluído o pico de 80% em 1868), sempre com predomínio de escravos sobre os libertos.

Dados do Censo de 1872 registraram que a população escrava da província da Bahia seria em torno de 168.000 indivíduos, ou 12% dos quase 1.380.000 habitantes. A relação homem/mulher revelava a proporção de cerca de 113 escravos para 100 escravas. Os de nacionalidade africana seriam 6% do total de escravos, ou pouco mais de 10.000 pessoas (ALENCASTRO, 1997, p. 479-84).

Tomando-se em conta então que, no período coberto pelo levantamento aqui apresentado, os negros escravos representavam algo em torno de 12% da população baiana, as diferenças parecem notáveis. Em média, nas duas décadas que precederam esse Censo, os escravos estavam representados em 48% dos suicídios, cifra muito superior aos 12% referidos em 1872. Chama também a atenção que nos relatórios de 1856 e de 1857, apesar de não serem fornecidos dados numéricos, os registros policiais declaram que a maior parte dos suicídios teria ocorrido em escravos africanos.

Portanto, os dados deste levantamento parecem indicar que procede a afirmação de alguns historiadores sobre a alta frequência dos suicídios e tentativas de suicídio entre os escravos. Mas observemos ainda outras informações disponíveis.

Alguns casos de suicídio (ocorridos entre brancos ou negros) mereceram nos relatórios comentários um pouco mais extensos dos chefes de polícia ou dos presidentes provinciais, que são transcritos a seguir.

Verifica-se no comentário do chefe de polícia da Bahia, no mapa anexo ao Relatório de 1858, descrição sobre meios empregados e sobre o perfil dos implicados (como *alienado*, *mulher adúltera*), ressaltando a predominância do suicídio em africanos escravos:

Dos 23 suicídios (sendo 4 simples tentativa), 1 foi cometido por marido com tiro de pistola, depois de haver disparado outro na mulher, que supôs morta, mas escapou; 1 de uma mulher adúltera com veneno, por ter sido preso o amante; [...] e na capital por tiro de espingarda de um moço em excesso de alienação mental, que sofria; [...]. A maior parte dos suicídios foi de Africanos escravos (BAHIA, 1858).

No Relatório de 1859, o presidente provincial, comentando as estatísticas policiais referentes a 1858, relata o caráter dramático do suicídio e revela certa sensibilidade em relação ao fenômeno:

Alguns casos de suicídios houveram, e entre eles o mais notável teve lugar na cidade de Cachoeira. Um engenheiro inglês, cuja mulher alienando-se tinha sido vítima deste crime, dias depois envenenara suas duas tenras filhas, e suicidara-se com um tiro de pistola. Este e outros lamentáveis acontecimentos demandam das pessoas profissionais um sério estudo (BAHIA, 1859).

No mesmo Relatório, o chefe de polícia anotou no mapa de suicídios: “Dos 26 suicídios [...], 1 (foi cometido) por um Africano liberto, que se precipitou da janela da casa do subdelegado, ante o qual respondia por crime de roubo, que confessara haver cometido” (BAHIA, 1859).

No Relatório de 1861, pondera o presidente provincial sobre as relações entre suicídio, a vida civilizada e as paixões e desejos que ela engendraria – tal concepção alinha-se àquela dos alienistas europeus do século XIX, como se verá no capítulo seguinte. Além disto, o presidente reconhece uma incômoda relação entre o suicídio e os martírios da escravidão:

Demonstram as estatísticas que os suicídios vão aumentando à medida do correr do tempo, e, portanto, das conquistas da civilização. Daqui a razão por que as classes mais ilustradas são justamente aquelas que fornecem maior número de suicidas. De fácil intuição é isto, considerando-se que a civilização cria entre os povos grandes e urgentes

necessidades; e portanto, que debaixo de semelhante influência imensas e diversas devem ser as paixões que combaterão a alma do homem, que assim viverá devorado de desejos, de ambições, de pesares e de mágoas, que lhe gastarão todas as forças, máxime as da razão. Os martírios da escravidão são também uma das causas poderosas de suicídio (BAHIA, 1861).

O mesmo presidente, comentando a concentração de casos na capital, disse ainda:

Da comparação destas estatísticas vê-se, pois, que o número de suicídios tem crescido sempre, o que vai de acordo com a opinião dos que pensam que ele está na proporção da ilustração dos povos. [...] Dos suicidados, 20 eram brasileiros livres, 19 escravos, sendo a maior parte deles africanos, e 4 estrangeiros (BAHIA, 1861).

No Relatório de 1872, o presidente provincial enumerou as causas dos 17 suicídios registrados no ano anterior: “para evitar a prisão: 3; por loucura: 3; por causas ignoradas: 9; por paixão amorosa: 1; por desespero: 1” (BAHIA, 1872).

No Relatório de 1876, o presidente comenta os dados da secretaria de polícia e descreve os meios usados pelos suicidas e suas supostas motivações. Reitera a percepção das autoridades de que haveria uma íntima relação entre o suicídio e os desgostos do estado de escravidão. Assim, em relação aos 13 casos registrados em 1875, o presidente comenta:

Estes atos de desespero foram praticados: 1 por desgosto proveniente do estado de cativo; 1 por questões domésticas entre marido e mulher; 2 por alienação mental; e a respeito de 6 ignoram-se as causas. As tentativas de suicídio tiveram lugar: 2 por meio de golpes na garganta e 1 no ventre. As causas foram: de 2, por desgosto proveniente do estado de escravidão; e de 1, por ter cometido um assassinato, pretendendo com a morte fugir à ação da justiça (BAHIA, 1876).

O anexo do secretário de polícia ao Relatório de 1877 registrou as causas dos 4 casos de 1876: “de 1 alienação mental, de outro desgostos provenientes da condição de escravo, do terceiro ignora-se. A tentativa de suicídio deu-se na freguesia de São Pedro, atirando-se o infeliz da janela de um sobrado, por desgostos oriundos da escravidão” (BAHIA, 1877).

Também comentando como causas os “desgostos provenientes da escravidão”, no Relatório de 1878, o presidente enumerou as causas prováveis dos seis suicídios e duas tentativas do ano anterior:

As causas que os motivaram, em relação a 2, foram desgostos provenientes da escravidão e falta de resignação ao sofrimento da indigência; dos outros 4 não são conhecidas as causas. As tentativas verificaram-se: 1 golpeando o pescoço, indignado por longa enfermidade que sofria, e outra por ingestão de veneno, sem que se tivesse descoberto a causa (BAHIA, 1878).

Finalmente, no Relatório 1880, encontram-se breves constatações do presidente, repetindo os dados da secretaria de polícia, insistindo sempre que o suicídio em escravos estaria relacionado aos desgostos da vida aprisionada:

Os suicídios tiveram lugar: 2 na capital, 1 em Chique-Chique, 1 em Santana do Catú, sendo motivados por desgostos domésticos, pela escravidão, alienação mental e temor de ser julgado como criminoso (BAHIA, 1880).

Na Tabela Anexo1.2 observam-se os dados relativos a suicídios e tentativas de suicídio para o total da população da província e para escravos. Foi possível encontrar seis relatórios que forneceram a nacionalidade nas estatísticas de suicídios, entre 1847 e 1860, sendo os africanos, em média, 59% dos suicidas.

Tabela Anexo1.2- Suicídios e tentativas do mesmo, cometidos por indivíduos de nacionalidade africana, por escravos africanos e por escravos crioulos* na província da Bahia, segundo os registros policiais constantes nos relatórios provinciais (1848-1861)

Ano	Total de suicídios e tentativas de suicídio	Suicídios e tentativas, por indivíduos de nacionalidade africana	Suicídios e tentativas, por escravos africanos	Suicídios e tentativas, por escravos crioulos
1847	21	14 (67%)	13	1
1848	33	26 (79%)	26	2
1850	35	24 (69%)	?	?
1854	27	17 (63%)	17	0
1855	14	8 (57%)	8	2
1856	17	?	"na mor parte africanos escravos"	?
1857	23	18 (78%)?	"a maior parte africanos escravos"	?
1860	43	19 (44%)?	"a maior parte deles africanos"	?
Total	213	126 (59%)	?	?

* Entre suicidas de origem africana se incluem escravos (a maioria) e libertos; a diferença entre a segunda e a terceira coluna corresponde ao número de libertos africanos. Escravos crioulos eram aqueles nascidos no Brasil.

Fontes: Relatórios provinciais da Bahia, 1848, 1849, 1851, 1855, 1856, 1858, 1861.

Quanto ao local das ocorrências, capital ou interior, os relatórios que informaram este dado se referem aos anos de 1847, 1848, 1850 e 1854 a 1860.

Neste período de 10 anos, pode-se verificar que a maioria dos suicídios registrados na província ocorreu na capital baiana, em média 77% do total, sem discriminação entre sujeitos escravos e livres.

Diante desta concentração de registros de casos da capital, fez-se uma tentativa de comparação entre o percentual de africanos enterrados nas igrejas e nos cemitérios de Salvador²⁶⁹, nos anos de 1854, 1859 e 1860, e o percentual de suicidas de nacionalidade africana, registrados na província, nos mesmos anos (supondo que a maioria dos africanos habitasse a capital).

Em 1854, indivíduos de origem africana representaram 63% dos suicidas registrados na província e foram 13% do total de enterrados na capital. Os africanos foram 18% em 1859 e 13% dos sepultados na capital em 1860, sendo 44% dos suicidas da província, neste último ano (BAHIA, 1855, 1860 e 1861). Embora muito aproximados, tais percentuais de mortalidade geral de africanos na capital foram sempre menores que aqueles encontrados para suicídios entre africanos na província, em anos próximos, como visto na Tabela Anexo1.1.

Assim pode-se concluir que os suicídios registrados, além de concentrarem-se entre escravos, ocorriam com particular freqüência nos escravos de nacionalidade africana.

Não há informações específicas dos métodos de suicídio preferidos pelos escravos e ex-escravos. Pode-se, porém, fazer algumas inferências levantando os meios mais freqüentemente empregados pelos suicidas em geral.

²⁶⁹ Apenas no registro referente a 1854 a maioria dos sepultamentos não se deu em cemitérios, mas em mais de 20 igrejas da capital baiana, principalmente nas 10 igrejas matrizes (1005 nas matrizes e 942 nas demais igrejas, ou 93% dos 2086 enterros).

Em 1860, os registros se referem aos enterros feitos em quatro cemitérios da capital: Campo Santo, Quinta dos Lázaros, Bom Jesus e Brotas, mais os mortos enterrados no cemitério do Hospital de Mont Serrat, destinado a doentes de febre amarela.

Dentre os 293 suicídios e tentativas dos mesmos, em que constam os meios empregados, registrados entre 1848 e 1883, o envenenamento foi o meio escolhido em 30% dos casos; seguiu-se na preferência o enforcamento, com 23%; depois o afogamento, com 16%; então o uso de instrumentos cortantes, 12%, sendo que a metade destes suicidas dirigiu os golpes ao pescoço e metade a outras partes do corpo; as armas de fogo foram escolhidas por 10%; a precipitação de alturas por 5%. Ignoravam-se os meios em 4% dos casos e apenas uma pessoa (não se indica se livre ou escravo) resolveu deixar-se “morrer de fome”.

Algumas observações sobre a morte na Bahia

Os dados colhidos apenas ressaltam dúvidas básicas sobre o suicídio entre escravos, por exemplo, se ele era, de fato, tão mais freqüente do que no resto da população ou trata-se apenas um artefato de registro.

Supondo que o suicídio se reduzisse a uma reação extrema do escravo às horríveis condições do estado de cativo, se explicaria a maior freqüência dos cativos nas estatísticas, quando comparados aos libertos. Entretanto, deve-se considerar que as condições de vida dos libertos não eram assim tão diversas das dos escravos. O negro liberto continuava ocupando a mesma posição inferior na escala social, continuava também a ser tratado de forma violenta, sob suspeita de ser escravo.

Mas, o que explicaria que aqueles que reuniam ambas condições, de escravo e de nacionalidade africana, tenham constituído a maioria dos suicidas, nas estatísticas estudadas?

O fenômeno do suicídio em escravos seria tão freqüente que merecia atenção especial da polícia, que faria um grande esforço para registrá-lo? A importância econômica das baixas entre os escravos explicaria, talvez, esta preocupação das autoridades policiais?

Resta também a citada hipótese de que o excesso de suicídio nos negros escravos, em comparação aos brancos, fosse um simples artefato sociocultural. Assim, os brancos cristãos seriam escondidos das estatísticas oficiais.

Entretanto, há indícios que entre os negros chegados à Bahia a condenação cultural do suicídio existia igualmente. Embora seja verdadeira a afirmação de Nina Rodrigues, que “bem longe está da realidade a uniformidade étnica aparente que dá ao homem africano o seu negro verniz pigmentário” (NINA RODRIGUES, 1982, p.15), estudos atuais apontam que, com relação à morte, os negros das várias etnias africanas desembarcadas em Salvador convergiam na crença na existência de uma vida póstuma e na reencarnação, e julgavam de extrema importância os ritos fúnebres, que assegurariam um bom futuro ao morto.

Tal postura africana se coadunava com a importância que a fé católica dominante, dos brancos, dava igualmente a uma boa morte, que incluía ritos e pompas funerários e sepultura adequada, dentro das igrejas. Recriando suas tradições de origem e incorporando o culto católico, os escravos e libertos se reuniram em irmandades, confrarias que, entre outras formas de solidariedade, prestavam assistência na morte (REIS, 1997, p.96 e seg.).

Uma morte súbita, que surpreendesse a alma do sujeito despreparada, teria funestas conseqüências para o falecido; o mesmo ocorreria no caso de seu corpo não ter um enterro adequado – isto era válido tanto para africanos e seus descendentes quanto para os brasileiros brancos de tradição católica, como demonstrou João José REIS (1991) em **A morte é uma festa**, estudo que trata da história das concepções sobre a morte, na Bahia do século XIX, referência obrigatória neste tema.

Este autor aponta que, se o suicídio para os católicos era de tal modo desagradável ao seu Deus, que impedia o sepultamento em solo sagrado, também entre os de religiosidade africana a auto-eliminação era vista como muito reprovável; alguns grupos na África castigariam os suicidas, como os do Daomé,

que atirariam aos animais selvagens os cadáveres dos que tirassem a própria vida, segundo relato de um viajante inglês (McLEOD, 1820, *apud* REIS, 1991, p. 201).

REIS, entretanto, indica que o perdão aos suicidas não era incomum; havia meios de obter enterramento em solo sagrado para os suicidas, fosse ocultando a forma de morte ou alegando insanidade mental do morto, o que relaxava a sanção e permitia o enterro dentro das igrejas. Ele levantou, em livro de registro de óbitos da Cúria Metropolitana de Salvador, o caso do escravo africano José, pertencente a uma Irmandade de Pardos, que se enforcou em 1825: seus proprietários obtiveram para seu corpo a sepultura eclesiástica, com o convincente argumento que “na tarde do suicídio deu mostra de alunação (*sic*) mental” (REIS, 1991, p. 192-3).²⁷⁰

Embora se observe o lento declínio da importância das pompas funerárias e mudanças nas atitudes com relação à morte, em meados do século XIX, no período estudado podem se aplicar estas considerações, especialmente porque o maior número de casos de suicídios se concentra até 1860.

Assim, a despeito da reprovação cultural e religiosa ao suicídio, os escravos, especialmente os africanos, se suicidariam com relativa frequência, como citam os historiadores da escravidão e parecem indicar, preliminarmente, os dados aqui levantados, a partir das estatísticas policiais baianas.

Uma não-conclusão

Aos visitantes e naturalistas e aos cronistas de época interessaram muito as doenças dos negros escravos, particularmente quando viam ligadas geofagia, melancolia, prostração e desejo de morrer; o chamado banzo e os suicídios entre escravos também são assuntos recorrentes nestes textos sobre o Brasil.

²⁷⁰ *Alunação* no livro de Reis e não *alienação*, o que especulo que possa ser um termo correlato a lunático, aluado, usado no sentido de louco, ou um erro de leitura do manuscrito.

No final do século XIX, os contornos da psicopatologia do negro brasileiro, antes escravo, depois cidadão sem cidadania, continuarão a despertar interesse. Curiosamente, os dois autores centrais abordados neste estudo, Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira, estudiosos da psicopatologia comparada de negros e mestiços brasileiros, parecem não ter se referido especificamente a estes fenômenos nos escravos.

Do que não retiro conclusão alguma, apenas me desculpo por estar tomando tempo aos benevolentes leitores com dúvidas que talvez devesse ter guardado para mim. Se não o fiz, foi pela egoística esperança de que vocês, finos leitores, me ajudem a fazer as perguntas certas.

Da mitificação à detração: imagens de Nina Rodrigues

Na década de 1930, o legista e psiquiatra Júlio Afranio Peixoto (1876-1947), que havia sido aluno de Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia e o médico-antropólogo Artur Ramos (1903-1949), da geração seguinte, formado na mesma Faculdade, procederam ao que Ramos denominou um trabalho de “exumação e recomposição” da obra de Nina Rodrigues, republicando parte de suas obras. Enfatizavam ainda o seu pioneirismo nos estudos de etnografia e de psicologia social e no campo da medicina legal. Para Ramos “o Maudsley que Euclides da Cunha reclamava em 1902, para as loucuras e os crimes das nacionalidades, já existia desde 1898” (RAMOS, 1939, p.13).

Ramos e Peixoto tentaram exorcizar o fantasma que rondava a obra de Nina Rodrigues, o conceito de degenerescência, especialmente com relação à mestiçagem. Dizia o culturalista Ramos: “Se, nos trabalhos de Nina Rodrigues, substituirmos os termos *raça* por *cultura*, e *mestiçamento* por *aculturação*, por exemplo, as suas concepções adquirem completa e perfeita atualidade” (RAMOS, 1939, p.12-3, grifos no original).

Nos escritos abertamente laudatórios de Afranio Peixoto e de Artur Ramos sobre o médico maranhense fica evidente a preocupação em reforçar a figura de Nina Rodrigues como uma espécie de mito fundador de uma escola, a *Escola Baiana*, da qual descenderiam os presentes autodenominados discípulos (RAMOS, 1935 e 1939; PEIXOTO, 1938b e 1947).

Entretanto, como observa Mariza CORRÊA (1998, p.205), estes “discípulos” tiveram mais divergências e pontos de ruptura que de continuidade teórica como o declarado mestre.

De toda a forma, interessa aqui apontar o aspecto mitificador das análises de Ramos e Peixoto, ainda que devamos agradecê-los muito pela reedição das obras mais importantes de Nina Rodrigues.

Mas, por outros motivos, parece que o nome de Raimundo Nina Rodrigues não será tão cedo esquecido; não, ao menos, a associação que se fez entre seu nome e o racismo científico brasileiro.

Durante o tempo decorrido na elaboração desta pesquisa, além de localizar citações devidamente contextualizadas do pensamento de Nina Rodrigues, me defrontei com curiosas imagens suas. Imagens que ou tendiam à mitificação e ao elogio acrítico (observações quase sempre vindas de médicos) ou outras que, de saída, lhe negavam qualquer qualidade científica, em função de seu propalado racismo, feitas por historiadores, sociólogos, por militantes anti-racistas e, na falta de melhor expressão, por divulgadores culturais.

Creio que algumas destas últimas merecem citação, pois exemplificam como agem os preconceitos; no caso, juízos prévios que às vezes desconsideram parte da realidade, no afã dos autores em provar certas teses.

Começemos pela historiadora brasileira Emília Viotti da Costa que, falando na *Southern Historical Association*, em 1975, sobre o *mito da democracia racial* e sobre as várias formas de dissimulação do preconceito racial no Brasil, afirmava sobre Nina Rodrigues e Machado Assis:

A mesma forma de ilusão e a mesma ambigüidade nas relações raciais tornariam possível ao mulato Nina Rodrigues, o famoso antropólogo brasileiro dos anos de 1930, propagar idéias a respeito da inferioridade dos negros. Naturalmente, homens como Machado ou Nina Rodrigues foram e poderiam continuar a ser usados como evidências da mobilidade social dos negros, da ausência de preconceito e de discriminação racial, uma série de crenças que constituíam o âmago daquilo que a geração dos anos 60 chamou o mito da democracia racial (COSTA, 1985, p. 260, grifos adicionais).

Antes de tudo, observa-se aí um problema lógico, ou melhor, cronológico: nos anos de 1930, Nina Rodrigues não poderia estar propagando idéias racistas – nas condições em que se encontrava, suponho que a única coisa que pusesse fazer fosse estudar a geologia dos campos santos²⁷¹, ou melhor, do Campo Santo, cemitério baiano em que descansava havia já um quarto de século.

Aquilo que (re) vivia era, no período citado pela respeitável e competente autora, a memória do médico maranhense, por conta da republicação das suas obras exumadas por Homero Pires, Artur Ramos e Afranio Peixoto.

Em segundo lugar, já sabemos que, como filho do *coronel* Francisco Solano Rodrigues, fazendeiro e proprietário de escravos, o jovem Raimundo nasceu já pertencendo à elite provincial, recebeu boa educação formal e, como muitos moços de seu nível social, foi estudar medicina em Salvador; lá, casou-se com uma moça de família igualmente respeitável (LIMA, 1980; CORRÊA, 1998).

Assim, me parece que homens como ele não são boas evidências de mobilidade social, seja de brancos ou de mestiços, no Brasil do fim do século XIX, simplesmente porque, ao que tudo indica, no seu caso não houve ascensão, mas permanência no estrato social de origem.

Vê-se ainda, no trecho citado, que E. V. da Costa inclui Nina Rodrigues entre os nossos mulatos ilustres, na companhia de Machado de Assis, atribuindo a ambos uma relação oblíqua e dissimulada com a própria origem negra.

O mesmo argumento, o do dominado se vendo pelos olhos do dominador, foi usado por Dante Moreira Leite, em **O caráter nacional brasileiro**. Não com relação a Nina Rodrigues, mas a Oliveira Vianna; depois de demolir a obra deste em razão de seu arianismo autoritário, Leite lhe concede uma atenuante, posta à conta de um “conflito íntimo” potencial: “dizem os críticos que Oliveira Vianna era mulato escuro, o que leva a supor que sua teoria do arianismo

²⁷¹ Usando a ótima alusão de seu suposto companheiro de mulatice encoberta, em **Dom Casmurro**: “Os amigos que me restam são de data recente; todos os antigos foram estudar a geologia dos campos santos” (MACHADO DE ASSIS, 1960, p. 25).

e da aristocracia era uma forma de identificar-se com o grupo dominante” (LEITE, 1969, p. 221).

Uma variante romanceada pode ser encontrada em **Tenda dos Milagres** (de 1969), de Jorge Amado, em que o alvo Nilo Argolo de Araújo, um asqueroso professor racista da Faculdade de Medicina da Bahia, nos primeiros anos do século XX, é desmascarado pelo brilhante mulato Pedro Archanjo, bedel da Faculdade, que denuncia a existência de negros entre os antepassados do iracundo docente de medicina legal (AMADO, 2001, p. 278).

Voltando ao Nina mulato de Viotti da Costa: se a mulatice de Machado era fenotipicamente evidente e suas biografias o apresentam como o filho da portuguesa Maria Leopoldina Machado e do mulato Francisco José de Assis, já com relação a Nina Rodrigues as coisas não são assim tão claras.

Lamartine Lima descreve Nina Rodrigues, a partir de reminiscências de seus contemporâneos e descendentes, como tendo “tez morena pálida, cabelos cheios, lisos e precocemente encanecidos, sobrancelhas quase cerradas, olhos e bigode basto castanhos escuros” (LIMA, 1980, p. 2), características verificáveis em seu retrato mais conhecido, além de “branco, de origem rica” (LIMA, 1979, p.18). Mariza Corrêa menciona que seus parentes o definiam fisicamente como “franzino”, “muito feio e de temperamento irritável” (CORRÊA, 1998, p. 320).

Em Lima, assim como em Corrêa, não se encontram referências a possíveis características negróides presentes na pessoa de Nina Rodrigues (a menos que “moreno pálido” seja tomado liberalmente como “mulato claro”).

É inevitável lembrar de outro doutor Raimundo maranhense, aquele criado pelo escritor Aluísio Azevedo (1857-1913) em **O mulato**, publicado em 1881. Este Dr. Raimundo José da Silva, filho ilegítimo da união de um abastado comerciante português com sua escrava favorita, parece tão pouco mulato que os

maledicentes cochicham espantados, à sua passagem: "Ouvi dizer que é mulato!" (AZEVEDO, 2001, p.125).²⁷²

Quanto ao Dr. Raimundo Nina Rodrigues, já se viu que M. Corrêa e L. Lima registram a possível ascendência judaica de sua família. Sabe-se que muitos judeus da península ibérica emigraram para o Brasil, desde o século XVI, especialmente em momentos em que recrudescia a intolerância religiosa em Portugal e Espanha, e aqui tentaram passar por cristãos-velhos, evitando a discriminação e a perseguição. A presença destes judeus/cristãos-novos estabelecidos no Nordeste pode ser documentada desde a primeira metade do século XVI, segundo o historiador pernambucano José Antonio Gonsalves de MELLO (1996, p.7).

A ascendência judaica de Nina Rodrigues é verossímil, até porque se trata de informação dada pela própria família do dito; esta possibilidade não foi explorada por seus acusadores, mas poderia, afinal, tratar-se-ia também de um sujeito originário de um grupo discriminado passar-se para o lado dos discriminadores.

Gilberto FREYRE (1987) escreveu sobre Nina Rodrigues, num prefácio que mais tarde seria incluído no livro **Perfil de Euclides e outros perfis**:

[...] ninguém menos baiano no físico que o maranhense magro e anguloso [...] Com toda aquela sua magreza feia de homem exótico para a Bahia [...] com aquele cabelo todo branco sobre o rosto ainda moço [...] em contraste com o farto bigode inteiramente preto... (FREYRE, 1987, p.192).

Creio que dificilmente Gilberto Freyre perderia a oportunidade de se referir à possíveis traços mulatos de Nina Rodrigues, se soubesse deles.

²⁷² O Dr. Mundico, advogado cultíssimo, criado na Europa, é descrito como tendo "cabelos muito pretos, lustrosos e crespos, tez morena e amulatada, mas fina" e "grandes olhos azuis, que puxara do pai" (AZEVEDO, 2001, p.53).

Insisto neste ponto não por crer que determinar a veracidade desta sua referida ascendência negra seja imprescindível à análise a que me proponho; nem tampouco para apontar um cochilo de uma historiadora consagrada.

Pode ser que tenham existido ascendentes judeus, ou negros, ou índios, na genealogia de Nina Rodrigues, assim como decerto os houve em muitas ilustres famílias maranhenses, mas isto pouco importa. Afinal, como disse o próprio Nina Rodrigues, em 1894: “no ponto de vista histórico e social penso como o Dr. Sílvio Romero: todo o brasileiro é mestiço, se não no sangue, pelo menos nas idéias” (NINA RODRIGUES, 1938, p.117).

Apenas faço estas observações por ter notado que “mulato racista” descreve com alguma freqüência um certo Nina Rodrigues, convertido em exemplo de racismo duplamente execrável, pois vindo não de um genérico mestiço, mas de um mulato.

Um mulato nazista na Internet

Explico-me: em buscas na *World Wide Web* encontrei referências ao velho Nina em muitos sítios não acadêmicos, voltados à informação jornalística ou à divulgação cultural, em sentido amplo²⁷³.

Em um almanaque digital, dito de cultura popular, onde corresponderia à capa de uma versão impressa, vê-se a chamada apelativa: *Vá entender – Mestiço genial pregava inferioridade dos mestiços*. Na seção *Você sabia?* pode-se ler: “Doutrinador racista, era mulato e, apesar de suas considerações sobre a inferioridade dos negros e mestiços, tinha posição contra a violência aplicada a eles” (ALMANAQUE BR@SIL, 2002).²⁷⁴

²⁷³ Sítio (ou *site*) é definido no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda como “conjunto de documentos apresentados ou disponibilizados na *Web* por um indivíduo, instituição, empresa, etc., e que pode ser fisicamente acessado por um computador e em endereço específico da rede”.

²⁷⁴ Disponível em: <http://www.almanaquebrasil.com.br/almanaque45/voce_sabia3.htm>.

Reproduzo na página seguinte a seção, onde a presença do retrato de Nina Rodrigues aparentemente nada acrescenta à imagem descrita.

Figura Anexo2- Um mulato racista na Internet



Reproduzido de ALMANAQUE BR@SIL de cultura popular. [on line].

<http://www.almanaquebrasil.com.br/almanaque45/voce_sabia3.htm>.

Numa *home page* dedicada a artigos sobre a história brasileira, assim se expressa um ensaísta, num texto sobre Antonio Conselheiro:

Em novembro de 1897, quando se estreitava o cerco militar sobre o arraial santo, o médico baiano Nina Rodrigues, mulato e autoridade tupiniquim nos desvarios da frenologia e do racismo científico europeu, publicou artigo sobre os fatos. Em fins de 1897, Nina Rodrigues examinou a cabeça decepada do *Conselheiro*, a fim de apontar sinais de insanidade. Teve a integridade de reconhecer que, mesmo segundo os tresloucados paradigmas de sua ciência, o crânio de Antônio Maciel era simplesmente normal (MAESTRI, 1997).²⁷⁵

²⁷⁵ Disponível em: <http://zonanon.com/artes/mm_rp030124.htm>.

Num curioso *síte* teuto-brasileiro, seu autor esbraveja contra o que julga ser uma excessiva tolerância dos cientistas sociais brasileiros com relação a Nina Rodrigues:

A "Antropologia" desse médico-legal (*sic*) deve ser certamente vista dentro de sua época; esse relativamento (*sic*) na sua crítica não impede, porém, que se a considere como uma das mais lamentáveis aberrações do pensamento no mundo de língua portuguesa. Malgrado possíveis aspectos positivos de suas pesquisas, obras desse tipo já teriam sido há muito relegadas ao esquecimento ou ao desprezo em nações que já fizeram a experiência do racismo, tal como a Alemanha (BISPO, 2001, grifos adicionais).²⁷⁶

Com motivos, pode-se afirmar que os referenciais teóricos do racismo científico do século XIX alimentaram as teorias eugênicas que justificaram a ideologia nazista alemã, cujas funestas conseqüências nunca devem ser esquecidas.

Entretanto, é incorreto, simplista e anacrônico juntar, sem escalas, Nina Rodrigues ao racismo nazista alemão, como parece ter feito um cronista da **Folha de São Paulo**:

Nina Rodrigues dedicou-se a formular regras para a avaliação de indivíduos considerados mentalmente doentes, decidir quanto a sua imputabilidade penal e, principalmente, a sugerir meios preventivos para evitar a loucura e o crime.

Nessa "prevenção" da degenerescência desempenhou papel destacado a eugenia, a idéia do "aperfeiçoamento racial". Baseado nessa idéia, o Terceiro Reich esterilizou ou matou milhares de infelizes considerados "inferiores" (SCLIAR, 2002).²⁷⁷

²⁷⁶ Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/>>.

²⁷⁷ Disponível em: <http://www.nordesteweb.com/not09-1202/ne_not_20021202i.htm>.

Retomando ainda o trecho supracitado de Emília Viotti da Costa, percebe-se que deslocar Nina Rodrigues do fim do século XIX para a década de 1930 não é, como pode parecer, um descuido cronológico sem consequências; tal anacronismo pode reforçar interpretações abusivas, especialmente daqueles que constroem seus argumentos apressadamente.

Mais uma confusão, das mais estranhas, se encontra num sítio sobre a história de Canudos:

Baseando-se nas teorias de Gustave Le Bon, veiculadas em sua conhecida obra "*Psicologia das multidões*", os cientistas brasileiros passam a se referir a Canudos como "*Abasia coreiforme e epidêmica do Norte do Brasil*", o que incita os pedidos de destruição daquele antro de fanáticos [...] (BARROS, 2003).²⁷⁸

Pobres conselheiristas, se além de tudo ainda fossem atacados pelo *beribéri de pular*, a abasia coreiforme epidêmica discutida por Nina Rodrigues. Seria também difícil de entender que a *abasia* (como se viu, uma incoordenação motora que impede de andar) dos seguidores do Conselheiro justificasse o massacre ali executado pelo governo republicano.²⁷⁹

Poderiam ainda ser referidas muitas outras imprecisões factuais, generalizações equivocadas e conclusões questionáveis envolvendo o nome de Nina Rodrigues, mas julgo que a amostra apresentada seja suficiente.

Apresentarei apenas mais um exemplo. O Relatório do Comitê Nacional que preparou a participação brasileira na **III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**, ocorrida em Durban (África do Sul) em 2001, inicia-se com didáticas

²⁷⁸ Disponível em: <<http://www.portfolium.com.br/canudos.htm>>.

²⁷⁹ No volume **As coletividades anormais** (que, aliás, consta nas referências bibliográficas da autora do trecho acima citado), há dois textos que dizem respeito diretamente ao Conselheiro Antonio Maciel e ao arraial de Canudos: *A loucura epidêmica de Canudos* e *A loucura das multidões*. Creio que a crítica da autora à patologização do fenômeno social de Canudos poderia encontrar nestes dois textos melhores argumentos.

definições conceituais dos termos *racismo*, *discriminação*, *preconceito* e *intolerância*, considerando ainda a especificidade destas manifestações na realidade brasileira.

Subitamente, quebrando o tom neutro do documento oficial, eis que surge um comentário sobre o nosso velho conhecido:

[...] o racismo consiste em um fenômeno histórico cujo substrato ideológico preconiza a hierarquização dos grupos humanos com base na etnicidade. Diferenças culturais ou fenotípicas são utilizadas como justificações para atribuir desníveis intelectuais e morais a grupos humanos específicos.

No Brasil, devemos registrar as teorias do médico Raimundo Nina Rodrigues, denominação oficial do Instituto Médico-legal do estado da Bahia, figura ainda hoje laureada pelos institutos de criminologia e fonte de inspiração de tratados contemporâneos de criminologia, cuja obra, no final do século XIX, incluiu estudos de medições de crânio e de largura do nariz para justificar alegadas tendências inatas dos negros para a criminalidade, em adaptação tropical dos postulados lombrosianos referentes à noção de criminoso nato (RELATÓRIO, 2001, grifos adicionais).²⁸⁰

Parece que Nina Rodrigues tornou-se uma espécie de fantasma ou dedemônio que precisa ser invocado apenas para ser esconjurado. Observe-se que este relatório reflete as posições consensuais do governo brasileiro e de uma ampla representação de segmentos da sociedade civil, através de entidades do movimento negro, indígena, de mulheres, de homossexuais e de defesa da liberdade religiosa, e se destinava a um evento internacional importante (RELATÓRIO, 2001).

Certamente, não se pode discordar da afirmação que Nina Rodrigues, como quase todos os cientistas de sua época, pensava que as diferenças culturais e fenotípicas indicavam *mesmo* desníveis intelectuais e morais entre os grupos

²⁸⁰ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>>.

humanos. E ainda, o fato de ser este o pensamento predominante não isenta Nina Rodrigues, ou pessoa alguma, da responsabilidade pelas consequências éticas e políticas de suas idéias racialistas.

Porém, o documento dá a entender que o que persistiria atualmente da obra do legista seriam justamente os desacreditados postulados lombrosianos, como se a tal “criminologia” ainda hoje medisse cabeças nas perícias do Instituto Médico-Legal baiano que leva seu nome.

Não há dúvida que seja corrente, ainda nos dias atuais, o preconceito que faz com que se associe “raça” negra e criminalidade ou ainda muitas outras associações depreciativas entre “cor” e caráter. Mas é inexato e reducionista sugerir que o fato de Nina Rodrigues dar seu nome a uma instituição oficial tenha, por si só, relação com a manutenção da ideologia racista.

Afinal, como o mesmo documento assinala, “do racismo, como ideologia, derivam leis, políticas e práticas sociais” (RELATÓRIO, 2001), políticas e práticas brasileiras que são seculares, e cuja responsabilidade não cabe mais a Nina Rodrigues que aos seus contemporâneos e, ao fim e ao cabo, a cada um de nós.

Quanto à sugestão de BISPO (2001), referida anteriormente, de esquecer as obras daqueles que ele considera odiosos racistas, penso justamente o contrário. Conhecer a história da construção das teorias racialistas, dos preconceitos raciais, do racismo e das práticas discriminatórias delas derivadas talvez seja um dos meios mais efetivos de combater estes males.

Um parecer médico-legal de Nina Rodrigues

Nas páginas seguintes, transcreve-se um parecer médico-legal, de autoria dos médicos Raimundo Nina Rodrigues e J. Mateus dos Santos, originalmente publicado na revista carioca **Brazil-Medico**, em 1894. Fez-se a atualização ortográfica do texto. A referência completa é:

NINA RODRIGUES, Raimundo e SANTOS, J. Mateus dos. *Parecer sobre o estado mental de um indivíduo julgado incapaz por suposta existência de um delírio de perseguição*. **Brazil-Medico**, VIII: 20-1, 1894. (BNRJ).

FRENIATRIA MÉDICO-LEGAL

Parecer sobre o estado mental de um indivíduo julgado incapaz por suposta existência de um delírio de perseguição.

Pelos Drs. Nina Rodrigues e Mateus dos Santos.

Os Drs. Nina Rodrigues e J. Mateus dos Santos, professores substitutos da Faculdade de Medicina da Bahia, tendo procedido, a pedido do advogado Dr. Francisco Bulcão, a exame médico no indivíduo Manoel Ivo da Rocha chegaram, após investigações repetidas e minuciosas, às conclusões que fazem objeto do presente relatório.

I. EXAME CLÍNICO. Manoel Ivo é um homem de raça negra, de 49 anos de idade, solteiro, oficial de justiça.

História pregressa.

A. Dos seus ascendentes apenas podemos saber que o pai, falecido há muitos anos, nunca sofreu de moléstia que pudesse influir sobre a descendência; que a mãe, e mais três dos quatro irmãos que eram, faleceram nesta cidade de *cólera morbus*, por ocasião da epidemia de 1854. Como único parente tem ele hoje um filho natural que não vive em sua companhia, não obstante tê-lo o examinando procurado ultimamente e mesmo vivido junto por pouco tempo.

B. Dos seus antecedentes pessoais, apuramos que foi sempre um homem forte e de boa saúde. Há quatro anos teve, porém, perturbações gastrintestinais, com sintomas gerais, referidas pelo médico, que o tratou com inteiro sucesso, a uma tenaz constipação de ventre, provavelmente hemorroidária. Os sintomas desta moléstia tinham-no impressionado e fizeram-lhe nascer no espírito a idéia de que lhe estivessem fazendo algum feitiço ou envenenando-o e o levaram a praticar o seguinte exame: deitava nas fezes moedas de prata que eram conservadas assim de um dia para o outro e notando que delas, umas enegreciam e outras não, chegou a crer que coincidia com as experiências positivas uma ingestão de substâncias tóxicas.

Este fato foi por ele referido a pessoa de sua inteira confiança, mas as suas suspeitas desvaneceram-se de todo com a cura das perturbações digestivas.

Em novembro do ano passado, foi agredido por um inquilino que lhe deu uma cacetada na região temporal direita. O agressor foi chamado à polícia e admoestado. Neste ponto a narração do doente é confirmada pelas informações que tomamos à autoridade policial. Dessa pancada, porém, não resultou senão uma contusão sem gravidade.

Finalmente, há cerca de uns oito meses manifestaram-se-lhe perturbações da visão que o tornaram completamente cego em pouco tempo.

Os especialistas, que o examinaram, diagnosticaram uma atrofia dos nervos ópticos.

É provável que o doente tivesse querido filiar uma moléstia desta gravidade e com cuja causa não atinava, aos incômodos e feitiços de anos antes.

De sua mentalidade, pelo que toca à *inteligência*, verificamos que é um homem de instrução rudimentar, inteligência pouco desenvolvida, mas esperto e sagaz, considerado pelos seus superiores como dotado de grande habilidade e atividade no exercício da sua profissão.

Pelo lado *afetivo*, é tido como homem sério, trabalhador e econômico, tendo conseguido reunir um pecúlio que para ele é uma riqueza. Notam-se-lhe no caráter: prudência, reserva e certa tendência ao isolamento, tendo vivido quase sempre só, sobretudo depois que despediu, por infiel, uma mulher com quem viveu por algum tempo.

Desde então, as suas relações sexuais foram todas de ocasião; teve, entretanto, idéia de casar-se e chegou mesmo a preparar casa para esse fim.

Constatam todos que este homem gostou sempre de trajar com certo apuro, apresentando-se nas festas públicas e principalmente nos atos religiosos enluvado, de sobrecasaca, etc., etc.

História atual

Homem alto e magro, mas bem constituído, sem deformação, nem mesmo circunscrita ao crânio e à face.

O exame cuidadoso do doente, feito em condições diferentes, nada revela que se possa levar à conta de sofrimento físico; todas as funções são normais, salvo a visão.

Procuramos com a máxima atenção sinais reveladores de uma lesão cerebral que pudesse explicar a cegueira; nenhuma perturbação na memória que, para o grau de cultivo intelectual do examinando, é excelente; palavra perfeitamente normal; ausência completa de tremor de qualquer espécie.

Apenas notamos diminuição dos reflexos rotulianos, ligeira ptose e cegueira completa de ambos os olhos.

Tais elementos permitem excluir a esclerose em placas, a paralisia geral dos alienados e, pelo menos por enquanto, o *tabes dorsalis*.

As faculdades *intelectuais* são normais; a memória é feliz e segura (o examinando refere com a máxima precisão fatos recentes ou remotos); a ideação e o raciocínio íntegros, compreendendo o alcance das questões que lhe apresentam e respondendo com sensatez a tudo.

Por mais minucioso e variado que fosse o exame psicológico a que o submetemos para descobrir idéias delirantes parciais, ou propositalmente disfarçadas, nada pudemos colher que para nós pudesse servir de base a acreditarmos na existência de um delírio qualquer, sistematizado, incoerente, ou móvel, ou ainda na existência de alucinações ou ilusões. Este homem, que sabe que o acusam de louco, mostra-se reservado, como é natural: mas, tendo plena confiança em nós, que lhe éramos apresentados por seu advogado, não nega os fatos referidos. Não os atribui, contudo, a um delírio que houvesse passado, mas dá-lhes interpretações que não são infundadas, no ponto de vista em que se coloca, nem deixam de estar de acordo com a sua instrução rudimentar.

II. DISCUSSÃO. No estado atual do examinando não é possível admitir a existência de uma alienação mental.

Submetemos a severa e rigorosa análise todos os fatos e documentos que no caso presente nos pareceram poder ter um valor qualquer, sob o ponto de vista de uma suspeita de alienação mental.

Reproduziremos os mais salientes.

Próximos, temos principalmente uma projetada reforma de testamento, uma questão com inquilinos e a significação de sua cegueira.

a) Do exame procedido na cópia da reforma do testamento, não é possível inferir elementos que denotem preocupações delirantes ou enfraquecimento psíquico. Comparando este documento com as informações ministradas por ele acerca do testamento feito em 1882, tanto quanto é possível concluir nestas condições, não se trata de uma reforma radical do testamento.

Os legatários são os mesmos que, pela cópia a que nos referimos acima, o examinando quer incluir na projetada reforma, tendo de mais o seu filho, e, afirmando ele, ter também em vista tornar hoje mais eqüitativa uma distribuição feita há onze anos.

Ao filho não se pode atribuir a mínima influência sugestiva nesta reforma de testamento, porquanto acabou de abandonar o pai; de igual suspeita parece isenta a pessoa que, por já estar cego o examinando, escreveu a cópia do segundo testamento, pois tem apenas um legado de pouco valor e o lugar de terceiro inventariante.

b) A desarmonia com os inquilinos que ele quis desalojar judicialmente porque o incomodavam, não parece estar ligada a um estado mental anormal, porquanto o que ele alega a respeito é perfeitamente admissível, e não tem o caráter de uma concepção mórbida.

c) A cegueira não é incompatível com a integridade mental; no *tabes dorsalis*, ela pode ser um sintoma muito precoce, e ficar isolada durante anos, sem o acompanhamento de perturbações mentais que, quando existem neste morbo, são pouco intensas, salvo coincidência com a *paralisia geral*, com que o *tabes* freqüentemente se vê associado.

Dos fatos pregressos, dois salientam-se pela importância que podiam ter para o caso: as suspeitas de feitiço ou envenenamento, juntamente com a vida um tanto isolada do examinando, e o seu gosto pelo trajar apurado e vistoso, em dias de festa.

a) Se atendermos à instrução insuficiente deste indivíduo; se atendermos às condições psicológicas de sua raça, pois que os africanos importados no Brasil estavam em pleno período fetichista; se atendermos à credibilidade da nossa população em matéria de feitiço e feiticeiros; se atendermos a que este indivíduo tinha em alta conta as suas economias; força é concluir que as suas suspeitas não se podem atribuir facilmente a uma concepção delirante, a um delírio de perseguição, pois, entre nós, vemos comumente na clínica a neurastenia dar lugar, em pessoas cuja integridade mental não pode ser posta em dúvida, a receios da mesma natureza, a consultas a cartomantes, etc., etc.

O isolamento, em que mais ou menos vive este homem, podia igualmente ser suspeito do ponto de vista de sua integridade mental; mas, convém refletir que causas múltiplas podem influir para esse resultado, independentes de uma perturbação psíquica.

O fato de se ter retirado ultimamente o examinando para a casa de uma sua comadre e amiga, com quem está vivendo em completa harmonia, não está de acordo com o procedimento dos *loucos perseguidos*, que em parte alguma encontram a almejada tranqüilidade e que não depositam confiança em pessoa alguma.

b) O gosto de brilhar pelo traje, de aparecer nas festas públicas enluvado e corretamente vestido, não indica neste homem uma preocupação de *grandeza*: é, pelo contrário, uma consequência de seu espírito de método e ordem, pois nunca implicou prodigalidade, nem foi mantido com detrimento de suas economias. Este fato tem origem numa preocupação, muito comum nos indivíduos de sua raça, a de se salientar por vestuário de luxo exagerado ou descabido, pelo menos aparatoso.

Será lícito ver no estado mental deste homem o de um degenerado, agravado pelo desequilíbrio que ao seu espírito de homem de raça inferior pudesse ter trazido a concorrência vital com representantes das raças superiores?

O fato não é impossível, embora não tivesse ficado provado do exame direto, e ele poderia conciliar-se bem com a existência passada de preocupações delirantes mal elaboradas e a possibilidade futura de virem a se manifestar mais completas.

Preferimos acreditar, no entanto, que a inferioridade mental deste homem, em quem a instrução não foi suficiente para corrigir os preconceitos da raça, dá melhor explicação do seu estado psicológico do que a invocação de uma intervenção mórbida muito duvidosa.

III. CONCLUSÃO. Do que vimos de referir, podemos, pois, concluir que atualmente este homem está em pleno gozo da sua integridade mental e que são duvidosos e poucos sólidos os elementos de que dispomos para afirmar que nele tivesse existido um delírio de perseguições não sistematizado, mas da classe dos delírios dos degenerados.

Bahia, 11 de dezembro de 1893. *Dr. Nina Rodrigues e Dr. Mateus dos Santos.*

Nota. Este homem tinha sido julgado incapaz, e submetido à curatela em virtude de um atestado de dois distintos clínicos que, por motivos que não importa referir, haviam sido iludidos.

A vista do nosso relatório, que era ainda uma peça oficiosa, o advogado requereu exame de sanidade no seu constituinte, e os novos colegas nomeados pelo juiz para esse fim, subscreveram as conclusões do parecer, ou relatório.

Tais são na prática as conseqüências lamentáveis e graves da carência absoluta, em que vivemos, de uma organização médico-judiciária.

N.R.

Três menores entrevistados por Nina Rodrigues na Penitenciária de Salvador (BA)

Foram transcritas aqui três entrevistas feitas por Nina Rodrigues, na penitenciária de Salvador, incluídas originalmente em obra de 1894, da qual se utilizou a terceira edição, de 1938. A referência é:

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p.256-65.

O código do império estatuiu que os menores, que houvessem cometido crimes obrando com discernimento, seriam recolhidos à casa de correção. O novo código, à semelhança do italiano, manda recolhê-los a estabelecimentos agrícolas especiais (art. 31). Tais estabelecimentos não existem, porém, e os menores continuam a ser recolhidos à penitenciária e à casa de correção.

As observações seguintes, que colhi na penitenciária, referidas mesmo resumidamente, são testemunho eloqüentíssimo dos efeitos dessa medida.

A. O menor José d'Araújo, de Santo Antonio das Queimadas, recolhido à casa de correção até completar dezessete anos (artigo 13 do código penal do império), por haver, na idade de nove para dez anos, assassinado o próprio pai, obrando com discernimento.

Há mais de quatro anos conheço este criminoso e tem sido sempre a mesma a narração do seu crime, feita aliás sem revelar o menor sentimento de pesar. A mandado de um inimigo do pai, o qual lhe deu de recompensa uma moeda de quarenta réis, resolveu cometer o parricídio. O pai estava ausente. Na noite do crime, deitou-se o menor, como de costume, numa mesma cama com os irmãos e adormeceu. Acordando alta noite, viu o pai que era chegado e dormia em uma rede no mesmo aposento da choupana que habitavam. Levantou-se então, foi a um canto, onde se achavam as armas de caça, tomou uma velha espingarda de pedra que sabia carregada, foi buscar um tição aceso e com ele fez disparar a arma, matando instantaneamente o pai, que foi ferido na cabeça.

Esta é a história que ele tem sempre referido, e sabida de todos na penitenciária. Interrogando-o convenientemente, verifiquei que ele não havia dado desde o começo esta informação às autoridades, e só acusou de mandante ao inimigo do pai dois meses depois de preso. Da guia que o acompanhou à penitenciaria consta que não ficou provada a existência de um cúmplice, não havendo provas contra o acusado. Não pude consultar o processo.

Este menino, que já era órfão de mãe, morta de parto, vivia com mais cinco irmãos em companhia do pai que, sendo pobre, com eles se ocupava na pequena lavoura de que subsistiam. Nem ele, nem os irmãos, haviam recebido instrução de espécie alguma.

Transferido para esta cidade, foi colocado na penitenciaria para aprender o ofício de sapateiro. O tratamento moral que devia receber naquele meio já produziu todos os seus efeitos naturais e lógicos, e a obra está completa. O criminoso tem dezoito anos, é ladrão, pederasta passivo, jogador, bêbado, um ser completamente desmoralizado, enfim, um incorrigível temível.

Há pouco tempo, servindo-se de chaves falsas, roubou matéria prima de arrecadação, a mandado de terceiro, protesta ele. A administração está informada de que esteve amasiado com um companheiro como pederasta passivo durante dois meses. Por infrações disciplinares de toda a sorte, jogo, embriaguez,

vive constantemente em castigo. O administrador afirma que não sabe mais o que há de fazer com ele.

Resolvi-me a completar o estudo deste criminoso.

É um pardo em que os caracteres do mulato e do mameluco estão bem combinados. Ainda completamente imberbe, apenas ligeiro buço. Não apresenta deformação ou estigma físico, não é canhoto nem ambidestro. As medidas cefálicas²⁸¹ tomadas dão os seguintes resultados.

Diâmetro antero-posterior máximo: 180m

Diâmetro transverso máximo: 155

Diâmetro frontal mínimo: 110

Diâmetro frontal máximo: 150

Altura nasal: 52

Largura nasal: 42

Donde calculamos um índice cefálico hiperbraquicéfalo de 86,11 e um índice nasal de 80,76.

A fisionomia do criminoso é sem expressão, tem aparentemente um ar de submissão que parece convencional; de fato é ele impassível, referindo o crime em todas as suas minudências como se se tratasse da coisa mais natural do mundo. Todavia nem faz gabo do crime, nem revela logo à primeira vista o cinismo do menor que fará objeto da observação seguinte. Por que parte entram nesta conduta a perversidade congênita e o lapidamento da prisão, é o que não

²⁸¹ Com estas medidas, Nina Rodrigues estava calculando o *índice cefálico*, que indicava a correlação entre a largura e o comprimento máximo do crânio, e o *índice nasal*, que mostra a projeção do nariz diante da face. Braquicéfalos eram os que tinham o crânio relativamente curto (índice acima de 80) e contraposição aos dolicocéfalos (crânios longos, índice menor de 75). Hiperbraquicefalia (crânios muito achatados) e platirrinia (nariz achatado) eram consideradas características das raças inferiores.

posso dizer. Embora com dificuldade, consegui hipnotizar o criminoso e desde então procurei indagar que influência podiam ter exercido no seu espírito a suposta ordem do inimigo do pai e a do companheiro a quem imputa a sugestão do roubo. Hipnotizado, revelou o criminoso que tal ordem nunca havia existido e que o verdadeiro móvel do crime havia sido a circunstância de ter ele, na ausência do pai, cortado um pé de mandioca e prometido um tio que, assim que o pai chegasse, lhe havia de comunicar o fato para que ele castigasse o filho. Foi, pois, para evitar o castigo que este cometeu o parricídio.

Daí em diante, mesmo em vigília, o menor passou a contar-me o fato por este modo, confessando que tinha sido falsa a invenção de um mandante. Também por este meio consegui a confissão completa dos seus hábitos pederastas que até então ele teimava em negar.

Nada indica que este rapaz tenha sido vítima de sugestão estranhas na prática dos seus crimes. Continuo a estudá-lo, mas não é de difícil hipnotização e opõe obstáculos às sugestões, aparentando aceitá-las, mas sendo realmente muito dissimulado.

Trata-se neste caso de um criminoso nato, ou de criminoso de hábito, aperfeiçoado pelo meio? Esta última classificação tem em seu favor a falta dos grandes estigmas físicos do criminoso nato. Mas a precocidade deste criminoso, a natureza do seu crime em que se revela uma ausência completa do sentimento de piedade ou pelo menos de simpatia para com seu progenitor, a futilidade do móvel, pois que para evitar um castigo, qualquer criança normal teria fugido ou procurado apadrinhar-se, a invenção mentirosa de um mandante, atribuindo o crime a um indivíduo que sabia inimigo de seu pai, a insensibilidade moral, a indiferença que revela em todos os seus atos, tudo enfim me faz crer que se trata de um grande criminoso da classe dos criminosos natos.

B. Ignácio José da Silva, condenado pelo júri de Brotas de Macaúbas a oito anos de prisão com trabalho por ter assassinado um menino em 1889.

Diz este menor que tinha por ocasião do crime onde para doze anos, mas que, para poder condená-lo, o júri atribui-lhe quinze anos. Não pude examinar o processo, mas da guia que o acompanhou à penitenciária consta realmente que ele tinha doze anos e a julgar pela aparência não podia ter mais.

Pouco valor pode ter para nós a narração do crime feita apenas pelo menor, que protesta como causa uma luta entre um irmão e a vítima. Mas o exame atual é bastante instrutivo.

É filho natural e tem cinco irmãos. A mãe havia abandonado o pai, que depois disso casou com outra mulher. Ele e os irmãos moravam com a avó materna, mas eram sustentados pelo pai. Ocupava-se na lavoura e, como os irmãos, não tinha instrução alguma, apesar de haver escola primária na localidade.

É mulato claro, com uma conformação craniana facial assimétrica, hiperbraquicéfalo com um índice cefálico de 88,13, as orelhas muito destacadas do crânio e mal conformadas, a abóbada palatina profundamente escavada, gago em extremo.

É de um cinismo a toda prova; fala dos seus crimes rindo-se e comentando-os com pretensões a espirituoso. Também é pederasta passivo, ladrão, jogador, bêbado. As medidas cefálicas dão as seguintes indicações:

Diâmetro antero-posterior máximo: 177m

Diâmetro transverso máximo: 156

Diâmetro frontal mínimo: 105

Diâmetro frontal máximo: 125

Altura do nariz: 42

Largura do nariz: 40

Diâmetro bizigomático: 135

Altura da face (do mento à inserção dos cabelos): 165

Circunferência ofrioníaca: . 360

Circunferência transversa bi-auricular: 370

Arco do ófrio ao couro cabeludo: 45

Arco ófrio-bregmático: 140

Arco parietal (bregma ao lambda): 110

Este menor, apesar de muito claro, tem caracteres inferiores muito acentuados. Um índice cefálico hiperbraquicéfalo (88,13) um índice nasal muito platirrino (105), um arco parietal muito fraco, etc.

C. José Joaquim Caetano, de dezoito anos, está na penitenciária desde a idade de quatorze anos, por haver assassinado uma mulher que o queria castigar. Mulato escuro e filho natural de escravos, este menor é considerado na penitenciária como o mais bem comportado dos seus companheiros de idade: aprendeu a arte de sapateiro e tem habilidade.

Viciado pelo meio, também é jogador e já se tem embriagado, mas não é ladrão e dizem-no sensível aos castigos.

Atendendo à sua origem, de pais escravos e negros ou mulatos escuros, atendendo aos vícios inerentes à sua condição de escravizado, é possível que este menor seja antes um criminoso de ocasião do que um criminoso nato.

De acordo com a escola italiana que pregou sempre a importância do fato individual ou biológico na gênese do criminoso, farei notar que, apesar da igualdade das condições de meio em que se acham colocados estes menores, a influência se faz sentir menos neste do que nos seus companheiros. O administrador, como os diretores da oficina em que trabalha são acordes em considerá-lo melhor do que os outros.

Notas em jornais do século XIX sobre alienados

São transcritas a seguir pequenas notas dos jornais **Gazeta de Campinas**, **Echo Santamarense** e **O Monitor**, comentando sobre alienados.

GAZETA DE CAMPINAS (Campinas, SP), 31 de março de 1887.

(AEL-UNICAMP):

Preta Louca (1) – Na cadeia desta cidade existe uma preta louca que está em um quarto cuja grade deita para a rua Direita. As famílias das casas fronteiras não podem chegar à janela, porque essa infeliz preta é de uma inconveniência horrorosa. Os gaiatos da rua dirigem-lhe às vezes provocações a que ela responde com palavras escandalosas. Seria de conveniência que a autoridade competente desse ordem para que essa preta fosse transferida para um outro quarto; [...] porque a guarda que está desse lado poderia mais facilmente evitar as provocações dos moleques.

GAZETA DE CAMPINAS (Campinas, SP), 6 de maio de 1887.

(AEL-UNICAMP):

Preta Louca (2) – Afinal já podem as famílias passear sem susto pelas ruas América e Direita nas imediações da cadeia: a preta louca Gertrudes, que ali estava e que continuamente mimoseava os transeuntes com um palavreado inconveniente, foi ontem remetida para o hospício da capital. Eis uma medida acertada posta em prática pelo sr. Delegado.

ECHO SANTAMARENSE (Santo Amaro, BA), 21 de julho de 1881.

(BPEBA):

Alienada – Anteontem, em horas mortas da noite, percorria a praça da Purificação, arrastando longa e grossa corrente, uma mulher louca, desprendendo sentidos e consternados lamentos. Esteve depois por muito tempo a rezar junto às portas da igreja matriz, e afinal foi conduzida ao posto da guarda. Ali, consta-nos, que os guardas policiais cortaram a corrente e ontem pela manhã puseram-na à disposição do sr. delegado, que a mandou recolher à cadeia. Não seria possível que a autoridade a enviasse para o asilo São João de Deus na capital, para esse fim instituído?

O MONITOR (Salvador, BA), 5 de junho de 1876.

(BPEBA):

Réu alienado – O réu João Silvestre Rodrigues da Costa, que foi absolvido do crime pelo qual estava sendo processado [...] foi recolhido ao asilo São João de Deus, visto assim o determinar a sentença, que reconhece sofrer ele de alienação mental.